



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COORDENADORIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS EAD**

**PROJETO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS
EAD**

(Reestruturação do projeto elaborado em 2011 e atualizado em 2016)

**VITÓRIA - ES
NOVEMBRO DE 2016**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REITOR

Denio Rebello Arantes

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Araceli Verónica Flores Nardy Ribeiro

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Ademar Manoel Stange

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Renato Tannure Rotta de Almeida

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Lezi José Ferreira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Márcio Almeida Có

CAMPUS VITÓRIA

DIRETOR-GERAL

Ricardo Paiva

DIRETOR DE ENSINO

Hudson Luiz Côgo

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

Roseni da Costa Silva Pratti

DIRETOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Marcia Regina Pereira Lima



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PPC

Prof. Dr. Antônio Carlos Gomes – Coordenador
Ms. Camila Belizário Ribeiro – Técnica em Assuntos Educacionais
Prof. Me. Carlos Eduardo Deoclecio
Prof. Dra. Letícia Queiroz de Carvalho
Prof. Dr. Lucas dos Passos e Silva
Prof. Dr. Nelson Martinelli Filho
Prof. Me. Wander Luiz Pereira dos Santos

APRESENTAÇÃO

Apresentamos neste documento o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Português do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), modalidade a distância, que é um curso de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo - art. 44, II, Lei nº 9.394/1996. A oferta será gerida pelo Campus Vitória em cooperação com o Cefor – Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, ambos pertencentes ao Instituto.

O Curso de Licenciatura em Letras Português do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), modalidade a distância é norteado pela Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que institui as diretrizes curriculares nacionais para os Cursos de Licenciatura em Letras, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), Resolução CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, Parecer CNE/CES nº: 564/2015, de 10 de dezembro de 2015 e Resolução CNE/CES nº 01 de 11 de março de 2016, que estabelecem diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância.

Outros documentos também utilizados como base foram: Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 9.795 27 de abril de 1999, Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, Decreto Nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, Decreto Federal nº 5626 de 23 de dezembro de 2005, Decreto Federal n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, Decreto N.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007, Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, Projeto Pedagógico Institucional (PPI) - 2014,- Plano de Desenvolvimento Institucional do Sistema Ifes (PDI) – 2014 e Regulamento da Organização Didática para os Cursos Superiores do Ifes (ROD-EAD) de 11 de janeiro de 2013 e outros instrumentos legais relativos a educação superior.

Este projeto reestrutura o curso ofertado em 2012 e em 2014, mediante o advento de novas leis e diretrizes vigentes. Nele está definida a identidade do curso, a fim de favorecer maior uniformidade nas ações pelo caráter coletivo de

sua elaboração, visando ao alcance dos objetivos propostos, que são: estruturar a identidade do curso, ser referencial para a realização do trabalho em equipe e ser elemento que consolida o curso.

O projeto do Curso de Licenciatura em Letras Português foi elaborado por uma comissão de docentes, utilizando diversos olhares que se complementaram para fazer, dentro das possibilidades, o que fosse mais significativo e prático. Ele está fundado na visão dialética, em que sujeito e objeto atuam influenciando-se mutuamente. Dessas características, tanto pode advir a riqueza quanto as falhas próprias de um processo de construção coletiva.

A palavra projeto faz referência à ideia de projetar, lançar para; ação intencional e sistemática, na qual estejam presentes a utopia concreta/confiança, a ruptura/continuidade e o instituinte/instituído. Projetar é um processo contínuo e dinâmico que consiste em pensar ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade objetivos futuros.

Assim, este projeto passará por processos de reflexão e discussão, em busca de posturas viáveis à consecução de suas metas, considerando que o processo de ensino e aprendizagem necessita ser desenvolvido de forma dinâmica e contextualizado, de modo que o aluno tenha uma participação ativa. Portanto, este trabalho poderá ser aperfeiçoado com as modificações e adaptações que se fizerem necessárias, durante a sua implementação.

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO E QUANTITATIVO DE VAGAS

DADOS DO CURSO	
Nome do Curso	LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS
Modalidade	Educação a Distância
Nível	Graduação
Status	Licenciatura Plena
Regime de Matrícula	Única
Periodicidade Letiva	Semestral
Habilitação	Licenciado em Língua Portuguesa e suas Literaturas
Área Conhecimento	Linguística, Letras e Artes

VAGAS	
Número de Vagas	320
Número de Períodos	08
Total de Estudantes por ingresso	320

2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO MANTENEDORA E DA MANTIDA

O Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes foi criado em 23 de setembro de 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha. Regulamentado pelo Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1910, foi inicialmente denominado Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo, tendo como propósito a formação de profissionais artesãos, com ensino voltado para o trabalho manual e oferta educacional de cunho assistencialista.

A partir de 1937, com a denominação de Liceu Industrial de Vitória, passou a formar profissionais qualificados para a produção industrial, porém com o ensino ainda voltado para produções artesanais e de pequenos lotes.

Em 11 de dezembro de 1942 foi inaugurada a sede atual, na época chamada Escola Técnica de Vitória – ETV. Contava com internato, externato, oficinas e salas de aula para atender aos cursos de artes de couro, alfaiataria, marcenaria, serralheria, mecânica de máquinas, tipografia e encadernação.

Em 03 de setembro de 1965 passou a denominar-se Escola Técnica Federal do Espírito Santo – ETFES. A educação se adequava então às exigências da sociedade industrial e tecnológica, com ênfase na preparação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, em sintonia com a crescente industrialização do Brasil e do Espírito Santo.

Em 1993 foi inaugurada a Unidade de Ensino Descentralizada de Colatina – Uned Colatina, que passou a atender à região noroeste do estado, formando inicialmente profissionais nas áreas de Informática e Construção Civil.

Por Decreto Presidencial, em março de 1999, a ETFES passou a ser o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – Cefet-ES, com maior abrangência no estado e diversificação de possibilidades de atuação.

O Cefet-ES iniciou sua atuação no ensino superior de graduação em 1999, com a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Metalurgia e Materiais. Na sequência, foram implantados outros quatro cursos superiores de tecnologia:

Saneamento Ambiental, Sistemas de Informação, Redes de Computadores e Manutenção Eletromecânica.

Em 12 de março de 2001 foi inaugurada a Unidade de Ensino Descentralizada da Serra – Uned Serra. Suas atividades acadêmicas foram iniciadas com os cursos de Informática e Automação Industrial, devido a sua proximidade com o complexo industrial da Grande Vitória.

Em continuidade a sua expansão, o Cefet-ES estabeleceu uma parceria com a Prefeitura Municipal de São Mateus e empresas da região, dentre elas a Petrobrás, possibilitando a oferta em São Mateus do Curso Técnico em Mecânica com Ênfase em Manutenção, que teve início em março de 2002. No início de 2003, passou-se a oferecer, além do curso de Mecânica, o Curso Técnico de Automação Industrial.

No 2º semestre de 2004 teve início outra parceria no mesmo município, envolvendo o Cefet-ES, a Agência Nacional de Petróleo – ANP e empresas da região, o que possibilitou a oferta do Curso de Especialização Técnica em Inspeção de Equipamentos e Instalações de Petróleo e Gás Natural, oferecido também na Unidade Sede.

A partir dos Decretos 5.224/04 e 5.225/04, hoje substituído pelo 5.773, o Cefet-ES passou a ser uma Instituição Federal de Ensino Superior – Ifes. Essa legislação exigiu que se reformulasse o Estatuto da Instituição e que se elaborasse o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Paralelamente, vencido o período 2000-2005, o Cefet-ES elaborou o Planejamento Estratégico para o período de 2006-2010. No processo de construção do novo Plano Estratégico, a missão, a visão e os valores foram atualizados.

A missão está formulada nos seguintes termos: “Promover educação profissional e tecnológica de excelência, por meio de ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento humano sustentável”.

No segundo semestre de 2005 foi inaugurada a Unidade de Ensino Descentralizada de Cachoeiro de Itapemirim, que iniciou com a formação de

técnicos em Mineração, com Ênfase em Rochas Ornamentais, e em Manutenção Eletromecânica.

No ano de 2006 foram inauguradas duas novas unidades de ensino: a Unidade de Ensino Descentralizada de São Mateus, oferecendo o Curso Técnico em Mecânica, e a Unidade de Ensino Descentralizada de Cariacica, oferecendo o Curso Técnico em Ferrovias, inédito no Brasil, fruto de uma parceria do Ifes com a empresa Vale.

Em parceria com a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico do Cefet-ES – Funcefetes, a Instituição iniciou a pós-graduação pela modalidade Lato Sensu, em EaD, em 2004, com a oferta da Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho. Na sequência, foi implantado o Curso de Especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental, em agosto de 2005.

Por meio de um convênio com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTF-PR foi iniciado, em março de 2006, o Curso de Especialização em Engenharia de Produção com ênfase em gestão industrial, concluído em abril de 2007.

Em atenção à chamada do Ministério da Educação por meio do Programa de Capacitação de Profissionais do Ensino Público para atuar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade EJA, o Cefet-ES candidatou-se a ser Polo para a oferta de Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA. Tendo sido selecionado, iniciou o curso em 2006, com turmas, em Vitória e Colatina.

É importante destacar que, no ano de 2006, o Cefet-ES iniciou o processo de implantação do primeiro curso de graduação na modalidade a distância, por meio do projeto UAB (Universidade Aberta do Brasil). Trata-se do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Neste mesmo ano foi criado o Centro de Educação a Distância do Ifes – Cefor que em 2014 passou a ser denominado Cefor - Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância. O primeiro processo seletivo foi realizado com provas no dia 16/09/2007 - edital 11/2007 - visando preencher 320 vagas distribuídas em 13 municípios do estado do ES. As aulas iniciaram no final de 2007.

Em março de 2007 teve início da primeira turma de Mestrado Interinstitucional – Minter em Educação, na Uned de Colatina, por meio de um convênio do Cefet-ES com a Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes. Ainda em março de 2007, foram submetidos dois projetos de mestrado à apreciação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes: Mestrado em Engenharia Metalúrgica e Materiais, na modalidade acadêmica, e Mestrado em Engenharia Sanitária e Meio Ambiente, na modalidade profissional. O Mestrado em Engenharia Metalúrgica e Materiais se iniciou em 2009.

Em 2008, foram inauguradas mais três Unidades de Ensino: Aracruz, Linhares e Nova Venécia. Em dezembro do mesmo ano, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.892, que criou 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país.

O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa se integraram em uma estrutura única no Espírito Santo. Dessa forma, as Unidades de Ensino do Ifes (Vitória, Colatina, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Cariacica, Aracruz, Guarapari, Piúma, Ibatiba, Venda Nova do Imigrante, Vila Velha, Linhares e Nova Venécia) e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, de Santa Teresa e de Colatina tornaram-se campi de um mesmo Instituto.

Em 2014 iniciaram as atividades em mais quatro novos campi do Ifes: Central Serrano, Montanha, Barra de São Francisco e Viana. Hoje o Ifes conta com 22 campi e está presente em todas as regiões do Espírito Santo.

Quanto ao Campus Vitória, esse oferta o curso de Licenciatura Letras Português desde 2011 na modalidade presencial e desde 2012 na modalidade a distância. O campus atualmente oferece 15 cursos técnicos, 08 cursos de graduação, sendo 04 de licenciatura, 03 pós graduação lato sensu e 05 cursos de mestrado, dentre eles o Mestrado Profissional em Letras – Profletras.

3 PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 JUSTIFICATIVA

As diretrizes norteadoras da LDB 9.394/96 para a educação básica abrem novas perspectivas de valorização curricular, no desenvolvimento de habilidades orientadas pelas transformações do mundo e a preparação básica para o trabalho. Nesse ponto de vista, a língua portuguesa é visualizada não só como facilitadora do aprendizado do aluno, mas como disciplina necessária à formação do cidadão na contemporaneidade.

O Ifes, não alheio às diretrizes educacionais e à demanda por formação de educadores na área de português, apresentou o projeto de Curso de Licenciatura em Letras Português que é estratégico no Estado do Espírito Santo, inclusive, pela inexistência de um curso a distância nessa área no Estado. Este curso de licenciatura esta sendo reestruturado para atender aos anseios do Plano Nacional de Educação 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, bem para ratificar diretrizes e políticas que surgiram após a primeira versão do projeto e sua atualização.

O Projeto Político Institucional do Ifes (PPI, 2014-2018) ao tratar da Educação a Distancia, fala que: “Alguns aspectos a serem considerados são: flexibilização das estruturas de ensino, interdisciplinaridade dos conteúdos, reformulação das diretrizes pedagógicas e de gestão e formação inicial e continuada de professores” (PPI, p. 25), reproduzindo o mesmo texto do PPI o Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes (PDI, 2014-2019) no item 3.1.9 destaca como uma das ações necessárias “desenvolver atividades de ensino, pesquisa e

extensão na modalidade a distância, fortalecendo a identidade institucional da EaD”. Assim, este projeto encontra respaldo nos documentos institucionais da Instituição.

O Curso de Licenciatura em Letras Português, oferecido na modalidade a distância, continuará dentro do projeto da UAB (Universidade Aberta do Brasil), que tem como objetivo atender à demanda pelo ensino a distância no país e a ampliação do acesso à educação superior, com vistas ao cumprimento das metas do PNE (Plano Nacional de Educação 2014-2024). Esse é um momento importante da educação pública no Brasil, em que a população distante dos centros de ensino superior, terá possibilidades de cursar uma graduação.

Este projeto do governo - Sistema da UAB - proporciona ao Ifes a ampliação do atendimento de formação profissional de nível superior, revertendo o quadro de carência apresentado pela população do Estado nesse nível de ensino, sobretudo docentes de língua portuguesa devidamente licenciado, como se comprova pelo número de vagas ofertadas nos concursos da Secretaria do Estado e das Secretarias Municipais de Educação, no Espírito Santo.

A proposta inicial do curso foi elaborada considerando as diretrizes contidas nos referenciais de qualidade para educação à distância, nas diretrizes do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e as resoluções que instituíam as diretrizes curriculares nacionais e a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena e de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

Este Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Letras Português reestruturado, além de contemplar outras leis em vigência, visa atender a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024, a Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, o Parecer CNE/CES nº 564, de 10 de dezembro de 2015 e a Resolução CNE/CES nº 01, de 11 de março de

2016 que estabelecem Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

Dessa forma o Ifes considerando o potencial técnico e pedagógico dos profissionais inseridos no seus quadros de servidores, possuidor de uma infraestrutura física e organizacional favorável sente-se em condições de gerir o curso de Licenciatura em Letras Português na modalidade de ensino a distância.

3.2 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVO

A educação em nível nacional está em fase de grandes mudanças na busca do atendimento às exigências da sociedade contemporânea. São profundas as transformações estruturais na organização do ensino formal, principalmente, quando relacionamos a sistematização dessa educação com o mercado de trabalho atual.

A educação visa à promoção e à realização humana, portanto, deve promover nos alunos mudanças de atitudes e comportamentos para desencadear uma nova maneira de pensar e um agir crítico, criativo capaz de solucionar problemas de seu cotidiano. Ela deve promover a emancipação que só acontecerá por meio de uma consciência crítica. Assim, a organização do processo educativo deve contribuir para a formação de valores essenciais ao homem e úteis para colaborar com as transformações sociais.

Dentro dessa concepção surge o Programa de Ações Articuladas (PAR), que se constitui um programa governamental para gerenciar as ações a partir do diagnóstico e da avaliação apresentados com base no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007. Tal plano disponibilizou aos Estados, Distrito Federal e municípios os instrumentos para a avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública.

Sendo assim, por meio do cumprimento das ações voltadas à formação de professores, inseridas no segundo eixo norteador de políticas educacionais, surgiu este Curso de Licenciatura de Letras Português a Distância, com a finalidade de suprir a demanda por educadores capacitados na área de Português

no Estado do Espírito Santo, para atuarem na educação básica e ensino profissional, afim de obtermos melhoria na formação profissional e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

O Curso de Licenciatura em Letras Português do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) tem por objetivo formar professores com uma visão inter e transdisciplinar para serem capazes de atuar, com competência, no ensino fundamental, médio e educação profissional técnica de nível médio, em colaboração com profissionais das diversas áreas do conhecimento humano. O curso aspira ainda a formar profissionais que, comprometidos com o gerenciamento do processo de ensino-aprendizagem, sejam qualificados para tal função e estimulados a pesquisar, criar e investir na própria formação.

O curso deve proporcionar, ao Licenciado em Letras Português, experiências que apontem para um trabalho inter e transdisciplinar, envolvendo outras áreas, porque elas integram o Português no aprendizado dos conteúdos, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Pretendemos que os estudantes desenvolvam, de forma harmoniosa e equilibrada, todas as áreas de sua personalidade, adquirindo consciência crítica, habilidades investigativas e tornem-se competentes para o exercício do magistério, participando como cidadãos responsáveis e úteis à sociedade.

Os princípios que norteiam o Curso de Licenciatura em Letras Português são definidos por meio de valores relacionados aos aspectos profissionais e éticos, ajustáveis aos diversos níveis de desenvolvimento do estudante, são eles:

- *compromisso com a educação e com os educadores* – Acredita-se que a educação é a forma pela qual uma sociedade evolui e se estrutura, ela transcende o momento de aprendizagem formal proporcionado pelas instituições de ensino. Por isso, o curso visa a formar professores que sejam: comprometidos com seu papel de educador, competentes no exercício de seus misteres, criativos e versáteis para lidar com situações diferentes, conscientes do valor do profissional da educação, hábeis na gestão do processo ensino-aprendizagem e capazes de trabalhar em equipe, numa perspectiva inter e transdisciplinar;

- *compromisso com a ciência* – Muito mais que a formação de profissionais ricos em conteúdo e hábeis no manejo de classe para atendimento à demanda, aspira-se a uma educação para a ciência, por meio da formação de professores habilitados, qualificados e engajados na construção de uma educação que proporcione uma visão lógica e sistêmica do mundo em que vivemos;
- *compromisso com a humanidade* – Objetiva-se participar na construção de uma geração capaz de desenvolver autonomia intelectual, buscando incessantemente formas de levar o conhecimento e o desenvolvimento científico e tecnológico a todas as camadas da população. Acredita-se que o círculo vicioso da desigualdade social só será rompido quando todas as pessoas puderem usufruir das informações e dos avanços que a ciência pode proporcionar ao ser humano;
- *compromisso com o desenvolvimento* – Deseja-se um curso proativo, no sentido de buscar a participação em ações concretas para o desenvolvimento científico, social, ambiental e econômico através da educação, preparando cidadãos autônomos e competitivos. Serão desenvolvidos projetos que estejam também voltados para a geração de renda, desenvolvimento sustentável, melhoria da qualidade de vida e geração de conhecimentos relevantes, aliados à aplicação e ao desenvolvimento de novos métodos e técnicas de ensino;
- *compromisso do corpo docente* – Todos os docentes têm o compromisso de desenvolver um curso, voltado para a formação de estudantes engajados com um projeto de profissionalização de qualidade. Pelo exemplo pessoal, buscam manter uma postura proativa, dispondo-se à permanente atualização, troca de experiências e novos aprendizados, participando ativamente dos grupos em que estão envolvidos;
- *compromisso com a comunidade* – Serão mantidas estreitas relações com a comunidade, através da realização de projetos conjuntos e participação em associações profissionais e de classe. Os estudantes são estimulados, desde

o início do curso, a vivenciar experiências profissionais que possam contribuir com o desenvolvimento de sua competência profissional;

- *excelência profissional* – Objetiva-se que todos os atores envolvidos com o curso, sejam docentes ou estudantes, norteiem sua ação pautando-se na busca incessante da excelência profissional, tanto pela realização de atividades úteis e relevantes quanto pela alta qualidade técnica,
- *compromisso com a ética* – Todas as ações consideram não apenas os aspectos técnicos, mas também os éticos, sejam esses relacionados ao estrito exercício do magistério, sejam vinculados ao estabelecimento de relações humanas baseadas no respeito ao próximo e a si mesmo.

3.3 PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

O profissional formado no curso de Licenciatura em Letras Português, na modalidade a distância, deverá ser capaz de trabalhar nos níveis de ensino Fundamental, Médio e profissionalizante. Para tanto, ele receberá formações social, pedagógica, humanística e técnica adequadas.

Para ser um profissional atento às inovações do seu momento histórico, é imprescindível ter criatividade, iniciativa, sociabilidade, capacidade de expressão, organização, liderança, postura ética e elevada capacidade técnica e científica. Certamente o curso deverá construir essas habilidades para que o profissional de Licenciatura Letras Português tenha condições de assumir o papel de agente transformador da sociedade, seja capaz de provocar mudanças por meio da incorporação de novas tecnologias educacionais na sua práxis.

Espera-se, ainda, que o licenciado possa contribuir com pesquisa, articulação de projetos e novas ferramentas informatizadas para facilitar e diversificar o processo de ensino-aprendizagem no ensino Fundamental e Médio. É nesse espírito empreendedor e colaborativo que o perfil profissional do curso de Licenciatura Letras Português se baseia.

Enfim, em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015, o Licenciado em Letras Português “[...] deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir”:

- conhecer a instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;
- trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos nas etapas e modalidades de educação básica;
- dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teóricometodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- comprometer-se com o papel de educador, com disposição para atualizar constantemente seus conhecimentos, habilidades e atitudes, acompanhando os avanços científicos e tecnológicos;
- exercer seu mister, com capacidade teórica e metodológica para orientação dos estudos dos discentes, tanto no ambiente de sala de aula como fora dela;
- ser criativo e versátil para lidar com situações diferentes, dialogando com a comunidade, buscando inserir a prática educativa no contexto social, em ações voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável;
- conscientizar-se sobre o valor do profissional da educação como agente responsável na modificação da realidade em que atua;
- gerir o processo ensino-aprendizagem, estruturar e sistematizar informações e envolver os discentes no processo de construção do conhecimento;
- relacionar-se produtivamente com outros profissionais e trabalhar em equipe, numa perspectiva interdisciplinar.

- planejar o ensino de português de forma contextualizada no Ensino Fundamental, Médio e profissionalizante, aplicando os conceitos envolvidos a exemplos do cotidiano, ressaltando os aspectos sociais, tecnológicos, ambientais, políticos e éticos, demonstrando as aplicações do português na sociedade;
- participar do projeto pedagógico da escola, bem como das reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;
- aplicar métodos e técnicas de ensino e avaliação adequados às diversas situações do processo ensino-aprendizagem;
- desenvolver recursos didáticos e instrucionais relativos à sua área de atuação e avaliar a qualidade do material disponível;
- analisar, de maneira crítica, seus próprios conhecimentos científicos e educacionais, e refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com os contextos culturais, socioeconômicos e políticos,
- desenvolver projetos de pesquisa e extensão educacional, visando ao aprimoramento do ensino conceitual e experimental.

3.4 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO LICENCIADO

Espera-se proporcionar ao licenciado em letras o desenvolvimento e a potencialização de competências e habilidades tanto nos aspectos profissionais como nos pessoais.

No âmbito profissional:

- articular os conhecimentos teóricos com a prática;
- expressar-se escrita e oralmente com clareza e precisão;
- interagir em outras áreas do conhecimento;

- realizar a aprendizagem continuada, fazendo da sua prática profissional fonte de produção de conhecimento;
- utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;
- trabalhar com conceitos abstratos na resolução de problemas;
- ter consciência da importância social da profissão como possibilidade de desenvolvimento social coletivo;
- atuar no ensino da educação básica, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico, utilizando metodologia de ensino variada; contribuir para despertar o interesse científico e o desenvolvimento intelectual do educando;
- exercer a sua profissão com espírito dinâmico, criativo, na busca de novas alternativas educacionais, enfrentando como desafio as dificuldades do magistério;
- identificar no contexto da realidade escolar os fatores determinantes no processo educativo, tais como o contexto socioeconômico, política educacional, administração escolar e fatores específicos do processo ensino-aprendizagem;
- assumir conscientemente a tarefa educativa, cumprindo o papel social de preparar os alunos para o exercício consciente da cidadania;
- refletir de forma crítica a sua prática em sala de aula, identificando problemas de ensino e aprendizagem;
- compreender e avaliar criticamente os aspectos sociais, tecnológicos, ambientais, políticos e éticos relacionados às aplicações do português na sociedade;
- conhecer as teorias psicopedagógicas que fundamentam o processo de ensino-aprendizagem, bem como os princípios de planejamento educacional;

- contextualizar a área de letras português em termos históricos, políticos, sociais;
- possuir capacidade crítica para analisar de maneira conveniente os seus próprios conhecimentos, assimilar os novos conhecimentos científicos e educacionais e refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com os contextos culturais, socioeconômicos e político.
- Compreender o processo ensino-aprendizagem como processo humano em construção.
- relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
- participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

- realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

No âmbito pessoal:

- atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- possibilitar uma visão crítica com relação ao papel social da Ciência e à sua natureza epistemológica, compreendendo o processo histórico-social de sua construção;
- saber Trabalhar em equipe e ter uma compreensão das diversas etapas que compõem uma pesquisa educacional;
- ter interesse no autoaperfeiçoamento contínuo, curiosidade e capacidade para estudos extracurriculares individuais ou em grupo, espírito investigativo, criatividade e iniciativa na busca de soluções para questões individuais e coletivas relacionadas com o ensino de Português, bem como para acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas oferecidas pela interdisciplinaridade, como forma de garantir a qualidade do ensino de Português;
- ter formação humanística que permita exercer plenamente sua cidadania e, enquanto profissional, respeitar o direito à vida e ao bem estar dos cidadãos,

- ter habilidades que o capacitem para a preparação e desenvolvimento de recursos didáticos e instrucionais relativos à sua prática e avaliação da qualidade do material disponível no mercado, além de ser preparado para atuar como pesquisador no ensino de Português.

3.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O profissional licenciado em Letras Português tem um amplo campo para exercer suas habilidades. Ele poderá atuar em empresas jornalísticas, editoras, escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, empresas privadas e, também, pode atuar como autônomo. Entretanto, o foco de atuação do docente licenciado em Letras Português pelo Ifes é a docência nas séries finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Profissional, onde ele deverá demonstrar domínio dos conteúdos da área de língua e literatura e usar metodologias, a fim de construir e administrar situações de aprendizagem e de ensino.

3.6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO–PEDAGÓGICA

3.6.1 Fundamentação

A proposta do curso visa à formação do profissional em Letras Português, integrando a reflexão/ação/reflexão, a partir da valorização de saberes existentes. O curso envolverá os princípios teóricos e metodológicos que sustentam o estudo da língua(gem), integrando o ensino e a pesquisa educacional no processo de formação do professor, a fim de dar embasamento ao futuro docente para fazer interação orgânica na escola de ensino fundamental, médio e profissionalizante.

Os princípios norteadores do curso foram concebidos conforme referenciais gerais que regem a formação de professores e as especificidades da modalidade de educação a distância, observadas as questões epistemológicas e metodológicas necessárias à formação de conceitos científicos inerentes à formação do profissional de educação.

Na organização didático-pedagógica serão considerados como princípios:

- metodologia de ensino que privilegie a construção dos conhecimentos como princípio educativo;
- flexibilidade e respeito ao ritmo e às condições de o aluno aprender o que se exigirá dele;
- autonomia dos alunos e o autogerenciamento da aprendizagem;
- interação e ação compartilhada em que existam trocas, capazes de contribuir para evitar o isolamento e manter o processo motivador da aprendizagem;
- contextualização para que o aluno não seja expectador passivo;
- articulação entre teoria e prática no percurso curricular;
- planejamento articulado às necessidades de aprendizagem e ao perfil cultural dos alunos;
- acompanhamento do processo de aprendizagem por professores formadores, tutores a distância e orientadores acadêmicos (tutores presenciais) e pedagogo do curso;
- motivação dos estudantes para com o objeto da sua profissão;
- embasamento para compreensão dos conceitos fundamentais à profissão do licenciado em letras português;
- uso e difusão de novas tecnologias;
- relacionamento entre os vários campos do português,
- incentivo à pesquisa e extensão como princípio educativo.

Esses aspectos serão desenvolvidos de modo que o curso garanta aos seus egressos formação em conteúdos de língua e literatura, na área pedagógica dirigida ao trabalho do professor, em conteúdos de áreas afins, necessárias ao exercício do magistério e uma formação que possibilite a vivência crítica da

realidade do ensino em sua região, tornando-os capazes de experimentar propostas interdisciplinares com seus alunos.

A aprendizagem é compreendida como um dos elementos do processo educativo a fim de possibilitar a ressignificação da educação a distância, principalmente em termos de permitir, em razão de suas características, o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional.

Organização

A consolidação dos princípios educativos será garantida por meio de uma equipe multidisciplinar, composta de especialista ou formador, tutor a distância, tutor presencial/orientadores acadêmicos e pedagogo do curso, que trabalharão o planejamento, a organização, a execução, a assessoria e orientação do processo de aprendizagem, seguindo as orientações do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor e dos setores competentes do Ifes, campus Vitória. A equipe dará ênfase a uma postura de construção do conhecimento, numa metodologia dialética, em que se propicie a passagem de uma visão do senso comum – o que o aluno já sabe com base em suas experiências de vida - à formação de novos conhecimentos científicos.

Tudo isso mediante o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à mobilização dos alunos para o conhecimento, à disponibilização de instrumentos que lhes proporcionem oportunidades de construir conhecimentos novos e ao desenvolvimento da capacidade de elaboração de sínteses integradoras do saber.

O aluno terá um papel ativo na aprendizagem, em cujo processo ocupará papel de protagonista. Os tutores deverão utilizar de uma metodologia que garanta a troca de informações tanto entre os estudantes quanto entre estudantes e tutores. Pois, como prescreve o Parecer CNE/CES nº 564/2015,

O aspecto de relevância, que precisa ser observado nas práticas na modalidade EaD, é a capacidade da interação que deve ocorrer entre os sujeitos, entre os meios e os conteúdos do conhecimento. Como na modalidade a distância há flexibilidade de tempo e/ou de espaço, a eficiência, eficácia e efetividade dos processos formativos se articulam por meio da garantia de efetiva interação, interatividade e

acompanhamento contínuo, incluindo, nesse contexto, os momentos presenciais (CNE/CES, 2015, p. 22)

Assim, por intermédio de uma condução “não diretiva” do processo é que o aluno construirá sua própria aprendizagem. O tutor, aqui, será um mediador, fornecendo os instrumentos e conteúdos necessários à construção dos conceitos científicos que selam os conhecimentos.

Permanentemente, o tutor sensibilizará e incentivará o aluno sobre o que fazer; valorizará a importância da participação do aluno em todo processo de orientação, considerando-o sujeito de sua aprendizagem em busca da construção de conhecimentos. Para tal, serão disponibilizados meios a fim de que o estudante desenvolva sua capacidade de julgamento, de forma autônoma, de modo que esteja apto a buscar, selecionar e interpretar informações relevantes ao aprendizado.

Considera-se importante, para o êxito deste projeto, que as atividades propostas no curso propiciem oportunidades de desenvolver as habilidades complementares, desejáveis aos profissionais da área, vendo o aluno como um todo, relacionando também suas atitudes e respeitando as peculiaridades de cada disciplina/atividade didática, bem como a capacidade e a experiência de cada docente. O estímulo e o incentivo ao aprimoramento dessas características devem ser continuamente perseguidos, objetivando sempre a melhor qualidade no processo de formação profissional.

Assim configurado, o currículo a ser cumprido associará a dinâmica própria da metodologia EaD à complexidade dos processos que envolvem os profissionais que atuarão na área de Licenciatura em Letras Português.

O processo de aprendizagem na modalidade a distância será produzido, executado e avaliado sob a responsabilidade do Ifes, com acompanhamento presencial por meio das equipes dos polos e não presencial, por intermédio de tutores e equipe gestora.

Os momentos presenciais serão realizados em polos municipais com a mediação de um tutor. Esses polos garantem espaços que permitem a interação, constante

reflexão, atividades práticas, debates, avaliação dos conteúdos e o encaminhamento aos estudos independentes.

A metodologia sempre deve permitir o desenvolvimento do aluno por meio de técnicas socializantes, individualizantes e sócio individualizantes a fim de atingir todos os alunos em suas diversidades.

Os momentos não presenciais ocorrem com o aluno estudando sozinho e com a *internet*, ambiente de aprendizagem - plataforma *moodle* e na leitura de fascículos relacionados aos conteúdos. Também será utilizada as conferências virtuais com os professores especialistas e tutores a distância, conforme a necessidade dos orientadores acadêmicos e alunos.

3.6.3 Material Didático

O material didático produzido para o desenvolvimento de cada um dos conteúdos propostos busca estimular o estudo e produção individual de cada aluno, não só na realização das atividades propostas, mas também na experimentação de práticas centradas na compreensão e experimentações.

Todo o material didático constitui-se como dinamizadores da construção curricular e também como um elemento balizador metodológico do curso.

Cabe ao lfees a seleção do material por meio de seus professores. Cada disciplina do curso utilizará material em diversas mídias, conforme seu planejamento pedagógico, onde constará o conteúdo que o aluno precisa estudar, além de exercícios. Esse material será colocado à disposição dos alunos por meio digital.

Na jornada acadêmica dos alunos será disponibilizado, no ambiente web, um conjunto de ferramentas de aprendizagem e material audiovisual.

O manual do estudante será apresentado aos alunos em forma guia disponível em meio digital no ambiente de aprendizagem. Constam nele informações tais como:

- como realizar o estudo a distância

- como realizar os estudos presenciais
- funcionamento do Polo
- tempo de percurso acadêmico
- equipe de tutores e administrativos
- organização e estrutura curricular
- metodologias utilizadas no desenvolvimento do curso
- materiais didáticos
- estágio curricular
- formas de comunicação entre equipe do polo, tutor a distância e alunos
- avaliação da aprendizagem
- sugestões para maior aproveitamento do tempo de estudos individuais e a distância. (hábitos de estudos)

O material audiovisual é composto por programas em webconferência, vídeos e filmes.

A **webconferência** é a transmissão síncrona de imagem e voz. Nela, a metodologia empregada no programa de interiorização da EaD envolve as mais avançadas tecnologias de informação e comunicação, cujo domínio se torna indispensável na sociedade contemporânea.

A webconferência é ministrada por professores especialistas e tutores a distância. Elas são geradas a partir de um estúdio e transmitidas para os polos/ salas, ligadas ao circuito, possibilitando a interação do conferencista com os grupos. A dinâmica da webconferência traz uma aproximação exclusiva com os municípios capixabas, possibilitando a disseminação do conhecimento para um público que ainda não se havia atingido.

O material virtual constitui-se de programas computacionais educativos por meio de páginas e portais na Internet e de todos os recursos oferecidos pelo ambiente de aprendizagem *Moodle* como: sala de bate-papo, fórum, biblioteca, espaço de

atividades e exercícios, produção de textos, glossário, oficinas e pesquisa de opinião.

Ainda são disponibilizados telefones e e-mails, como recursos de apoio à aprendizagem.

3.6.4 Orientação e Acompanhamento do Aluno

Os alunos são orientados e acompanhados pelo tutor/orientador acadêmico em todas as suas atividades.

Cada tutor se responsabiliza por um grupo alunos para que possa acompanhá-los individualmente, orientando seus estudos e atividades.

O acompanhamento é realizado por intermédio da orientação acadêmica nos encontros semanais. Esses contam com instrumentos de acompanhamento como fichas individuais para análise do envolvimento do aluno no processo de aprendizagem.

Caso o aluno não apresente um desempenho satisfatório em termos de compreensão dos conteúdos trabalhados, ele é aconselhado a refazer seu percurso, aprofundando e ampliando suas leituras.

O percurso de estudo do aluno terá acompanhamento por meio de diálogos e entrevistas e, ainda, conta com:

- registro regular na web, onde constarão as atividades e as experiências vivenciadas pelo cursista.
- produção de projetos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados.
- apresentação de resultados de trabalhos, estudos e pesquisas realizadas a cada término de disciplina, em um encontro de discussão e avaliação, os quais reiteram a avaliação presencial da disciplina.

O tutor também faz a orientação e acompanhamento dos alunos observando a participação e envolvimento desses nas atividades desenvolvidas, utilizando-se de informações fornecidas pelas equipes dos polos e considerando o compromisso com as atividades “*online*” sob sua responsabilidade direta.

O pedagogo do curso acompanha o processo de orientação e aprendizagem do aluno por meio de reuniões com tutores, professores formadores, bem como, por intermédio de planilhas de acompanhamento dos alunos.

3.6.5 Processo de Comunicação entre os Participantes

a) Comunicação entre alunos e tutores.

A interatividade com os alunos ocorre, nos polos municipais, em encontros presenciais com um tutor. Essa comunicação entre alunos e tutores é fundamental para a formação do aluno, busca garantir a plenitude da formação, difundir os conceitos norteadores da educação na modalidade a distância e manter o educando envolvido e motivado para os compromissos com os estudos.

Nos momentos presenciais serão utilizadas metodologias que promovam a discussão e reflexão conceitual, bem como, ações práticas de aplicação por meio de dos laboratórios equipados com computadores e ambientes virtuais específicos por conteúdo, conforme encaminhamento do plano pedagógico da disciplina.

Os tutores presenciais têm carga horária semanal de atuação nos polos, distribuída em atendimento presencial por grupo. Esses encontros são práticos e teóricos.

A interatividade entre alunos e tutores a distância realiza-se por meio de ferramentas síncronas e assíncronas, tais como: fóruns, telefone, sala de bate-papo, e-mail e webconferência, conforme plano pedagógico da disciplina, utilizando-se os espaços oferecidos no ambiente de aprendizagem *Moodle*.

Os alunos têm liberdade de comunicar com os tutores sempre que necessário, respeitados os horários de trabalho apresentados por esses profissionais.

b) Comunicação entre tutores presenciais e tutores a distância e desses com o coordenação do curso.

Os encontros entre os tutores a distância e os orientadores acadêmicos deverão ocorrer de forma presencial, no momento de sua capacitação ao trabalho de tutoria. Ao longo do curso os encontros poderão ser por meio de reuniões, webconferências, *e-mails* e outras formas de contato. Os encontros objetivam a análise e a reflexão acerca dos trabalhos desenvolvidos em busca de direcionamento ou redirecionamento das ações.

A relação da coordenação do curso com os tutores é direta, presencial ou virtual, por meio de reuniões frequentes.

A relação da coordenação do curso com os orientadores acadêmicos e tutores presenciais é realizada de forma direta ou por intermédio do tutor a distância e do pedagogo.

c) Comunicação entre professores formadores e tutores presenciais e tutores a distância e destes com o coordenador do curso.

A relação do professor formador com os orientadores acadêmicos e tutores presenciais é realizada de forma indireta ou por meio do tutor a distância e de webconferências.

A relação entre professor formador com os tutores a distância será direta, presencial por meio de reuniões permanentes e por momentos virtuais. Os encontros objetivam a análise e a reflexão dos trabalhos desenvolvidos em busca do direcionamento ou redirecionamento da ação.

Os formadores são professores, preferencialmente, do Ifes que se responsabilizam pela orientação e acompanhamento das áreas específicas de conhecimento de suas disciplinas. Cabe a esses professores assessorar os tutores a distância que estarão em contato direto com alunos e tutores presenciais

nos polos municipais no que diz respeito ao estudo e discussão dos conteúdos abordados nos materiais didáticos das disciplinas.

3.6.6 Acessibilidade das Pessoas com Necessidades Especiais

O Ifes está atento ao atendimento a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), quanto a assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso e permanência no curso. O campus Vitória e o Cefor possuem o Napne - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas e esse setor assessorará a equipe gestora do curso de Licenciatura em Letras Português quanto aos encaminhamentos necessários para cumprir a lei.

Se necessário, o Ifes viabilizará junto com as prefeituras municipais o atendimento especial, por meio de profissionais especializados para a inclusão dos interessados no curso ou por meio de iniciativas que permitam o pleno desenvolvimento das atividades propostas, a comunicação e a utilização do material didático-pedagógico. Essas iniciativas serão implementadas uma vez que seja detectada a presença de pessoas com necessidades especiais no corpo discente.

As avaliações terão suas correções tratadas com flexibilidade, valorizando o conteúdo semântico. Os tutores receberão material com esclarecimentos quanto à forma de tratamento, vocabulário e outras informações relacionadas ao estudante que estiver matriculado.

Todos os polos municipais estão projetados para atender a demanda de alunos com necessidades especiais.

Vale salientar que o projeto do curso prevê na matriz curricular as disciplinas: Língua Brasileira de Sinais – Libras (decreto lei n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005), Diversidade e Educação e Educação Especial, exigidas na Resolução nº

2, de 1º de julho de 2015 como componentes obrigatórios nos cursos de formação de professores.

3.6.7 Descrição das Equipes Multidisciplinares

A equipe multidisciplinar será composta de:

professores formadores ou especialistas - são professores, preferencialmente servidores do Ifes, especialistas, mestres ou doutores em área específica de Letras (linguística ou literatura) e educação ou, excepcionalmente, outra área científica.

tutor a distância - são profissionais com experiência em magistério ou pós-graduação, podendo ser servidor do Ifes ou estudantes de mestrado e/ou doutorado que realizem seus estudos em instituição pública, e, ainda, outros casos referidos em lei.

tutor presencial - são profissionais com experiência em magistério que possuam, preferencialmente, curso superior em letras português ou pedagogia ou, ainda, outros profissionais com curso de pós-graduação em português.

pedagogo do curso - profissional formado em pedagogia ou pós-graduado na área pedagógica.

coordenador de estágio supervisionado - profissional/professor do quadro efetivo do Ifes com formação na área de português e/ou pedagógica.

coordenador do curso – profissional gestor pedagógico, pertencente ao quadro de servidores permanentes do Ifes com formação na área de português possuidor do título de Mestre ou Doutor.

A atuação dos profissionais em EaD apresenta características diferenciadas e claras quanto ao papel a ser desempenhado, quer seja gestor ou professor formador, quer seja tutor. Cada um em sua especificidade será um incentivador dos alunos na instigante aventura do conhecimento.

A responsabilidade de cada profissional envolvido com a aprendizagem do aluno se volta para a pesquisa, planejamento e aperfeiçoamento das metodologias mais adequadas para os temas desenvolvidos com os estudantes.

Em outras palavras, na filosofia proposta, devem assumir o papel de orientar o estudante durante o processo de aprendizado, com flexibilidade para adaptar-se a situações muito diferenciadas e ter sensibilidade para escolher as melhores soluções possíveis para cada momento.

Nos cursos os professores, tutores e gestores são compreendidos como profissionais da educação superior com direitos (plano de carreira, política salarial, formação, condições de trabalho) e obrigações, relativas às atividades definidas pelos marcos legais e assegurados pelo Ifes.

a) Papel do formador ou especialista:

- responsabilizar-se pelas atividades de ensino e de aprendizagem no curso;
- trabalhar na perspectiva da concepção do curso e de seu projeto político pedagógico;
- decidir sobre a seleção dos conteúdos de sua disciplina;
- definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares, que possibilitem diversificar as possibilidades de acesso ao mesmo currículo;
- participar das reuniões pedagógicas e dos trabalhos dos órgãos colegiados do curso;
- planejar e organizar as ações educativas junto aos gestores (coordenador e pedagogo) do curso;
- elaborar e disponibilizar material didático, procurando aperfeiçoá-lo constantemente;
- assessorar e acompanhar o trabalho do tutor a distância;

- realizar reuniões periódicas com os tutores a distância para análise, reflexão, avaliação para direcionamento ou redirecionamento das atividades a serem realizadas,
- dispor de horário específico para atendimento ao tutor a distância.
- participa dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem e de formação dos tutores.

b) Papel do tutor a distância:

- conhecer projeto político pedagógico do curso;
- atender e orientar os alunos, esclarecendo as suas dúvidas quanto aos conteúdos;
- acompanhar as interações dos alunos por meio da lista de discussões, fóruns e/ou sala de bate-papo;
- manter vínculo interpessoal com os alunos, estimulando o interesse dos mesmos pela sua própria formação, evitando, também, a evasão e o descompromisso com o estudo;
- acompanhar a frequência dos alunos às atividades desenvolvidas;
- participar das atividades de capacitação e de avaliação, promovidas pela coordenação do curso;
- estabelecer os horários de atendimento ao aluno, junto à coordenação e Polo, e cumpri-los com pontualidade e assiduidade;
- participar da correção das Avaliações de aprendizagem e de reuniões pedagógicas;
- realizar atividades de extensão e pesquisa em EaD;
- dispor de horário específico de permanência para atendimento ao tutor presencia/Orientador Acadêmico;
- realizar as atividades previstas no planejamento da tutoria,

- estar atento às inovações tecnológicas e buscar sua auto-superação;
- mediar, portanto, didático-pedagogicamente o ensino e a aprendizagem, em contato direto com os estudantes por meio do acompanhamento formativo.

c) Papel tutor presencial/orientador acadêmico

A tutoria presencial ou orientação acadêmica é compreendida como um dos elementos do processo educativo que possibilita a significação ou ressignificação da educação a distância, principalmente em termos de possibilitar, em razão de suas características, o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional: tempo como objeto, exterior ao homem.

A orientação acadêmica ou tutoria presencial é peça fundamental para que o processo de ensino-aprendizagem se estabeleça, uma vez que os orientadores desempenham funções de mediação entre os conteúdos das disciplinas e os alunos, estabelecem ainda relações entre alunos e tutores a distância e entre os próprios alunos.

A orientação acadêmica traz a possibilidade de se garantir o tempo como o tempo de cada um, na perspectiva do respeito às diversidades e singularidades de grupos e/ou indivíduos.

É papel do tutor presencial ou orientador acadêmico:

- conhecer projeto político pedagógico do curso;
- ser um mediador entre o estudante e material didático e atividades práticas;
- orientar o aluno no planejamento e na administração do tempo acadêmico, visando a sua autonomia intelectual;
- estimular, motivar e orientar os alunos a desenvolverem suas atividades acadêmicas e de autoaprendizagem;
- planejar e organizar as ações de orientação da aprendizagem;

- realizar os encontros presenciais com os alunos, em grupo para orientação, troca de experiências, confronto de ideias e busca de soluções;
- assessorar e mediar o processo de aprendizagem do aluno considerando o ritmo e estilo de aprendizagem de cada um;
- possibilitar aos alunos procedimentos reflexivos e fundados em conceituações teóricas consistentes;
- avaliar o processo de aprendizagem do aluno, realizando sistematicamente exercícios de autoavaliação, discussão de resultados de avaliações propostas nos encontros presenciais;
- manter o tutor a distância, de forma direta, informados sobre o nível de preparação e desenvolvimento dos alunos e, de forma indireta, com o coordenador do curso pedagogo;
- acompanhar as interações dos alunos por meio da lista de discussões, fóruns e sala de bate-papo da disciplina, auxiliando o tutor a distância na condução desses recursos;
- preencher instrumento de acompanhamento do desenvolvimento de aprendizagem do aluno;
- suscitar interesse pela investigação e uso de bibliotecas e laboratórios;
- orientar trabalhos escolares e atividades complementares;
- participar das reuniões com o tutor a distância para acompanhamento e avaliação dos resultados da disciplina;
- participar das reuniões técnico-pedagógicas do curso;
- participar das atividades de capacitação promovidas pela coordenação de curso;
- estar atento às inovações tecnológicas e buscar sua auto-superação,
- realizar as atividades previstas no planejamento da tutoria.

d) Papel do pedagogo do curso:

- participar da concepção e elaboração do projeto do curso;
- assessorar o professor especialista no planejamento e organização das atividades de sua disciplina;
- orientar e acompanhar a organização do material didático;
- participar da avaliação do curso;
- acompanhar o processo de orientação e aprendizagem do aluno;
- promover programas para realização de práticas, seminários e demais atividades que contribuam para a integração das equipes;
- encaminhar pesquisas acadêmicas sobre o processo de orientação e aprendizagem;
- registrar sistematicamente e divulgar experiências do cotidiano pedagógico para os diretores acadêmicos, administrativos, coordenadores dos cursos e professores especialistas;
- estar atento às inovações tecnológicas e buscar sua auto-superação;
- desenvolver projetos de capacitação para os envolvidos nos cursos de EaD;
- auxiliar na criação de metodologias que auxiliem o processo de ensino-aprendizagem de acordo com as peculiaridades de cada curso;
- coordenar o projeto de avaliação dos profissionais envolvidos com os alunos;
- auxiliar os tutores em ações que possibilite melhor atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem,
- Produzir guias de orientação quanto à elaboração de atividades, para os formadores e para os alunos.

e) Papel do coordenador de estágio:

- supervisionar as instituições ofertantes de estágio,
- aprovar junto com o CIE-E (Coordenadoria de Integração Escola-Empresa) do Ifes, os documentos de formalização de convênio para estágio, com as Instituições dos municípios;
- oficial às unidades educacionais por meio de ofício, sobre o interesse em receber estagiários;
- promover, junto aos professores especialistas e tutores, estudos e debates sobre o estágio curricular, para decidir sobre a organização do processo didático-pedagógico;
- apoiar a elaboração do manual de estágio que será entregue aos alunos;
- munir o coordenador do curso de informações acerca do desenvolvimento do estágio.

f) Papel do coordenador (gestor) do curso:

- participar da concepção e elaboração do projeto do curso;
- selecionar o quadro dos docentes responsáveis pela elaboração do material didático;
- definir a agenda – cronograma do curso e seu acompanhamento;
- participar na organização do cronograma financeiro;
- gerenciar a implementação do curso;
- acompanhar a elaboração do material educacional;
- elaborar um "Guia Geral do Curso", com apoio dos demais envolvidos no curso, impresso ou em formato digital;
- promover reuniões periódicas com toda a equipe;
- fortalecer junto ao grupo o desenvolvimento de pesquisa e extensão;

- fazer circular, entre os interessados, informações oficiais e de eventos relativos ao curso;
- gerenciar a avaliação do curso e elaborar estatísticas das atividades desenvolvidas.
- auxiliar o Departamento Acadêmico na elaboração de processos de autorização e reconhecimento do curso;
- produzir material de orientação ao trabalho acadêmico e tutorial em conjunto com o pedagogo de curso,

3.6.8 Requisito para Ser Tutor Presencial/ Orientador Acadêmico

Os orientadores são os profissionais selecionados pela instituição de ensino - Ifes, para serem lotados nos municípios onde se situa o Polo que solicitou o curso. Serão definidos por meio de um processo de seleção que levará em conta os seguintes critérios:

- dispor de horário específico de permanência para atendimento ao aluno de forma presencial;
- residir preferencialmente na região onde se desenvolve o curso;
- possuir curso superior ou curso de pós-graduação na área de português e/ou pedagógica;
- ter experiência como docente;
- apresentar disponibilidade para se dedicar, em tempo exclusivo, ao cumprimento das tarefas que compõem suas atividades;
- demonstrar possuir os conhecimentos necessários às funções que desempenhará enquanto orientador acadêmico,

- aceitar participar, como cursista, de uma capacitação em educação aberta e a distância.

3.7 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Licenciatura em Letras Português está estruturado em um conjunto de créditos e horas de atividades complementares, desenvolvidos em períodos semestrais, obedecidos os dias letivos anuais previstos na LDB, n.º 9.394/96. Para efeito de cálculo da carga horária do curso e de cada componente curricular, atribui-se a cada crédito uma carga horária de 15 (quinze) horas semestrais.

O currículo do curso foi elaborado em conformidade com as diretrizes para cursos de licenciaturas. A Resolução CNE/CP n.º 02, de 1º de julho de 2015, que prescreve:

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares. |

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo: |

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; |
- II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição; |
- III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição; |
- IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição (CNE/CP, 2015, p. 11).

Em conformidade com essa Resolução, a carga horária total do curso de Licenciatura em Letras Português será estruturada por eixos curriculares, a saber:

Eixos do Currículo	Nº Horas Ofertadas	INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	
		Horas	Créditos
Atividades formativas	2.210	2.610	176
Prática como componente curricular	400		
Atividades teórico-práticas de aprofundamento - ATPA		200	
Projetos de Extensão	315		-
Estágio Supervisionado	400	400	26
TOTAL	3.325	3.210	200

As disciplinas foram distribuídas entre os períodos objetivando o crescimento gradual do aluno durante o curso. Para que esse objetivo seja alcançado, as disciplinas se inter-relacionam, no entanto, uma disciplina não depende necessariamente do conhecimento adquirido por outra disciplina. A exigência de pré-requisito é fundamental somente para garantir que o estágio aconteça dentro dos requisitos exigidos pela Lei.

A disciplina de Metodologia de aprendizagem em EaD faz parte da ambientação do aluno quanto à realização de um curso na modalidade de educação a distância. Visa à preparação do aluno quanto à compreensão da metodologia; à organização dos estudos e à aprendizagem dos conteúdos do curso de Licenciatura em Português, bem como, à capacitação para atuar no ambiente colaborativo de aprendizagem - “Moodle”. Abaixo são destacados na matriz curricular os pré-requisitos para o estágio.

a) Prática como Componente Curricular

Em conformidade a Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015, a prática como componente curricular não será reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o curso.

Em articulação intrínseca com as atividades do trabalho acadêmico e com o estágio supervisionado, a prática irá concorrer conjuntamente para a formação da identidade do professor como pesquisador e educador em Estudos Linguísticos

ou em Estudos Literários. O Curso de Letras oferece a prática a seus alunos no interior das disciplinas que constituem os componentes curriculares de formação, desde o início do curso e não apenas nas disciplinas pedagógicas (cf. ementas).

Essa correlação entre teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções para situações próprias do pesquisador e do professor no ambiente escolar. Assim, a prática vai permear toda a formação do futuro professor, estabelecendo/garantindo uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento, pois a integração da prática e da teoria, de uma forma mais efetiva nas horas a elas alocadas, oferecerá condições para a formação de um profissional mais bem preparado e seguro.

A prática, nesta proposta, será desenvolvida ao longo do curso e tem como objetivo familiarizar e embasar o estudante em atividades ligadas ao ensino. A experiência dos alunos/professores deve ser ponto de partida para a reflexão sobre a prática pedagógica criando desde o primeiro momento do curso, uma rede de troca permanente de experiências, dúvidas, materiais e propostas de atuação.

O eixo norteador da prática como componente curricular é a transposição do conteúdo teórico para a prática de ensino, através da análise de materiais didáticos, de abordagens de ensino, de tarefas de aprendizagem nas diversas habilidades linguísticas, do ensino dos diversos aspectos da língua a partir de uma perspectiva comunicativa, e através da elaboração de materiais didáticos que expressem o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa e Literaturas.

b) Atividades formativas

Os componentes curriculares de natureza formativas são de caráter teórico-prático. Eles relacionam-se a conteúdos básicos, profissionais e instrumentais, essenciais para compreender a linguagem, a literatura em língua portuguesa e a pedagogia, bem como para atuar como professor de português na educação básica. Além dessa formação, compreendem também a formação humanística desejada à formação de educadores.

c) Atividades teórico-práticas de aprofundamento

As atividades de caráter teórico-práticas de aprofundamento estão contempladas nas atividades complementares e serão desenvolvidas ao longo do curso, não se restringindo ao ambiente acadêmico. Tais atividades visam possibilitar aos alunos o desenvolvimento da responsabilidade pela própria formação, adquirindo as competências relacionadas ao “saber”, “saber fazer”, “saber ser” e “saber conviver”. Será ofertado aos alunos um conjunto de atividades em forma de projetos de extensão para que escolham dentre elas, segundo seus próprios interesses e possibilidades, as que desejarem. Os alunos também têm a responsabilidade de buscar atividades científicas e culturais e divulgá-las entre os colegas como forma de ampliar as possibilidades de envolvimento nessas atividades. Sua organização encontra-se detalhada em regulamento próprio aprovado pelo Colegiado de Curso (**Anexo V**).

d) Atividades de extensão

O Plano Nacional da Educação 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, na meta 12 aponta como uma das estratégias

12.7. assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (PNE, 2014, p. 74).

Nesse sentido este projeto de curso prevê a oferta de 07 projetos de extensão, equivalente a 315 horas, que poderão ser usados como carga horária de Atividades teórico-práticas de aprofundamento.

e) Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado objetiva integrar teoria e prática. Possui dimensão formadora e sócio-política, que proporcionam ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, consolidam a sua profissionalização e exploram as competências básicas indispensáveis para uma formação profissional ética e corresponsável.

O estágio supervisionado deverá ser realizado a partir da segunda metade do curso, sendo consolidado num relatório final, ele constitui um momento de aquisição e aprimoramento de conhecimentos e de habilidades essenciais ao

exercício profissional, que tem como função integrar teoria e prática. O projeto de estágio esta melhor delineado no **anexo III**.

3.7.1 Matriz Curricular

1º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Metodologia de Aprendizagem em EAD	Ativ. Formativa	30	30	60	04
Bases Sociológicas da Educação	Ativ. Formativa	30	-	30	02
Bases Filosóficas da Educação	Ativ. Formativa	30	-	30	02
Introdução aos Estudos Linguísticos	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Teoria da Literatura I: narrativa	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Leitura e Produção de Textos	Ativ. Formativa	60		60	04
Extensão: Retratos Sociais da Cidade Educativa: Espaços Não-Formais	ATPA			45	
Carga horária de créditos			50	300	20
Carga horária total do período				345	20

2º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Metodologia da Pesquisa	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Teoria da Literatura II: poesia e drama	Ativ. Formativa	75	15	90	06
Literatura em Língua Portuguesa I	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Fonética e Fonologia	Ativ. Formativa	50	10	60	04
História da Educação	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Extensão: Transtornos da Linguagem: da Identificação à Superação	ATPA			45	
Carga horária de créditos			35	330	22
Carga horária total do período				375	22

3º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Estudos Literários: metalinguagem e outras linguagens	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Linguística Textual	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Língua Brasileira de Sinais – Libras	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Morfologia I	Ativ. Formativa	60	15	75	05
Literatura em Língua Portuguesa II	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Psicologia da Educação	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Extensão: A Arte de Contar Histórias	ATPA			45	
Carga horária de créditos			45	375	25
Carga horária total do período				420	25

4º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Morfologia II	Ativ. Formativa	60	15	75	05
Tecnologias Integradas à Educação	Ativ. Formativa	30	30	60	04
Sociolinguística	Ativ. Formativa	50	10	60	04

Literatura em Língua Portuguesa III	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Introdução ao Latim	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Política e Organização da Educação Básica	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Extensão: Mapa Linguístico: variações/variedades	ATPA			45	
Carga horária de créditos				65	375
Carga horária total do período				420	25
5º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Literatura Ocidental	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Didática Geral -	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Literatura em Língua Portuguesa IV	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Sintaxe I	Ativ. Formativa	60	15	75	05
Produção de texto e ensino	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Diversidade e Educação	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Extensão: Direitos Humanos e Cidadania	ATPA			45	
Carga horária de créditos				45	375
Carga horária total do período				420	25

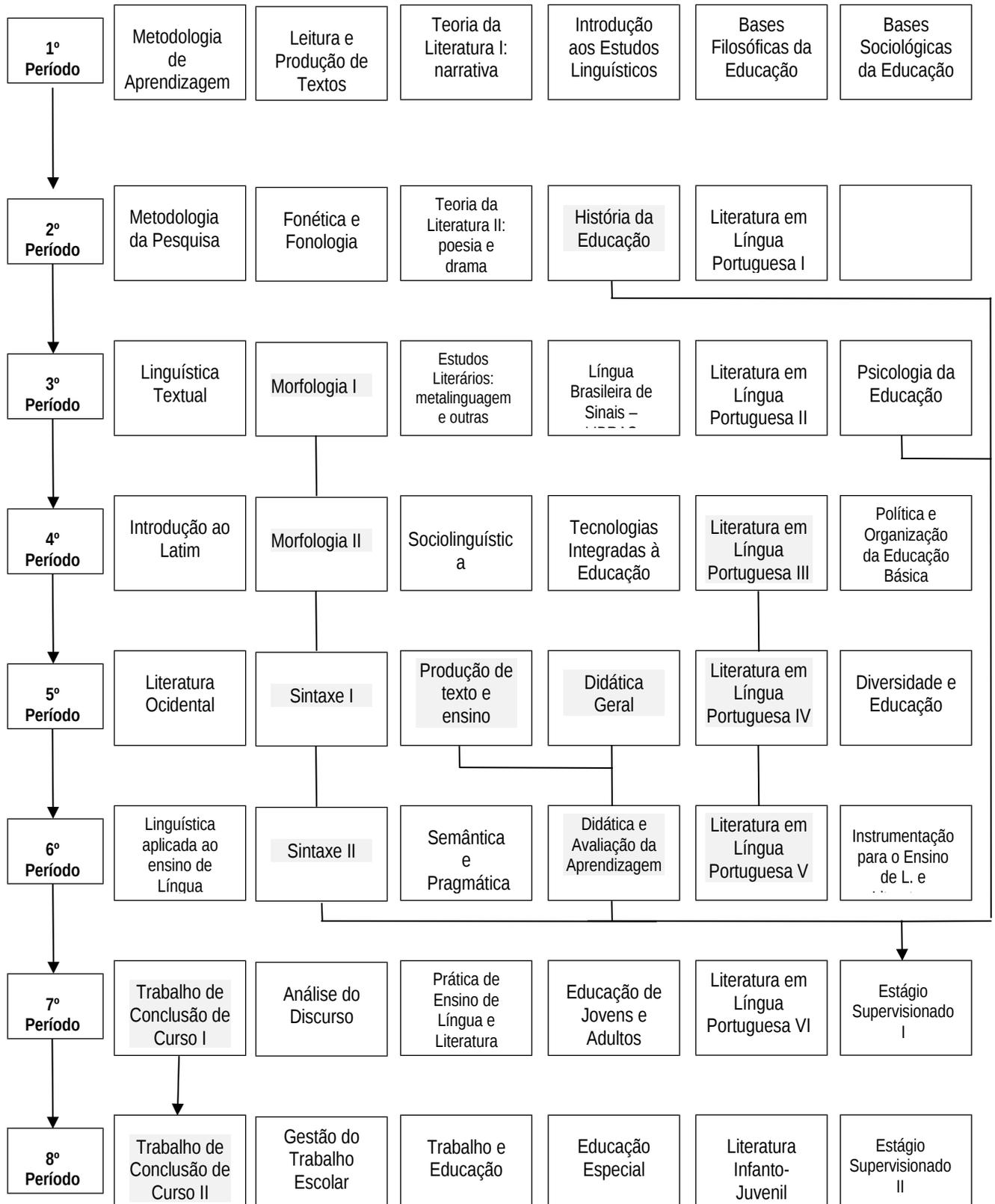
6º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Sintaxe II	Ativ. Formativa	60	15	75	05
Semântica e Pragmática	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Literatura em Língua Portuguesa V	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Didática e Avaliação da Aprendizagem	Ativ. Formativa	25	05	30	02
Linguística aplicada ao ensino de Língua	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Instrumentação para o Ensino de L. e Literatura	Ativ. Formativa	60	30	90	06
Extensão: Educação Ambiental	ATPA			45	
Carga horária de créditos				60	375
Carga horária total do período				420	25

7º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Trabalho de Conclusão de Curso I - Projeto	Ativ. Formativa	40	20	60	04
Análise do Discurso	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Prática de Ensino de Língua e Literatura	Ativ. Formativa	40	20	60	04
Educação de Jovens e Adultos	Ativ. Formativa	30	-	30	02
Literatura em Língua Portuguesa VI	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Estágio Supervisionado I	Estágio			200	13
Extensão: Relações Étnico-Raciais	ATPA			45	
Carga horária de créditos				50	515
Carga horária total do período				515	31

8º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Literatura Infantojuvenil	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Gestão do Trabalho Escolar	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Trabalho e Educação	Ativ. Formativa	30	-	30	02
Educação Especial	Ativ. Formativa	30	-	30	02

Trabalho de Conclusão de Curso II (Pesquisa)	Ativ. Formativa	30	30	60	04
Estágio Supervisionado II	Estágio		-	200	13
Carga horária total do período			40	440	29

3.7.2 Fluxograma da Matriz Curricular



3.7.3 Pré-Requisitos no Currículo

PERÍODO	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITOS
7º	Estágio de Ensino de Língua e Literatura I e II	História da Educação Psicologia da Educação Produção de texto e ensino Literatura em Língua Portuguesa III, IV e V Morfologia I e II Sintaxe I e II Didática Geral Didática e Avaliação da Aprendizagem
8º	Trabalho de Conclusão de Curso II	Trabalho de Conclusão de Curso I

3.7.4 Prazo de Integralização Curricular

REGIME ESCOLAR	PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO		REQUISITO PARA INTEGRAÇÃO	
	MÍNIMO	MÁXIMO	CARGA HORARIA	CRÉDITOS
Semestral	08 Semestres	16 Semestres	3.240	202

3.7.5 Atividades de Caráter Transversais a Todo o Currículo

Visando à formação de professores de forma integral e holística, o currículo do curso contempla questões determinações da Resolução CNE/CP nº 01 de julho de 2015, que dizem

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados

aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (CNE/CP, 2015, p. 11).

Considerando essa prescrição o curso de Licenciatura em Letras Português aborda as “políticas públicas” na disciplina Política e Organização da Educação Básica, “gestão da educação” na disciplina Gestão do Trabalho Escolar e “direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas” nas disciplinas Diversidade e Educação e Política e Organização da Educação Básica.

O currículo deste curso também está atento as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012, p. 4) que, ao tratarem da formação inicial de professores, incluem a Lei nº 9.795/1999 cujo artigo 11 estabelece que “[...] a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas [...]”. Essa lei foi ratificada pela Resolução CNE/CP nº 2 de 1º julho de 2015. Assim, visando atender às determinações legais, além de tratar da educação ambiental nos componentes curriculares de forma subjetiva, este Projeto de curso apresenta um projeto de extensão no sexto período da Matriz curricular intitulado Educação Ambiental que tratará das questões ambientais de modo teórico-prática mais aprofundada, pois se consideram as questões ambientais como parte integrante da formação docente.

Com base na Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na formação inicial e continuada de professores, também se busca contemplar no currículo do curso de forma subjetiva temáticas que envolvam questões étnico-raciais, em concordância com o Art. 2º de tal lei, o qual determina a promoção da “[...] educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática [...]”. Além de tratar desse tema com subjetividade, o projeto de extensão Relações Étnico-Raciais tratará do tema com aprofundamento.

Ademais, o currículo engloba as questões relativas à educação em direitos humanos, ao perpassarem em diversos componentes curriculares questões referentes a “[...] práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de formação, proteção defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas [...] ”, conforme estabelece a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, visando à promoção da educação para fins de transformação social, fundamentada em princípios de emancipação do sujeito, tais como: dignidade, igualdade, reconhecimento e valorização da diversidade, laicidade do Estado e democracia. Nesse sentido, além de abordar o tema no componente curricular Diversidade e Educação presente no 5º período, a temática receberá o devido aprofundamento no projeto de extensão Direitos Humanos e cidadania ofertado no mesmo período.

Por fim, atento ao [Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005](#), este projeto inclui a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como disciplina obrigatória no currículo objetivo do curso.

3.7.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo resultante de um projeto de pesquisa, é obrigatório e representa um momento em que o estudante demonstra as competências e habilidades desenvolvidas no curso em um projeto de maior porte. O texto, a contar da primeira página da introdução à última página das referências (excetuando-se, portanto, os elementos pré-textuais e eventuais apêndices e anexos), deverá observar o limite mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) páginas, configuradas de acordo com as Normas para apresentação de Trabalhos Acadêmicos Científicos do Ifes.

Sob a orientação de um professor, o processo de pesquisa, de formulação do problema e de especificação do trabalho inicia-se na unidade curricular “Metodologia da Pesquisa” e poderá se desenvolver em atividades de pesquisa e extensão constantes no currículo do curso ou em outros momentos da formação

do aluno junto à instituição, como projetos de Iniciação Científica (PIBIC) ou de Iniciação à Docência (PIBID). No oitavo período, na unidade curricular “Trabalho de Conclusão de Curso”, será designado um orientador para o aluno, de acordo com os interesses da pesquisa a ser realizada.

Atenta aos aspectos de uma Licenciatura em Letras-Português, a pesquisa deverá ser feita, individualmente ou em dupla, enfocando de maneira objetiva elementos do estudo da Língua Portuguesa, das Literaturas de Língua Portuguesa ou do Ensino de Língua Portuguesa e/ou de Literaturas de Língua Portuguesa. A critério da perspectiva adotada pelo projeto, esses elementos inerentes à área de Letras podem ainda ser coadunados à análise de questões histórico-sociais relacionadas ao objeto em estudo. Para isso, deve-se observar o diálogo com as unidades curriculares que podem colaborar para o desenvolvimento da pesquisa, desde as disciplinas teóricas até os projetos curriculares de extensão realizados a cada período do curso. De igual modo, experiências práticas, como as vivenciadas nos estágios curriculares obrigatórios, podem ser incorporadas ao desenvolvimento do projeto.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é consolidar os conteúdos vistos ao longo do curso no desenvolvimento de um projeto de pesquisa individual, sob orientação de um professor da instituição. O desenvolvimento desse trabalho deve possibilitar ao aluno a integração entre teoria e prática e a verificação de sua capacidade de síntese das vivências do aprendizado durante o curso.

Como indicado, estão previstas na matriz curricular do curso estas duas disciplinas: “Metodologia da Pesquisa” e “Trabalho de Conclusão de Curso”. A primeira vai oferecer os primeiros subsídios para a sistematização do projeto de pesquisa e a segunda refere-se ao período em que o aluno estará comprometido com o desenvolvimento de sua pesquisa e a apresentação dos resultados. Entre essas duas disciplinas, em contato com as demais unidades curriculares do curso, o aluno adensará a perspectiva de estudo e o recorte crítico-teórico apresentado na primeira versão do projeto (realizada em “Metodologia da Pesquisa”) a outras experiências práticas e teóricas vivenciadas durante sua formação na licenciatura.

3.7.6.1 Projeto de TCC

Na prática, a montagem do projeto parte da reflexão acerca de um problema relacionado às áreas que envolvem a Licenciatura em Letras-Português, e seu desenvolvimento requer um estudo minucioso e sistemático, com a finalidade de aprofundar reflexões e produzir conhecimento.

A pesquisa exige operacionalidade e método de trabalho. Para isso, é necessário:

- a) definição do tema, que deverá levar em conta critérios como atualidade e relevância, o conhecimento do pesquisador a respeito, sua preferência e aptidão pessoal para lidar com o assunto escolhido;
- b) revisão bibliográfica, ou seja, um levantamento da bibliografia já publicada sobre o assunto da pesquisa;
- c) justificativa, em que se exponham os motivos da pesquisa e contribuições pessoais e sociais que dela podem resultar;
- d) determinação dos objetivos, geral e específicos, que deverão nortear o projeto e, posteriormente, o Trabalho de Conclusão de Curso;
- e) metodologia, que deverá descrever os procedimentos metodológicos a serem adotados na pesquisa;
- f) redação do trabalho científico, que exige análise, síntese, reflexão e aplicação do que se leu e pesquisou (cria-se um texto com embasamento teórico resultante de leituras preliminares, expondo fatos, emitindo parecer pessoal, relacionando conceitos e ideias de diversos autores);
- g) apresentação do trabalho, a ser redigido segundo os “Princípios da Metodologia e Norma para apresentação de Trabalhos Acadêmicos Científicos do Ifes” visando à padronização, à estruturação do trabalho e à forma gráfica do texto;
- h) cronograma de execução do projeto de pesquisa, que deverá ser observado atentamente.

3.7.6.2 Apresentação e Divulgação do TCC

Ao final do curso cada aluno ou dupla deve postar a versão definitiva do trabalho para avaliação.

O trabalho será avaliado pelo orientador e por outro convidado. Ambos emitirão opinião escrita e mensurarão o trabalho por meio de nota de 0 a 100. A aprovação ou não do trabalho depende da média dos dois avaliadores. A média para aprovação é 60.

No caso de o Trabalho de Conclusão de Curso ser aprovado, mas, no entender dos examinadores, carecer de modificações, essas deverão ser providenciadas em até 15 dias pelo(s) autor(es) e revisadas pelo professor orientador, que será o responsável pela verificação do cumprimento das exigências e pelo registro da nota final.

Os trabalhos avaliados com grau de excelência, podem receber recomendação para publicação. Em relação a todos os trabalhos, não podem existir restrições de propriedades, segredos ou quaisquer impedimentos ao amplo uso e divulgação dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Todas as publicações decorrentes dos TCC devem conter o nome do Ifes, do Curso e do(s) orientador(es) do projeto.

3.8 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA

As ementas das disciplinas do curso, juntamente com suas respectivas bibliografias serão apresentadas nas propostas de Projetos de disciplina (**Anexo I**).

4 AVALIAÇÃO

4.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação no curso de Licenciatura em Letras Português é considerada como um processo. Será percebida como uma condição que torna mais dinâmica a ação do curso pela qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar o desenvolvimento do aluno, do professor e do próprio curso, confirmando se a construção do conhecimento ocorreu de forma teórica e prática.

Na formação de professores, a avaliação adquire uma importância redobrada, pois sua função não se restringe a um instrumento burocrático destinado a mensurar quantitativamente a apreensão de conteúdos ou a aquisição de habilidades. A avaliação insere-se no próprio processo de aprendizagem; assim, os instrumentos aplicados devem ser capazes de verificar não apenas o domínio dos conhecimentos teóricos do aluno, mas também sua capacidade de articular de forma dinâmica os ensinamentos apreendidos ao longo de seu período escolar, suas habilidades intrínsecas à atividade docente, bem como sua ética profissional. Além disso, a avaliação é objeto de reflexão do aluno, que a incorporará ao cotidiano de sua prática profissional.

Para cumprir com os propósitos de uma avaliação ampla, opta-se por instrumentos que subsidiem uma avaliação a partir dos seguintes princípios norteadores:

Ter prioritariamente a função diagnóstica que visa determinar a presença ou ausência de conhecimento e habilidades, providências para estabelecimentos de novos objetivos, retomada de objetivos não atingidos, elaboração de diferentes estratégias de reforço, sondagem, projeção de situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu.

Ser processual sendo capaz de verificar o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Assim, não pode haver lacunas avaliativas, e toda a ação e manifestação do estudante deve fazer parte dos critérios a subsidiar uma avaliação continuada.

Ser abrangente - o professor formador deve levar em conta os mais diversos aspectos que compõem a formação do professor e explicitá-los em seus instrumentos de avaliação.

Ser dinâmica, ou seja: o aluno não pode ser visto fora de seu contexto de vida, seja ele social e particular, ou intelectual.

Conforme concepção desse curso o processo avaliativo serve de instrumento de apoio para o próprio estudante melhorar seu desempenho. Desta forma, os resultados são retornados sempre ao aluno, não se reduzindo meramente a notas ou conceitos, mas especialmente em forma de pareceres e sugestões para que possa melhorar seu desempenho. O que se pretende não é só a quantidade de conhecimento, mas a capacidade de acioná-los a buscar outros conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento profissional.

As atividades de avaliação devem permitir avaliar os avanços do aprendiz no desenvolvimento das competências / habilidades de interesse. A avaliação se compõe por critérios, objetivos, normas, os quais permitem atribuir um valor ou uma significação aos dados concretos. Nesse sentido, a avaliação precisa demonstrar:

- clareza e explicitação de critérios;
- critérios compatíveis com os objetivos;
- clareza e explicitação de parâmetros,
- instrumentos compatíveis com os objetivos, critérios e parâmetros.

Na educação a distância, o modelo de avaliação da aprendizagem do aluno precisa considerar seu ritmo e ajudá-lo a desenvolver graus ascendentes de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos.

Mais que uma formalidade legal, a avaliação deve permitir ao aluno sentir-se seguro quanto aos resultados que vai alcançando no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação do aluno feita pelo professor deve somar-se à autoavaliação, que auxilia o estudante a tornar-se mais autônomo, responsável, crítico, capaz de desenvolver sua independência intelectual.

O aluno que não alcança os objetivos dentro do tempo previsto inicialmente pode ser submetido a estudos com acompanhamento e orientação do orientador acadêmico (tutor presencial), por meio de plantão, e do tutor a distância com atividades “*online*”, para que possa refazer seu percurso e dar continuidade a seus estudos.

Os métodos e instrumentos de avaliação se diferenciam conforme a natureza do componente curricular bem como do momento da realização da avaliação, se presencial ou a distância, porém, qualquer que seja o método ou instrumento, estes devem contribuir com o aprendizado dos alunos.

Na **avaliação a distância** são utilizados principalmente métodos e instrumentos como: solução de problemas, participação nos fóruns de discussão, realização de atividades dirigidas, estudo de caso, chats, provas e relatórios que são considerados essenciais para verificar e diagnosticar as necessidades dos alunos e redirecionar seus estudos, e, assim poder resultar em uma avaliação qualitativa e quantitativa.

Na **avaliação presencial** serão utilizados principalmente métodos e instrumentos como: observação do desempenho no desenvolvimento das atividades teóricas e práticas, provas/testes individuais, seminários em grupo, realização de exercícios dirigidos, apresentação de relatórios escritos e atividades práticas.

Os resultados quantitativos serão traduzidos em notas em uma escala de 0 a 100 estando aprovado o aluno que obtiver uma média final igual ou superior a 60 pontos.

A avaliação está caracterizada em dois níveis, a saber:

Em um **primeiro nível**, busca-se observar e analisar como se dá o processo de estudo do aluno: se está acompanhando as abordagens e discussões propostas

no material didático; quais os graus de dificuldades encontradas na relação com os conteúdos trabalhados; como é seu relacionamento com o tutor presencial; como desenvolve as propostas de aprofundamento de conteúdos; qual sua busca em termos de material de apoio, sobretudo bibliográfico; se mantém um processo de interlocução permanente com Tutor; como se relaciona com outros alunos do curso; se realiza as tarefas propostas; se faz indagações e questionamentos sobre as abordagens propostas e ainda se tem problemas de ordem pessoal ou profissional interferindo no seu processo de aprendizagem.

O acompanhamento nesse nível se dá através da orientação acadêmica, com registros individuais e com critérios para análise do envolvimento do aluno no processo. Cada orientador acadêmico se responsabilizará por um grupo de alunos para que possa acompanhá-los individualmente. Caso o aluno não apresente um desempenho satisfatório em termos de compreensão dos conteúdos trabalhados, ele é aconselhado a refazer seu percurso, aprofundando e ampliando suas leituras. Somente depois de atender as exigências desse nível, o aluno é aconselhado a participar do nível seguinte.

Em um **segundo nível**, busca-se observar em que medida o aluno está acompanhando o conteúdo proposto em cada uma das áreas de conhecimento. Nesse nível, o aluno realiza avaliações formais, por disciplina ou bloco de disciplinas (tanto presencial e/ou a distância), que lhe exijam não só um nível de síntese dos conteúdos trabalhados, mas também, a produção de material conforme exigência das disciplinas. Essas questões ou proposições são elaboradas pelos professores formadores responsáveis pelas áreas de conhecimento, com a participação do orientador acadêmico. Este nível de avaliação é também descrito e registrado nas fichas individuais do aluno. Caso o aluno não tenha o desempenho desejado, ele é aconselhado a refazer percursos de estudo, aprofundando mais suas leituras.

Neste nível estão previstas avaliações formais presenciais, escritas e/ou práticas, para verificação da aprendizagem de cada conteúdo, ocorrendo pelo menos um exame a cada disciplina estudada ou a critério do professor, e acompanhado presencialmente pelo orientador acadêmico.

Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, é possível particularizar três momentos no processo:

Acompanhamento do percurso de estudo do aluno, através dos diálogos e entrevistas com os orientadores acadêmicos: Registro regular por escrito, portfólio e outras ferramentas presentes no ambiente de aprendizagem, onde constarão as atividades e as experiências vivenciadas pelo cursista.

Produção de projetos, organização do portfólio no caso do estágio supervisionado que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados.

Apresentação de resultados de trabalhos, estudos e pesquisas realizadas a cada término de disciplina, os quais reiteram a avaliação presencial realizada, sendo um momento de verificação do conteúdo geral do mesmo.

Somente após a realização e participação nesses níveis de avaliação é que será feita a valoração final do desempenho do aluno, traduzida em número por exigência de normas institucionais.

A avaliação do desempenho acadêmico dos alunos do curso de Licenciatura em Português serão expressos, para efeito de progressão, por uma escala que vai de zero (0) a cem (100), sendo aprovado o aluno que obtiver um resultado final igual ou superior a sessenta (60) pontos. A organização do sistema de avaliação seguirá as orientações encaminhadas pela Regulamentação da Organização Didática da Educação a Distância do CEFOR/ Ifes.

4.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional será realizada conforme o que preconiza a proposta de avaliação Institucional do Ifes. Ela se trata de um processo desenvolvido pela comunidade acadêmica do Instituto Federal e ocorre com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos.

Neste processo são considerados o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, tendências, riscos e oportunidades para a organização e o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda que serão analisadas. O resultado da avaliação na Instituição balizará a determinação dos rumos institucionais de médio prazo.

Também serão considerados na avaliação institucional os ambientes proporcionados pelos polos de apoio presencial.

As orientações e instrumentos propostos nesta avaliação institucional (anexo 4), apoiam-se na Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 20 de dezembro de 1996, nas Diretrizes Curriculares do curso oferecido pelo Ifes, no Decreto 3.860 e na Lei 10.861, que institui o Sistema de Avaliação.

Essa avaliação retrata o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que o Ifes oferece para a sociedade. Confirma também a sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior.

São objetivos da Avaliação institucional:

- promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no Ifes;
- implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- planejar e redirecionar as ações do Ifes a partir da avaliação institucional;
- garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autonomia;
- consolidar o compromisso social do Ifes,
- Consolidar o compromisso científico-cultural do Ifes.

As técnicas e instrumentos utilizados serão seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho, questionários objetivos dentre outros.

A avaliação abrirá espaço para sugestões e avaliações espontâneas.

Todos os profissionais envolvidos no trabalho junto ao Ifes e alunos participarão da avaliação institucional.

Mecanismos de Integração da Avaliação

A proposta de avaliação do Sinaes prevê a articulação entre a avaliação do Ifes (interna e externa), a avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades-fim, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além das atividades-meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão do Ifes, abrangerão toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas o que garantirá um melhor entendimento da realidade institucional.

A integração da avaliação com o projeto pedagógico dos cursos ocorrerá pela contextualização destes com as características da demanda e do ambiente externo, respeitando-se as limitações regionais para que possam ser superadas pelas ações estratégicas desenvolvidas a partir do processo avaliativo.

Avaliação Externa

Será desenvolvida conforme a 4ª dimensão avaliada: comunicação interna e externa, que faz parte da avaliação institucional.

O objetivo dessa dimensão é avaliar a comunicação da IES com a comunidade, sua efetividade, identificando as formas de aproximação utilizadas, bem como a sua imagem pública, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade.

Estão previstas as seguintes ações:

- reuniões, seminários e fóruns e questionário diagnóstico para identificação das políticas e ferramentas de comunicação existentes e utilizadas e das ações de comunicação desenvolvidas;

- criação de instrumentos de avaliação que serão respondidos pela comunidade, incluindo os egressos dos cursos da IES;
- definição de propostas que desenvolvam a comunicação da IES com a comunidade;
- levantamento das estratégias e canais utilizados para comunicação;
- reunião com núcleo de assessoria de comunicação, *marketing*;
- reuniões com a comunidade externa organizada,
- avaliação das publicações (revistas, boletins).

4.2.3 Avaliação da Infraestrutura de Suporte Tecnológico e Científico

O quesito de infraestrutura e suporte tecnológico e científico será avaliado por meio de questionários aplicado a alunos e a professor/servidores e seguirá as orientações emanadas da sétima dimensão da avaliação institucional que tem como objetivo: avaliar a infraestrutura física e tecnológica existentes no Ifes e sua adequabilidade para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; a consonância destas informações e o grau de satisfação dos usuários pelos serviços prestados, com vistas à definição de propostas de redimensionamento.

4.2.4 Avaliação da orientação docente e da tutoria.

A avaliação docente/ formadores, tutores presenciais e a distância, como já informado no item 4.2 deste projeto, será desenvolvida por meio de reuniões acadêmicas organizadas semestralmente ou extraordinariamente quando necessário pela equipe gestora do curso e, ainda, por meio de questionários objetivos de autoavaliação docente e de questionários objetivos aplicados aos estudantes, abordando: política de atendimento aos estudantes, as formas de atendimento ao corpo discente, integração deste com a vida acadêmica, o apoio

pedagógico oferecido aos estudantes, a metodologia empregada, planejamento dentre outros.

4.3 AVALIAÇÃO DO CURSO

O curso de Licenciatura em Letras Português será avaliado em todo percurso de sua execução, obedecidas as diretrizes nacionais para a avaliação de cursos de nível superior, as diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura e proposta de avaliação Institucional do Ifes, que visa avaliar e acompanhar a proposta educacional dos cursos oferecidos na modalidade presencial e com adaptações para a modalidade a distância.

A avaliação do curso inclui os processos internos e externos, pois a combinação dessas duas possibilidades permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado, diferentes pontos de vista, particularidades e limitações. Inclui-se aqui, a avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do Ifes. Os instrumentos a serem utilizados envolvem alunos e avaliação pelos servidores.

As dimensões a serem avaliadas são:

- o plano do curso, sua execução e aplicabilidade e definir propostas de redirecionamento;
- a produção acadêmica visando possíveis mudanças, atualizações e adequações;
- a relação do curso com a comunidade através da avaliação Institucional, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade;

- os recursos humanos envolvidos no curso, buscando aprimorar o desenvolvimento profissional de forma permanente;
- o grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, buscando coerência entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional;
- infraestrutura física e tecnológica - sua adequabilidade para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão a satisfação dos usuários dos serviços prestados, com vistas à definição de propostas de redimensionamento;
- adequação do projeto do curso ao Plano de Desenvolvimento Institucional;
- as formas de atendimento ao corpo discente e integração deste à vida acadêmica, identificando os programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do estudante, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática no Ifes para a qualidade da vida estudantil e a integração do aluno à comunidade;
- Será adotará uma metodologia participativa, conforme orientação da avaliação Institucional e os métodos adotados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.
- avaliar o material didático quanto aos aspectos científico, cultural, ético e estético, didático-pedagógico, motivacional, sua adequação ergonômica aos alunos e às TICs utilizadas;

Na avaliação do material didático será considerado:

a) quanto ao material impresso:

- se facilita a aprendizagem e a motivam;
- sua correta utilização;

- a disponibilidade aos alunos;
- se estão adequados aos objetivos e atendem ao método;
- se os recursos privilegiam uma tecnologia mais avançada;
- se os recursos possibilitam o desenvolvimento da prática e
- se os recursos/meios foram planejados.

b) quanto ao material virtual e visual será observado se permitem:

- flexibilidade de tempo e espaço para a aprendizagem;
- acesso a informações, conhecimentos e trocas de experiências e ideias;
- interação entre alunos e professores;
- participação e exploração;
- *feedback* e cooperação;
- autonomia e iniciativa;
- aprendizagem autodirigida (o aluno procura o conhecimento, explora e direciona a aprendizagem);
- aprendizagem autoplanejada (agendas ajustáveis às conveniências, necessidades e ritmos de cada aluno);
- se a *internet* é usada como recurso para a identificação, avaliação e integração de uma grande variedade de informações; como um meio para colaboração, conversação, discussões, troca e comunicação de ideias; como uma plataforma para a expressão e contribuição de conceitos e significados;
- a apresentação de conteúdo sob a forma de hipertexto torna a sua natureza dinâmica se comparado com material estático de livros ou bibliografias utilizadas;

- estudantes têm a escolha de uma variedade de mídias para expressar suas compreensões e podem adicionar ou enriquecer o material didático oferecido através dos recursos disponibilizados para interação,
- se o correio eletrônico tem facilitado o estudo e a aprendizagem e
- se a webconferência tem contribuído para aprendizagem e interação com os especialistas.

Enfim, de acordo com o terceiro parágrafo do artigo 3º, da Resolução CNE/CES nº 01 de 11 de março de 2016, “Os sistemas de acompanhamento e avaliação da aprendizagem devem ser contínuos e efetivos, visando a propiciar, a partir da garantia de condições adequadas, o desenvolvimento e a autonomia do estudante no processo de ensino e aprendizagem”. Precedendo essa resolução o Parecer CNE/CES 564/2014,

A educação superior, na modalidade EaD, deve garantir a mediação pedagógica, ação intencional que acontece em ambientes de aprendizagem e caracteriza-se por equilíbrio dinâmico e complexo entre a concepção educacional, as diretrizes e normas nacionais e os processos de ensino e aprendizagem; o perfil do estudante e seu contexto psíquico e sociocultural, juntamente com as necessidades individuais; a natureza do domínio a ser ensinado; as atividades e a dinâmica das interações e os recursos materiais digitais inseridos no espaço educativo, entre outros. Nesse cenário, a frequência, o acompanhamento e a qualidade da mediação entre os estudantes, e os professores e tutores se constituem em indicadores imprescindíveis para a avaliação e sucesso de cursos e programas na modalidade EaD (CNE/CES, 2015, p. 23).

Nesse sentido, o curso de Licenciatura Letras Português, além das iniciativas já mencionadas, passará por um processo de autoavaliação contínua, não só visando regular “[...] a frequência, o acompanhamento e a qualidade da mediação entre os estudantes, e os professores e tutores [...]”, mas sobretudo acompanhar efetivamente a implementação do projeto pedagógico do curso.

Para concretizar as avaliações de forma contínua, será disponibilizado no ambiente:

- **sala de ouvidoria** para registro da reclamações ou observações em relação ao andamento do curso, por parte dos discentes;

- **sala de professor** para estreitar a comunicação e monitorar as ações do curso;
- **questionário de avaliação** em cada disciplina para os alunos, tutores e professor opinarem sobre aspectos positivos e negativos na oferta da disciplina;
- **questionário semestral** de avaliação global do curso, dos tutores e da equipe gestora do curso.

5 EXECUÇÃO DO CURSO

O projeto inicial previu ações que viabilizaram a implantação do curso de Licenciatura em Letras Português em 2012, priorizando as seguintes linhas de ação:

- formação de recursos humanos;
- seleção de material didático,
- compra de equipamentos no Ifes.

Na continuidade de oferta com este projeto, usaremos os recursos já reunidos em outras ofertas, no entanto, são necessárias ações dos polos para garantir espaço físico salubre, logística, equipamento, mobiliários e pessoal técnico e de apoio.

Para a formação de novos recursos humanos serão desenvolvidas as seguintes ações:

- seleção de tutores presenciais/orientadores acadêmicos;
- capacitação de tutores presenciais/orientadores acadêmicos, de tutores a distância e de professores (formadores e especialistas).

Para o desenvolvimento de material didático estão previstas as seguintes ações:

- elaboração e reprodução do guia do aluno;
- quando possível, produção de material didático impresso, fascículos de disciplinas,
- desenvolvimento de material didático para a *Web*

6 DEMANDAS PARA ATENDIMENTO PRESENCIAL NO POLO

No que tange a infraestrutura física em cada polo são necessários:

- Uma sala de aula tipo presencial, com capacidade para até 50 alunos e possibilidade de uso de Projetor Multimídia equipada com:
 - 1 (uma) mesa de projetor.
 - 1 (um) suporte para TV.
 - 1 (uma) TV 42 polegadas ou superior.
 - 1 (um) aparelho leitor de DVD.
 - 1 (um) projetor multimídia.
 - 1 (um) computador.
 - 1 (um) *nobreak*.
 - 1 (um) aparelho de ar-condicionado.
- Um laboratório com pelo menos 16 (dezesesseis) computadores conectados em rede, com acesso à internet, 16 (dezesesseis) estabilizadores, 08 (oito) filtros de linha e 16 licenças do *software Microsoft Windows XP Professional*, conforme especificado na seção 6.2.
- Uma biblioteca com 3 (três) ou mais exemplares por livro e pelo menos 1 (um) livro por disciplina do curso. Mesa redonda para estudo, com cadeiras e um computador com acesso à internet.
- Sala de apoio pedagógico do polo com 1 (um) computador 1 (uma) impressora multifuncional.
- Sala de apoio administrativo e de coordenação com 2 (dois) computadores 1 (uma) impressora multifuncional (cópia, impressão e scanner).

6.1 ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

Projektor Multimídia: Capacidade de 2500 lumens ou superior em resolução de 800 X 600 ou superior. Suporte às resoluções: 1280 x 1024, 1024 x 768, 640 x 480. Contraste: 500:1. Compatibilidade com os formatos: VGA, SVGA, XGA.

Cadeiras e mesas das salas: tipo móvel.

Computadores: Processador com frequência mínima 3.0 Ghz, 64 bits, FSB de no mínimo 1066 MHz, Memória Cachê L2 (On Chip) de no mínimo 512 KB, com *Cooling Device*.

HD SATA ou superior, 500GB ou superior, 7200RPM ou superior, mínimo de 8MB de cachê. 2GB de memória DDR2 com 533 MHz ou superior expansível até 4 GB de memória DDR2 no esquema *Dual Channel*.

Placa de Rede, (*On Board* ou não), padrão *Ethernet* 10/100/1000Mbps, Conector RJ45 e suporte ao padrão *Wake-up on LAN*.

2 (duas) interfaces seriais padrão RS-232.

1 (uma) interface paralela padrão *Centronics*.

4 (quatro) ou mais interfaces padrão Universal Serial Bus (USB 2.0), com respectivos conectores, com pelo menos 2 portas USB na frente do gabinete.

1 (um) Teclado 104 teclas padrão ABNT2, com dispositivo de ajuste de inclinação vertical, com conector padrão USB ou mini-din.

1 (um) Mouse ótico com *scroll* com conector padrão USB.

Fonte Chaveada 400 *Watts* ou superior a 50/60 Hz, Bivolt com seleção automática ou por chave 110/220 Volts.

1 (um) Monitor LCD digital de 15 polegadas ou superior.

1 (uma) Placa de Processador Gráfico com acelerador de vídeo em barramento AGP/PCI *Express* de pelo menos 128 bits, gráficos 2D e 3D, resoluções de pelo

menos 1600X1200, suporte de saída Dual VGA: DVI-D e RGB. Também será aceito Processador Gráfico incorporado à *motherboard* (*On Board*).

3 (três) *Slots* PCI livres após a configuração.

1 (uma) controladora de Unidade de Disco Rígido que disponibilize no mínimo 2 (dois) canais.

1 (um) Kit Multimídia com Unidade Gravadora de DVD e CD (DVD-RW e CD-RW), 02 caixas acústicas e microfone, com respectivos cabos de conexão.

1 (uma) *Web Cam* com sensor CCD de 640x480. Vídeo com resolução 640x480 até 30 frames por segundo. Fotografias de 1.3 *Megapixels*. USB 2.0 de alta velocidade certificado (totalmente compatível com USB 1.1). *Smart face tracking* com *zoom* digital 4X.

1 (um) Gabinete padrão minitorre com capacidade total para 4 periféricos, sendo 01 (um) de 5,25" frontal ocupado pela Unidade de DVD-RW, 02 (dois) de 5,25" frontal livre e 01 (um) de 3,5" ocupados por uma Unidade de Disco Flexível e uma Unidade de Disco Rígido Com pelo menos duas portas USBs Frontal.

Estabilizadores: capacidade de 1 Kva ou superior.

Filtro de linha: padrão com 2 (duas) entradas ou mais.

Impressora Multifuncional:

Velocidade de impressão 10 (dez) ppm ou superior em preto e branco.

Velocidade de impressão 8 (oito) ppm ou superior em cores.

Ciclo de trabalho mínimo de 1000 páginas mês.

Resolução: 1200 dpi.

Resolução em cores: 4800 x 1200 dpi.

Conectividade: USB.

Resolução do Scanner: 1200 x 2400 dpi.

6.2 ESPECIFICAÇÕES DOS SOFTWARES

Microsoft Windows® XP Professional ou superior com licenças, *service pack2* pré-instalado e recursos para restauração da configuração original a partir de partição oculta no disco rígido ou de mídia em CD-ROM. Versão OEM.

Os demais softwares utilizados são softwares livres não necessitando assim o pagamento e uso de licenças, dessa forma, o polo pode obter esses softwares na Internet de forma completamente gratuita.

7 QUANTITATIVO DE POLOS E SUAS LOCALIZAÇÕES

Os critérios utilizados para priorizar os polos regionais são:

- carência de profissionais licenciados em de Língua Portuguesa, a partir do levantamento da secretaria de Estado da Educação e Cultura de docentes em exercício em língua portuguesa, mas com outra formação;
- quantidade de escolas municipais, estaduais, federais e particulares nos níveis fundamental, médio e técnico profissionalizante;
- a importância econômica do município,
- as regiões que possuem SRE (Superintendência Regional de Educação) visto que estão distribuídos de forma estratégica no mapa do Espírito Santo.

Os polos municipais de apoio presencial instalados no Espírito Santo, aptos a receberem cursos da UAB segundo avaliação da Capes – **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** são:

MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Afonso Cláudio	Alameda Nossa Senhora de Lourdes, nº: 111 Bairro: Custódio Leite Ribeiro, Afonso Cláudio-ES - CEP: 29.600-000
Alegre	Rodovia BR 482, Cachoeiro/Alegre, Km 40 - Distrito de Rive, Cep: 29.500-000 - Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Alegre
Aracruz	Avenida Morobá, 248, Bairro Morobá - Ifes Campus Aracruz, Aracruz-ES - CEP 29192-733. (adjacente à Prefeitura Municipal)
Baixo Guandu	Rua Fritz Von Lutzow Nº: 217, Baixo Guandu - ES, CEP: 29.730-000
Bom Jesus do Norte	Avenida Governador Francisco Lacerda de Aguiar, s/n - Centro, Bom Jesus do Norte - ES - CEP 29.460-000.
Cachoeiro de Itapemirim	Rodovia Engenheiro Fabiano Vivácqua - S/N - Cidade Universitária - Bairro Dr. Luiz Tinoco da Fonseca (Morro Grande) - CEP: 29.313-230
Castelo	Rua Joaquim Távora. Nº: 537. Bairro: Centro. CEP: 64340000
Colatina	Rua Sérgio Bernardina, S/N, Bairro Santa Terezinha - Cep 29702-600 - Colatina – Es
Conceição da Barra	Av. Vidilino Matos Lima s/nº, Centro - Conceição da Barra - ES CEP 29.960-000

Domingos Martins	Travessa Augusto Schwambach, Número 87, Centro, Domingos Martins - ES CEP 29.260-000
Ecoporanga	Rua Americo Ribeiro de Souza, Nº 73, Centro - Antigo Lions, <i>Ecoporanga</i> -ES, CEP 29850-000
Itapemirim	Av. Cristiano Dias Lopes Filho, s/nº - Centro, Itapemirim-ES CEP 29.330-000
Iúna	Av. Amintas Osório de Matos, Nº 1459 - Niterói - Parque de Exposição Cassiano Osório Júnior, Iúna-ES CEP 29.390-000
Linhares	Av. Presidente Costa e Silva, 155, Bairro Novo Horizonte - Linhares-ES CEP 29.902-120
Mantenópolis	Rua Tiradentes, s/n, Centro, Mantenópolis-ES CEP 29.770-000 *Em cima da Rodoviária
Montanha	Av. Getúlio Vargas, No 436 – Centro – CEP: 29.890-000 – Montanha – ES
Mimoso do Sul	Rua Projetada, s/n, Chácara Chafariz, Mimoso do Sul-ES CEP 29.400-000 *Pombal
Nova Venécia	Rua 7 de Setembro, nº 420, Bairro Rúbia - Nova Venécia- ES CEP 29.830-000
Pinheiros	Av. General Rondon , Centro, Nova Canaã - Pinheiros-ES CEP 29.980-000
Piúma	Rua Jair Novaes, Número 383 - Centro, Piúma-ES CEP 29.285-000
Santa Leopoldina	Rua Moxafongo, s/n Centro, Santa Leopoldina-ES CEP 29.640-000
Vargem Alta	Rua Pedro Israel David, Número 500 - Centro, Vargem Alta - ES CEP 29.295-000
Venda Nova do Imigrante	Avenida Evandir Américo Comarella, 385, 3º Piso - Centro - Venda Nova do Imigrante - ES CEP 29.375-000 *Andar da Prefeitura Municipal
Vila Velha	Rua Antônio Ataíde, 246, Prainha - Vila Velha - ES - CEP: 29.100-290
Vitória	Rua Coronel José Martins de Figueiredo, No 45 – Tabuazeiro – CEP: 29.043-405 * 3º andar da EMEF Profª Eunice Pereira Silveira

8 DESCRIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

8.1 COORDENAÇÃO DE CURSO

A coordenação do curso e de responsabilidade da Coordenadoria de Área de Códigos e Linguagens do Campus Vitória, sendo necessário para ser coordenador estar investido em cargo permanente, atuar no curso e possuir dedicação exclusiva na Instituição.

O coordenador terá redução da jornada de trabalho, conforme regulamento institucional, para que possa participar a contento de reuniões nos diversos órgãos dentro da instituição, gerir o curso e visitar os polos de apoio presencial.

8.2 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso é um órgão normativo e consultivo setorial, composto pelos seguintes membros:

- **membros natos:** coordenador do curso; coordenador de tutoria, coordenador de estágio (se houver) e pedagogo de curso
- **membros representantes:** 04 (quatro) docentes do eixo de atividades formativas da área de língua e/ou literatura; 2 (dois) docentes para os demais eixos e áreas do Curso, 01 (um) representante discente que será eleito entre seus pares para mandato de 1 (um) ano, podendo esse mandato ser renovado por igual período, devendo estar esse representante discente regularmente matriculado no Curso de Licenciatura em Letras Português.

Os representantes mencionados terão cada qual um suplente, eleito ou designado conforme o caso, pelo mesmo processo e na mesma ocasião da escolha dos

titulares, aos quais substituem, automaticamente, nas faltas, impedimentos ou vacância. A formação e as atribuições do colegiado foram elaboradas em conformidade com a Resolução 01/2007 do Ifes.

O Colegiado de Curso será presidido pelo coordenador de curso ou, em sua ausência, respectivamente pelo coordenador pedagógico, sendo responsável pela administração do curso, conforme definido abaixo:

- elaborar o seu regimento interno (**proposta no anexo II**)
- elaborar, analisar e avaliar o projeto do curso e suas alterações;
- analisar, aprovar e avaliar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações, quando necessárias;
- fixar normas para a coordenação interdisciplinar e promover a integração horizontal e vertical do curso, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- fixar normas quanto à matrícula e integralização do curso;
- deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso;
- exercer as demais atribuições conferidas através de dispositivos legais aplicáveis;
- definir o número de vagas a serem ofertadas para o ingresso no curso;
- propor medidas para o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- decidir sobre pedidos referentes à matrícula, trancamento de matrícula no curso, cancelamento de matrícula em disciplinas, permanência, complementação pedagógica, exercícios domiciliares, expedição, dispensa de componente curricular (aproveitamento de estudos), transferência e colação de grau,

- examinar, decidindo em primeira instância, as questões acadêmicas suscitadas pelo corpo discente e docente, cabendo recurso da decisão à Subcâmara de Ensino Superior do Ifes.

8.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

8.3.1 Pessoal de Apoio a Gestão do Curso

NOME	TITULAÇÃO	VINCULO COM O IFES	SERVIÇO SOB SUA RESPONSABILIDADE
Maria da Penha Xavier	Especialista	Técnico Administrativo	Registro Acadêmico Ifes/Vitória
Etelvo Ramos Filho	Doutor	Professora DE	Coordenação de ATPA
Wander Luiz Pereira dos Santos	Mestre	Professor DE	Coordenação de Tutoria
Helton Andrade Canhamaque	Especialista	Técnico Assuntos Educacionais	Pedagogo
Antônio Luiz Santana	Especialista	Professor voluntário	Designer Instrucional

8.3.2 Gestores do Curso

GESTORES RESPONSÁVEIS	TITULAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO	REGIME DE TRABALHO	SERVIÇO SOB SUA RESPONSABILIDADE
Mariella Berger Andrade	Doutora	Informática	DE	Coordenação da UAB
Ricardo Paiva	Doutor	Educação	DE	Diretor Geral Campus Vitória
Hudson Luiz Côgo	Doutor	Educação	DE	Diretor de Ensino Campus Vitória
Antônio Carlos Gomes	Doutor	Linguística	DE	Coordenação do Curso

8.3.3 Docentes do Curso de Licenciatura Letras Português

NOME /E-MAIL/ LATTES	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS
ANDRÉ EFFGEN DE AGUIAR aeffgen@terra.com.br http://lattes.cnpq.br/9897295456897064	Mestre	Morfologia I Instrumentação para o Ensino de Língua e Literatura Extensão: Retratos Sócios da Cidade Educativa
ANTONIO DONIZETTI SGARBI donizetti@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/9637068474044846	Doutor	Bases Filosóficas da Educação Política e Organização da Educação Básica Extensão: Projeto de Educação Ambiental
ANTONIO LUIZ SANTANA asantana@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/3750049269692686	Mestre Doutorando	Metodologia de Aprendizagem em EAD Metodologia da Pesquisa Tecnologias Integradas à Educação
ARACELI COVRE DA SILVA aracelicovre@hotmail.com http://lattes.cnpq.br/0394983800700027	Mestre Doutoranda	Leitura e produção de texto Linguística Textual Produção de texto e ensino
CAMILA DAVID DALVI camiladalvi@gmail.com http://lattes.cnpq.br/8821167575641944	Doutora	Teoria da Literatura I: narrativa Literatura em Língua Portuguesa I Literatura em Língua Portuguesa III
CARLOS EDUARDO DEOCLÉCIO deoclecio@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/4181764395770888	Mestre	Introdução aos Estudos Linguísticos Sociolinguística Extensão: Mapa Linguístico e Mostra Cultural
EDNA REIS ednareis@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/1565516785763423	Doutora	Trabalho e Educação Morfologia I Gestão do Trabalho Escolar
FERNANDA BORGES FERREIRA DE ARAÚJO faraujo@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/2356963552728689	Doutora	Didática Geral Sintaxe II Análise do Discurso
GEILSON SILVA COSTA geilson.costa@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/7065735454503086	Mestre	Semântica
GERALDO MAJELLA DE SOUZA geraldom@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/0813419015111940	Doutor	Literatura Ocidental Literatura em Língua Portuguesa V
ILIONI AUGUSTA DA COSTA ilionicosta@yahoo.com.br http://lattes.cnpq.br/1800353439546137	Doutora	Educação Especial Linguística Textual Trabalho de Conclusão de Curso I
KARINA BERSAN ROCHA karina@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/5642091370824315	Doutora	Estudos Literários: metalinguagem e outras linguagens Estágio Supervisionado I e II
LETÍCIA QUEIROZ DE CARVALHO leticia.carvalho@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/2450281340934414	Doutora	Prática de Ensino de Língua e Literatura Extensão: Genealogias e Relações Étnico-Raciais
LUCAS DOS PASSOS E SILVA lucas.silva@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/7618847422448650	Doutor	Estudos Literários: metalinguagem e outras linguagens Introdução ao Latim Literatura em Língua Portuguesa II

MARIA JOSÉ DE RESENDE FERREIRA mariaresende@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/0930511555702384	Mestre Doutoranda	História da Educação EJA e Educação Profissional Extensão: Gêneros e Direitos Humanos
NELSON MARTINELLI FILHO nelson.martinelli@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/9186790476855298	Doutor	Literatura Infantojuvenil Didática e Avaliação da Aprendizagem Literatura em Língua Portuguesa IV
ODETE CECÍLIA ALVES VEIGA odeteveiga5@gmail.com http://lattes.cnpq.br/3184060275501154	Mestre	Psicologia da Educação Extensão: Problemas e Distúrbios da Comunicação
SHIRLEI CONCEIÇÃO BARTH CHAEFFER shirleischaeffer@gmail.com http://lattes.cnpq.br/1189576648455111	Mestre	Fonética e Fonologia Sintaxe I Linguística aplicada ao ensino de Língua
SIDNÍLIA FERREIRA COSTA DE SOUSA sidnilia@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/0341813616361441	Especialista	Linguagem Brasileira de Sinais – (LIBRAS)
WANDER LUIZ PEREIRA DOS SANTOS wpereira@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/3433942776848903	Mestre	Bases Sociológicas da Educação Diversidade e Educação
WEVERSON DADALTO weverson.dadalto@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/8645829114288837	Mestre	Literatura em Língua Portuguesa VI Extensão: Contadores de História

8.3.4 Tutores

NOME /E-MAIL	TITULAÇÃO	LINK DO CURRÍCULUM LATTES
ALESSANDRA TRABACH GOBETTI BURINI alessandratgb@hotmail.com	Especialista	http://lattes.cnpq.br/8010547344157463
MEIRIELE VALENTINA MOREIRA meiriele.valentina@gmail.com	Especialista	http://lattes.cnpq.br/5487951108237464
ALESSANDRO POLETO OLIVEIRA alessandropoletto@gmail.com	Especialista	http://lattes.cnpq.br/1502994966728866
ANA MARIA GOMES BATISTA ana.gomes.2008@gmail.com	Especialista	http://lattes.cnpq.br/9583204830761945
ANGELA MARIA SOARES angelamsbaptista@hotmail.com	Especialista	http://lattes.cnpq.br/8011661322275259
ARACELI COVRE DA SILVA aracelicovre@hotmail.com	Mestre	http://lattes.cnpq.br/0394983800700027
CAMILA BELIZÁRIO RIBEIRO camilablz@yahoo.com.br	Mestre	http://lattes.cnpq.br/2360745240765304
CLEUSA MARIA FABRIS fabriscleusamaria@gmail.com	Especialista	http://lattes.cnpq.br/3189799490746433
ÉLIO FRANCISCO SANTANA eliofrann@ifes.edu.br	Mestre	http://lattes.cnpq.br/8909910043625710
ELIZANGELLA TONELLI eliztonelli@gmail.com	Mestre	http://lattes.cnpq.br/4908961209200145
ERNESTO CHARPINEL BORGES ernestocharpinel@ifes.edu.br	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1046025397976904
GEILSON SILVA COSTA	Especialista	http://lattes.cnpq.br/7065735454503086

geilsoncosta.ead@gmail.com		
GERUZA NEY ALVARENGA geruzaney@yahoo.com.br	Mestre	http://lattes.cnpq.br/7553907596005685
GLAUCIMERE PATERO COELHO glauci.patero@hotmail.com	Mestre	http://lattes.cnpq.br/9937713580540924
JIEGO BAUDUINO FERNANDES RIBEIRO jiegob@bol.com.br	Doutor	http://lattes.cnpq.br/6883534901712641
JOELMA COSTALONGA Joelma.costalonga@hotmail.com	Especialista	http://lattes.cnpq.br/9245742307645495
KARLA ANDRÉA GONÇALVES CAPUCHO kacapucho@hotmail.com	Especialista	http://lattes.cnpq.br/5697166665970562
KENIA BERSA PINHEIRO kikakeninha@gmail.com	Especialista	http://lattes.cnpq.br/0373321183501195
LUZANGELA ESTEVES LEMOS luzangelemos@gmail.com	Especialista	http://lattes.cnpq.br/3325374160364287
MARIA APARECIDA SILVA DE SOUZA heva.mariaaparecida@gmail.com	Mestre	http://lattes.cnpq.br/0398033026484020
MARTHANÉZIA RODRIGUES PAGANINI martanezia@gmail.com	Mestre	http://lattes.cnpq.br/0344649582377851
MÔNICA DOS SANTOS SOUZA monica.vit@hotmail.com	Mestranda	http://lattes.cnpq.br/8680907946570221
ODETE CECÍLIA ALVES VEIGA odeteveiga5@gmail.com	Mestre	http://lattes.cnpq.br/3184060275501154
PABLO OLINTO DE OLIVEIRA SOUZA paboolinto@hotmail.com	Mestre	https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=CA7BD634B6443A7BCACC2DA83A87E773
REGINA LUCIA SANTANNA artemysia@bol.com.br	Especialista	http://lattes.cnpq.br/3757500128264473
ROSANA CARVALHO DIAS rosanad@ifes.edu.br	Mestre	http://lattes.cnpq.br/6514424032303920
SHIRLEI CONCEIÇÃO BARTH SCHAEFFER Shirleischaeffer@gmail.com	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1189576648455111
TATIANA FALCÃO RODRIGUES CARDOSO tianafalcao@yahoo.com.br	Especialista	http://lattes.cnpq.br/5812816135742294
VIVIAN PINTO RIOLO vivianpriolo@yahoo.com.br	Mestre	http://lattes.cnpq.br/4661658126855061
WALLAS GOMES ZOTELI wallas.zoteli@ifes.edu.br	Mestre	http://lattes.cnpq.br/4409617808821260
WANDER LUIZ PEREIRA DOS SANTOS wpereira@ifes.edu.br	Mestre	http://lattes.cnpq.br/3433942776848903

9 PLANO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO CURSO

O avanço contínuo da ciência e da tecnologia leva a uma imperiosa necessidade de atualização permanente dos equipamentos e dos conteúdos didáticos. Não se pode falar em mudanças se os mediadores, mais importantes do processo, professor especialista e orientador acadêmico não estiverem preparados para o desenvolvimento em qualquer ação educativa; em especial, no caso, o trabalho com a EaD, cuja metodologia apresenta-se diferenciada da presencial.

Dessa forma, propõe-se um plano de capacitação de formação de professores, envolvendo a fundamentação da educação a distância, a metodologia aplicada à educação a distância e o uso do ambiente de aprendizagem que será o suporte de alunos e a assessoria acadêmica aos orientadores. Essa capacitação tem uma carga horária de 180 horas, e terá no currículo a seguinte proposta de programa:

- o lfes na EaD
- apresentação do curso
- EaD - Breve histórico
- legislação
- EaD: conceitos, vantagens, os múltiplos papéis do educador na EaD, tutor a distância/especialista, tutor presencial/ orientador acadêmico.
- designer instrucional
- novas questões na Educação a distância: o aluno na EaD, tecnologias na Educação a distância.
- metodologia da EaD: formas de relacionamento (concepções), - concepção e organização do trabalho, métodos, ferramentas.
- material didático: impresso, audiovisual, virtual.
- avaliação da aprendizagem
- ambiente de aprendizagem
- mediação por videoconferência

10 APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE CONTRAPARTIDA

O Ifes conta com uma estrutura que lhe possibilita ofertar o curso de Licenciatura em Português. O condução do curso é de maneira articulada entre o Campus Vitória do Ifes e Cefor - Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância. Cada uma dessas unidades conta com uma estrutura física adequada para dar suporte ao trabalho, possuindo laboratórios que possibilitam promover a capacitação de todo o corpo docente envolvido no curso.

O curso também tem o suporte de pessoal técnico-administrativo responsável pelo andamento dos cursos oferecidos pela instituição. Além de recursos como: gráfica, reprografia, auditório, veículos, suprimento, acesso a Internet, incentivos financeiros para participação em congressos e eventos.

Cabe destacar que a Coordenação e o Colegiado do curso estão localizados na Unidade de Vitória, que fornece o espaço físico, logístico e equipamentos necessários para à gestão do curso.

Como contrapartida do Ifes para os municípios, pretendemos:

- apoiar o desenvolvimento de projetos de extensão na comunidade, estimulando a utilização do português nas escolas da região;
- estimular e apoiar o coordenador de polo no uso de suas atribuições;
- estimular o desenvolvimento de projetos educacionais que envolvam o uso de tecnologia na educação nos municípios;
- estimular a fixação de recursos humanos altamente qualificados nos polos;
- propiciar o interesse pela pesquisa na área de educação ou Letras.
- fomentar a troca de experiências entre as secretarias de educação dos vários municípios envolvidos quanto ao uso das linguagens na educação.

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

ANDRÉ, Marli E. D. A., O papel da Pesquisa na articulação entre saber e prática docente. Psicologia da Educação: **Revista do programa de estudos pós-graduação em psicologia da educação**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. N1, p 35-41, dez. 1995.

BALZAN, Newton Cezar. DIAS SOBRINHO, José (orgs). **Avaliação Institucional**: teoria e experiência. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BELLONI, Isaura. Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação. IN: **Linhas críticas**: Revista semestral da faculdade de educação. Brasília, DF: UNB. V 5, n 9, Jul – dez, 1999

BRASIL, Ministério da Educação. **Avaliação externa de instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumentos, SINAES: Orientações Gerais para o roteiro de autoavaliação das instituições** – INEP, 2004 Disponível em: Acessado em 03 de outubro de 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Federal do Espírito Santo. **Regulamento da organização didática dos cursos superiores - EaD – ROD/EAD**. Ifes: Espírito Santo, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Federal do Espírito Santo. **Código de Ética e Disciplina do Corpo Docente do Ifes**. Ifes - Espírito Santo: 2011c.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Federal do Espírito Santo. **Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação**. Ifes – Vitória: 2011. Disponível em: Acessado em 03 de março de 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Federal do Espírito Santo. **Resolução do Conselho Superior nº. 19/2011**. Ifes. Espírito Santo: 2011. BRASIL. **Decreto nº. 7234, de 19 de julho de 2010**. Disponível em: Acessado em 04 de março de 2014.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.224**, de 1º de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 out. 2004. Acesso em março de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.773**, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 maio 2006. Acesso em março de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.824** de outubro de 2012b. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 out. 2012. Acesso em outubro de 2016.

BRASIL. **Lei Nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em outubro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 30 dez. 2012. Acesso em outubro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012a. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Acesso em outubro de 2016.

BRASIL. **Lei Nº 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em outubro de 2016.

BRASIL. **Lei Nº 9394**, de 20 de Dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em outubro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Acesso em nov. 2016.

BRASIL. **Portaria normativa nº 18**, de 11 de outubro de 2012c. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 15 out. 2012. Acesso em outubro de 2016.

BRASIL. **Relatório produzido pela comissão especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no ensino médio (CNE/CEB)**. Maio de 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>. Acesso em outubro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES Nº 1**, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas

e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/par/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12928-educacao-a-distancia>. Acesso em novembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES Nº: 564/2015**, de dezembro de 2015. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=21126>. Acesso novembro 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNE (2014-2024) - Lei Nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso novembro 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 18**, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13192%3Aresolucao-ces-2002&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=866. Acesso novembro 2016.

BRASIL. **Resolução nº 1**, de 17 de junho de 2004. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em <http://www.sinpro.org.br/arquivos/afro/diretrizes_relacoes_etnico-raciais.pdf>. Acesso outubro 2016.

BRASIL. **Resolução nº 1**, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866>. Acesso outubro 2016.

BRASIL. **Resolução nº 2**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866>. Acesso outubro 2016.

CEFETES. **Ata nº 58ª do conselho diretor**, de 23 de novembro de 2006. Homologa as decisões da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Cefetes de 26 de outubro de 2006. <http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Atas/2006/ata%20conmdir%2058.pdf>. Acesso outubro 2016.

CEFETES. **Resolução CD Nº 04/2004**, de 12 de abril de 2004. Fixa o valor máximo a ser concedido para os custos de deslocamento previstos no inciso II do Art. 19 da Resolução CD nº 03/2001. http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Resolucoes/2004/resolucao_2004_04.pdf. Acesso outubro 2016.

CEFETES. **Resolução CD Nº 05/2004**, de 12 de abril de 2004. Altera o art. 19 da Resolução do Conselho Diretor nº 03/2001, de 5 de abril de 2001, que “Institui o

Sistema de treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Unidades Sede e de Ensino Descentralizadas – UnEDs)”.
http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Resolucoes/2004/resolucao_2004_05.pdf. Acesso em abril de 2010.

CEFETES. **Resolução CD No 12/2003**, de 20 de agosto de 2003. Cria a Câmara de Ensino e Pesquisa do Cefetes. Disponível em <
http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Resolucoes/2003/resolucao_2003_12.pdf> Acesso em 05 abril 2010.

CEFETES. **Resolução CD N° 13/2005**, de 27 de setembro de 2005.
http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Resolucoes/2005/resolucao_2005_13.pdf. Acesso em abril de 2010.

CEFETES. **Resolução CD N° 14/2007**, de 18 de junho de 2007. Fixa condições de afastamento do servidor técnico-administrativo em educação para evento de capacitação em instituições ou empresas nacionais ou estrangeiras.
http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Resolucoes/2007/res_cd_14_2007.pdf. Acesso em abril de 2010. (Revoga a Resolução do Conselho Superior nº 01, de 03 de março de 1995, bem como todas as disposições da Resolução do Conselho Diretor nº 03/2001, de 05 de abril de 2001, que se refiram aos servidores técnico-administrativos).

CEFETES. **Resolução N.º 03, de 05 de abril de 2001**. Institui o Sistema de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Unidades Sede e de Ensino Descentralizadas – UnEDS). Disponível em
 <http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Resolucoes/2001/resolucao_2001_03.pdf>. Acesso em abril de 2010. (Alterada pelas Resoluções CD N° 04/2004 E 05/2004 e parcialmente revogada pela Res. 14/2007).

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

ESTEBAN, Teresa Maria (org). **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. .2 ed Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERREIRA, Lucila C. Ferreira. PEROTA, Maria Luiza L. R. Perota. Inter-relacionamento de alguns paradigmas do campo de estudo da avaliação educacional com seus fundamentos teórico-metodológicos. Vitória, 1995. Mimeo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Vygotsky & Bakhtin – psicologia e educação**: um intertexto. São Paulo: Ática, 1996.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1998.

Haidt, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2006.

Hoffmann, Jussara. **Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista**. 29. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

Houaiss, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**, 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva. 2004.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 25/2011**, de 10.06.2011. Anexo I: *código de ética e disciplina do corpo discente do ifes*. Disponível em: www.ifes.edu.br institucional.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. *campus Vitória*. Coordenadoria de Letras. **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em letras português**, 2013.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. **Projeto político pedagógico institucional - PPI - 2014-2018** Ifes, Espírito Santo: Disponível: www.ifes.edu.br. Acesso em novembro de 2016.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. **Plano de desenvolvimento institucional (PDI) - 2014-2019**. Ifes, Espírito Santo: Disponível: www.ifes.edu.br. Acesso em novembro de 2016.

IFES. **Orientação normativa 003/2010**, de 16 de agosto de 2010. Altera e substitui a Orientação normativa 003/2009, de 18 dezembro de 2009, que normatiza o Núcleo Comum dos Cursos de Graduação do Instituto Federal do Espírito Santo.

IFES. **Orientação normativa nº 01/2011**, de 24 de janeiro de 2011. Disponível em: www.ifes.edu.br proen.

IFES. **Portaria nº 1.315, de 28 de novembro de 2011**. Anexo I: *Regulamento da organização didática dos cursos de graduação do ifes*. Vitória: IFES, 2011. Disponível em: www.ifes.edu.br proen.

IFES. **Resolução CS 011/2010**, de 16 de abril de 2010. Aprova a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Ifes. Disponível em <http://www.ifes.edu.br/institucional/869-conselho?start=5>. Acesso outubro 2016.

IFES. **Resolução CS 29/2010**, de 04 de agosto de 2010. Aprova a utilização do resultado da prova do Enem 2010 para 100% das vagas para ingresso nos cursos de graduação presenciais e a distancia do Ifes. Disponível em <http://www.ifes.edu.br/institucional/869-conselho?start=5>. Acesso outubro 2016.

IFES. **Resolução CS 29/2010**, de 04 de agosto de 2010. Aprova a utilização do resultado da prova do Enem 2010 para 100% das vagas para ingresso nos cursos de graduação presenciais e a distancia do Ifes. Disponível em <http://www.ifes.edu.br/institucional/869-conselho?start=5>. Acesso outubro 2016.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 11/2010**, de 16 de abril de 2010 (*Aprova a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Ifes*). Disponível em: www.ifes.edu.br institucional.

IFES. **Resolução do conselho superior Nº 47/2014**, de 7 de novembro de 2014. Aprova a Política de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado para Alunos de Cursos a Distância do Instituto Federal do Espírito Santo. Disponível em: www.ifes.edu.br institucional.

IFES. Ministério da Educação. **Resolução do conselho superior nº 28/2014**, de 27 de junho de 2014. Altera Resolução CS nº 28/2014, que aprovou a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Ifes. Disponível em: www.ifes.edu.br institucional.

IFES. Ministério da Educação. **Resolução do conselho superior nº 12/2015**, de 02 de março de 2015. Altera Resolução CS nº 28/2014, que aprovou a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Ifes. Disponível em: www.ifes.edu.br institucional.

IFES. **Resolução 170/2016**, de 16 de setembro de 2016. Estabelece o núcleo comum dos Cursos de Licenciatura do Ifes, dá outras providências e revoga os artigos 2º e 4º da Resolução CS 49/201. Disponível em: www.ifes.edu.br institucional.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 50/2011**, de 13 de setembro de 2011 (*Estabelece os procedimentos de implantação e acompanhamento de cursos de Graduação do Ifes*). Disponível em: www.ifes.edu.br institucional.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 64/2011**, de 08 de dezembro de 2011 (*Normatiza a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos cursos Técnicos e de Graduação do Ifes*). Disponível em: www.ifes.edu.br institucional.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 65/2010**, de 23 de novembro de 2010. (*Altera e substitui a Resolução CD nº 01/2007, de 07/03/2007, que cria os Colegiados dos Cursos Superiores do Instituto Federal do Espírito Santo*). Disponível em: www.ifes.edu.br institucional.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 65/2011**, de 08 de dezembro de 2011 (*Normatiza a utilização da oferta de componentes curriculares a distância em cursos Técnicos e de Graduação presenciais do Ifes*). Disponível em: www.ifes.edu.br institucional.

INEP . **Portaria SINAES - 2051**, de 09 de julho de 2004, Avaliação externa de instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumento, SINAES: Orientações Gerais para o roteiro de autoavaliação das instituições –, 2004

LATAILLE, Yves et alii. **Piaget, Vigotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LÜCK, Heloísa et al. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo, Papirus Editora, 2000.

MORIN Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NÓVOA, Antonio. **Entrevista a revista nova escola**. Agosto/2002, p. 23.

NÓVOA, Antonio. (coord). **Os professores e sua formação**. Lisboa-Portugal, Dom Quixote, 1997.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação**: novos tempos. Novas práticas. 4 ed Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

RISTOFF, Dilvo I. Ristoff. Avaliação Institucional: pensando princípios. In: SOBRINHO et al (orgs). **Avaliação institucional**: teoria e experiências. 2 ed São Paulo : Cortez, 2000. (p. 15- 37)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Saber escolar, currículo e didática**. 3.ed.Campinas: Autores Associados, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **A pesquisa em educação**: abordagem crítico-dialética e suas implicações na formação do educador. In: Contraponto / Universidade do Vale do Itajaí, ano 1, n. 1, p. 11-22, Itajaí: Univali, jan./jun. 2001.

SGUISSARDI, Valdemar (org). **Avaliação universitária em questão**: reformas do Estado e da educação superior. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 7 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

UNIVERSIA. **O mecanismo da memória**: conhecer os mecanismos cerebrais envolvidos pode facilitar o processo de memorização. 2005. Disponível em < http://www.universia.com.br/html/materia/materia_gjhj.html> Acesso em fev. 2008.

UNIVERSIDADE Federal de Pelotas. **Guia de extensão, arte e cultura**. Pelotas: UFPEL/ Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/ Divisão de Planejamento e Apoio Técnico., 1999. URL: <http://www.ufpel.tche.br/prec/diplan/guia.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

UNIVERSIDADE Federal do Espírito Santo. Pró-Reitoria de Extensão. **Estrutura administrativa da pró-reitoria de extensão**. Vitória: UFES, s.d.

VASCONCELOS, Celso S. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto de educativo. 2.ed.São Paulo: Libertad, 1996.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.) **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. 14 ed. Campinas: Papirus. 2002.

ANEXOS

ANEXO I – EMENTAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

1.º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Metodologia de Aprendizagem em EAD	Ativ. Formativa	30	30	60	04
Bases Sociológicas da Educação	Ativ. Formativa	30	-	30	02
Bases Filosóficas da Educação	Ativ. Formativa	30	-	30	02
Introdução aos Estudos Linguísticos	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Teoria da Literatura I: narrativa	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Leitura e Produção de Textos	Ativ. Formativa	60		60	04
Extensão: Retratos Sociais da Cidade Educativa: Espaços Não-Formais e a Prática de Letramento(s)	ATPA			45	
Carga horária de créditos			50	300	20
Carga horária total do período				345	20

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: METODOLOGIA E APRENDIZAGEM EM EAD	
Professor(es):	
Período Letivo: 1º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a usar o Ambiente de Aprendizagem a distância – Moodle; • Conhecer ferramentas de aprendizagem no ambiente web; • Utilizar materiais didáticos impresso, virtual e audiovisual; • Conhecer hábitos de estudos; • Compreender os processos de ensino e a aprendizagem na modalidade EaD. 	
EMENTA	
A orientação em EAD; o ensino e a aprendizagem na modalidade EAD; hábitos de estudos; estilos de aprendizagem; Ambiente de Aprendizagem a distância – Moodle; internet; ferramentas de aprendizagem no ambiente web; utilização de materiais didáticos impresso, virtual e audiovisual.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Informações do curso Educação a Distância (EaD) Fundamentos da EaD Legislação	20
Moodle AVA – Ambientes Virtuais de Aprendizagem Caixas adesivas E-mail e mensagens Fórum Chat Wiki Glossário Questionário	25
Como estudar Escolhas Planejamento de estudos Metodologia Avaliação em EaD	15
	60
METODOLOGIA	
<ul style="list-style-type: none"> • O aluno precisa acessar o ambiente diariamente. • O aluno precisa dedicar no mínimo 4h semanais para a disciplina. • A pesquisa proposta requer a participação e envolvimento dos componentes do grupo. • Os fóruns são necessários para desenvolvimento da disciplina. • O acompanhamento das atividades será realizado pelos tutores à distância e presencial. • A correção das atividades será realizada pelos tutores a distância 	
RECURSOS	
Computador, e ferramentas da plataforma <i>Moodle</i> .	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

A avaliação da aprendizagem será composta de atividades totalizando 100 pontos, sendo estas: Duas provas presenciais com valor de 30 pontos cada uma (totalizando 60,0 pontos); Atividades disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem com valor de 40 pontos:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Celso. **Como transformar informações em conhecimento**. 4. Ed., V. 2, Petrópolis - R.J: Vozes, 2003.

BORDENAVE, J. V.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1977.

MENEZES, Crediné Silva de, et al. **Português educativa I**. Vitória: Ufes/ne@ad, 2003,

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002,

CORDEIRO, Valter Luiz dos S. et al. **Apostila de português básica**. Vitória: UFES, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EDDINGS, Joshua. **Como funciona a internet**. São Paulo: Quark, 1994.

GOMES, Fábio Lúcio S. **Videoconferência: sistemas e aplicações**. Florianópolis: Visual Books, 2003

ITRI, Maurício P. **Internet 2: a próxima geração**. São Paulo: Market Books, 1999.

MOODLE – Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment: [www. Moodle.org](http://www.Moodle.org).

RODRÍGUEZ, M. L. **Orientación educativa**. Barcelona: CEAC, 1988.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: BASES SOCIOLOGICAS DA EDUCAÇÃO	
Professor(es):	
Período Letivo: 1º	Carga Horária: 30 horas
1 OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <p>Reconhecer a contribuição da Sociologia no estudo dos fatos educacionais, desenvolvendo capacidade de problematização das práticas e realidades sociais e educativas, a partir de seus pressupostos teóricos.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Identificar os clássicos da Sociologia e suas concepções sobre a Educação, refletindo sobre teorias que permitam explicar os problemas da educação. – Analisar as transformações processadas na estrutura da sociedade, articulando os temas, problemas e as questões da sociedade atual com os conhecimentos das ciências sociais. – Posicionar-se sobre as questões sociais envolvidas na educação, questionando o papel da educação e do educador na realidade atual. – Refletir sobre as relações entre o homem, a sociedade e o tipo de educação resultante de todo este processo e contexto. – Compreender a educação na dinâmica das transformações do movimento político, econômico, cultural e social ocorridas de forma globalizada. 	
EMENTA	
Introdução ao estudo da Sociologia: contexto histórico de seu surgimento, diferença entre ciência e senso comum, a sociologia como ciência da sociedade. Os Clássicos Sociológicos e a Educação. Principais conceitos da sociologia clássica e a relação destes com a escola e o educador. O processo educacional no final do século XX e início do século XXI. Conexões entre processos sócio culturais e educação.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
1ª UNIDADE: Introdução à Sociologia 1.1 Mudanças resultantes do processo de industrialização 1.2 O desenvolvimento do pensamento sociológico 1.3 Sociologia uma ciência reflexiva. 1.4 Positivismo: uma primeira forma de pensamento social.	06
2ª UNIDADE: 2. Sociologia e Educação 2.1 Os clássicos da Sociologia e a Educação: 2.1.1 Émile Durkheim: Educação e socialização; 2.1.2 Karl Marx: Educar no mundo capitalista; 2.1.3 Max Weber: Educação e racionalização.	08
3. O processo educacional no final do século XX e início do século XXI 3.1. A perspectiva crítico-reprodutivista da educação 3.2. A perspectiva da educação libertadora e a dialogicidade na prática pedagógica 3.3. As perspectivas pós-críticas da educação	10
3ª UNIDADE:	06

4. Dimensões culturais, sociais e políticas do processo educativo na sociedade contemporânea		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação como processo social 2. Educação, instituições políticas e Estado. 3. Escola e diversidade cultural. 		
Total		30
1 METODOLOGIA		
<p>O processo ensino aprendizagem será desenvolvido por meio de uma metodologia interativa em que o aluno, juntamente com o grupo, é responsável por sua aprendizagem, e o professor tem papel de mediar as múltiplas relações da sala de aula. Priorizará sempre uma abordagem interdisciplinar porque os conhecimentos se entrelaçam formando um todo na diversidade. As aulas serão desenvolvidas por intermédio de: leituras críticas; debates, dinâmicas de grupo; discussões; produções de texto; seminários; pesquisas e entrevistas.</p>		
RECURSOS		
Kit multimídia, computador, apostilas, revistas, textos.		
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM		
<p>2 Critérios A avaliação será processual, observando a participação ativa nas aulas, execução das atividades solicitadas, apresentação e participação no seminário; contribuições nas discussões ocorridas em pequeno grupo e sala de aula; pontualidade na entrega das atividades, utilizando como parâmetro o objetivo geral e os objetivos específicos da disciplina.</p>	<p>3 Instrumentos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Exercícios – Fichamentos – Resenha – Prova operatória 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>QUINTANEIRO, Tania. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.</p> <p>RODRIGUES, Alberto. Sociologia da educação. 6.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007</p> <p>TURA, M^a de Lourdes (org.) Sociologia para educadores. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4.ed. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.</p> <p>NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio. (Org.s) Pierre Bourdieu - escritos de educação. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 25^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998</p> <p>VILA NOVA, Sebastião. Introdução à sociologia. 6.ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2008.</p>		

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: BASES FILOSÓFICAS DA EDUCAÇÃO	
Professor(es):	
Período Letivo: 1º	Carga Horária: 30 horas
2 OBJETIVOS	
<p>Geral: Identificar os conhecimentos filosóficos que dão embasamento às práticas docentes, desenvolvendo a capacidade crítica e reflexiva sobre o trabalho educativo, na contemporaneidade.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • conhecer o que é a Filosofia e a importância da atitude filosófica; • reconhecer as contribuições da Filosofia para a Educação; • refletir sobre os pressupostos filosóficos que fundamentam as propostas educativas nas escolas; • identificar e analisar pressupostos filosóficos que fundamentam as várias teorias e práticas pedagógicas presentes na educação: as concepções de homem, a construção de valores e o conhecimento; • compreender o pensamento histórico e filosófico de maneira crítica e reflexiva procurando vislumbrar as relações de mútua cooperação entre Filosofia e Educação; • reconhecer como a humanidade inventou e interpretou diferentes maneiras de compreensão de mundo identificando racionalidades na educação de acordo com as condições histórico-sociais de cada tempo, configurando o arcabouço cultural; • desenvolver a consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade; • refletir sobre os valores em educação, reconhecendo que uma educação baseada em valores contribui para a formação de homens conscientes de seu papel no mundo. 	
EMENTA	
Introdução a Filosofia. A Filosofia e o Pensamento educacional. Do mito à invenção da razão: contribuições da filosofia clássica e medieval na educação. Antropologia Filosófica e Educação. O Pensamento Moderno e Contemporâneo e a Educação. Filosofia da Educação e a Pós-Modernidade. Axiologia na Educação: Os valores em educação.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
<p>Introdução a Filosofia: O que é Filosofia? (Mito, Senso Comum, Ciência, Arte, Filosofia) / Atitude Filosófica A interface entre Filosofia e Educação (Epistemologia, Cultura, Ideologia) A Filosofia e o Pensamento educacional (A diferença entre educação, ensino e doutrinação; Práxis pedagógica)</p>	4 h
<p>Do mito à invenção da razão: contribuições da filosofia clássica e medieval na educação As bases da racionalidade ocidental e implicações filosófico-pedagógicas A razão transformada em fé: pensamento e educação medieval</p>	4h
<p>Antropologia Filosófica e Educação As concepções de homem: metafísica; essencialista; naturalista e histórico-social</p>	6h
<p>O Pensamento Moderno e Contemporâneo e a Educação O homem moderno e a educação como iluminação (Inatismo e empirismo) Renascimento, Filosofia da Práxis e a educação</p>	6h

Política, ética e liberdade: o pensamento contemporâneo na educação (Liberalismo, Positivismo e Escola Nova)		
Filosofia da Educação e a Pós-Modernidade Emergência das identidades culturais e a educação na Pós-Modernidade (gênero, relações étnico-raciais e diversidade, educação popular, formal, não-formal, inclusão) Educação, mídias e educação: um olhar filosófico crítico.		6h
Axiologia na Educação: Os valores em educação Ética e Estética na Educação: O processo formativo educacional/político		4h
Total		30
1 METODOLOGIA		
Aula expositiva dialogada, seminário, painel de discussão, discussão em pequenos grupos.		
RECURSOS		
Kit multimídia, revistas; textos, quadro branco.		
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM		
2 Critérios A avaliação será processual, observando a participação ativa dos alunos nas aulas, execução das atividades solicitadas, apresentação e participação no seminário e painel de discussão; contribuições nas discussões ocorridas em pequeno grupo e sala de aula; pontualidade na entrega das atividades, utilizando como parâmetro o objetivo geral e os objetivos específicos da disciplina.	3 Instrumentos – Atividades escritas, – Discussões orais, – Seminário, – Prova	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ARANHA, M. L. de Arruda; MARTINS, M. H. Pires. Filosofando : introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2014.		
ARANHA, M. L. de Arruda. Filosofia da Educação . 2 ed. São Paulo: Moderna, 2014.		
SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia . 12 ed. São Paulo: Ática, 2014.		
GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Filosofia da educação . São Paulo: Ática, 2006.		
KECHIKIAN, A. (Org.). Os filósofos e a educação . Lisboa: Edições Colibri, 1993.		
MORANDI, Franc. Filosofia da Educação . Bauru: Edusc, 2002.		
SAVIANI, Dermeval. Educação : do Senso Comum à Consciência Filosófica. Coleção contemporânea. 13 ed. São Paulo: Editora Autores, 2014.		

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS	
Professor:	
Período Letivo: 1º	Carga Horária: 60h

OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entender a linguística como ciência, sua origem e suas principais correntes. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as correntes da linguística contemporânea • Discutir as concepções de gramática e de norma linguística. • Problematizar o “erro” linguístico. • Perceber as línguas naturais como objeto de investigação. • Analisar as possíveis aplicações da Linguística ao ensino de línguas. 	
EMENTA	
O surgimento da Linguística moderna. As concepções de gramática. As concepções de norma linguística. Os métodos de análise linguística. Noções de Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo, Sociolinguística, Linguística Textual, Análise do Discurso e Pragmática. Linguística e ensino.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
1. A linguística como estudo científico da linguagem	04
2. Concepções de gramática e de norma linguística	08
3. Áreas e níveis dos estudos linguísticos e gramaticais	08
4. O Estruturalismo linguístico	05
5. A gramática gerativa	05
6. O funcionalismo linguístico	05
7. A Sociolinguística - variação e mudança	05
8. A Linguística textual: marcas e operadores	05
9. Elementos introdutórios à Análise do Discurso	05
10. Motivações pragmáticas	05
11. Linguística e ensino de língua(s)	05
Total	60
METODOLOGIA	
Exposição dialogada, pesquisas, resolução de problemas, análises comparativas e aulas práticas.	
RECURSOS	
Projeto; computador; jornais; revistas; textos; livros; quadro; marcador de quadro.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Crêterios: A avaliação ser� processual, observando a participa�o dos alunos nas discuss�es em sala de aula, a intera�o na constru�o dos conhecimentos, na apresenta�o de trabalhos e avalia�o escrita.</p>	<p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prova escrita. • Exerc�cios. • Apresenta�es orais. • Semin�rio. • Produ�es de texto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística I: objetos teóricos**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. **Introdução à linguística II: princípios de análise**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- GÖRSKI, Edair Maria; ROST, Cláudia Andréa. **Introdução aos estudos gramaticais**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. B. (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras – Vol. 1, 2 e 3**. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BAGNO, Marcos. **Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii**. São Paulo, Parábola Editorial, 2014.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- CAMARA JR., Joaquim M. **Dicionário de linguística e gramática**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CARVALHO, C. de. **Para compreender Saussure**. 13. ed. Petrópolis: Petrópolis: Vozes, 2004.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- DUBOIS, J. (et.al). **Dicionário de linguística**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução à história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2005.
- FAVERO, L. L.; KOCH, Ingedore V. G. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 2000.
- LYONS, J. **Lingua(gem) e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.) **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.
- NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS

Unidade Curricular: TEORIA DA LITERATURA I – NARRATIVA

Professor(es):	
Período Letivo: 1º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a importância do estudo da literatura; • Entrar em contato com importantes obras do gênero narrativo; • Conhecer importantes teorias e teóricos acerca do gênero narrativo; • Desenvolver habilidade de leitura, compreensão e análise crítica de textos narrativos; • Pensar práticas para a sala de aula relativa aos conteúdos da disciplina. 	
EMENTA	
Estudo do gênero narrativo em sua dimensão literária (diferente da narrativa historiográfica); dos elementos da narrativa; da relação autor/personagem/leitor; da análise e da compreensão do texto narrativo; e da prática pedagógica relativa ao conteúdo.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. A temporalidade <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Narrativa e experiência humana 1.2. Tempo e figuras de duração 2. Leitor, Autor e seus lugares na Narrativa. 3. Narrador e Foco Narrativo 4. Ficção, Linguagem e Personagem. <ol style="list-style-type: none"> 4.1. Personagem X Ser Humano 4.2. Personagem plana e Personagem redonda 5. O enredo 6. Adequação do conteúdo ao público-alvo <ol style="list-style-type: none"> 6.1 Narrativa e Ensino Fundamental 6.2 Narrativo e Ensino Médio 7. O cânone Literário 	
METODOLOGIA	
<p>O aluno precisa acessar o ambiente diariamente.</p> <p>O aluno precisa dedicar no mínimo 4h semanais para a disciplina.</p> <p>A pesquisa proposta requer a participação e envolvimento dos componentes do grupo;</p> <p>Os fóruns são necessários para desenvolvimento da aprendizagem;</p> <p>O acompanhamento das atividades será realizado pelos tutores a distância e presencial.</p> <p>A correção das atividades será realizada pelos tutores a distância.</p> <p>As atividades entregues pelos alunos poderão ser embasadas em materiais de apoio, no entanto não podem conter plágio, sob pena de receber nota zero.</p>	
RECURSOS	
Computador, e ferramentas da plataforma <i>Moodle</i> .	
AValiação DA APRENDIZAGEM	
<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação será composta de atividades totalizando 100 pontos; • No ambiente constam atividades avaliadas no total de 60 pontos; • As provas presenciais totalizam o valor de 40 pontos; • Conforme a ROD, estarão aprovados os alunos que obtiverem nota maior ou igual a 60; 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

- AUERBACH, Erich. **Mimese**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador**. Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov. In Obras Escolhidas I. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- BRAIT, BETH. **A personagem de ficção**. São Paulo: Ática, 2006.
- CÂNDIDO, Antônio et. alli **A personagem de ficção**. 08 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CEIA, Carlos. E - **Dicionário de termos literários**, Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/edtl> Acesso Em: 12 jun. 2008.
- CHIAPPINI, Ligia. **O foco narrativo**. São Paulo: Ática, 2006.
- FOCAULT, Michel. **O que é um autor**. Lisboa: Vega, 1992.
- GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 2006.
- JUNIOR, Benjamin Abdala. **Introdução à análise da narrativa**. São Paulo: Scipione, 1995.
- MESQUITA, Samira Nahid de. **O enredo**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- NUNES, Benedito. **O tempo na narrativa**. São Paulo: Ática, 2003.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina. M. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. V. I. São Paulo: Papirus, 1994.
- SANTIAGO, Silviano. **Retórica da verossimilhança**. In. Uma literatura nos trópicos. São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 29-48.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Ática, 1998.
- ANDRADE, Mário de. **Macunaima**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: FTD, 1999.
- BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. 13 ed. São Paulo: Ática, 1994.
- CAMUS, Albert. **O estrangeiro**. Trad. de Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; 2004.
- FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Trad. Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.
- LISPECTOR, Clarice. **Laços de família**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- ROSA, Guimarães. **Grande sertão veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005

Curso: **LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**

Unidade Curricular: **LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO**

Professor(es):	
Período Letivo: 1º	Carga Horária: 60 horas
3 OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <p>Ampliar a capacidade de operar com a linguagem, adequando-se à modalidade (oral ou escrita) e ao grau de formalidade da situação enunciativa.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ler, interpretar e produzir diferentes tipos textos. – Utilizar o padrão culto da língua, fazendo uso de normas gramaticais relacionadas à ortografia, morfologia, sintaxe e semântica. – Desenvolver e identificar o parágrafo como unidade de composição do texto dissertativo; – Reconhecer e empregar a coerência e a coesão em parágrafos e em textos; – Perceber a importância dos nexos (conectores) na sequência de um texto; – Identificar relações lógico-semânticas estabelecidas pelos diferentes nexos, na ligação entre as ideias; – Empregar corretamente os pronomes e verbos, atentando à regência verbal, à coesão e à coerência textuais; – Identificar estruturas e problemas de estrutura tais como paralelismo, ênfases, ambiguidade. – Compreender técnicas de produção, revisão e correção textual, respeitando o nível de linguagem adequado à situação. – Entender como resumir, resenhar, fichar e organizar um artigo. 	
EMENTA	
<p><i>Leitura, discussão e produção de textos diversos. Estimulação à leitura e transposição de textos. Noção de discursos. Noção de tipo e de gênero textual. Elementos de revisão textual. (coesão, coerência e textualidade). Emprego dos pronomes. Elementos de revisão gramatical (ortografia, regência, colocação, paralelismo e encadeamento sintático). Organização do texto científico (introdução, encadeamento e conclusão). Resumo e fichamentos. Resenha. Artigo Científico.</i></p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Leitura, discussão e produção de textos diversos.	12
Estimulação à leitura e transposição de textos.	04
Noção de discursos.	04
Noção de tipo e de gênero textual.	02
Elementos de revisão textual. (coesão, coerência e textualidade).	06
Emprego dos pronomes.	04
Elementos de revisão gramatical	06
Organização do texto científico (introdução, encadeamento e conclusão).	06
Resumo e fichamentos.	06
Resenha.	06

Estrutura do artigo científico.	04
Total	60
1 METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, visita monitorada, música, apresentação de filme (DVD), leitura e análise de produção escrita.	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; revistas; textos.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
2 Critérios A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.	3 Instrumentos Exercícios Fichamentos Resenha Prova operatória
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ABREU, A. S. Curso de redação . 11.ed. São Paulo: Ática, 2006. MARCUSCHI, L. A. Produção textual . São Paulo: Parábola, 2009. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas . 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria e prática . Campinas: Unicamp, 2010. KOCH, I. G. V. A coesão textual . 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010. KOCH, I. G. V. & TRAVAGLIA L. C. A coerência textual . 2.ed. São Paulo: Contexto, 1990. PACHECO, A. de C. A dissertação: teoria e prática . 16.ed. São Paulo: Atual, 1988. SAVIOLLI, F. P. & FIORIM, José Luiz. Para entender o texto . 13.ed. São Paulo: Ática, 2007.	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS – EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: RETRATOS SOCIAIS DA CIDADE EDUCATIVA: ESPAÇOS NÃO FORMAIS E A PRÁTICA DE LETRAMENTO(S)
Carga Horária: 45h

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.
Paulo Freire

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Desenvolver oficina(s) pedagógica(s) que desenvolvam a temática Linguagens e/ou Letramento(s) em espaços não formais de ensino da cidade em que o aluno cursista está inserido.

Objetivos Específicos

- Proporcionar aos moradores da cidade atendida a oportunidade de participar de projetos que visem melhorar seu desenvolvimento cognitivo.
- Proporcionar vivências interdisciplinares entre Linguagens, Letramento(s) e outras áreas de conhecimento por meio de temas geradores que integrem essas áreas, tornando a aprendizagem mais significativa para o aluno quando realizada dentro dos espaços não formais.
- Refletir sobre os resultados da interdisciplinaridade agregada aos espaços não formais de ensino, divulgando a comunidade acadêmica e científica envolvida no projeto os resultados.

JUSTIFICATIVA

Sabe-se que, ainda hoje, muitos estudos têm priorizado aspectos relacionados à funcionalidade do sujeito. Nestas abordagens, os aspectos orgânicos e físicos são enfatizados, em detrimento da atenção às subjetividades, à existência de um mundo interno, do qual emergem as emoções e sentimentos que possibilitam a compreensão do sujeito, a partir do seu cotidiano e dos diferentes âmbitos em que ele atua e se relaciona socialmente: trabalho, lazer, moradia, entre outros.

Partindo desse pressuposto, seria interessante discutir a possibilidade de se atender às necessidades educativas da vida contemporânea e colaborar para a emancipação e autonomia dos indivíduos, sujeitos do processo de construção de saberes e do próprio conhecimento. A educação abarca espaços fora das instituições escolares. Como afirma Gadotti (2005, p.3), “além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos.” Em outras palavras, a sociedade civil “está se fortalecendo, não apenas como espaço de trabalho, mas também como espaço de difusão e de reconstrução de conhecimento.” Ao relacionar educação formal e educação não formal, diz esse autor:

A educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de progressão. [...] Toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente: o espaço da escola é marcado pela formalidade, pela regularidade, pela sequencialidade. O espaço da cidade (apenas para definir um cenário de educação não formal) é marcado pela descontinuidade, pela eventualidade, pela informalidade. A educação não formal é também uma atividade educacional organizada e sistemática, mas levada a efeito fora do sistema formal. Daí também alguns a chamarem impropriamente de educação informal. (GADOTTI, 2005, p.2)

O crescente aumento da demanda de educação em face da incorporação de setores tradicionalmente excluídos dos sistemas educacionais, as transformações do mundo do trabalho que exigem novas formas de capacitação profissional, o desenvolvimento tecnológico, que permite a formação e aprendizagem fora dos sistemas presenciais da escolaridade convencional, a crescente sensibilidade social para a necessidade de implementar ações educativas em setores da população socioeconomicamente marginalizados, entre outros fatores, têm gerado novas possibilidades pedagógicas não escolares, novos espaços educacionais que buscam satisfazer essas necessidades. Gohn (2010, p.37), ao destacar a

relação entre educação formal e informal, pondera:

A educação formal e não formal interpenetram-se constantemente, uma vez que as modalidades de educação não formal não podem prescindir da educação formal (escolar ou não, oficiais ou não) e as de educação formal não podem separar-se da não formal, uma vez que os educandos não são apenas alunos, mas participantes das várias esferas da vida social, no trabalho, no sindicato, na política, na cultura etc. Trata-se, pois, sempre, de uma interpenetração entre o escolar e o extraescolar.

Gohn (2010, p.33) ao conceituar educação não formal, distinguindo-a de concepções como educação social, educação continuada, entre outras, esclarece:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações / instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais.

A partir dessa concepção, propõe-se esse curso de extensão, que pretende promover a realização de oficinas com o objetivo desenvolver trabalhos nas áreas de linguagens e letramento(s) em espaços não formais de ensino. Nossa intenção é desenvolver metodologias que possam, em espaços diferenciados, mostrar que a prática docente pode, em muitos casos, contemplar atividades que possam transcender os limites de uma sala de aula. Neste sentido, pretendemos desenvolver atividades interdisciplinares, que incentivam e fomentam a curiosidade, a experimentação, a reflexão e, conseqüentemente, o ensino e a aprendizagem, possibilitam melhorar o desenvolvimento cognitivo dos grupos envolvidos.

METODOLOGIA

Com vistas a promover a aproximação desta instituição com a comunidade escolar, a promoção da(s) oficina(s) busca estender as práticas pedagógicas para além dos limites institucionais, cumprindo o papel social a que se propõem os institutos. Dessa forma, um dos objetivos desse curso é mostrar a importância do trabalho escolar transcender o espaço de sala de aula. GOHN (2006) faz uma diferenciação entre os três diferentes conceitos: “a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a não formal é aquela que se aprende no ‘mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas” (p.2). Portanto, o desenvolvimento deste curso de extensão visa legitimar e consolidar o trabalho da Licenciatura em Letras com a comunidade.

Durante o curso os alunos estudarão, através da leitura e reflexão de textos, o trabalho com a educação em espaços não formais, bem como práticas de letramento(s) e atividades relacionadas ao desenvolvimento de Linguagens. Após essa etapa, os alunos farão um levantamento dos espaços de educação não formal no município que residem e, em grupos, desenvolverão, em um dos espaços, oficina(s) que desenvolvam os temas letramento(s) e/ou linguagens. Todo o trabalho desenvolvido deverá ser registrado para depois ocorrer a confecção de um portfólio dessa prática.

CONTEÚDOS	
Discussão teórica sobre espaços educativos não formais	15
Elaboração de roteiros para trabalho na comunidade	10
Organização de portfólio	15
Apresentação de atividades no polo	05
Total	45
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

A avaliação do curso acontecerá a partir da produção de um portfólio, em que os alunos apresentarão por meio de fotos, comentários e entrevistas e questionário. A título de sugestão, propomos os trabalhos com os seguintes temas:

- Teatro;
- Alfabetização de adultos;
- Reforço escolar;
- Clube de cinema;
- Inclusão digital;
- Oficina de Fotografia; monumentos
- Oficina de consciência corporal;
- Conselhos municipais

Todos os textos que serão utilizados, atividades e exercícios que forem planejados, bem como filmes que forem exibidos, deverão ser anexados ao portfólio, seja por meio de documento ou link de internet.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFONSO, A. J. Sociologia da educação não-escolar: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática. In: ESTEVES, Antonio Joaquim; STOER, Stephen (orgs.) **A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento**. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Ed. Afrontamento, 1992.

CHISTÉ, Priscila de Souza; SGARBI, Antonio Donizetti. Cidade educativa: reflexões sobre a educação, a cidadania, a escola e a formação humana. **Revista Debates em Educação Científica e Tecnológica**, Vitória, v. 5, n. 4, p. 84-114, dez. 2015.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não formal. **Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes sans solution?** Institut International des droits de l'enfant, Sion, 2005.

GOHN, M. G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 2006, vol. 4, n. 50.

GOHN, M. G.. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010 a.

GOHN, M. G.. **Educação não formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social**. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./abr. 2009, p. 28-43.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda B. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda B. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte, MG: CEALE/Autêntica, 1998.

2º PERÍODO

Disciplina	Tipo	Carga Horária	Créditos
------------	------	---------------	----------

		Teórica	Prática	Total	
Metodologia da Pesquisa	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Teoria da Literatura II: poesia e drama	Ativ. Formativa	75	15	90	06
Literatura em Língua Portuguesa I	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Fonética e Fonologia	Ativ. Formativa	50	10	60	04
História da Educação	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Extensão: Transtornos da Linguagem: da Identificação à Superação	ATPA			45	
Carga horária de créditos			35	330	22
Carga horária total do período				375	22

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: METOLOGIA DA PESQUISA	
Professor(es):	
Período Letivo: 2º	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
Geral:	
Discutir os fundamentos básicos do processo de iniciação à pesquisa científica.	

Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> – Conhecer as dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento, enfatizando a relação entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA); – Reconhecer o campo de pesquisa em sua abordagem científica e educativa; – Identificar os critérios adotados para a classificação da pesquisa científica; – Discutir as etapas do planejamento da pesquisa; – Elaborar o projeto de pesquisa: introdução, justificativa, objetivos, referencial teórico, metodologia, cronograma; – Conhecer a normatização técnica na estruturação do texto científico. 	
EMENTA	
<p>Dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento, enfatizando a relação entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA). A construção do conhecimento científico em Educação. Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Comitê de Ética em pesquisa. Natureza qualitativa e quantitativa da pesquisa. Classificação da pesquisa. O planejamento da pesquisa: do problema à revisão da literatura. A construção do objeto e considerações metodológicas. Elaboração dos instrumentos de coleta e produção de dados. Os referenciais teóricos. A elaboração do relatório de pesquisa: artigo, monografia e etc. Sistemas de normatizações acadêmicas do Ifes.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
<p>As Dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento, enfatizando as relações entre ciências, tecnologia, sociedade e Ambiente (CTSA):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Tendências metodológicas na pesquisa educacional. – A construção do conhecimento científico em educação – Comitê de ética em pesquisa. 	10
<p>Natureza qualitativa e quantitativa da pesquisa. Classificação da pesquisa.</p>	08
<p>O planejamento da pesquisa do problema à revisão da literatura.</p> <ul style="list-style-type: none"> – A construção do objeto e considerações metodológicas. – Elaboração dos instrumentos de coleta e produção de dados. – A análise de dados. – Os referenciais teóricos. 	30
A elaboração do relatório de pesquisa: artigo, monografia e etc.	06
Sistemas de normatizações acadêmicas do Ifes.	06
Total	60
METODOLOGIA	
<p>Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, visita monitorada, música, apresentação de filme (DVD), leitura e análise de produção escrita.</p>	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; revistas; textos.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

<p>4 Critérios A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>5 Instrumentos Exercícios Fichamentos Resenha Prova</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>MOREIRA, H.; CALEFFE, L.G. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANDRÉ, M. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.</p> <p>INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos: documento impresso e/ou digital. Vitória: Ifes, 2013.</p> <p>FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>MINAYO, M.C.de S (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: TEORIA DA LITERATURA II – POESIA	
Professor(es):	
Período Letivo: 2º	Carga Horária: 90h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relacionar a Teoria da Literatura com as diversas manifestações literárias da cultura universal. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar textos teóricos em suas especificidades. • Identificar as peculiaridades das principais correntes da crítica literária. 	

<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar os princípios da teoria literária na análise de obras sugeridas. 	
EMENTA	
<p>Introdução à Teoria Literária: os limites da teoria, da crítica e da história da literatura. Literatura e linguagem: definição do fenômeno literário e do conceito de literariedade. Estudo da poética em seus aspectos históricos e formais; poéticas clássicas e modernas; o poético enquanto forma; o poético enquanto função; análise e interpretação do texto poético. Normativismo e descritivismo na criação, na teoria e na crítica do texto literário: a questão dos gêneros. Análise de manifestações literárias em verso. O texto literário como objeto de estudo e objeto de fruição. O texto literário como instrumento de circulação da cultura. A presença do texto literário na educação formal. Principais correntes da crítica literária. A intertextualidade.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Conceitos de literatura e teoria literária	10
O texto literário em circulação na escola	10
Os gêneros literários: a tradição clássica	10
Elementos de análise de textos literários	15
Estudo analítico do poema	10
Questões de intertextualidade	05
Total	60
METODOLOGIA	
<p>Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, música, apresentação de filme (DVD), leitura e análise de produção escrita.</p>	
RECURSOS	
Textos; obras literárias; quadro branco; datashow; computador.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios Participação em Debate Resenha, Seminário Provas</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BOSI, Alfredo, 1936 - O ser e o tempo da poesia. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.</p> <p>CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: _____. Vários escritos. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.</p> <p>_____. O estudo analítico do poema. 6. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.</p> <p>COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: literatura e senso comum. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.</p> <p>EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>SILVA, Vitor Manoel de Aguiar. Teoria da literatura. 8. ed. Porto: Almedina Brasil, 1993.</p> <p>TAVARES, Hênio. Teoria literária. 11. ed. São Paulo: Vila Rica, 1991.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

- ALMEIDA, Tereza Virgínia de. **Teoria da literatura III**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Texto integral. São Paulo: Ars Poética, 2003.
- BERGEZ, D. et al. **Métodos críticos para análise literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOSI, Alfredo (org.). **Leitura de Poesia**. São Paulo: Ática, 1996.
- GOLDSTEIN, Norma. **Versos, Sons e Ritmos**. 14ª ed. São Paulo: Ática, 2006. (Série Princípios).
- MOISÉS, Massaud. **A criação literária: introdução à problemática da literatura**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- MOISÉS, Massaud. **A criação literária: poesia**. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- PLATÃO. **A república**. Livro X. Disponível em: http://www.eniopadilha.com.br/documentos/Platao_A_Republica.pdf
- POUND, Ezra. **ABC da Literatura**. 11ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária**. São Paulo: Ática, 1992.
- SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).
- TELLES, Renata; CANDIDO, Jeferson. **Teoria da literatura I**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA I	
Professor(es):	
Período Letivo: 2º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Compreender a literatura desde as origens como componente cultural significativo. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecer a importância da literatura como manifestação da sociedade de cada época. ● Entender a periodização da literatura. ● Relacionar o surgimento da língua portuguesa com as primeiras manifestações literárias de Portugal. ● Identificar os principais traços das produções literárias trovadoresca, humanista e classicista. ● Perceber as primeiras manifestações da literatura brasileira, dentro do contexto em que ocorreram, como um dos traços da colonização. 	

EMENTA	
Visão Geral e crítica da literatura portuguesa. A história da literatura como espaço privilegiado de discussão multi e interdisciplinar. A formação social de Portugal e as primeiras manifestações literárias. Trovadorismo: a linguagem das cantigas trovadorescas. Humanismo: a prosa de Fernão Lopes, o teatro vicentino, a poesia palaciana. Estudo e análise das principais obras e autores portugueses dos movimentos literários da época renascentista. Classicismo. A lírica e a épica camoniana. A questão da História Literária Brasileira. A problemática do conceito de periodização. Literatura Informativa e Literatura Catequética no Brasil.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Formação social e histórica de Portugal	06
Historiografia literária portuguesa	08
Primeiras manifestações literárias portuguesas: Trovadorismo.	16
Humanismo	12
Classicismo	12
Periodização da literatura brasileira	06
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivas e dialogadas, seminários, entrevistas, leitura de textos literários e não literários, análise coletiva, discussão livre, dinâmicas de grupo, música, apresentação de filme (DVD), proposição de atividades escritas.	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; revistas; jornais; livros.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
1 Critérios A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.	2 Instrumentos Exercícios Trabalhos Produção de textos Seminários Provas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>ABDALLA JR, Benjamin. Camões: épica e Lírica. São Paulo: Scipione, 1993.</p> <p>_____; PASCHOALIN, Maria Aparecida. História Social da Literatura na Poesia. São Paulo: Ática, 1982.</p> <p>AMORA, Antônio Soares. Antologia do teatro de Gil Vicente. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.</p> <p>BOSI, A. História concisa da literatura brasileira. 37.ed. São Paulo: Cultrix, 2010.</p> <p>FERRAZ, Salma. Literatura portuguesa I. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.</p> <p>HAUSER, A. História social da arte e da literatura. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>MOISÉS, M. A literatura portuguesa. São Paulo: Cultrix, 2008.</p> <p>_____. A literatura portuguesa através dos textos. 29.ed. São Paulo: Cultrix, 1998.</p> <p>SARAIVA A. J.; LOPES, O. História da literatura portuguesa. 17.ed. Porto: Porto Editora, 2010.</p> <p>ZUMTHOR, Paul. A letra e a voz: a literatura medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.</p>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BOSI, A. **Dialética da colonização**. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**. 9.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2009.
- CHIAMPI, I. **Barroco e modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- FERNANDEZ, D. **Ouro dos trópicos: passeios pelo Portugal e o Brasil barrocos**. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- HANSEN, J. A. **A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Companhia das Letras, 2004.
- HAUSER, A. **História social da arte e da literatura**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MOISÉS, M. **História da literatura brasileira: origens, barroco, arcadismo**. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1985.
- MOISÉS, M. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2008.
- MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. 29.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
- MOISÉS, M. **Pequeno dicionário de literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, s.d.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: FONÉTICA E FONOLOGIA	
Professor:	
Período Letivo: 2º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
Geral:	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver aptidão específica em fonética e fonologia, de forma que o graduando a relacione com a análise linguística do português e com a sua futura prática docente. 	
Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir e aprofundar o conhecimento em fonética e fonologia. • Caracterizar o sistema vocálico e consonantal do português brasileiro (PB). • Identificar a estruturação silábica do PB. • Identificar o padrão acentual do PB. • Caracterizar os processos fonológicos mais recorrentes no PB. • Desenvolver a prática de transcrições (fonético-fonológicas). • Interpretar dados linguísticos que colaborem para o aprimoramento da análise e descrição do 	

português brasileiro, levando em consideração tópicos pertinentes da variação sociolinguística e do processo de aquisição de fala.	
EMENTA	
Introdução à fonética. Fonética articulatória. Transcrição fonética. O fonema. Análise fonológica. Os sistemas vocálico e consonantal. Distúrbios da linguagem de natureza fonético-fonológica.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Fonética: conceitos, áreas de interesse e relações afins	04
Fonologia: conceito e objeto de estudo	04
Sistema fonológico do português brasileiro	10
Estruturação silábica do português brasileiro	08
Padrão acentual do português brasileiro	10
Processos fonológicos	08
Relação entre sistema fonológico e sistema ortográfico	06
Prática de transcrições	10
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, música, filmes, leitura e análise de produção escrita.	
RECURSOS	
Textos; quadro branco; projetor de eslaides; computador.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos graduandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.	Instrumentos: Exercícios práticos. Trabalho em grupo. Provas escritas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

BISOL, L. (org.) **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. 3.ed. Ver. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. **Iniciação à fonética e a à fonologia**. 7ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CÂMARA Jr., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NETTO, W. F. **Introdução à fonologia da língua portuguesa**. São Paulo: Hedra, 2001.

SEARA, I. C. **Fonética e fonologia do português brasileiro**. Florianópolis: LLV/CCE//UFSC, 2008.

SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 16.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAPMAN, R. S. **Processos e distúrbios na aquisição da linguagem**. Tradução de Emilia de Oliveira Dierhl e Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COUTO, H. H. do. **Fonologia e fonética do português**. Brasília: Thesaurus, 1998.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SCLIAR-CABRAL, L. **Guia prático de alfabetização: baseado em princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SIMÕES, Darcília. **Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave**. São Paulo: Parábola, 2006.

SILVEIRA, R. C. P. de. **Estudos de fonologia portuguesa**. São Paulo: Cortez, 1996.

TEBEROSKI, A., TOLCHINSKY, L. **Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática**. Tradução de Stela Oliveira. São Paulo: Ática, 1996.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Professor(es):	
Período Letivo: 2º	Carga Horária: 60 horas
4	OBJETIVOS
Geral: Refletir acerca da educação mundial e brasileira e de seus processos como fenômeno histórico,	

social, político e cultural.	
Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> – Reconhecer a importância da História da Educação para a compreensão da organização escolar brasileira; – Compreender a história da educação mundial nos diferentes momentos históricos; – Situar a educação de cada período histórico brasileiro aos contextos sócio-econômico-culturais e as implicações desses movimentos na configuração das ideias pedagógicas e práticas educacionais ; – Estabelecer relações entre a educação brasileira e o contexto educacional mundial. 	
EMENTA	
História da Educação como campo específico do conhecimento; contextos da educação mundial: das primeiras civilizações ao Mundo Moderno; a educação brasileira analisada no contexto de movimentos sócio-históricos, políticos, econômicos e culturais em diferentes momentos da História do Brasil e suas relações com o contexto da educação mundial; a repercussão desses movimentos na configuração de teorias e práticas educacionais.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Introdução aos estudos de história da educação: conceituação, objetivos e importância da História da Educação na formação docente.	06
Contextos da educação mundial até a Modernidade	12
A educação brasileira na Colonização e no Período Monárquico: <ul style="list-style-type: none"> – Educação e Colonização – Constituição do Estado brasileiro e os processos de escolarização e suas relações com o contexto da educação mundial. – Aspectos educacionais no Espírito Santo no período. 	12
Relações Escola, Estado e Sociedade no Brasil dos séculos XX e XXI: <ul style="list-style-type: none"> – A educação brasileira nos períodos republicanos: marcos políticos e sociais considerando os períodos históricos e as relações com a educação mundial; – A educação capixaba no período republicano; – A educação brasileira no contexto político dos anos noventa aos dias atuais; – As ideias pedagógicas e perspectivas para a educação pública no Brasil. 	30
Total	60
1 METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas, seminários, trabalhos em grupos, painel integrado e apresentações orais e escritas.	
RECURSOS	
Kit multimídia, computador, apostila, revistas, textos, quadro branco, pincéis.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

<p>Critérios A avaliação será processual - diagnóstica e formativa, observando a participação ativa dos alunos nas aulas, execução das atividades solicitadas na sala de aula e extraclasse, apresentação e participação no seminário e painel de discussão; contribuições nas discussões e pontualidade na entrega das atividades, utilizando como parâmetro o objetivo geral e os objetivos específicos da disciplina.</p>	<p>Instrumentos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atividades escritas, painel de discussão, - Seminário - Prova
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ARANHA, M. L. de A. História da educação e da pedagogia geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.</p> <p>VEIGA, Cynthia Greive. História da educação. São Paulo: Ática, 2007.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8. ed. São Paulo, SP: Ática, 1999.</p> <p>GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. História da educação. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>ROMANELLI, O. de O. História da educação no Brasil. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcantara (Orgs.). História da educação no Espírito Santo - vestígios de uma construção. Vitória: EDUFES, 2010.</p> <p>STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara (Org). Histórias e memórias da educação no Brasil. V 1 , 2 e 3. Petrópolis. RJ: Vozes, 2004.</p>	

Curso: **LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD**

Unidade Curricular: **PROJETO DE EXTENSÃO**

Título: **TRANSTORNOS DA LINGUAGEM: DA IDENTIFICAÇÃO À SUPERAÇÃO**

Carga Horária: 45h

OBJETIVOS
<p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar a formação acadêmica com foco nos distúrbios da linguagem, visando à possibilidade de intervenções proativas, compartilhadas e inclusivas no cotidiano escolar. <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer relações entre evolução da linguagem e evolução do pensamento e da consciência. • Diferenciar dificuldades de aprendizagem de transtornos de linguagem. • Identificar características da dislexia, da disgrafia, da afasia, da disartria e da disfemia. • Analisar direitos legais das crianças e jovens portadores de distúrbios de aprendizagem. • Admitir possibilidades de condutas/intervenções compartilhadas e inclusivas junto a estudantes portadores de transtornos de linguagem.
JUSTIFICATIVA
<p>A inserção do Projeto de Extensão denominado <i>Transtornos da linguagem: da identificação à superação</i> na Matriz Curricular do Curso Licenciatura em Letras Português – modalidade a distância – advém da constatação de que os problemas na aquisição da linguagem oral e escrita costumam comprometer toda a escolaridade do aprendiz, já que o domínio da língua materna perpassa todo processo educativo, de forma transdisciplinar. Então, torna-se relevante oportunizar aos alunos e alunas do Curso de Letras Português o acesso a conhecimentos específicos sobre a temática, para que possam intervir de forma proativa e compartilhada, com postura inclusiva, na superação de tais problemas.</p> <p>Weiss (2012) destaca o não-aprender como uma das causas do fracasso escolar. E estuda o tema por diferentes perspectivas, entre elas a de que o fracasso resulta de uma sociedade na qual não se leva em consideração fatores determinantes da educação, como a cultura, as relações político-sociais e econômicas vigentes, o tipo de estrutura social e as ideologias dominantes. Nesse sentido, a sociedade tira de muitos estudantes oportunidades de crescimento cultural, de desenvolvimento da linguagem e de construção cognitiva, o que resulta, entre outros aspectos, em negar-lhes o acesso ao desenvolvimento da leitura e da escrita.</p> <p>A escola, como instituição social, traz em si os reflexos do que circula no âmbito da sociedade como um todo. Não por acaso, torna-se responsável por confirmar a produção do fracasso, sobretudo junto às camadas sociais empobrecidas. Em parte, no entanto, ao criar nuances com os fatores determinantes mais amplos, essa produção vai ao encontro da formação dos profissionais da educação.</p> <p>Ora, distúrbios na leitura e na escrita são problemas frequentes no cotidiano das escolas brasileiras, tanto nas públicas como nas privadas. No entanto, costumeiramente, professores/as não têm acesso a conhecimentos que lhes proporcionem condições de identificar tais distúrbios, que exigirão intervenções pedagógicas diferenciadas das usadas para auxiliar alunos/as na superação de dificuldades corriqueiras no processo de ensino-aprendizagem.</p> <p>Por um lado, o professor deve reconhecer e diferenciar esses problemas. Por outro, admiti-los como transitórios, considerando a sala de aula como um local onde se deve trabalhar com vista à sua superação. As metodologias de ensino interferem no aprendizado, na formação e na saúde emocional dos alunos. Obviamente, no caso de suspeita de transtornos, a escola deverá buscar auxílio de profissionais especializados, tanto para o diagnóstico como para o planejamento de um trabalho multidisciplinar.</p> <p>É bem verdade que, geralmente, alunos portadores de distúrbios de linguagem estão integrados ao sistema educacional e frequentam regularmente as escolas brasileiras. No entanto, igualmente é verdade que ficam marginalizados dentro desse mesmo sistema, pois a integração, por si só, não garante a inclusão.</p> <p>A inclusão é um movimento mais amplo e de natureza diferente do relativo à integração. Requer transformar a educação comum para eliminar as barreiras que estejam impedindo o sucesso de crianças e jovens brasileiros já integrados ao sistema escolar. A inclusão remete à insurreição, “[...] contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico no interior de uma sociedade como a nossa”</p>

(FOUCAULT, 2002, p. 14). Insurreição esta materializada em mudanças na prática educacional.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a resposta à diversidade, o que implica a utilização de uma ampla variedade de estratégias metodológicas e a adaptação das tarefas de aprendizagem às possibilidades dos alunos, assim como critérios e procedimentos flexíveis de avaliação e promoção (MEC, SEESP, 2005).

Portanto, em síntese, o Curso de Extensão ora pretendido justifica-se pela intenção de conduzir atores sociais que atuam ou pretendem atuar na área educacional, especialmente na docência de Língua Portuguesa, à aquisição de conhecimentos que lhes proporcionem condições mais favoráveis tanto à identificação de transtornos de aprendizagem junto a estudantes integrados ao sistema educacional como à condução de intervenções pedagógicas compartilhadas e capazes de promover a inclusão social e o sucesso escolar desses estudantes.

METODOLOGIA

O Curso será desenvolvido na modalidade a distância, no Ambiente Moodle-Ifes, durante 2 semanas consecutivas, perfazendo a carga horária total de 45 horas, distribuídas em 23 e 22 horas, respectivamente na primeira e na segunda semanas.

Na sala virtual os participantes contarão, entre outros, com os seguintes recursos pedagógicos:

1. Vídeo do professor para orientações iniciais sobre a dinâmica do Curso;
2. Fórum de notícias;
3. Agendas indicativas dos conteúdos e das atividades a serem desenvolvidas em cada uma das semanas;
4. Textos para estudo sobre os conteúdos semanais previstos;
5. Vídeos sobre os conteúdos semanais em estudo;
6. Fóruns para esclarecimento de dúvidas;
7. Fóruns avaliativos, versando sobre textos lidos e vídeos assistidos;
8. Avaliação final, disponibilizada na tipologia objetiva.
9. Biblioteca com periódicos da Capes.

CONTEÚDOS

<ul style="list-style-type: none"> • Relações entre pensamento e linguagem no pensamento de Vygotsky: Os conceitos e os significados das palavras evoluem: o pensamento se reestrutura e se modifica ao transformar-se em linguagem; • A linguagem promove o desenvolvimento do pensamento e da consciência. 	10
Diferenciação entre dificuldades e transtornos de linguagem. Características dos transtornos de linguagem: dislexia, disgrafia, afasia, disartria e disfemia	15
Condutas do professor e da escola frente à identificação de estudantes portadores de transtornos de linguagem.	10
Os direitos legais das crianças e jovens portadores de distúrbios de aprendizagem. Intervenções compartilhadas e inclusivas no cotidiano escolar	10
Total	45

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação será realizada mediante:

1. Análise e pontuação das postagens e interações nos fóruns;
2. Realização de questionário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, MEC/SEESP. **Ensaio pedagógico**: construindo escolas inclusivas. 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf>. Acesso em: 8 nov, 2016.

CEFAC/UNESP. **Transtornos específicos de aprendizagem**: estratégias para o acompanhamento educacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RVlqc9GpnQc>. Acesso em: 30 out. 2016.

_____. **Dificuldades ou transtornos de aprendizagem?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HQ2MLiDwQbc>. Acesso em: 2 nov. 2016.

_____. **Transtorno específico de aprendizagem: dislexia.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mbygABaJIOI>. Acesso em: 2 nov. 2016.

_____. **Transtorno específico de aprendizagem: dislexia e comorbidades.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MskcXN0iUaQ>. Acesso em: 2 nov. 2016.

FOUCAULT, Michael. **História da loucura**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 2002.

MOOJEN, Sônia Maria Pallaoro. **A escrita ortográfica na escola e na clínica**: teoria, avaliação e tratamento. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2009.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WEISS, Maria Lúcia. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 12. ed. Porto Alegre: DP&A, 1994.

_____. **Reflexões sobre o diagnóstico psicopedagógico**. Psicopedagogia no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2000.

3^o PERÍODO

Disciplina	Tipo	Carga Horária	Créditos
------------	------	---------------	----------

		Teórica	Prática	Total	
Estudos Literários: metalinguagem e outras linguagens	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Linguística Textual	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Língua Brasileira de Sinais – Libras	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Morfologia I	Ativ. Formativa	60	15	75	05
Literatura em Língua Portuguesa II	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Psicologia da Educação	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Extensão: A Arte de Contar Histórias	ATPA			45	
Carga horária de créditos			45	375	25
Carga horária total do período				420	25

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: ESTUDOS LITERÁRIOS: METALINGUAGEM E OUTRAS LINGUAGENS	
Professor(es):	
Período Letivo: 3º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
Refletir e discutir sobre a valorização da literatura enquanto agente de formação da sociedade e contribuir para o aperfeiçoamento do ensino da literatura no Ensino Fundamental e Médio.	
EMENTA	
Discussão sobre o panorama histórico e gênero literário e suas características. Produção literária. A prática da leitura na escola e na sociedade. Pesquisa sobre literatura na escola, na biblioteca, na televisão e sites. A dimensão do imaginário na literatura e a intertextualidade, ciberliteratura e hipertexto.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Autorreferencialidade 2. Intertextualidade 3. Intratextualidade: paródia, cômico e pastiche, 4. Paratexto 5. Metaliteratura 6. Hipertextualidade 7. Hipermissão 8. Ciberliteratura e infopoesia, 9. As imagens e a literatura, 10. Teatro: uma potência milenar 11. Estudos literários/performance. 12. O cinema e as adaptações 13. O cinema e as adaptações 14. Literatura e oralidade 15. Em busca do som ou Estudos literários/música, 16. Formas da memória 17. O texto literário e as pluralidades poéticas 	
METODOLOGIA	
<p>O aluno precisa acessar o ambiente diariamente. O aluno precisa dedicar no mínimo 4h semanais para a disciplina. A pesquisa proposta requer a participação e envolvimento dos componentes do grupo; Os fóruns são necessários para desenvolvimento da aprendizagem; O acompanhamento das atividades será realizado pelos tutores a distância e presencial. A correção das atividades será realizada pelos tutores a distância.</p>	
RECURSOS	
Computador, e ferramentas da plataforma <i>Moodle</i> .	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação será composta de atividades totalizando 100 pontos; • No ambiente constam atividades avaliadas no total de 60 pontos; • As provas presenciais totalizam o valor de 40 pontos; • Conforme a ROD, estarão aprovados os alunos que obtiverem nota maior ou igual a 60; 	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Org.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Salma Ferraz de Azevedo de. **Estudos literários III : a metalinguagem na literatura de expressão portuguesa**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira; CORSO, Gizelle Kaminski. **Estudos literários IV: literaturas de expressão portuguesa e outras linguagens**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Carlos Drummond. **A procura da Poesia**. Disponível em: <http://letras.mus.br/carlos-drummond-de-andrade/460651/>

ANTELO, Raúl. **Potências da imagem**. Chapecó: Argos, 2004.

CUNHA, Maribel Barbosa da. **Texto literário e adaptação cinematográfica**, - Vídeo disponível em: http://www.cienciaemcurso.unisul.br/interna_capitulo.php?id_capitulo=222

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. Lisboa: Edições 70, 2007.

FIORIN, José Luiz et alli. **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 2003.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia**. Lisboa: Edições 70, 1989.

JAMESON, Fredric. **As marcas do visível**. São Paulo: Graal, 1999.

JOBIM, José Luis. **Literatura e informática**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

JUNIOR, Synval Beltrão. **A cultura brasileira e a mulher: uma leitura através da música popular**. Disponível em: KASSAB, Álvaro. A poesia eletrônica, quem diria, faz 50 anos - Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2009/ju440_pag05.php#

LEÃO, Lucia. **O labirinto da hipermídia**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

MACIEL, Maria Esther. **A memória das coisas, ensaios de literatura, cinema e artes plásticas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.

MATOS, Claudia Neiva de et alli. **A palavra cantada**. Rio de Janeiro: 7 Letras/CNPq, 2001.

PELLEGRINI, Tânia et alli. **Literatura, cinema e televisão**. São Paulo: Senac, 2003.

PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária**. São Paulo: Ática, 1992.

SANTIAGO, Silviano. A permanência da tradição no modernismo. In: **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Alckmar Luis dos. **Leituras de nós: ciberespaço e literatura**. São Paulo: Itaú Cultural, 2003.

TATIT. **O cancionista**. São Paulo: EDUSP, 2002.

WISNIK, José Miguel. 2.ed. **O som e o sentido**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LINGÜÍSTICA TEXTUAL	
Professor:	
Período Letivo: 3º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender o funcionamento da linguagem, tanto na modalidade escrita como na modalidade oral. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender os pressupostos teóricos da Linguística Textual. • Distinguir as diferentes concepções de linguagem, língua, sujeito, e texto; • Compreender as relações lógicas, discursivas e/ou pragmáticas na construção dos textos e dos sentidos. • Aprimorar as habilidades de leitura crítica e produção de textos; • Refletir sobre a mobilização de diversos conhecimentos e estratégias de ordem linguística, cognitiva e discursiva na construção dos sentidos do texto. • Reconhecer os fatores de intertextualidade e intergenericidade. • Compreender os diferentes tipos de textos e a funcionalidade dos gêneros discursivos. • Refletir sobre o ensino da produção e interpretação de texto nas aulas de Língua Portuguesa. • Relacionar o fenômeno da coesão textual e seus mecanismos com a coerência, a produção e a compreensão textuais. • Compreender implícitos linguísticos e pragmáticos. 	
EMENTA	
Fundamentação epistemológica. O texto como objeto de pesquisa: conceitos de texto, princípios de textualidade, condições de produção, organização/ tessitura textual, construção do sentido. Fatores de textualidade. Gêneros textuais e PCNs. Conceitos de tipologia textual e gênero discursivo; práticas discursivas orais e escritas. Gêneros discursivos nas práticas históricas. Caracterização dos diversos gêneros orais e escritos. Classificação dos gêneros intergêneros e intertextualidade. Práticas de produção e recepção textual. Implícitos linguísticos e pragmáticos.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
1. A Linguística Textual 1.1 Conceituação, origem e causas do surgimento das gramáticas textuais 1.2 Concepções de linguagem, língua, sujeito e texto 1.3 Gêneros textuais 1.4 Intertextualidade e intergenericidade	25
2. Linguística Textual e fatores de textualidade 2.1 Fatores de textualidade 2.2 Relações endofóricas e exofóricas 2.3 Referenciação e sequenciação	20
3. O texto e o contexto 3.1 Implícitos linguísticos e pragmáticos 3.2 Implicaturas conversacionais 3.3 Marcas linguísticas da argumentação	15
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivas; seminários; práticas de produção, leitura e interpretação de textos; produção de material didático, a partir do estudo dos gêneros discursivos	
RECURSOS	
Computador; datashow; jornais, revistas, textos diversos, livros, quadro, pincel.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios:</p> <p>A avaliação, composta de atividades totalizando 100 pontos, será processual, observando-se a participação dos alunos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, a apresentação de trabalhos/seminários, e as atividades de produção oral e/ou escrita de análise de textos.</p>	<p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prova escrita • Exercícios • Apresentações orais • Seminário • Produções de texto
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BENTES, Anna Cristina. <i>Linguística Textual</i>. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. Introdução à Linguística: domínios e fronteiras (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>CAVALCANTE, M. M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>FÁVERO, Leonor L. Coesão e Coerência Textuais. São Paulo: Ática, 1991.</p> <p>_____; KOCH, I. G. V. Linguística Textual: Introdução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988, cap. 1, p. 11-25.</p> <p>KOCH, I. G. V. Argumentação e linguagem. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.</p> <p>KOCH, I. G. V. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANTUNES, Irandé Costa. A abordagem da textualidade através da tipicidade dos gêneros textuais. Boletim ABRALIM nº 21, junho 1997.</p> <p>BEUGRANDE, R; DRESSLER, W. Introduction to Text Linguistics. London: Longman, 1981.</p> <p>CAVALCANTE, M.M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>DISCINI, Norma. Comunicação nos textos. São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p>KOCH, I. G. V. O desenvolvimento da linguística textual no Brasil. In: DELTA, vol. 15, v. Especial, 1999, p. 167-182.</p> <p>KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>KOCH, I. G. V. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: 2003.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2003.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	
Professor(es):	
Período Letivo: 3º	Carga Horária: 60 horas

OBJETIVOS	
<p>Geral: Apresentar o uso da Língua Brasileira de Sinais no processo de comunicação.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Identificar as bases legais da Língua Brasileira de Sinais e sua história. – Conhecer os aspectos legais que respaldam o indivíduo surdo quanto aos seus direitos linguísticos e educacionais no Brasil. – Conhecer a origem da Língua de Sinais e sua importância. – Introduzir a prática da Língua Brasileira de Sinais no processo de ensino e aprendizagem. 	
EMENTA	
<p>Diretrizes educacionais para a educação especial – PCN. Desenvolvimento e aprendizagem do aluno surdo. A diversidade humana e as necessidades educacionais individuais na sala de aula. Ação pedagógica, junto aos alunos com necessidades educacionais especiais. A importância da avaliação: finalidade e objetivos. Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Os aspectos legais que respaldam o indivíduo surdo quanto aos seus direitos linguísticos e educacionais no Brasil. O sujeito surdo, sua identidade e cultura. A origem da língua de Sinais e sua importância na constituição do indivíduo surdo. Ensino e prática da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. (parâmetros fonológico, léxico da morfologia; diálogos contextualizados).</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
História do Surdo; LIBRAS, que língua é essa?	04
História da Educação do surdo.	04
5 parâmetros LIBRAS. O sujeito surdo e suas características: identidade e cultura. A Lei 10.436 e o Decreto nº 5.626.	08
Ação pedagógica junto aos alunos surdos.	08
Implicações da diversidade para a prática pedagógica: definições e respostas	06
A importância da avaliação: finalidade e objetivos; concepções e paradigmas do trato à surdez;	06
Desenvolver competência Linguística em Língua Brasileira de Sinais em: Alfabeto manual ou datilológico, Soletização rítmica: parâmetros da LIBRAS; apresentação pessoal, cumprimento, advérbio de tempo e condições climáticas, calendário, atividades de vida diária; pronomes: pessoais, demonstrativos, possessivos, interrogativos, indefinidos; verbo; profissões; sinais de ambiente escolar; meios de comunicação, números ordinais /cardinais/quantidade, família, estado civil, cores; compreender construir diálogos e histórias em LIBRAS e interpretar pequenas narrativas.	24
Total	60
2 METODOLOGIA	
<p>Aulas teóricas e práticas de forma dialogada, usando dinâmica de grupo, tendo por base o interacionismo que prioriza o desenvolvimento do ser em todas as suas dimensões. Para buscar uma associação da teoria com a prática, por meio da visualização de experiências, faremos visitas pedagógicas a instituições de ensino que trabalham com a inclusão.</p> <p>No desenvolvimento das aulas ainda serão feitos:</p> <p>Estudos dirigidos e trabalhos em grupo; oficinas; estudo de caso; debates sobre a diversidade na educação; relato de experiência; aula de campo; exposição dialogada; aulas práticas – LIBRAS; atividades em grupo: diálogos, pesquisas, encenações; interpretação de texto - português para</p>	

Língua de Sinais; apresentação de filmes em LIBRAS e filmes relacionados à educação de surdos.	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; VDS – Educação de Surdos; revistas; textos; CD.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
3 Critérios Participação ativa nas aulas, execução das tarefas solicitadas, apresentação de trabalhos no prazo, frequências.	4 Instrumentos Relatos de experiências; relatórios; observação diária em aula; atividades práticas em sala de aula; provas práticas e escritas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRASIL, Presidência da República. Lei 10.436 , de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm .	
BRASIL, Presidência da República. Decreto 5.626 , de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm .	
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica . Brasília: MEC/SEF/SEESP, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf	
MEC, Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa . Programa nacional de apoio à educação de surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&catid=192%3Aseesp-esducacao-especial&id=12677%3Ao-tradutor-e-interprete-de-lingua-brasileira-de-sinais-e-lingua-portuguesa&option=com_content&view=article	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola : de alunos com necessidades educacionais especiais. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.	
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (ED.) Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira . 3. Ed. Reimpr. São Paulo EDUSP, 2008.	
DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento educacional especializado . Pessoa com surdez. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/pvol2.pdf .	
GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . São Paulo; Parábola Editorial 2009.	
LOPES, Maura Corcini. Surdez e educação . Belo Horizonte. Autêntica. 2007.	
MEC, Secretaria de Educação Especial: Saberes e praticas da Inclusão : estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2003. V 4. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunossurdos.pdf .	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: MORFOLOGIA I	
Professor	
Período Letivo: 3º	Carga Horária: 75h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar como se estruturam os vocábulos, os processos de formação do léxico, a organização das classes de palavras e sua funcionalidade nas operações com a linguagem. 	

Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir as estruturas das palavras e analisar seus processos de formação, refletindo sobre flexões, derivações, afixos etc. • Classificar as palavras e verificar mecanismos de mudança de classe gramatical. • Empregar formas lexicais e gramaticais adequadas à modalidade (oral ou escrita) e ao grau de formalidade da situação enunciativa. 	
EMENTA	
Morfologia: conceito, palavra e vocábulo, sincronia e diacronia. Formas livres, presas e dependentes. Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica. Flexão e categorias gramaticais. Formação do léxico em português. Processos de formação de palavras. Radicais e prefixos eruditos. Conceitos básicos da Morfologia Gerativa. Análise comparativa de gramáticas normativas. A teoria morfológica e a aplicação didática.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Morfologia: conceito, palavra e vocábulo, sincronia e diacronia.	05
Formas livres, presas e dependentes.	05
Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica.	10
Flexão e categorias gramaticais.	10
Formação do léxico em português.	05
Processos de formação de palavras: composição, derivação e outros.	10
Radicais e prefixos eruditos.	05
Conceitos básicos da Morfologia Gerativa.	07
Análise comparativa de gramáticas normativas.	05
A teoria morfológica e a aplicação didática.	05
Exercícios operacionais	08
Total	75
METODOLOGIA	
Exposição dialogada, pesquisas, resolução de problemas, análises comparativas e aulas práticas.	
RECURSOS	
Datashow; computador; jornais; revistas; textos; livros; quadro branco; marcador de quadro.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Crêterios: A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos: Prova escrita Exercícios Seminários Produção de texto analítico</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

- MARGOTTI, Felício Wessling. **Morfologia do português**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.
- MONTEIRO, J. L. **Morfologia portuguesa**. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- ROCHA, Luiz Carlos de A. **Estruturas morfológicas do português**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.
- ROSA, M. C. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- SILVA, M. C. P. de S.; KOCH, Ingedore G. V. **Linguística aplicada ao português: morfologia**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- BASÍLIO, Margarida. **Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo. Ática, 2009.
- ILARI, R. **Introdução ao léxico: brincando com as palavras**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MACAMBIRA, J. M. **A estrutura morfossintática do português**. 7 ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
- MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. Disponível em: http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=592&tmpl=component&format=raw&Itemid=41
- SILVA, R. V. M. **Contradições no ensino de português**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA II	
Professor(es):	
Período Letivo: 3º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral: Compreender a literatura em língua portuguesa como componente significativo no contexto cultural dos países lusófonos.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perceber nas manifestações literárias as implicações dos momentos sociopolíticos contemporâneos a elas. 	

<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre as peculiaridades políticas da condição colonial e suas consequências para a formação de uma identidade e uma literatura nacionais. • Conhecer e identificar traços barrocos na poesia e na prosa do século XVII. • Conhecer e identificar traços árcades na poesia da segunda metade do século XVIII. 	
EMENTA	
A condição colonial e suas implicações nas primeiras manifestações literárias no Brasil. Textos de informação e a criação de uma imagem do índio. Literatura Jesuítica: informação e catequese. Barroco em Portugal. Barroco no Brasil. Arcadismo português. Arcadismo brasileiro.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
A condição colonial	08
Textos de informação	06
Literatura jesuítica	06
Barroco em Portugal	08
Barroco no Brasil	12
Arcadismo português	08
Arcadismo brasileiro	12
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas dialogadas de que fazem parte: leitura expressiva, análise individual e coletiva de textos literários, leitura e discussão de referências crítico-teóricas, dinâmicas de grupo, produção escrita individual e coletiva, avaliação de livros didáticos, visitas à biblioteca e apresentação de filme (DVD), ida ao cinema.	
RECURSOS	
Textos; obras literárias; livros didáticos; quadro branco; televisor; aparelho de DVD; retroprojeto; computador.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Critérios: A avaliação será feita por meio de cada um dos instrumentos ao lado, observando-se critérios de evolução na aprendizagem e desenvoltura com relação aos temas tratados em aula.	Instrumentos: Exercícios Seminários Resenhas Ensaio Avaliação dissertativa
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira . São Paulo: Cultrix, s/d. MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa . São Paulo: Cultrix, 1987. CANDIDO. Antônio. Formação da literatura brasileira . Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARISTÓTELES. **Poética**. Texto integral. São Paulo: Ars Poética, 2003.
- Arte de furto**. Anônimo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006. 1274 p.
- BOCAGE, Manuel Maria Barbosa Du. **O delírio amoroso e outros poemas**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- BOCAGE, Manuel Maria Barbosa du. **Poemas**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- GOLDSTEIN, Norma. **Versos, sons e ritmos**. Série Princípios - 14ª Ed.Ática. 2006.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Porto Alegre: L&P, 2013.
- MATOS, Gregório de. **Antologia**. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- MATOS, Gregório de. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2013. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=2244
- SÊNECA, Lúcio Anneo. **Aprendendo a viver**. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- SÊNECA, Lúcio Anneo. **Da tranquilidade da alma**. Porto: L&PM, 2013.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- VIEIRA, Pe. Antônio. **A arte de morrer**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/8976/>
- VIEIRA, Pe. Antônio. **Obras escolhidas**. Lisboa: Sá da Costa, 1954. Disponível em: <http://www.saavedrafajardo.org/Archivos/LIBROS/Libro0524.pdf>
- VIEIRA, Pe. Antônio. **Sermões**. Rio de Janeiro: Agir, 1988. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/padreantoniov.pdf>

Curso: **LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUES**

Unidade Curricular: **PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO**

Professor(es):	
Período Letivo: 3º	Carga Horária: 60 horas
5 OBJETIVOS	
<p>Geral: Discutir as principais contribuições do pensamento psicológico à educação.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Estabelecer uma visão crítica a respeito da psicologia na escola através de sua contextualização histórica. – Empreender análises a respeito das principais contribuições da psicologia às concepções de aprendizagem presentes no contexto escolar. – Refletir sobre a produção do fracasso escolar caracterizando as diferentes linhas teóricas de explicação do fenômeno. 	
EMENTA	
Introdução ao pensamento psicológico. As relações entre psicologia e educação: principais abordagens teóricas. Aprendizagem e processos educacionais. Questões contemporâneas em psicologia da educação.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
1. Introdução ao pensamento psicológico.	
1.1 A construção da psicologia no contexto das ciências.	8
1.2 A emergência da Psicologia da Educação no Brasil.	
2. As relações entre psicologia e educação: principais abordagens teóricas.	
2.1 As principais contribuições teóricas 5	20
3. Aprendizagem e a Produção do Fracasso Escolar.	
3.1 Aspectos psicossociais que interferem no processo de escolarização dos sujeitos.	16
3.2 Cidadania e processos de exclusão escolar.	
4. Questões contemporâneas em psicologia da educação.	
4.1 A patologização do espaço escolar e a medicalização da aprendizagem.	16
4.2 Avaliação, indisciplina e fracasso na escola.	
Total	60
1 METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, visita monitorada, música, apresentação de filme (DVD), leitura e análise de produção escrita.	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; revistas; textos.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

<p>2 Critérios</p> <p>A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>3 Instrumentos</p> <p>Exercícios Fichamentos Resenha Prova</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BOCK, A. M. B; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. <i>Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia</i>. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.</p> <p>KAHHALE, E.M.P. (org). <i>A diversidade da Psicologia: uma construção teórica</i>. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>PATTO, M. H. S., <i>A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia</i>. São Paulo: Intermeios, 2015.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANGELUCCI, C.B.; KALMUS, J.; PAPARELLI, R.; PATTO, M.H.S. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. <i>Educação e Pesquisa</i>, São Paulo, v.30, n.1, p. 51-72, jan./abr. 2004.</p> <p>COLLARES, C.A.L.; MOYSÉS, M.A.A. (2010). Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Orgs.). Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo.</p> <p>DAZZANI, M. V. M. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. Psicol. Cienc. Prof, v. 30, n. 2, 2010, pp. 362-375.</p> <p>OLIVEIRA, M. K de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.</p> <p>WOOLFOLK, A. E. Psicologia da educação. 7a. ed.. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS
Carga Horária: 45h
OBJETIVOS
<p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar a formação acadêmica no que tange à aquisição de conhecimentos e à valorização do ato de contar histórias, com foco na ancestralidade e na ampliação da consciência individual e coletiva. <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar a relevância social do ato de contar histórias. • Caracterizar, exemplificar e distinguir diferentes gêneros de histórias infanto-juvenis. • Identificar e decompor a estrutura macrossintática do gênero conto, com vista ao enredo da história. • Adquirir bagagem teórica e técnicas pertinentes ao ato de contar histórias. • Exercitar o ato de contar de história, mediante a utilização de conhecimentos adquiridos.
JUSTIFICATIVA
<p><i>A narração é viva, entusiástica, apaixonada. Não ouvi uma estória desinteressante nos anos em que vivi no sertão. Só conta uma estória quem está disposto a viver-lhe a vibração incontida, transmitindo-a ao ouvinte ou ao auditório.</i></p> <p style="text-align: right;">Luís da Câmara Cascudo</p> <p>A inserção do Projeto de Extensão denominado A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS na Matriz Curricular do Curso Licenciatura em Letras Português – modalidade a distância – justifica-se pela intenção de conduzir atores sociais que atuam ou pretendem atuar na área educacional, especialmente na docência de Língua Portuguesa, à aquisição de conhecimentos afetos à temática, de forma a aprimorar possibilidades de intervenção crítica, qualificada e lúdica na realidade educacional.</p> <p>O Curso intenciona instruir, ampliar repertório e fomentar o ato de contar dos participantes, com foco na ancestralidade e na ampliação da consciência individual e coletiva “por meio da linguagem, da exteriorização da palavra interior” (VYGOTSKY, 2000).</p> <p>A tradição de histórias contadas em voz alta por um narrador a um grupo de ouvintes é milenar. A relevância social da narrativa oral, cuja finalidade está vinculada a contextos históricos demarcados, suscitou muitas maneiras de se contar uma história. Maneiras estas que cunharam vários gêneros hoje existentes, como o conto (popular, de encantamento, de fadas) fábulas, os apólogos, as parábolas, as lendas e os mitos. Por meio dessa diversidade de narrativas, preserva-se o contato com ideias que já fazem parte do patrimônio cultural da humanidade.</p> <p>Benjamin (2009, p.197) considera: “O conto de fadas, que ainda hoje é o primeiro conselheiro das crianças, foi outrora o primeiro da humanidade, permanece vivo, em segredo, na narrativa. O primeiro narrador verdadeiro é e continua sendo o dos contos de fadas”.</p> <p>O aparecimento da escrita impulsionou a preservação das narrativas da tradição oral, desde as mais antigas, como as do Antigo Egito e da Mesopotâmia, até as mais recentes, como os contos de fadas. Na atualidade, colocar crianças e adolescentes em contato essa literatura significa conduzi-las não apenas ao encantamento e à apropriação da macrossintaxe de diferentes gêneros, mas, também, a conhecimentos vinculados à história cultural da humanidade.</p> <p>Nesse sentido, a formação profissional de professores/as que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, em especial na docência de Língua Portuguesa, exige contemplar conhecimentos pertinentes às particularidades dos gêneros aqui em questão. Esses conhecimentos abrangem três principais aspectos: 1. aquisição de técnicas e instrumentos específicos afetos à arte de contar história; 2. identificação do contexto histórico-social pertinente ao gênero a ser contado; 3. análise da macrossintaxe do texto - das especificidades do gênero quando registrado por escrito.</p> <p>É bem verdade que os aspectos antes mencionados compõem conteúdos ministrados no decorrer</p>

da do Curso de Licenciatura em Letras, mas de forma incipiente, com exceção da análise macrossintática dos gêneros, bastante aprofundada tanto do ponto de vista teórico como prático. Assim sendo, o Curso ora desenvolvido irá complementar a formação de licenciandos/as no que tange às especificidades da contação de histórias.

Ultimamente, constata-se que o avanço tecnológico e a consequente diversificação dos meios de comunicação propiciam, em tempo real, o acesso a uma imensa quantidade de informações – sem fronteiras de espaço. Os processos e nas tecnologias de comunicação, consequências da cultura contemporânea, acarretam desafios cada vez maiores para aqueles que trabalham com crianças e adolescentes. Além das questões atribuídas à mídia, existe o apelo do consumo de mercadorias, que dificulta, ainda mais, a garantia dos esforços (tidos como conservadores), para proteger noções tradicionais, que ficam predestinadas ao fracasso (GIORDANO, 2013, p. 32). Nesse sentido, ressalta Giordano (2013, p.27):

Pensar o conto de tradição oral como instrumento de trabalho na área da educação, da psicopedagogia, da psicoterapia, da arteterapia, na atualidade, pode causar certa estranheza, já que estamos num tempo onde se procura sufocar qualidades como a memória e os saberes de antigamente. Afinal, estamos na era das máquinas, dos computadores e, conseqüentemente, a habilidade do ouvir e do contar histórias, ficou para trás. Mas, falar em memória, significa falar do encontro entre a memória e a tradição social efetuada pelo exercício da oralidade; significa também reavivar e atualizar a memória social de um povo, bem como abrir as vias de acesso a uma cultura autêntica do conto; uma cultura de transmissão de ensinamentos através da palavra falada. Esse é um desafio que vem nos cercando.

Nossas vidas [...] estão carentes de histórias, bem como de contadores, com eloquência para fazê-lo.

Na mesma direção, Benjamin (2009) aponta que essa atividade humana remete a uma troca de experiência do coletivo; a uma transmissão de experiências, cujas condições de realização são bastante subjugadas nas sociedades modernas. Para o autor, no “momento em que a experiência coletiva se perde, em que a tradição comum já não oferece nenhuma base segura, outras formas narrativas tornam-se predominantes.” (Idem, p.14). Não por acaso, portanto, hoje se assiste ao empoderamento da linguagem midiática, que cria realidades nas quais se inscrevem costumes e condutas, por vezes, absolutamente subjugados.

De forma específica, os contos populares trazem à tona informações históricas, etnográficas, sociológicas, jurídicas e sociais: são documentos vivos, que apontam costumes, ideias, mentalidades, decisões e julgamentos. Remetem a vestígios de usos estranhos, de hábitos desaparecidos que não se inscrevem como pura invenção do narrador. Aludem ao cabelo solto das donzelas, às crianças enfeitadas, ao rei triste que só vestia branco, à coabitação prévia antes da cerimônia nupcial. Enfim, remetem às regras da vida diária, legalizadas em sua inscrição histórica (CASCUDO, 1984). Golovaty (2005, p.70) afirma:

[...] as maneiras de narrar e as particularidades dos contos revelam as peculiaridades da sociedade ou grupo ao qual este pertencia. A tensão ou dinâmica entre o narrador e a tradição oral (entre o individual e o coletivo) se incumbem de atualizar o conto e trazê-lo para o vivido, o presente daquela sociedade. Prova de que a cultura popular é dinâmica, num contínuo fazer e refazer de manifestações culturais que podem ser estudadas para a sua compreensão.

Enfim, a relevância do Curso A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS vai ao encontro da contextualização apresentada, que impõe sentido e significação à continuidade e ao fortalecimento da prática narrativa nos dias de hoje. Frente à realidade contemporânea, em que as pessoas estão perdendo o direito inato à imaginação, há que se encontrar formas de propiciar a docentes e discentes a descoberta de fontes criativas, com vista à ressignificação do viver, à permissão de encantar e de ser encantado.

METODOLOGIA

O Curso será desenvolvido na modalidade a distância, no Ambiente Moodle-Ifes, durante 2 semanas consecutivas, perfazendo a carga horária total de 45 horas, distribuídas em 23 e 22 horas,

<p>respectivamente na primeira e na segunda semanas.</p> <p>Na sala virtual os participantes contarão, entre outros, com os seguintes recursos pedagógicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vídeo do professor para orientações iniciais sobre a dinâmica do Curso; • Fórum de notícias; • Agendas indicativas dos conteúdos e das atividades a serem desenvolvidas em cada uma das semanas; • Textos para estudo sobre os conteúdos semanais previstos; • Vídeos sobre os conteúdos semanais em estudo; • Fóruns para esclarecimento de dúvidas; • Fóruns avaliativos, versando sobre textos lidos; • Vídeos relativos a dinâmicas de contação de histórias; • Links para postagem de arquivos de textos, slides e vídeos; • Avaliação final, disponibilizada na tipologia objetiva; • Link para biblioteca de periódicos da Capes; • Link com indicação de sites complementares para navegação; • Link com indicação de referências básicas e complementares para leitura. 	
CONTEÚDOS	
<p>A relevância social do ato de contar histórias. Caracterização, exemplificação e distinção de diferentes gêneros de histórias infanto-juvenis.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização de contos de fadas. • Autores e obras clássicas de contos de fadas. • Caracterização de fábulas e autores e fábulas clássicas. • Caracterização de contos populares folclóricos. • Autores e contos folclóricos brasileiros. • Caracterização de lendas e de mitos. • Relações entre lendas e mitos. • Lendas de origem indígenas e africana. • Lendas regionais. 	20
<p>Aspectos a serem desenvolvidos na contação de história: afetividade; raciocínio; senso crítico; imaginação; e criatividade. A estrutura macrossintática do conto: a situação inicial; a complicação; as ações; a resolução; a situação final. Identificação da estrutura do conto em uma história selecionada. A exploração da estrutura do conto na narração de histórias.</p>	10
<p>Dinâmicas e recursos para a narração de histórias. Dicas para contadores/as de histórias. Exercícios preparatórios para a contação de uma história.</p>	10
<p>Gravação em vídeo da contação de uma história escolhida.</p>	05
Total	45
AValiação da Aprendizagem	
<p>A avaliação será realizada mediante:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Análise e pontuação das postagens e interações nos fóruns; 2. Realização de questionário; 3. Postagem de uma sequência de slides preparada, em dupla, para contação de história; 4. Postagem de vídeo produzido e gravado em grupos de, no máximo, 4 (quatro participantes), para apresentação de uma contação de história realizada. 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

- BENJAMIN, Walter. **História e narração**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BONAVENTURE, Jette. **O que conta o conto?** São Paulo: Paulus, 1992.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CASCUDO, Luis da Camara. **Literatura oral no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- CAMPBELL, Joseph. **Para viver os mitos**. São Paulo: Cultrix, 1998.
- GOLOVATY, Ricardo Vidal. **Cultura popular: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de Santos Reis, 1945-2002**. 2005. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- GIORDANO, Alessandra. A arte de contar histórias e o conto de tradição oral em práticas educativas. **Construção psicopedagógica**. São Paulo v.21, n.22, p.26-41, 2013.
- Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542013000100004. Acesso em: 30 out. 2016.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

4^o PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Morfologia II	Ativ. Formativa	60	15	75	05
Tecnologias Integradas à Educação	Ativ. Formativa	30	30	60	04
Sociolinguística	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Literatura em Língua Portuguesa III	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Introdução ao Latim	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Política e Organização da Educação Básica	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Extensão: Mapa Linguístico e Mostra Cultural	ATPA			45	
Carga horária de créditos			65	375	25
Carga horária total do período				420	25

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: MORFOLOGIA II	
Professor:	
Período Letivo: 4.º	Carga Horária: 75h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar e analisar as classes de palavras da língua portuguesa em sua aplicabilidade e funcionalidade em diferentes gêneros e tipos textuais. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Analisar funcionalmente o núcleo nominal do português. Reconhecer e aplicar as especificidades de modos e tempos verbais. Desenvolver uma visão geral dos modificadores: adjetivos, advérbios, etc. Identificar e entender o papel de conexão dos pronomes, preposições e conjunções. Analisar morfossintaticamente parágrafos e textos. 	
EMENTA	
Relação entre oralidade e escrita. A relação núcleo e argumentos. Aspectos sintáticos e morfossintáticos da língua portuguesa. Análise morfossintática. Análise comparativa de gramáticas normativas. Expressão escrita, leitura e redação.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Aspectos morfossintáticos do português	07
As classes de palavras: visão geral	06
Substantivos: forma e função	07
A função adjetiva; artigos e numerais	10
Os pronomes e a pronominalização em português	07
Verbos: estrutura, formação, emprego e uso.	08
Conectivos: preposições, conjunções, pronomes relativos.	08
Advérbios: norma padrão e uso.	07
Exercícios práticos	15
Total	75
METODOLOGIA	
Exposição dialogada, pesquisas, resolução de problemas, análises comparativas e aulas práticas.	
RECURSOS	
Projeto de eslaides; computador; jornais; revistas; textos; livros; quadro; marcador de quadro.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios:</p> <p>A avaliação será processual, observando a participação dos alunos em discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prova escrita. Exercícios práticos. Apresentações individuais e grupais. Produção de texto analítico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

ROSA, M. C. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000.

SILVA, M. C. P. de S.; KOCH, Ingedore G. V. **Linguística aplicada ao português: morfologia**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARONE, F. de B. **Morfossintaxe**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2001

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

ILARI, R. **Introdução ao léxico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa**. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **Ensino de gramática: descrição e uso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Curso: **LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**

Unidade Curricular: **TECNOLOGIAS INTEGRADAS AO ENSINO**

Professor:

Período Letivo: 4º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <p>Utilizar ferramentas da informática no ensino da disciplina em favor da construção do conhecimento.</p> <p>Específicos:</p> <p>Conhecer as abordagens pedagógicas mediadas pelo computador;</p> <p>Utilizar softwares específicos para criação, apresentação e elaboração de conteúdos para ensino presencial e à distância.</p> <p>Utilizar e avaliar softwares destinados ao ensino presencial e à distância. Utilização da internet e meios <i>web</i> na construção de saberes.</p>	
EMENTA	
Abordagens pedagógicas no uso do computador. Componentes básicos do computador. Instalação e desinstalação de softwares. Utilização de processadores de texto, planilhas eletrônicas e software de apresentações. Planejamento e elaboração de ferramentas de ensino/aprendizagem. Noções de Educação a Distância. Utilização de ferramentas tecnológicas favoráveis à construção de conhecimento.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Utilização de mídias e recursos audiovisuais.	04
Componentes básicos dos computadores.	04
Instalação, desinstalação e configuração de <i>softwares</i> .	04
Utilização de processador de texto.	04
Utilização de planilhas eletrônicas.	04
Utilização de <i>software</i> de apresentação.	04
Noções de preparação de páginas web em html.	08
Discussão das abordagens instrucionista e construcionista.	04
Estudos e análises de hipertextos	08
Utilização de ambientes virtuais de aprendizagem.	08
Planejamento e elaboração de uma sala virtual de aprendizagem.	04
Planejamento material didático-EAD.	04
Total	60
METODOLOGIA	
<p>Exposição dialogada com prática concomitante dos softwares utilizados.</p> <p>Realização de exercícios práticos.</p> <p>Preparação de atividades práticas utilizando os softwares.</p>	
RECURSOS	
<p>Sala de aula com capacidade para 32 (trinta e dois) estudantes, equipada com computador, projetor multimídia, tela, quadro branco e pincéis.</p> <p>Laboratório de informática com máquinas individuais e softwares necessários instalados.</p>	
AValiação DA APRENDIZAGEM	

4 Critérios Serão observadas a frequência, manipulação das ferramentas, capacidade de elaboração, etc.	5 Instrumentos Elaboração de Projeto Organização de instrumentos Prova operativa.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALMEIDA, M. E. Informática e formação de professores. Brasília: SEAD – Proinfo – MEC, 2000. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=27557</p> <p>NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. Informática aplicada à educação. Brasília : Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/infor_aplic_educ.pdf</p> <p>OLIVEIRA, Ramon de. Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula. 15. ed São Paulo: Papirus, 2009.</p> <p>ORLANDI, José Geraldo das Neves. Tecnologias integradas à educação. Vitória: CEAD-IFES, 2011.</p> <p>PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ALMEIDA, Fernando José de. Educação e informática: os computadores na escola. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>BARRETO, C.; RODRIGUES, S.; CARVALHO, R.; RABELO, C.; FIALHO, A.; MEYHOAS, J. Planejamento e elaboração de material didático impresso para EaD. Rio de Janeiro: Cederj, 2007. Disponível em: http://imip.nucleoead.net/PlanejamentoeElaboracaodeMaterialdidticoimpressoparaEducacaoaDistancia.pdf</p> <p>KUNZE, R. Treinamento em informática powerpoint 2003. 2.ed. Cuiabá: KCM, 2006.</p> <p>MARQUES, C. P. C.; MATTOS, M. Isabel L. de; TAILLE, Yves de La. Computador e ensino: uma aplicação à língua portuguesa. 2.ed. São Paulo: Ática, 1986.</p> <p>MORAN, J. M. (orgs.). Integração das tecnologias na educação. Brasília: MEC-SEED, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/iniciaissf.pdf</p> <p>RAIÇA, D. (org.). Tecnologias para a educação inclusiva. São Paulo: Avercamp, 2008.</p> <p>SACRISTÁN, J. G. Educar e conviver na cultura global. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>SOBRAL, A. Internet na escola: o que é, como se faz? 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: SOCIOLINGUÍSTICA	
Professor:	
Período Letivo: 4º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
Geral:	

<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as relações entre língua e sociedade. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entender a língua como um sistema heterogêneo, variável e passível de mudança. • Identificar os diferentes níveis de variação linguística em sua dimensão interna. • Reconhecer os diferentes tipos de variação linguística motivados por fatores externos à língua. • Identificar fenômenos em variação no português brasileiro. • Caracterizar os principais fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. • Verificar os passos de uma pesquisa por meio do exame do estudo de um fenômeno linguístico variável. • Desenvolver uma concepção sociolinguística interacional das relações humanas. • Vincular a teoria linguística à prática pedagógica. 	
EMENTA	
Língua como sistema heterogêneo. Significado social das formas variantes. Dimensões externa e interna da variação linguística. Modelos de teoria e análise em sociolinguística. A Sociolinguística Interacional. Pressupostos metodológicos da pesquisa sociolinguística. Variação linguística e ensino. Prática pedagógica.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Histórico e conceitos fundamentais da Sociolinguística	10
Modelos de teoria e análise em sociolinguística	08
As dimensões interna e externa da variação linguística	10
Mudança linguística	06
A Sociolinguística Interacional	06
A pesquisa sociolinguística	08
Sociolinguística e ensino	06
Atividades em variação linguística nas diferentes áreas da gramática	06
Total	60
METODOLOGIA	
Exposição dialogada, pesquisas, resolução de problemas, análises comparativas, aulas práticas.	
RECURSOS	
Computador; datashow; jornais; revistas; textos; livros; quadro; marcador de quadro.	

AValiação da Aprendizagem

<p>Critérios: A avaliação será processual, observando-se a participação dos alunos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, a apresentação de trabalhos/seminários e a avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prova escrita. • Exercícios. • Apresentações orais. • Seminário. • Produções de texto.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009..</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.</p> <p>FIORIN, J. L. (org.). Introdução à linguística I: objetos teóricos. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BAGNO, Marcos. A língua de Eulália: novela sociolinguística. 16.ed. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico. São Paulo: Loyola, 1999.</p> <p>BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.</p> <p>BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. (orgs.). Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>COELHO, Izete. L. <i>et al.</i> Sociolinguística. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. Disponível em: http://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolingu%C3%ADstica_UFSC.pdf</p> <p>LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.</p> <p>LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Orgs). Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica. São Paulo: Mercado das Letras, 2008.</p> <p>MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.) Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>MARTINS, C. A indeterminação do significado nos estudos sociopragmáticos: divergências teórico-metodológicas. In: D.E.L.T.A., 181:1, 2002, p. 87-116.</p> <p>MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. B. (orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras – Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>TARALLO, F. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática, 1985.</p> <p>TELLES, Branca R.; GARCEZ, P. (Orgs.). Sociolinguística Interacional. São Paulo: Loyola, 2002.</p> <p>WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.</p>	

Curso: **LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**

Unidade Curricular: **LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA III**

Professor(es):

Período Letivo: 4º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Compreender a literatura em língua portuguesa como componente significativo no contexto cultural dos países lusófonos. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Perceber nas manifestações literárias as implicações dos momentos sociopolíticos contemporâneos a elas. Compreender o panorama sociopolítico em que se gestou o Romantismo na Europa. Conhecer obras representativas do Romantismo português. Identificar as diferentes fases da poesia romântica brasileira em suas peculiaridades temático-formais. Refletir sobre aspectos da estrutura social brasileira do século XIX presentes no teatro e na prosa romântica brasileira. Reconhecer a importância das interseções real-ficcional no período do Realismo-naturalista em Portugal e no Brasil. Conhecer e identificar traços parnasianos na poesia brasileira de fins do século XIX. Conhecer e identificar traços simbolistas na poesia de língua portuguesa da segunda metade do século XIX. 	
EMENTA	
<p>Origens do Romantismo na Europa: contexto sociopolítico e concepções estéticas. Romantismo em Portugal: poesia, prosa, teatro. Romantismo no Brasil. Paradoxos da primeira geração poética: o desejo de autonomia política e o índio idealizado. Segunda geração poética: individualismo e excessos formais. Terceira geração poética: abolicionismo condoreiro. Prosa e teatro românticos no Brasil: indianismo e nativismo; vida urbana, propriedade, família e casamento; mulher como leitora e personagem. Realismo-Naturalismo em Portugal: “bom senso e bom gosto”; denúncia social e reforma. Realismo no Brasil. A mulher e o escravo no romance machadiano. Naturalismo no Brasil: mazelas sociais, inovações da ciência e o pobre como personagem. Parnasianismo no Brasil: a defesa da arte pela arte. Simbolismo em Portugal e no Brasil: decadentismo e transcendência.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Introdução ao Romantismo na Europa	02
Romantismo português	04
Romantismo brasileiro	10
Realismo em Portugal	04
Realismo no Brasil	10
Naturalismo em Portugal	04
Naturalismo no Brasil	10
Parnasianismo no Brasil	08
Simbolismo em Portugal e no Brasil	08
METODOLOGIA	
<p>Aulas dialogadas de que fazem parte: leitura expressiva, análise individual e coletiva de textos literários, leitura e discussão de referências crítico-teóricas, dinâmicas de grupo, produção escrita individual e coletiva, avaliação de livros didáticos, visitas à biblioteca e apresentação de filme (DVD), ida ao cinema.</p>	
RECURSOS	
<p>Textos; obras literárias; livros didáticos; quadro branco; televisor; aparelho de DVD; retroprojeter; computador.</p>	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Critérios: A avaliação será feita por meio de cada um dos instrumentos ao lado, observando-se critérios de evolução na aprendizagem e desenvoltura com relação aos temas tratados em aula.	Instrumentos: Exercícios, Seminários Resenhas, Ensaio Avaliação dissertativa
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CANDIDO, Antonio. Na sala de aula: caderno de análise literária. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>CARPEAUX, Otto Maria. História da literatura ocidental. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978-1981.</p> <p>CITELLI, Adilson. Romantismo. São Paulo: Ática, 1986.</p> <p>HAUSER, Arnold. História social da arte e da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>LOBO, Luiza (Trad. e Sel.). Teorias poéticas do romantismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ABREU, Casimiro de. Poesias completas. São Paulo: Saraiva, 1961.</p> <p>ALENCAR, José de. Obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.</p> <p>ALVES, Castro. Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.</p> <p>ARISTÓTELES. Poética. Texto integral. São Paulo: Ars Poética, 2003.</p> <p>ASSIS, Machado de. Obras completas. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962.</p> <p>AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de. Poesias completas. São Paulo: Saraiva, 1962.</p> <p>BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, s/d.</p> <p>BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____. O rumor da língua. Tradução António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 49-53.</p> <p>BAUDELAIRE, Charles. Flores do mal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.</p> <p>BOSI, Alfredo et al. Machado de Assis. São Paulo: Ática, 1982.</p> <p>DIAS, Gonçalves. Obras poéticas. São Paulo: Nacional, 1944.</p> <p>FACIOLI, V. Um defunto estrambótico: análise e interpretação das Memórias póstumas de Brás Cubas. EdUSP, 2008</p> <p>FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Tradução António F. Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1992.</p> <p>FREIRE, Junqueira. Obra poética. Salvador: Janaína, 1970.</p> <p>FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976. "O 'estranho'". v. XVII, p. 273-318.</p> <p>GÖETHE, Johann Wolfgang. Os sofrimentos do jovem Werther. São Paulo: Nova Alexandria.</p> <p>GOLDSTEIN, Norma. Versos, Sons e Ritmos. Série Princípios - 14ª Ed. Ática. 2006.</p> <p>HOFFMANN, E.T.A. O Homem da areia. Tradução Ary Quintella. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.</p> <p>MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa. São Paulo: Cultrix, 1987.</p> <p>MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa através dos textos. São Paulo: Cultrix, 1987.</p> <p>MELLO E SOUSA, Antonio Candido. Formação da literatura brasileira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v.</p> <p>SCHWARZ, R. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades, 1977.</p> <p>SCHWARZ, R. Um mestre na periferia do capitalismo. São Paulo: Duas Cidades, 1990.</p> <p>SODRÉ, Nelson Werneck. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.</p> <p>SOUSA, Cruz e. Obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1961.</p> <p>VARELA, Fagundes. Poesias completas. São Paulo: Santista, 1962.</p>	
Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: INTRODUÇÃO AO LATIM	
Professor(es):	

Período Letivo: 4º		Carga Horária: 60h	
OBJETIVOS			
Geral: Compreender noções do Latim e as raízes dessa cultura linguística na formação da língua portuguesa.			
Específicos: Analisar as estruturas morfolexicais do Latim. Identificar relações lógico-sintáticas e semânticas do Latim Entender as relações do Latim com o português. Traduzir textos simples do Latim para o português.			
EMENTA			
Origem e relevância histórica da língua latina. Alfabeto, pronúncia restaurada, sílaba e acentuação. Os gêneros do Latim. Estudo dos nomes de primeira e segunda declinação. Primeira e segunda conjugações verbais na voz ativa: presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo. Os advérbios. A origem latina da língua portuguesa. Presença do Latim no português contemporâneo. Estudo de textos (tradução).			
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)			
Não há.			
CONTEÚDOS			CARGA HORÁRIA
Origens do Latim			02
Alfabeto, gêneros e questões de pronúncia			02
Os casos nominativo e acusativo: primeira e segunda declinação			08
Os adjetivos de primeira classe			04
Os advérbios			04
O ablativo, o genitivo, o dativo e o vocativo: primeira e segunda declinação			16
O presente, o pretérito imperfeito e o perfeito do indicativo			16
A origem latina da língua portuguesa			04
Presença do Latim no português contemporâneo			04
Total			60
METODOLOGIA			
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre e proposta de pesquisa.			
RECURSOS			
Data-show; computador; apostilas; revistas; textos.			
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM			
Critérios	A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.		Instrumentos Exercícios Fichamentos Resenha Prova operatória
	BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

FERREIRA, A. G. **Dicionário de português-latim**. Porto: Porto Editora, 1999.

JONES, Peter V. et al. **Aprendendo latim**. Trad. Isabela Tardin Cardoso e Paulo César Vasconcellos. São Paulo: Odysseus, 2012.

REZENDE, Antônio Martinez de. **Latina essentia**: preparação ao latim. 5. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

RÓNAI, Paulo. **Curso básico de latim**: gradus primus. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática latina**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

BUSARELLO, Raulino. **Dicionário básico latino-português**. 6. ed. Florianópolis: EdUFSC, 2003.

CARDOSO, Z. de A. **Iniciação ao latim**. 5.ed. São Paulo: Ática, 2001.

LUIZ, A. F. **Dicionário de expressões latinas**. São Paulo: Atlas, 1999.

STOCK, Leo. **Gramática de latim**. Trad. Antônio Moniz e Maria Celeste Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

TORRINHA, F. **Dicionário latino-português**. Porto: Gráficos Reunidos Ltda, s/d.

VEYNE, Paul (org.). **História da vida privada**: do Império Romano ao ano mil. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WILLIAMS, E. B. **Do latim ao português**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Dicionário latino-português**. Rio de Janeiro: Garnier, 2006.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Professor(es):	
Período Letivo: 4º	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral: Analisar conceitos de política, poder, Estado, governo, público, privado, políticas públicas e políticas educacionais, bem como suas implicações na educação brasileira a partir de bases históricas e de articulações entre: os elementos centrais da legislação educacional brasileira, as normatizações curriculares da política educacional, o financiamento da educação brasileira, os sistemas de avaliação da educação nacional e os elementos integradores da política educacional no Brasil.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - discutir conceitos de política, poder, Estado, governo, público, privado, políticas públicas e políticas educacionais, quantidade e qualidade em educação; - compreender os elementos centrais da legislação educacional brasileira: CF/88, LDBEN 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente, PNE; - conhecer as normatizações curriculares da política educacional brasileira; - problematizar o financiamento de educação brasileira; - discutir os sistemas de avaliação da educação brasileira; - compreender elementos integradores da política educacional brasileira. 	
EMENTA	
Política Educacional: estruturas, conceitos e fundamentos. Elementos centrais da legislação da política educacional brasileira. Normatização Curricular da política educacional brasileira. O Financiamento da educação e as políticas educacionais no Brasil. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação. Elementos Integradores da Política Educacional Brasileira.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
História da Educação	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
<p>Política Educacional: estruturas, conceitos e fundamentos -Políticas, políticas públicas e políticas públicas educacionais; -Relações entre política e poder; -Características de política educacional: intencionalidade, regulação e justiça social; -Concepções de Estado e governo; -Políticas de Estado e Política de governo; -Público e Privado: conceitos, características, implicações para a política educacional e acordos multilaterais.</p>	06
<p>Elementos Centrais da Legislação da Política Educacional Brasileira -Constituição Federal de 1988 (CF/88); -Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96); -Centralização e descentralização: regime de colaboração e atribuições dos sistemas de ensino; -Órgãos Administrativos dos Sistemas de Ensino: tipos e atribuições; -Plano Nacional de Educação (PNE): histórico e Lei nº 13.005/2014; -Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/1990.</p>	24
<p>Normatizações e Orientações Curriculares da Política Educacional Brasileira: legislações vigentes -Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); -Orientações Curriculares Para o Ensino Médio; -Base Nacional Comum Curricular; -Legislações estaduais e municipais</p>	06

O Financiamento da Educação e as Políticas Educacionais no Brasil -Princípios constitucionais; -Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); -Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); -Campanha Nacional pelo Direito à Educação: Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno Qualidade (CAQ).		12
Políticas e Programas de Formação de Professores Vigentes no Brasil -Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada em vigor. -Programas vigentes.		06
Avaliação de Sistemas: quantidade e qualidade -Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); -Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); -Prova Brasil; -Índice de desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); -Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa); -Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES).		06
Total		60
6 METODOLOGIA		
Os processos de ensino e de aprendizagem serão desenvolvido por meio de metodologias interativas em que o discente, juntamente com o grupo, será responsável por sua aprendizagem, e o professor terá papel de mediar as múltiplas relações da sala de aula. O desenvolvimento do componente curricular priorizará abordagem interdisciplinar. As aulas serão desenvolvidas por intermédio de: leituras críticas; debates, dinâmicas de grupo; discussões; produções de texto; seminários; pesquisas, entrevistas, visitas a órgãos oficiais da educação etc.		
RECURSOS		
Kit multimídia, computador, apostila, revistas, filmes, documentários, textos, quadro branco, pincéis.		
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM		
7 Critérios A avaliação terá caráter diagnóstico e formativo considerando a realização das atividades propostas em sala de aula e extraclasse.	8 Instrumentos – Instrumento -Seminário; – Exercícios avaliativos escritos; – Provas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade . 13.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. BRASIL, Constituição (1988). Constituição da república federativa do Brasil . Brasília, DF: Senado, 1988. BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 09 maio. 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
AMARAL, Nelson Cardoso. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil . Brasília: Liber Livro, 2012 BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências . Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm > Acesso em: 09 maio. 2016. BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do		

adolescente e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 09 maio. 2016.

CARREIRA, D.; PINTO, J.M.R (org.) **Custo Aluno Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil.** São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/n3_r.pdf

FERREIRA, Eliza Bartolozzi e OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Crise da escola e políticas educativas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MAAR, Leo Wolfgang. **O que é Política?** 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; e EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica: política e gestão da escola.** Brasília: Liber Livro, 2009.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: AS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS NA COMUNIDADE LOCAL
Carga Horária: 45h
OBJETIVOS
<p>Objetivo geral Descrever a diversidade linguística presente na comunidade local.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - identificar a procedência de indivíduos de algum grupo social da comunidade em que o aluno reside; - caracterizar as variantes linguísticas que convivem em um mesmo grupo social; - estabelecer relações entre língua, cultura e organização social; - compreender como as condições materiais e o ambiente em que vivem as pessoas na comunidade influenciam no processo de variação linguística, - conhecer como a diversidade linguística é trabalhada na escola da comunidade.
JUSTIFICATIVA
<p>Na atividade pedagógica, quando se reúnem teoria e prática como uma ação real, a construção do conhecimento é mais efetiva. Em se tratando do estudo das relações entre a linguagem, a dinâmica social e o ensino de língua materna, as pesquisas sociolinguísticas podem contribuir com os aportes necessários a um melhor trabalho com a Língua Portuguesa em sala de aula. Portanto, apropriar-se de saberes adquiridos em Sociolinguística e contextualizar a teoria em meio prático e concreto é a melhor oportunidade de aprofundar esses conhecimentos. Nesse sentido, é importante que os conhecimentos extrapolem o meio acadêmico e encontrem a comunidade, que oferecerá ao pesquisador o corpus necessário ao seu trabalho.</p> <p>A principal vertente da Sociolinguística é a Teoria da Variação e Mudança, que estuda a linguagem utilizada em uma comunidade. A variação linguística é inerente a todas as línguas naturais, consequência da própria dinâmica social, cultural e histórica das comunidades. Isso significa que a variação está presente e pode ser detectada se compararmos a linguagem de mulheres e homens; de crianças, jovens, adultos e idosos; de ricos e pobres; etc. A análise dessa variação, em determinados espaços de tempo, também nos leva a perceber o fenômeno da mudança linguística, que não pode ser contida ou reprimida. Vê-se, assim, que a língua sofre transformações em virtude de fatores advindos da própria constituição da sociedade que a utiliza, porque também a sociedade é totalmente mutável.</p> <p>Portanto, o estudo da variação linguística facilitará às pessoas a compreensão de como todo esse movimento se materializa na língua falada em uma determinada comunidade, ajudando a evitar os julgamentos preconceituosos que sofrem aqueles que não dominam a variedade culta da língua portuguesa. E esse conhecimento é essencial a educandos e educadores, especialmente os que trabalham com a língua materna.</p> <p>Assim, este projeto de extensão se justifica pela oportunidade de levar o aluno e o professor a interagir com a sua comunidade, a conhecer mais profundamente sua linguagem e sua cultura, e a trazer a representação de tais patrimônios imateriais para o espaço acadêmico e para a sala de aula.</p>
METODOLOGIA
<ol style="list-style-type: none"> 1 - Os alunos serão divididos em grupos e, após apropriarem-se dos fundamentos teóricos da Sociolinguística, farão levantamentos sobre a própria comunidade, observando: <ul style="list-style-type: none"> - a procedência étnica dos moradores de sua comunidade; - como se caracterizam as variedades linguísticas aí presentes; - diferenças das variedades faladas na comunidade em relação à norma culta. 2 - Cada grupo reunirá os resultados do levantamento, postará no ambiente virtual e apresentará no polo.

- 3 – Juntos, todos os alunos organizarão uma mostra cultural relacionada aos grupos entrevistados e postarão filmagem no ambiente virtual.

CONTEÚDOS	
Processo histórico de formação da língua portuguesa Conceito e tipos de variação linguística	10
A pesquisa sociolinguística variacionista Relação entre língua e cultura Instrumentos para levantamento de dados	10
Pesquisa empírica, com coleta de dados na comunidade	15
Organização de painel com as variações linguísticas presentes na comunidade	10
Apresentação cultural, reunindo algumas variantes linguísticas e mostras da cultura local.	05
Total	45
AValiação DA APRENDIZAGEM	
A avaliação será feita com base em questionários objetivos e postagem de tarefas.	
BIBLIOGRAFIA	
BAGNO, M. Preconceito Linguístico, o que é, como se faz . São Paulo: Loyola, 1999.	
BAGNO, M. Gramática pedagógica do português brasileiro . São Paulo: Parábola Editorial, 2011.	
BECHARA, E. Ensino da gramática: opressão ou liberdade? . São Paulo, Ática. 1979.	
BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula , São Paulo: Parábola Editorial, 2004.	
BRITTO, L. P. L. 1997. A sombra do caos: ensino da língua x tradição gramatical , Campinas-SP: Mercado de Letras, 1997.	
CASTILHO, A. T. de; ELIAS, V. M. Pequena gramática do português brasileiro . São Paulo: Contexto, 2012.	
FARACO, C. A. Norma culta brasileira: desatando alguns nós . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.	
MARTINS, M.; TAVARES, A.; VIEIRA, S. R (Orgs.). Ensino de português e sociolinguística . São Paulo: Contexto, 2014	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: MAPA DAS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS NA COMUNIDADE LOCAL
Carga Horária: 45h
OBJETIVOS
<p>Objetivo geral Mapear as variedades linguísticas presentes numa comunidade de fala.</p> <p>Objetivos específicos: Identificar os usos lexicais e morfosintáticos de determinada comunidade de fala. Descrever a pluralidade de grupos linguísticos numa comunidade de fala. Projetar o trabalho com a diversidade linguística na escola.</p>
ASPECTOS TEÓRICOS E JUSTIFICATIVA
<p>As línguas, em geral, têm dispostas em seu construto lexical e gramatical possibilidades várias de expressar um mesmo valor de verdade – não para todos os eventos da comunicação linguística humana, mas para muitos deles. Guardadas as proporções das nuances contextuais, discursivas e situacionais de produção de sentido, o usuário de uma língua, desde que tenha tido acesso a essas maneiras diversas de expressão, pode lançar mão de algumas delas, com ou sem consciência e intenção, nas diferentes cenas em que precisa se comunicar, seja pela oralidade, seja pela modalidade escrita da língua – ambas em seus vários gêneros textuais.</p> <p>Nesse sentido, compreender e aceitar que as línguas apresentam uma gama múltipla de formas e funções linguístico-comunicativas torna-se aspecto fundamental para que uma investigação de cunho científico analise fenômenos linguísticos nos distintos segmentos em que a gramática de uma língua se organiza: a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica e a pragmática, cada qual em suas muitas e amplas ramificações e interseções.</p> <p>Particularmente nesta linha de pensamento, tratar de fenômenos variáveis requer um nível de observação e de percepção de suas ocorrências de forma contextual e direcionada. Em outras palavras, quando se decide estudar fenômenos variáveis, é necessário que se busquem os contextos da língua em uso em que possa emergir sua ocorrência, para assim ser passível de observação, análise e descrição minimamente plausíveis, com assertivas menos intuitivas e categóricas a seu respeito.</p> <p>Sendo assim, para que o linguista/pesquisador possa dar conta das explicações mais coerentes para as tendências de uso de uma ou de outra variante de uma variável linguística, bem como dos fatores linguísticos e/ou sociais que interferem nessas ocorrências, é preciso que ele tenha consciência das pressões que as condições diretamente ligadas ao uso corrente da língua podem exercer sobre a compreensão de um fenômeno linguístico em estudo. Incluem-se nessas condições o fato de os dados em análise pertencerem à modalidade oral ou escrita da língua em seus diversos gêneros; a frequência com que essas variantes são veiculadas nas diferentes situações comunicativas; as possíveis e prováveis restrições internas do sistema linguístico; e também os aspectos sociais referentes ao usuário, tais como o nível de escolarização, a idade, o sexo e a classe social a que pertence, entre outros fatores que se julgarem necessários para uma descrição mais acurada e precisa.</p> <p>Ao se reportar ao fato sociolinguístico, é importante dar especial atenção à chamada variação linguística de primeira e de segunda instância. Na verdade, trata-se de orientações metodológicas para desenvolver bem uma pesquisa sociolinguística, comprovando por meio da análise de dados levantados empiricamente os processos que envolvem a variação e a mudança linguística. Ainda se há de lançar olhares sobre os diversos tipos de variação, levando em conta os limites da variação à comunidade de fala, bem como o funcionamento linguístico dessas comunidades. Quanto ao trabalho de campo, o mesmo será levado a efeito em várias etapas.</p>

Primeiramente, serão definidas as comunidades de fala a serem investigadas, depois, serão feitas reuniões nessas comunidades com vistas a explicar os objetivos da pesquisa; seleção de falantes/informantes, levando em consideração a procedência, sexo, faixa etária e outras variáveis; aplicação de questionários e gravações de entrevista espontâneas. O desdobramento da metodologia pode ser mais bem observado no detalhamento das atividades a serem desenvolvidas.

METODOLOGIA

Identificar as comunidades de falas e selecionar os informantes num período não superior a um mês. Em seguida, vem o cerne do projeto, que é seu objetivo fundamental: verificar como se dá a interação linguística dos falantes, observado as perdas e ganhos no que diz respeito aos aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos. Mas, para a concretização deste objetivo, é imperativo o cumprimento de uma meta: a coleta de informações, que deverá acontecer num lapso de tempo não inferior a dois meses. Por último, vem o processo investigativo dos fatores determinantes da possível convergência linguística na região, que certamente, estará alinhada com a meta de demonstração dos fatores de convergência linguística na região e que, em virtude de tratar-se da parte conclusiva do projeto, exige mais meticulosidade e rigor no que diz respeito à análise dos dados e informações coletadas, razão pela qual o tempo previsto para a realização de toda a etapa ser de seis meses.

ETAPAS E POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DO PROPOSTA

1. Formação de um grupo de pesquisa sobre os fenômenos pertinentes à variação linguística da região em estudo, preparando os estudantes para o exercício da pesquisa a partir da graduação.
2. Estímulo à produção de trabalhos e artigos científicos durante a graduação e, também, de trabalhos de conclusão de curso.
3. Apresentação dos resultados da pesquisa em eventos científicos regionais e nacionais.
4. Publicação, em âmbito regional e nacional, dos resultados em revistas especializadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se, com esta proposta, que haja produção de conhecimento acerca da diversidade linguística e sobre os fenômenos que se manifestam linguisticamente na região. Ainda, que se estimulem mudanças nas propostas de ensino da língua portuguesa. Para que isso ocorra, é crucial fornecer elementos que permitam documentar as variedades linguísticas da região pesquisada e que se treine um grupo de pesquisadores no uso de recursos metodológicos de pesquisa linguística e no manuseio com equipamentos de transcrição fonética e de informática. Por fim, pretende-se fornecer subsídios que permitam compreender como as condições materiais e o ambiente em que vivem as comunidades influenciam no processo de variação linguística e despertar nas comunidades linguísticas uma consciência de valor no que diz respeito ao patrimônio linguístico de cada uma delas.

BIBLIOGRAFIA

- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 55. ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática: opressão ou liberdade?* São Paulo: Ática, 1993.
- BORTONI-RICARDO, Stela Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.
- YACOVENCO, L. C. O projeto "O português falado na cidade de Vitória": coleta de dados. In: LINS, M. da P. P.; YACOVENCO, L. C. (Orgs.) *Caminhos linguísticos*. Vitória: NUPLES, 2002.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: MAPA DAS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS NA COMUNIDADE LOCAL
Carga Horária: 45h
OBJETIVOS
<p>Objetivo geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapear as variedades linguísticas presentes numa comunidade de fala. <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os usos lexicais e morfossintáticos de determinada comunidade de fala. • Descrever a pluralidade de grupos linguísticos numa comunidade de fala. • Projetar o trabalho com a diversidade linguística na escola.
ASPECTOS TEÓRICOS E JUSTIFICATIVA
<p>As línguas, em geral, têm dispostas em seu construto lexical e gramatical possibilidades várias de expressar um mesmo valor de verdade – não para todos os eventos da comunicação linguística humana, mas para muitos deles. Guardadas as proporções das nuances contextuais, discursivas e situacionais de produção de sentido, o usuário de uma língua, desde que tenha tido acesso a essas maneiras diversas de expressão, pode lançar mão de algumas delas, com ou sem consciência e intenção, nas diferentes cenas em que precisa se comunicar, seja pela oralidade, seja pela modalidade escrita da língua – ambas em seus vários gêneros textuais.</p> <p>Nesse sentido, compreender e aceitar que as línguas apresentam uma gama múltipla de formas e funções linguístico-comunicativas torna-se aspecto fundamental para que uma investigação de cunho científico analise fenômenos linguísticos nos distintos segmentos em que a gramática de uma língua se organiza: a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica e a pragmática, cada qual em suas muitas e amplas ramificações e interseções.</p> <p>Particularmente nesta linha de pensamento, tratar de fenômenos variáveis requer um nível de observação e de percepção de suas ocorrências de forma contextual e direcionada. Em outras palavras, quando se decide estudar fenômenos variáveis, é necessário que se busquem os contextos da língua em uso em que possa emergir sua ocorrência, para assim ser passível de observação, análise e descrição minimamente plausíveis, com assertivas menos intuitivas e categóricas a seu respeito.</p> <p>Sendo assim, para que o linguista/pesquisador possa dar conta das explicações mais coerentes para as tendências de uso de uma ou de outra variante de uma variável linguística, bem como dos fatores linguísticos e/ou sociais que interferem nessas ocorrências, é preciso que ele tenha consciência das pressões que as condições diretamente ligadas ao uso corrente da língua podem exercer sobre a compreensão de um fenômeno linguístico em estudo. Incluem-se nessas condições o fato de os dados em análise pertencerem à modalidade oral ou escrita da língua em seus diversos gêneros; a frequência com que essas variantes são veiculadas nas diferentes situações comunicativas; as possíveis e prováveis restrições internas do sistema linguístico; e também os aspectos sociais referentes ao usuário, tais como o nível de escolarização, a idade, o sexo e a classe social a que pertence, entre outros fatores que se julgarem necessários para uma descrição mais acurada e precisa.</p> <p>Ao se reportar ao fato sociolinguístico, é importante dar especial atenção à chamada variação linguística de primeira e de segunda instância. Na verdade, trata-se de orientações metodológicas para desenvolver bem uma pesquisa sociolinguística, comprovando por meio da análise de dados levantados empiricamente os processos que envolvem a variação e a mudança linguística. Ainda se há de lançar olhares sobre os diversos tipos de variação, levando em conta os limites da variação à comunidade de fala, bem como o funcionamento linguístico dessas comunidades. Quanto ao trabalho de campo, o mesmo será levado a efeito em várias etapas.</p>

<p>Primeiramente, serão definidas as comunidades de fala a serem investigadas, depois, serão feitas reuniões nessas comunidades com vistas a explicar os objetivos da pesquisa; seleção de falantes/informantes, levando em consideração a procedência, sexo, faixa etária e outras variáveis; aplicação de questionários e gravações de entrevista espontâneas. O desdobramento da metodologia pode ser mais bem observado no detalhamento das atividades a serem desenvolvidas.</p>
<p>METODOLOGIA</p> <p>Identificar as comunidades de falas e selecionar os informantes num período não superior a um mês. Em seguida, vem o cerne do projeto, que é seu objetivo fundamental: verificar como se dá a interação linguística dos falantes, observado as perdas e ganhos no que diz respeito aos aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos. Mas, para a concretização deste objetivo, é imperativo o cumprimento de uma meta: a coleta de informações, que deverá acontecer num lapso de tempo não inferior a dois meses. Por último, vem o processo investigativo dos fatores determinantes da possível convergência linguística na região, que certamente, estará alinhada com a meta de demonstração dos fatores de convergência linguística na região e que, em virtude de tratar-se da parte conclusiva do projeto, exige mais meticulosidade e rigor no que diz respeito à análise dos dados e informações coletadas, razão pela qual o tempo previsto para a realização de toda a etapa ser de seis meses.</p>
<p>ETAPAS E POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DO PROPOSTA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Formação de um grupo de pesquisa sobre os fenômenos pertinentes à variação linguística da região em estudo, preparando os estudantes para o exercício da pesquisa a partir da graduação. 2. Estímulo à produção de trabalhos e artigos científicos durante a graduação e, também, de trabalhos de conclusão de curso. 3. Apresentação dos resultados da pesquisa em eventos científicos regionais e nacionais. 4. Publicação, em âmbito regional e nacional, dos resultados em revistas especializadas.
<p>CONSIDERAÇÕES FINAIS</p> <p>Espera-se, com esta proposta, que haja produção de conhecimento acerca da diversidade linguística e sobre os fenômenos que se manifestam linguisticamente na região. Ainda, que se estimulem mudanças nas propostas de ensino da língua portuguesa. Para que isso ocorra, é crucial fornecer elementos que permitam documentar as variedades linguísticas da região pesquisada e que se treine um grupo de pesquisadores no uso de recursos metodológicos de pesquisa linguística e no manuseio com equipamentos de transcrição fonética e de informática. Por fim, pretende-se fornecer subsídios que permitam compreender como as condições materiais e o ambiente em que vivem as comunidades influenciam no processo de variação linguística e despertar nas comunidades linguísticas uma consciência de valor no que diz respeito ao patrimônio linguístico de cada uma delas.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>BAGNO, Marcos. <i>Preconceito linguístico: o que é, como se faz</i>. 55. ed. São Paulo: Loyola, 2013.</p> <p>BECHARA, Evanildo. <i>Moderna gramática portuguesa</i>. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.</p> <p>BECHARA, Evanildo.. <i>Ensino da gramática: opressão ou liberdade?</i> São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>BORTONI-RICARDO, Stela Maris. <i>Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.</p> <p>BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. (Orgs.). <i>Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação</i>. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>TARALLO, F. <i>A pesquisa sociolinguística</i>. São Paulo: Ática, 1985.</p> <p>YACOVENCO, L. C. O projeto “O português falado na cidade de Vitória”: coleta de dados. In: LINS, M. da P. P.; YACOVENCO, L. C. (Orgs.) <i>Caminhos linguísticos</i>. Vitória: NUPLES, 2002.</p>

5º PERÍODO

Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Literatura Ocidental	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Didática Geral -	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Literatura em Língua Portuguesa IV	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Sintaxe I	Ativ. Formativa	60	15	75	05
Produção de texto e ensino	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Diversidade e Educação	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Extensão: Direitos Humanos e Cidadania	ATPA			45	
Carga horária de créditos			45	375	25
Carga horária total do período				420	25

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD	
Unidade Curricular: LITERATURA OCIDENTAL	
Professor(es):	
Período Letivo: 5º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral: Compreender a importância da literatura do século XIX à contemporaneidade, a partir do estudo de obras representativas, através da leitura de textos relevantes do ponto de vista estético e histórico-cultural.</p> <p>Específicos: Analisar o texto literário que tenha como suporte as grandes obras que compõem o cânone ocidental. Aproximar-se às obras canônicas da literatura ocidental de forma crítica a partir da leitura e do comentário. Identificar as transformações e dinâmicas da literatura ocidental do século XIX à contemporaneidade. Refletir sobre a periodização na literatura, destacando sua função pedagógica, o seu alcance e limites a partir de critérios estéticos e contextuais. Compreender como se dá a influência e a permanência da literatura clássica na história ocidental.</p>	
EMENTA	
O cânone ocidental. Panorama Geral da Literatura Clássica. Tragédias e comédias na época moderna: a dramaturgia de William Shakespeare. O Renascimento italiano: estudo de <i>A divina comédia</i> , de Dante Alighieri. A Renascença e o Maneirismo: estudo de <i>Dom Quixote</i> , de Miguel de Cervantes. Walter Benjamin e a modernidade. Leituras de Franz Kafka, Virgínia Woolf, Samuel Beckett e Jorge Luís Borges. A influência e a permanência dos clássicos na literatura ocidental.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Panorama geral da literatura clássica.	05
O teatro de William Shakespeare.	10
<i>A divina comédia</i> , de Dante Alighieri.	05
<i>Dom Quixote</i> , de Miguel de Cervantes.	05
As contribuições teóricas de Walter Benjamin para o estudo da Literatura.	05
<i>A metamorfose</i> , de Franz Kafka.	05
Virgínia Woolf: um novo caminho contra a ilusão realista	05
Samuel Beckett: a paixão da escritura	05
<i>Madame Bovary</i> , de Gustave Flaubert.	05
"A biblioteca de Babel", "O livro de areia", de Jorge Luís Borges	05
A permanência dos clássicos.	05
Total	60

METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, visita monitorada, música, apresentação de filme (DVD), leitura e análise de produção escrita.	
RECURSOS	
Textos; obras literárias; quadro branco; televisor; aparelho de DVD; data-show; computador.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	
A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.	Instrumentos: Exercícios Participação em Debate Resenha Provas
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALIGHIERI, Dante. A divina comédia. Tradução e notas de Ítalo Eugenio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1998.</p> <p>BENJAMIN, Walter. "Experiência e Pobreza". In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012a.</p> <p>BENJAMIN, Walter. "O Narrador". In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012b.</p> <p>BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução". In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012c.</p> <p>BENJAMIN, Walter. Textos escolhidos. Col. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.</p> <p>BLANCHOT, Maurice. O espaço literário. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.</p> <p>BORGES, Jorge Luis. Obras completas 1923–1972. Buenos Aires, Emecé, 1974.</p> <p>CALVINO, Italo. Por que ler os clássicos. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.</p> <p>CARPEAUX, Otto Maria. O castelo de Franz Kafka, in: SEIXAS, Heloisa (org.). As obras-primas que poucos leram. Volume 1, Romance e Conto. São Paulo, Record, 2005.</p> <p>CERVANTES, Miguel de. Engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.</p> <p>COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria. Literatura e senso comum. Trad. Cleonice P. Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte, UFMG, 2001.</p> <p>FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins Fontes, 1992.</p> <p>HORÁCIO. Odes e epodos. Trad. Bento Prado de Almeida Ferraz. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>PANESI, Jorge. Crítica. Buenos Aires, Norma, 2000.</p> <p>SEIXAS, Heloisa. (Org.) As obras primas que poucos leram. Vol. 1. Rio de Janeiro, Record, 2005.</p> <p>SHAKESPEARE, William. Dramas históricos. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Agir, 2008.</p> <p>SHAKESPEARE, William. Comédias. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Agir, 2008.</p> <p>WOLF, Virginia. As ondas. Trad. Lia Luft. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.</p>	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACHCAR, Francisco. **Lírica e lugar-comum**: alguns temas de Horácio e sua presença em português. São Paulo: Edusp, 1994.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**: os livros e a escola do tempo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: L&PM, 2004.

FRANCO JR, Hilario. **Dante**: o poeta do absoluto. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Trad. de Mário da Gama Cury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

HELIODORA, Bárbara. **Falando de Shakespeare**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

PAULS, Alan. **El factor Borges**. Barcelona, Anagrama, 2004.

SARLO, Beatriz. **Borges, un escritor en las orillas**. Buenos Aires, Ariel, 1995.

VIEIRA, Maria Augusta da Costa. **Dom quixote**: a letra e os caminhos. São Paulo: Edusp, 2006.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: DIDÁTICA GERAL	
Professor(es):	
Período Letivo: 5º	Carga Horária: 60 horas
6 OBJETIVOS	
<p>Geral: Discutir criticamente os princípios e pressupostos históricos, filosóficos, políticos e sociais que fundamentam a ação docente, considerando a gestão do processo de ensino e aprendizagem: do planejamento à avaliação e a relação entre professores e alunos.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – caracterizar e problematizar a evolução histórica das práticas pedagógicas até os dias atuais; – analisar a contribuição da didática na formação do professor da Educação Básica; – refletir sobre a multidimensionalidade da didática e o processo de ensino e de aprendizagem; – compreender a especificidade da função do professor como orientador do processo de ensino e de aprendizagem e seu papel na formação integral do aluno; – refletir criticamente sobre o planejamento escolar enquanto elemento norteador do processo de ensino-aprendizagem, articulando seus elementos básicos às concepções de educação e conhecimentos que fundamentam a prática docente – reconhecer os planejamentos escolares como instrumentos de organização do processo educativo e de tomadas de decisões fundamentais para a atividade educacional da escola, especialmente para a formação do aluno; – compreender conceitos fundamentais do planejamento, considerando os aspectos, interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar; – caracterizar as fases do planejamento de ensino analisando os elementos que o compõe com vistas ao reconhecimento de sua importância nos processos de ensino e de aprendizagem; – vivenciar atividades de planejamento, execução e avaliação das atividades dos docentes, conciliando teoria e prática e desenvolvendo visão crítica e contextualizada da prática pedagógica; – construir plano de aula considerando todos os elementos necessários aos processos de ensino e aprendizagem; – reconhecer que o diálogo e a interação entre professor e aluno contribuem para aprendizagem mais efetiva 	
EMENTA	
Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática; Tendências e concepções pedagógicas e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem; A multidimensionalidade da didática e os processos de ensino e de aprendizagem; Planejamento pedagógico: diferentes dimensões; Componentes do processo de ensino e de aprendizagem: objetivos, conteúdos, métodos e procedimentos de ensino, recursos de ensino e avaliação; As relações entre professor, aluno e aprendizagem.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
I - Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática: <ul style="list-style-type: none"> – Conceito de Didática – O papel e as contribuições da Didática para a formação e atuação docente – A organização do trabalho didático na história da educação. 	08

II – Tendências / concepções Pedagógicas: <ul style="list-style-type: none"> – Pressupostos e princípios didáticos – As tendências pedagógicas na prática escolar: conteúdos, métodos, currículo e avaliação. – A multidimensionalidade da didática e os processos de ensino e de aprendizagem 	10
III – Planejamento pedagógico: diferentes dimensões <ul style="list-style-type: none"> – Fundamentos teóricos e a importância do planejamento – Tipos/níveis de planejamento: <ul style="list-style-type: none"> ○ plano de curso ○ plano de ensino ○ plano de aula. – Articulação dos tipos/níveis de planejamento com o projeto político-pedagógico. 	12
IV - Componentes dos processos de ensino e de aprendizagem: <ul style="list-style-type: none"> – Objetivos: a função e finalidades do objetivo geral e dos objetivos específicos. – Conteúdos: <ul style="list-style-type: none"> ○ seleção, organização e operacionalização dos conteúdos. A aprendizagem dos conteúdos conceituais, conteúdos procedimentais e aprendizagem dos conteúdos atitudinais. A Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. – Métodos e procedimentos de ensino: <ul style="list-style-type: none"> ○ critérios para a escolha dos métodos e procedimentos de ensino, ○ classificação dos métodos e procedimentos do ensino: métodos individualizados, métodos socializados e métodos sócio individualizados. – Recursos de ensino: escolha e utilização dos recursos de ensino. – Avaliação: princípios e funções da avaliação, procedimentos de avaliação da aprendizagem. 	20
V– As relações entre professor, aluno, conhecimento e aprendizagem <ul style="list-style-type: none"> – As relações interativas em sala de aula: o papel do professor e do aluno – A influência das concepções pedagógicas na estruturação das interações educativas na aula. – A questão do diálogo na relação pedagógica. 	10
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas, seminários, trabalhos em grupos, painel integrado e apresentações orais e escritas.	
RECURSOS	
Kit multimídia, computador, apostila, revistas, textos, quadro branco, pincéis.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
1 Critérios A avaliação será processual - diagnóstica e formativa, observando a participação ativa dos alunos nas aulas, execução das atividades solicitadas na sala de aula e extra classe, apresentação e participação no seminário e painel de discussão; contribuições nas discussões e pontualidade na entrega das atividades, utilizando como parâmetro o objetivo geral e os objetivos específicos da disciplina.	2 Instrumentos <ul style="list-style-type: none"> – Seminário. – Prova escrita. – Análise crítica planos de ensino. – Plano de aula construído.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
HAYDT, Regina Celia Cazaux. Curso de Didática Geral . 7ª ed., 6ª impressão. Porto Alegre: Artmed, 2003
SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 2. ed., Campinas: Autores Associados, 2008.
ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: como ensinar . Trad. Ernani R. da F. Rosa - Reimpressão, Porto Alegre: Artmed, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. Comprender e Transformar o Ensino . Trad. Ernani R. da F. Rosa - 4ª ed., Porto Alegre: ArtMed, 2000.
LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos . 25 ed., São Paulo: Loyola, 2010.
VALE, Maria Irene Pereira. As questões fundamentais da didática: enfoque político-social construtivista . Rio de Janeiro: Ao livro técnico. 1995.
VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização , 14ed., São Paulo: Libertad (cadernos pedagógicos do Libertad, v1), 2005.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática . 18 ed. Campinas: Papyrus, 2001.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA IV	
Professor(es):	
Período Letivo: 5º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral: Compreender a literatura em língua portuguesa como componente significativo no contexto cultural dos países lusófonos.</p> <p>Específicos: Identificar traços das mais importantes vanguardas europeias e sua presença no Modernismo brasileiro. Conhecer os autores portugueses mais representativos dos movimentos Orpheu e Presencista. Refletir sobre as diversas tendências do chamado Pré-Modernismo brasileiro, tanto quanto sobre a prática enquadrante da historiografia literária. Avaliar a importância da Semana de 22 para a produção literária subsequente. Analisar as implicações sociais do Neo-Realismo português e da Segunda Geração Modernista brasileira.</p>	
EMENTA	
Vanguardas europeias. Modernismo em Portugal. A geração de <i>Orpheu</i> . A geração Presença. Pré-Modernismo brasileiro: as diversas tendências. Primeira fase do Modernismo brasileiro: vanguardismo e nacionalismo. Amadurecimento da poesia e da prosa dos autores da fase heroica: estabilização da consciência criadora. O Neo-Realismo português e o papel social da arte. Segunda fase do Modernismo brasileiro: a prosa de ficção. Regionalismo, romance histórico e de costumes.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Modernismo em Portugal.	10
Pré-Modernismo brasileiro	10
Primeira fase do Modernismo brasileiro	15
Neo-Realismo português	10
Segunda fase do Modernismo brasileiro	15
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas dialogadas de que fazem parte: leitura expressiva, análise individual e coletiva de textos literários, leitura e discussão de referências crítico-teóricas, dinâmicas de grupo, produção escrita individual e coletiva, avaliação de livros didáticos, visitas à biblioteca e apresentação de filme (DVD), ida ao cinema.	
RECURSOS	
Textos; obras literárias; livros didáticos; quadro branco; televisor; aparelho de DVD; retroprojeter; computador.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios: A avaliação será feita por meio de cada um dos instrumentos ao lado, observando-se critérios de evolução na aprendizagem e desenvoltura com relação aos temas tratados em aula.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios Seminários Resenhas Ensaio Avaliação dissertativa</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CANDIDO, Antonio. **Na sala de aula: caderno de análise literária**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978-1981.
- POUND, Ezra. **ABC Da Literatura**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALMEIDA, Guilherme de. **Toda a poesia**. São Paulo: Martins Fontes, 1955.
- AMADO, Jorge. **Terras do sem fim**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- ANJOS, Augusto dos. **Eu e outras poesias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- ANDRADE, Mário de. **Poesias completas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- ANDRADE, Mário de. **Contos novos**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- ANDRADE, Oswald de Andrade. **Poesias reunidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BANDEIRA, Manuel. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.
- BOPP, Raul. **Poesia completa de Raul Bopp**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, s/d.
- CANDIDO, Antonio. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- CARVALHO, Ronald de. **O espelho de Ariel e poemas escolhidos**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.
- HELENA, L. **Movimentos de vanguarda européia**. São Paulo: Scipione, 1993.
- HELENA, L. **Modernismo brasileiro e vanguarda**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1996.
- LIMA, Jorge de Lima. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- LOBATO, Monteiro. **Urupês, outros contos e coisas**. São Paulo: Nacional, 1945.
- MENDES, Murilo. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- MEIRELES, Cecília. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 944.
- MILLIET, Sérgio. **Poesias**. Porto Alegre: Globo, 1946.
- NAMORA, Fernando. **O trigo e o joio**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.
- PESSOA, Fernando. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.
- RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- RÉGIO, José. **Antologia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- REGO, José Lins do. **Fogo morto**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- TORGA, Miguel. **Antologia poética**. Coimbra: Editora do Autor, 1984.
- VERÍSSIMO, Érico. **Solo de clarineta**. Porto Alegre: Globo, 1976.

Unidade Curricular: SINTAXE I	
Professor:	
Período Letivo: 5º	Carga Horária: 75h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a competência linguística no campo da sintaxe de língua portuguesa. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apontar os processos sintáticos do português. • Indicar as mudanças sintáticas no português. • Reconhecer a função sintática dos termos na oração. • Analisar sintaticamente parágrafos e textos. 	
EMENTA	
<p>Texto, frase, oração e período. Relação entre oralidade e escrita. Os termos da oração. A relação núcleo e argumentos. A estrutura das sentenças simples e complexas do português. Aspectos sintáticos da língua portuguesa. Período composto por coordenação e subordinação. Aspectos da gramática cognitivo-funcional. Análise sintática. Expressão escrita, leitura e redação.</p>	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Frase, oração e período	5
As relações sintáticas e a constituição da oração	5
Os termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios	8
O sujeito (conceituação, constituição, colocação)	8
O predicado e a predicação (transitividade)	7
A complementação e a adjunção	7
Período composto	5
Coordenação e subordinação	8
Desenvolvimento e redução de orações	7
As relações sintáticas e o sistema de pontuação	5
Exercícios práticos	10
Total	75
METODOLOGIA	
Exposição dialogada, pesquisas, resolução de problemas, análises comparativas e aulas práticas.	
RECURSOS	
Projetor de slides; computador; jornais; revistas; textos; livros; quadro; marcador de quadro.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios:</p> <p>A avaliação será processual, observando a participação dos alunos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prova escrita. ▪ Exercícios práticos. ▪ Apresentações individuais e grupais. ▪ Produção de texto analítico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

AZEREDO, José Carlos de. **Sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

CADORE, Luiz Agostinho; LEDUR, Paulo Flávio. **Análise sintática aplicada**. São Paulo: AGE, 2010.

KURY, Adriano Gama. **Novas lições de análise sintática**. 9.ed. São Paulo: Ática, 2008.

SILVA, Maria Cecília Perez de S.; KOCH, Ingedore G. V. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. **Iniciação à sintaxe do português**. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 28. ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Dicionário de verbos e regimes**. 45. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Sintaxe para a educação básica**. São Paulo: Contexto, 2012.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. **Análise sintática em três dimensões**. 2. ed. São Paulo: Editora Ribeirão Gráfica, 2003.

KURY, A. da G. **Novas lições de análise sintática**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa**. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **Ensino de gramática: descrição e uso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Curso: **LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**

Unidade Curricular: **PRODUÇÃO DE TEXTOS E ENSINO**

Professor(es):

Período Letivo: 5º	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral: refletir sobre metodologias para ensinar a produzir textos, desenvolvendo competências a partir do estudo de aspectos fundamentais que constituem os diferentes tipos e gêneros e sua funcionalidade.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – discutir as relações entre pensamento, linguagem e argumentação; – refletir criticamente sobre a produção oral e escrita; – analisar e construir dinâmicas para o ensino de representações escrita; – reconhecer modos de organização do discurso argumentativo, os vínculos sintáticos e semânticos relacionados à condução de ideias; – entender a funcionalidade de aspectos da língua em uso: adequação vocabular, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, estruturação de enunciados, pontuação etc., com intuito de favorecer a ampliação da competência comunicativa. 	
EMENTA	
Como ensinar a produzir de textos de diversos gêneros. Estrutura, conteúdo e textualidade: coesão, coerência, clareza, normatividade e adequação. Revisão e reescrita orientada dos textos produzidos.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
1. A crise do ensino da escrita na escola	04
2. Análise da interpretação e da inteção de textos	04
3. O uso da norma-padrão	05
4. A estrutura de textos narrativos, descritivos, expositivos, argumentativos	10
5. O parágrafo dissertativo: estruturação, tópico frasal, formas de desenvolvimento	15
6. A organização de uma produção textual: assunto tratado, tese defendida, argumentos e contra-argumentos, operadores lógico-semânticos entre frases e entre parágrafos	10
7. Dinâmicas de sensibilização e fruição da criatividade	06
8. Revisão textual	06
Total	60
METODOLOGIA	
As aulas serão expositivas e dialogadas, contemplando leitura, interpretação e produção de textos, com exercícios, trabalhos individuais e em grupo, apresentação de trabalhos.	
RECURSOS	
Kit multimídia, computador, apostila, revistas, textos.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

<p>3 Critérios A avaliação terá caráter diagnóstico e formativo considerando a realização das atividades propostas.</p>	<p>4 Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fóruns. – exercícios avaliativos escritos. – seminários – provas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>GUEDES, Paulo Coimbra. Da redação à produção textual: o ensino da escrita. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: contexto, 2006.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.</p> <p>SANTAELLA, Lucia. Redação e leitura: guia para o ensino. São Paulo: Cengage Learning, 2013</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BORTONI-RICARDO, Stella Maris (et.al.). <i>Leitura e mediação pedagógica</i>. São Paulo: Parábola, 2012.</p> <p>CARNEIRO, Agostinho D. <i>Redação em construção</i>. São Paulo: Moderna, 1993.</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. <i>Nova gramática do português contemporâneo</i>. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.</p> <p>FÁVERO, Leonor L. <i>Coesão e coerência textuais</i>. São Paulo: Ática, 1991.</p> <p>GARCIA, Othon M. <i>Comunicação em prosa moderna</i>. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.</p> <p>KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. <i>Prática textual</i>. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>MENDES, E.; CASTRO, M. L. S (org.). <i>Saberes em português</i>: ensino e formação docente. Campinas: Pontes, 2008.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS
Unidade Curricular: DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO
Professor(es):

Período Letivo: 5º	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral: Compreender as relações entre cultura, educação e sociedade na perspectiva da educação para a diversidade e direitos humanos.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Discutir o conceito de cultura e relativismo; – Perceber a educação como um processo sociocultural; – Entender a diversidade no Brasil a partir das lutas históricas dos movimentos negro, indígena, feminista, LGBT. – Identificar as necessidades de inclusão de grupos minoritários como afrodescendentes e indígenas, bem como a necessidade da promoção da igualdade de gêneros através dos processos educativos. – Identificar as temáticas contemporâneas que compõem os direitos humanos relacionando-as com as políticas educacionais e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. 	
EMENTA	
<p>Conceitos de multiculturalismo, diversidade, diferença e identidade e suas relações com a educação. Preconceito e discriminação no Brasil: contexto histórico, abordagem conceitual e as lutas e conquistas do Movimento Negro. Legislação e Políticas para a educação das Relações Étnico-raciais. Desenvolvimento de práticas pedagógicas para a educação das relações étnico-raciais. Conceito e relações de gênero como construção social, histórica, cultural e política. Práticas pedagógicas para as relações de gênero. Educação e direitos humanos: construção histórica das referências teóricas acerca dos direitos humanos e da cidadania. Políticas educacionais em face ao ideal de direitos humanos. Práticas educativas como meio de propagação dos direitos humanos. Papel dos professores e da escola na consolidação de uma cultura da diversidade e dos direitos humanos.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
<p>Introdução à disciplina: Conceitos de multiculturalismo, interculturalidade, diversidade, diferença e identidade e suas relações com a educação.</p>	10
<p>Educação e Relações Étnicorraciais Preconceito e discriminação no Brasil: contexto histórico, abordagem conceitual e as lutas e conquistas do Movimento Negro. Legislação e Políticas para a educação das Relações Étnico-raciais. Desenvolvimento de práticas pedagógicas para a educação das relações étnico-raciais, educação quilombola e indígena.</p>	12
<p>Educação, Gênero e Diversidade Sexual Conceito e relações de gênero como construção social, histórica, cultural e política. Práticas pedagógicas para as relações de gênero.</p>	10
<p>Educação do Campo Processos históricos, legais, políticos e indetitários. Práticas pedagógicas na escola do campo.</p>	10
<p>Educação e Direitos Humanos Educação e direitos humanos: construção histórica das referências teóricas acerca dos direitos humanos e da cidadania. Políticas educacionais em face ao ideal de direitos humanos. <i>Práticas educativas como meio de propagação dos direitos humanos.</i></p>	10

Papel dos professores e da escola na consolidação de uma cultura da diversidade e dos direitos humanos.	08
Total	60
5 METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas, seminário, painel de discussão, discussão em pequenos grupos.	
RECURSOS	
Kit multimídia, revistas; textos, quadro branco.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
6 Critérios A avaliação será processual, observando a participação ativa dos alunos nas aulas, execução das atividades solicitadas, apresentação e participação no seminário e painel de discussão; contribuições nas discussões ocorridas em pequeno grupo e sala de aula; pontualidade na entrega das atividades, utilizando como parâmetro o objetivo geral e os objetivos específicos da disciplina.	Instrumentos – Atividades escritas, painel de discussão, – Seminário – Prova
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo . V.2. Brasília, 1999.	
ABRAMOWICZ, Anete ; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola . 3. ed. Campinas: Papirus, 2010.	
BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Programa Diversidade na Universidade. Diretoria de Ensino Médio. RAMOS, M.N.; ADÃO, J. M.; BARROS, G. M. N.. Diversidade na educação: reflexões e experiências . Brasília, 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CANDAU, Vera. Maria e Outros. Oficinas pedagógicas de direitos humanos . Petrópolis: Vozes, 1995.	
CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SCAVINO, Susana et alli. Educação em direitos humanos e formação de professores/as ; São Paulo: Cortez, 2013.	
CANDAU, Vera Maria (org). Didática Crítica Intercultural: aproximações . Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2012.	
CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. (org.) Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas . 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.	
CAPRINI, Aldieris Braz Amorim (org.). Educação e Diversidade Étnico-racial . Jundiaí: Paco Editorial, 2016.	
LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação . Petrópolis: Vozes, 2004.	
GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Experiências étnico-culturais para a formação de professores . 3 Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2011.	
SCHILLING, Flávia (Org.). Direitos humanos e educação – outras palavras, outras práticas . São Paulo: Cortez, 2005.	

Curso: **LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD**

Unidade Curricular: **PROJETO DE EXTENSÃO**

Título: **DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: REFLEXÕES NA ESCOLA BRASILEIRA**

Carga Horária: 45h

Negar ao povo os seus direitos humanos é por em causa a sua humanidade. Impor-lhes uma vida miserável de fome e privação é desumanizá-lo.”

Nelson Mandela

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Entender o conceito e a evolução dos direitos humanos, refletindo sobre a sua efetividade no mundo atual, refletindo seus desdobramentos dentro da escola brasileira, moldando o tema às atividades e explicação do conteúdo programático de Língua Portuguesa, conforme orientação do artigo 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394\96.

Objetivos Específicos

- Apresentar um breve histórico dos Direitos Humanos;
- Conscientizar os cidadãos de seus direitos e deveres;
- Analisar trechos da Declaração do Homem e do Cidadão, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal Brasileira, principalmente no que tange aos direitos sociais;
- Avaliar o papel da mídia na divulgação e na promoção dos Direitos Humanos no Brasil;
- Tratar da violação dos direitos humanos, principalmente da violência contra a mulher;

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH), instituído pelo Decreto n.º 7.037/2009, bem como a Resolução CNE/CEB n.º 02/2012, é obrigatório que no Ensino Médio o tema Educação em Direitos Humanos seja abordado, de forma transversal e integrada a outras disciplinas. Assim, visando cumprir a legislação educacional em vigor e proporcionar aos alunos momentos de discussão, reflexão e pesquisa acerca do tema, desenvolvemos o presente curso de extensão.

Ser cidadão é, no mínimo, conhecer e respeitar os Direitos Humanos, ter consciência de quando estes são violados e das atitudes que devem ser tomadas para garantir a efetivação desses direitos. A escola tem o compromisso de fazer com que o estudante seja capaz de analisar a realidade com um olhar mais crítico, porém, sabendo reconhecer que não basta se queixar, é preciso se sentir corresponsável pela garantia dos direitos e realizar ações para que eles se efetivem.

Considerada uma atividade essencialmente humana, a educação deveria voltar-se para a formação embasada nesse conteúdo. Reconhece-se universalmente que devem ser respeitados os direitos inerentes a todos os homens. Benevides (2000, p. 3) afirma que os direitos humanos são “[...] fundamentais a todos os seres humanos sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral”.

Se os direitos humanos são garantidos a todos, por serem universais, as políticas públicas para a educação são definidas em conformidade com os preceitos constitucionais. No Brasil, a educação, conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988), deve ser ministrada com base nos princípios descritos no Artigo 206, os quais, juntos, devem permitir que a criança, o adolescente, o jovem e o adulto tenham acesso à escola, e nela se garantam as condições de qualidade, de gestão democrática, de gratuidade, e se valorizem os profissionais da educação. Com esses requisitos é certo o êxito do aluno, a aprendizagem, assim como a efetiva formação do homem. A Constituição, em seu Artigo 205, assegura o “pleno” desenvolvimento da pessoa, bem como a preparação para o trabalho e o exercício da cidadania.

A escola deve organizar ações pedagógicas que possibilitarão a concretização dos princípios constitucionais. A educação, como uma política pública, é o meio por excelência para que se efetive a formação do homem. É também o principal fator de valorização da aprendizagem e do exercício dos direitos humanos.

METODOLOGIA	
<p>A temática Direitos Humanos, neste curso, será abordada por meio de leitura de textos e reflexões, bem como a apreciação de filmes e documentários que tratem sobre Direitos Humanos ou sobre a violação dos mesmos.</p> <p>Será realizada uma retrospectiva histórica dos direitos humanos no Brasil e no mundo, procurando demonstrar aos alunos que os direitos humanos surgem num contexto de violência, guerras, massacres como forma de evitar a repetição dessas tragédias na humanidade. A partir disso, propõe-se com esse curso a reflexão de como associar esse tema ao trabalho em sala de aula, levando em consideração</p> <p style="padding-left: 40px;">O que significa dizer que queremos trabalhar com Educação em Direitos Humanos? A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados — os quais devem se transformar em práticas. (BENEVIDES, 2000, p. 1)</p> <p>Desse modo, o aluno do curso deverá pensar como a questão da preservação ou violação dos Direitos Humanos pode ser trabalhada na escola, no intuito de formar cidadãos plenos, conscientes de seus deveres e direitos.</p>	
CONTEÚDOS	
Total	45
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>A avaliação do curso acontecerá a partir da produção (individual ou em grupos) de uma Sequência Didática, em que o aluno, futuro professor, planejará o desenvolvimento em sala de aula da temática Direitos Humanos por meio de atividades planejadas.</p> <p>Essa sequência deverá basear-se em algum filme, documentário ou peça publicitária que envolva Direitos Humanos ou a violação desses direitos. A partir do filme, documentário ou propaganda escolhido, o aluno deverá produzir uma Sequência Didática que abarque as seguintes etapas:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Leitura e estudo de textos sobre Direitos Humanos; b) Exercícios de interpretação; c) Debates em sala de aula sobre a temática; d) Produção de algum gênero textual <p>Todos os textos que serão utilizados, atividades e exercícios que forem planejados, bem como filmes que forem exibidos, deverão ser anexados à Sequência, seja por meio de documento ou link de internet.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>✓ Declaração Universal dos Direitos Humanos Disponível em http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf</p> <p>✓ Lei Maria da Penha <i>Disponível em</i> http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm</p> <p>Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192</p> <p>Vídeo Você sabe o que são Direitos Humanos? (Pense de novo) Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=RcTjyS6pbQE</p> <p>Essa bibliografia de apoio será sempre atualizada com novos produtos educacionais que forem disponibilizados para acesso público.</p>	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENEVIDES, M. V. **Educação em direitos humanos: de que se trata?**. 2000. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm> . Acesso em: 11 out. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> . Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm> . Acesso em: 30 de mar. 2016.

_____. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm Acesso em 11 de out.2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf> Acessado em 11 de out. 2016.

6º PERÍODO

Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	

Sintaxe II	Ativ. Formativa	60	15	75	05
Semântica e Pragmática	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Literatura em Língua Portuguesa V	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Didática e Avaliação da Aprendizagem	Ativ. Formativa	25	05	30	02
Linguística aplicada ao ensino de Língua	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Instrumentação para o Ensino de L. e Literatura	Ativ. Formativa	60	30	90	06
Extensão: Educação Ambiental	ATPA			45	
Carga horária de créditos			60	375	25
Carga horária total do período				420	25

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: SINTAXE II	
Professor:	
Período Letivo: 6º	Carga Horária: 75h
OBJETIVOS	
Gerais:	
<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer na gramática um auxiliar para o trabalho redacional e para a análise de textos. 	

<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer formas lexicais e gramaticais adequadas à modalidade (oral ou escrita) e ao grau de formalidade da situação enunciativa. 	
Específicos: <ul style="list-style-type: none"> Entender a coordenação e a subordinação como processos sintáticos. Perceber as possibilidades de colocação dos termos da oração e os efeitos observados com a mudança da ordem dos elementos linguísticos. Identificar os mecanismos de transformação dos períodos e das orações. Perceber e analisar as relações de concordância e regência. Reconhecer os sinais de pontuação como fundamentais para a compreensão de um texto. Identificar as conjunções e os pronomes relativos como elementos de coesão. Escrever períodos com paralelismo sintático e semântico. Analisar morfossintaticamente parágrafos e textos. 	
EMENTA	
A significação das construções gramaticais. Aspectos sintáticos e morfossintáticos da língua portuguesa. A estrutura das sentenças simples e complexas do português. Os contrastes entre a oralidade e a escrita nas relações de concordância e regência verbal e nominal. Estilística sintática e paralelismo. Expressão escrita, leitura e redação. Aplicação ao ensino fundamental e médio. Prática pedagógica. Análise morfossintática.	
PRÉ-REQUISITO	
Sintaxe I	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Aspectos gerais de sintaxe	08
A subordinação	08
A coordenação	08
Sintaxe de concordância (verbal)	15
Sintaxe de concordância (nominal)	10
Sintaxe de regência verbal e nominal	10
Sintaxe de colocação	08
A sintaxe aplicada ao texto	08
Total	75
METODOLOGIA	
Exposição dialogada, pesquisas, resolução de problemas, análises comparativas e aulas práticas.	
RECURSOS	
Projektor de eslaides; computador; apostilas; cópias; revistas; textos.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos alunos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.	Instrumentos: <ul style="list-style-type: none"> Prova escrita. Exercícios. Apresentações orais. Seminário. Produções de texto.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
 CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2006.
 GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
 MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos. **Novo manual de sintaxe**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2007.
 PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
 _____. **Iniciação à sintaxe do português**. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
 CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
 FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 28. ed. São Paulo: Globo, 2005.
 _____. **Dicionário de verbos e regimes**. 45. ed. São Paulo: Globo, 2005.
 FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Sintaxe para a educação básica**. São Paulo: Contexto, 2012.
 IGNÁCIO, Sebastião Expedito. **Análise sintática em três dimensões**. 2. ed. São Paulo: Editora Ribeirão Gráfica, 2003.
 KURY, A. da G. **Novas lições de análise sintática**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2008.
 NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.
 ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa**. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
 VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **Ensino de gramática: descrição e uso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA	
Professor(es):	
Período Letivo: 6º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral: Aprender e aplicar conceitos básicos para a compreensão dos processos de produção do sentido e da significação nas linguagens, fundamentalmente na língua portuguesa.</p> <p>Específicos: Localizar o surgimento da semântica como disciplina e compreender seu processo evolutivo. Reconhecer os limites entre a semântica e a pragmática.</p>	

<p>Identificar princípios basilares de alguns dos principais modelos e teorias semânticas. Compreender as diferenças entre semântica, semiologia e semiótica. Apreender relações entre sentido e referência. Relacionar significação e verdade. Identificar e aplicar processos de produção de efeitos de sentido no nível lexical, frasal e textual/discursivo. Pesquisar/refletir sobre semântica e ensino.</p>	
EMENTA	
<p>Origem e evolução dos estudos do sentido e da significação. Limites entre semântica e pragmática. Visão geral dos principais modelos e teorias semânticas. Semântica, semiologia e semiótica. Sentido e referência. Significação e verdade. A significação nos níveis lexical, frasal e textual/discursivo.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Visão histórica panorâmica dos estudos do sentido e da significação; o objeto da semântica e o objeto da pragmática; visão geral dos principais modelos e teorias semânticas. Diferença entre semântica, semiologia e semiótica.	14
Concepções de linguagem, signo e sentido; sentido e referência; significação e verdade.	06
A significação das palavras: sinonímia e paráfrase, antonímia, hiperonímia e hiponímia, homonímia, paronomásia e polissemia; ambiguidade e vagueza; metáfora e metonímia.	18
Semântica da palavra e semântica da sentença: acarretamento; pressupostos e subentendidos; tempo, aspecto e modalidade.	10
Texto, discurso e enunciação: pessoa, tempo e espaço; dêixis e anáfora.	12
Total	60
METODOLOGIA	
<p>Aulas expositivo-dialogadas; seminários, debates sobre textos teóricos propostos; atividades/exercícios individuais e coletivos sobre o processo de produção do sentido em diferentes níveis: palavra, frase e texto/discurso.</p>	
RECURSOS	
<p>Textos de diversas naturezas, quadro branco e aparelhos de projeção de som e imagens.</p>	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>7 Critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição dos educandos nas discussões propostas. • Desempenho nos seminários. • Demonstração de aprendizagem em exercícios, atividades e provas. 	<p>8 Instrumentos:</p> <p>Exercícios / atividades Trabalhos em grupo Provas</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica**: noções básicas e exercícios. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

CHIERCHIA, Gennaro; ILARI, Rodolfo. **Semântica**. Campinas: UNICAMP, 2003.

FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística II**: princípios de análise. 5ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ILARI, R.; GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. 10.ed. São Paulo: Ática, 2011.

MARQUES, Maria Helena Duarte. **Iniciação à semântica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1990.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Analia Cochar. **Gramática reflexiva**: texto, semântica e interação. 3. ed. São Paulo: Atual, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Léxico e Semântica**: estudos produtivos sobre palavra e significação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ILARI, R. **Introdução à semântica**: brincando com a gramática. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ILARI, Rodolfo. **Introdução ao estudo do léxico**: brincando com as palavras. São Paulo: Contexto, 2011.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. 7. ed. São Paulo: Scipione, 2006.

Kempson, Ruth M. **Teoria semântica**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2001. 124 p.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. Tradução e organização: Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Manual de semântica**. Petrópolis: Vozes, 2012.

PECHÊUX, M. **Semântica e discurso**: crítica à afirmação do óbvio. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2009.

RICOEUR, Paul. **A Metáfora viva**. Rio de Janeiro: Renes, 1969.

Curso: **LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**

Unidade Curricular: **LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA V**

Professor(es):

Período Letivo: 6º

Carga Horária: 60h

OBJETIVOS

Geral:

Compreender a literatura brasileira, a portuguesa e a africana em língua portuguesa como componente significativo da formação cultural brasileira no século XX.

Específicos:

Associar as manifestações literárias aos momentos históricos.

Identificar os gêneros literários predominantes em cada período estudado.

<p>Observar a influência das vanguardas européias no Modernismo. Distinguir os procedimentos literários incorporados pela literatura brasileira a partir do Modernismo. Reconhecer a importância dos principais autores dos períodos estudados no cenário literário brasileiro do século XX. Perceber a relevância do movimento modernista para o cenário cultural brasileiro.</p>	
EMENTA	
<p>A produção literária pós-guerra e a renovação temática e formal da ficção a partir de 1945. A poesia contemporânea brasileira de 1945 a 1964; Poesia social. Movimentos de poesia visual. Estudo de obras literárias portuguesas e africanas em língua portuguesa da segunda metade do século XX. Teatro modernista em língua portuguesa. Panorama da produção modernista produzida no Espírito Santo.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
CONTEÚDOS	CARGA HO- RÁRIA
A produção literária pós-guerra e a renovação temática e formal da ficção a partir de 1945	20
A poesia contemporânea brasileira de 1945 a 1964	10
<i>Movimentos de poesia visual</i>	6
<i>Panorama da literatura modernista africana em língua portuguesa</i>	04
Teatro modernista em língua portuguesa	10
Panorama da produção modernista produzida no Espírito Santo.	10
TOTAL	60
METODOLOGIA	
<p>Aulas expositivas e dialogadas, seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, música, apresentação de filme (DVD), produção escrita.</p>	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios Participação em Debate Resenha Provas</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>POUND, Ezra. ABC Da Literatura. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.</p>	

CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978-1981.

NEVES, Reinaldo Santos. Mapa da literatura brasileira feita no Espírito Santo. **Estação capixaba**: portal de cultura do Espírito Santo, 2012. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/literatura/mapa-da-literatura-brasileira-feita-no-espírito-santo/>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**. 19.ed. Petropolis: Vozes, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALA JÚNIOR, B.; PASCHOALIN, M. A. **História social da literatura portuguesa**. 2ed. São Paulo: Ática, 1985.

AGUILAR, G. **Poesia concreta brasileira: as vanguardas na encruzilhada modernista**. São Paulo: EDUSP, 2005.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 37.ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

ERVEDOSA, Carlos. Roteiro da literatura angolana. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1979

FARIA, João Roberto (Dir.). **História o teatro brasileiro II: do Modernismo às tendências contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, SESCSP, 2012.

GUINBURG, J.; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariangela Alves de. **Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, SESCSP, 2009.

MATA, Inocência. **A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões**. São Paulo – Luanda, Angola: Edições de Angola Ltda. 2007.

MENDONÇA, F. A literatura portuguesa no século XX. São Paulo: Cultrix, 1981.

MOISÉS, M. **Literatura portuguesa em perspectiva: simbolismo e modernismo**. São Paulo: Atlas, 1994.

MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através dos textos**. 25.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

PRADO, Décio de Almeida. *O teatro brasileiro moderno*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

SARAIVA, A. J.; LOPES, O. **História da literatura portuguesa**. 17.ed. Porto: Porto Editora, 1996.

SUBIRATS, E. **Da vanguarda ao pós-moderno**. São Paulo: Nobel, 1991.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Professor(es):	
Período Letivo: 6º	Carga Horária: 30 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral: Discutir sobre avaliação escolar utilizando-se de textos, dinâmicas e experiências vividas, na busca da compreensão da avaliação como um processo contínuo, formativo e diagnóstico e do</p>	

reconhecimento de que a avaliação é mais um momento de aprendizagem.	
Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> - identificar a avaliação como processo intencional de pesquisa e de favorecimento da aprendizagem discente e do trabalho docente; - construir conceito de avaliação; - refletir sobre a ação de avaliar e a importância do caráter diagnóstico do processo; - refletir sobre a responsabilidade do educador no êxito do processo avaliativo; - discutir sobre a produção do fracasso e sucesso escolar e sua relação com a inclusão e exclusão social. - identificar e selecionar métodos, procedimentos e instrumentos adequados à avaliação; - analisar e refletir sobre provas já realizadas por alunos da Educação Básica; - construir questões avaliativas envolvendo os conteúdos da avaliação: factual, conceitual, atitudinal e procedimental. 	
EMENTA	
Aspectos históricos e filosóficos que permeiam a avaliação; concepção de avaliação, pressupostos e princípios da avaliação educacional; dimensões da avaliação; função da avaliação; níveis de assimilação dos conteúdos da avaliação; relação da avaliação com o projeto pedagógico escolar; o papel da avaliação na construção do sucesso/fracasso escolar e suas interfaces com a prática social global. Instrumentos e métodos de avaliação.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Didática Geral.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
I – Avaliação da aprendizagem: <ul style="list-style-type: none"> - Concepção de ensino versus avaliação. - O professor e a avaliação do processo ensino aprendizagem. - Avaliação: o que é avaliar? Para que avaliar? como avaliar? Quando avaliar? - Conceito, princípios básicos. - Dimensões da avaliação. - Funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. - Níveis de assimilação dos conteúdos da avaliação. - Critérios de avaliação. - Relação avaliação/medida em educação. - A recuperação de estudos. - A avaliação e suas implicações no sucesso/fracasso escolar. - A avaliação como mecanismo de exclusão/inclusão social. - O “erro” na dinâmica do processo de aprendizagem. 	20h
II – Instrumentos e métodos de avaliação: <ul style="list-style-type: none"> - O papel dos instrumentos de avaliação: função de retroalimentação do sistema. - Os instrumentos de avaliação e suas etapas: elaboração; aplicação; análise; comunicação dos resultados; tomada de decisão. Tipos de métodos e instrumentos de avaliação no ensino. 	10h
Total	30
9 METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas, seminários, trabalhos em grupos, e apresentações orais e escritas.	
RECURSOS	
Kit multimídia, computador, quadro branco, pincel, artigos, revistas, provas e testes.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

<p>10 Critérios A avaliação será processual, observando a participação ativa dos alunos nas aulas, execução das atividades solicitadas na sala de aula e extra classe, apresentação e participação no seminário; contribuições nas discussões e pontualidade na entrega das atividades, utilizando como parâmetro o objetivo geral e os objetivos específicos da disciplina.</p>	<p>11 Instrumentos – Seminário. – Prova escrita. – Análise crítica de provas e testes</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>HAYDT, Regina Celia Cazaux. Curso de Didática Geral. 7ª ed., 6ª impressão. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22.ed., São Paulo: Cortes, 2011.</p> <p>ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: como ensinar. Trad. Ernani R. da F. Rosa - Reimpressão, Porto Alegre: Artmed, 2010.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 25 ed., São Paulo: Loyola, 2010.</p> <p>ESTEBAN, Maria Teresa et al. Avaliação no cotidiano escolar. 2ªed., Rio de Janeiro: DP&A</p> <p>VALE, Maria Irene Pereira. As questões fundamentais da didática: enfoque político-social construtivista. Rio de Janeiro: Ao livro técnico. 1995.</p> <p>VASCONCELOS, Celso dos S..Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança: por uma práxis transformadora. 11 ed., São Paulo: Libertad (cadernos pedagógicos do Libertad, v6), 2003.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. 18 ed. Campinas: Papyrus, 2001.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LINGÜÍSTICA APLICADA	
Professor(es):	
Período Letivo: 6º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Considerar a importância da Linguística Aplicada no contexto do ensino e aprendizagem de línguas. • Identificar posições de ensino crítico de línguas. • Adquirir novos conhecimentos sobre o ensino da leitura e da produção textual em sala de aula. 	

<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a prática pedagógica contemporânea de línguas, considerando os fundamentos da Linguística Aplicada e da Psicolinguística que regem este curso.
EMENTA
<p>Localização da área de Linguística Aplicada no âmbito dos Estudos da Linguagem. Reconhecimento da sua natureza e importância para professores e aprendizes de línguas. Algumas orientações de como ensinar leitura e produção de texto na escola. Prática de análise: estudo de elaborações didáticas de leitura e produção textual.</p>
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)
Não há.
CONTEÚDOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Das origens da Linguística Aplicada no Brasil. <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Histórico da Linguística Aplicada no Brasil. 1.2. O que se entende por Linguística Aplicada ao ensino de línguas. 2. O ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita no Brasil. <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Os PCNs e o ensino de língua materna no Brasil. 2.2 O ensino crítico de línguas no Brasil. 3. Fundamentos sobre o processo de ensino de língua portuguesa <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Os gêneros discursivos em sala de aula. 3.2 O significado e a prática do letramento. 4. Aspectos psicolinguísticos no ensino da leitura <ol style="list-style-type: none"> 4.1 A construção dos sentidos na leitura: a interação leitor-autor. 4.2 A construção dos sentidos mediada pelo gênero textual. 5. O ensino e a aprendizagem da produção textual nas aulas de Língua Portuguesa <ol style="list-style-type: none"> 5.1 Da redação escolar à produção de textos na escola. 5.2 Como ensinar a produção textual na escola. 6. Conceituando abordagem de ensinar <ol style="list-style-type: none"> 6.1 Constituição e fases do processo global do ensino de língua portuguesa. 6.2 Elaborando aulas de língua portuguesa.
METODOLOGIA
<p>O aluno precisa acessar o ambiente diariamente. O aluno precisa dedicar no mínimo 4h semanais para a disciplina. A pesquisa proposta requer a participação e envolvimento dos componentes do grupo; Os fóruns são necessários para desenvolvimento da aprendizagem; O acompanhamento das atividades será realizado pelos tutores a distância e presencial. A correção das atividades será realizada pelos tutores a distância.</p>
RECURSOS
Computador, e ferramentas da plataforma Moodle.
AValiação DA APRENDIZAGEM
<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação será composta de atividades totalizando 100 pontos; • No ambiente constam atividades avaliadas no total de 60 pontos; • As provas presenciais totalizam o valor de 40 pontos; • Conforme a ROD, estarão aprovados os alunos que obtiverem nota maior ou igual a 60;
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, IRANDÉ. **Aula de Português**. São Paulo: Parábola, 2005. São Paulo 2. ed. b

BAKHTIN, M.M. **Os gêneros do discurso**. In: Estética da criação verbal. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRANDÃO, H. N. (ORG.) **Gêneros do discurso na escola**: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica. São Paulo: Cortez, 1999.v.5.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares da Educação Nacional**. – Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: NEC. 1998.

FRANCHI, CARLOS. **Mas, o que é mesmo gramática?** In: POSSENTI, s. (Org.) Mas, o que é mesmo gramática? São Paulo: Parábola, 2006 a .

GERALDI, J. W. **Da redação à produção de textos**. In : GERALDI, J. W. CITELLI, B. (Org.) Aprender e ensinar com textos de alunos. São Paulo: Cortez, 1997.

SOARES, Magda. **Português na escola**: história de uma disciplina curricular. In: M. Bagno(org.) Linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2002. p. 155 -177.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHARA, E. **Ensino da gramática**: opressão? Liberdade? 8. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I e II**. 4. ed. Campinas, SP; Pontes, 1995.

ILARI, R. **A Linguística e o ensino da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**. LP&M: Porto Alegre, 1986.

LYONS, J. **Linguagem e linguística**. Rio de Janeiro: LCT, 1987.

MORAES, G.G. **Coordenação da leitura e da escrita**: professor. São Paulo: Cortez, 1986.

PICONEZ, S. C. B. **Prática de ensino e o estágio supervisionado** . 8.ed. Campinas:

SOARES, Magda. **Que professor queremos formar?** BOLETIM da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA – ABRALIN, Brasília, n.25ago, 2001.Papirus, 2002.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: INSTRUMENTAÇÃO PARA O ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA	
Professor(es):	
Período Letivo: 6º	Carga Horária: 90h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Dotar o futuro professor de Língua Portuguesa de metodologia para o ensino de língua materna. 	

<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os documentos oficiais que regem a Educação brasileira; • Entender o sociointeracionismo; • Conhecer metodologias de ensino de leitura, produção de texto e gramática; • Entender que o TEXTO é o objetivo da aula de língua portuguesa; • Produzir instrumentos para o trabalho em sala de aula.
EMENTA
Estratégias de Ensino. Análise e produção de materiais didáticos. Instrumentação para o trabalho com textos orais e impresso. Diferentes abordagens para correção de textos e outras atividades. Utilização de tecnologias da informação e comunicação (TIC); espaços não formais do ensino da língua e literatura portuguesa e brasileira.
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)
Não há.
CONTEÚDOS
<ul style="list-style-type: none"> • A formação do professor de Língua • A leitura na escola • A leitura literária no espaço escolar • O processo de escrita na escola • Análise linguística e ensino de gramática
METODOLOGIA
<p>O aluno precisa acessar o ambiente diariamente.</p> <p>O aluno precisa dedicar no mínimo 4h semanais para a disciplina.</p> <p>A pesquisa proposta requer a participação e envolvimento dos componentes do grupo;</p> <p>Os fóruns são necessários para desenvolvimento da aprendizagem;</p> <p>O acompanhamento das atividades será realizado pelos tutores a distância e presencial.</p> <p>A correção das atividades será realizada pelos tutores a distância.</p>
RECURSOS
Computador, e ferramentas da plataforma <i>Moodle</i> .
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação será composta de atividades totalizando 100 pontos; • No ambiente constam atividades avaliadas no total de 60 pontos; • As provas presenciais totalizam o valor de 40 pontos; • Conforme a ROD, estarão aprovados os alunos que obtiverem nota maior ou igual a 60;
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>FARIAS, I. M. S. de. (et. Al). Didática e docência: aprendendo a profissão. 3 ed. Brasília: Liber, 2011.</p> <p>INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada aos textos. 7. ed. São Paulo: Scipione, 2006.</p> <p>MIRANDA, S. de. Professor, não deixe a peteca cair. 7.ed. Campinas-SP: Papyrus, 2011.</p> <p>MURCIA, J. A. M. Aprendizagem através do jogo. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>PELANDRÉ, Nilcéa Lemos et al. Metodologia do ensino de língua portuguesa e literatura. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antonio. **Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores**. 8. ed São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais ensino médio: volume2: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 1999.

BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). **Português no ensino médio e formação do professor**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; CAMPANI-CASTILHOS, Daiana; DREY, Rafaela Fetzner. **Gêneros de texto no dia-a-dia do ensino fundamental**. Campinas: Mercado de letras, 2008.

MOROSOV, I.; MARTINEZ, J. Z. **Metodologia do ensino de língua portuguesa e estrangeira: a didática do ensino e a avaliação de aprendizagem em língua estrangeira**. Curitiba: Editora IBPEX, 2008.

SAVIOLI, Francisco Platão. **Gramática em 44 lições: com mais de 1700 exercícios**. São Paulo: Ática, 1991.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina**. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **Escrever melhor: guia para passar os textos a limpo**. São Paulo: Contexto, 2011.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Carga Horária: 45h
OBJETIVOS
Objetivo Geral Capacitar alunos de licenciatura em Letras para lidar com a temática da educação ambiental.
Objetivos Específicos <ul style="list-style-type: none"> • Dar ciência ao graduando da legislação pertinente ao trabalho com educação ambiental.

- Proporcionar a oportunidade de o aluno compreender melhor, por meio da educação ambiental, a própria realidade e nela agir.
- Promover a reflexão a respeito da preocupação, da mobilização e da mudança de hábitos com relação ao meio ambiente.
- Inserir o aluno de licenciatura em Letras na discussão sobre educação ambiental no espaço escolar, colaborando com ações em execução e propondo novas abordagens.

JUSTIFICATIVA

Entre as consequências das atividades inerentes aos processos de exploração de recursos naturais oriundos de ações humanas como a industrialização e a urbanização, a degradação do meio ambiente tem mostrado efeitos catastróficos para o planeta. Diante de índices alarmantes como poluição, desmatamento e contaminações em diversos níveis, que impactam diretamente em toda a biosfera, temos nos deparado diariamente com o comprometimento de ecossistemas inteiros.

Com previsões mais pessimistas para o futuro da própria humanidade, em especial após a Segunda Guerra Mundial, foi possível observar o esgotamento e a inviabilização de recursos fundamentais para a vida terrestre. Nesse contexto, os movimentos em defesa do meio ambiente se mobilizaram, principalmente nas últimas décadas do século XX, trazendo à luz a temática do meio ambiente e colocando como ponto de pauta internacional a palavra sustentabilidade, na busca de um revisionismo de comportamento, de um redimensionamento do conceito de desenvolvimento e de novas formas de interagir com a natureza.

Na macropolítica, o tema se tornou obrigatório nas relações internas e externas dos países, o que culminou nas grandes conferências da Organização das Nações Unidas: a Conferência de Estocolmo (1972), a Rio 92, a Rio+10 (2002, em Joanesburgo) e a Rio+20 (2012, novamente no Rio de Janeiro). Naturalmente, nem todos os acordos foram cumpridos e nem todos os países atingiram as metas estabelecidas.

Ainda assim, como consequência das discussões internacionais, as mudanças apontadas em favor do meio ambiente se estenderam à micropolítica e ao cidadão comum em seus hábitos cotidianos. Desse modo, a educação ambiental ganhou grande relevância, na medida em que contribuiria, nos mais diversos setores da sociedade, com a tomada de consciência quanto à necessidade de se construírem formas de interação sustentáveis entre a população e o meio ambiente.

Se a expressão “Educação ambiental” se popularizou na década de 1970, já na década seguinte, por meio da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu inciso X do artigo 2º, estabelecia que a educação ambiental deveria ministrada a todos os níveis de ensino, de modo a capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Outro avanço importante na área foi a promulgação da Constituição Federal (CF), de 1988, cujo inciso VI do § 1º do artigo 225 passou a determinar que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2016). A partir desses marcos legais, a temática ambiental passou a fazer parte das discussões, dos documentos e das demais legislações relativas à educação brasileira.

Na esfera dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que apoiam a escola na elaboração de seu projeto educativo, o meio ambiente, por seu caráter universal e pela urgência de sua discussão na sociedade, tornou-se um dos Temas Transversais, o que contribuiu para que deixasse de ser abordado apenas de modo lateral e/ou indireto e passasse a fazer parte do cotidiano escolar, atravessando o currículo como um todo:

[...] a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). E a uma forma de sistematizar esse

trabalho e incluí-lo explícita e estruturalmente na organização curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade. Os Temas Transversais, portanto, dão sentido social a procedimentos e conceitos próprios das áreas convencionais, superando assim o aprender apenas pela necessidade escolar de “passar de ano” (BRASIL, 1998, p. 30).

Se dentro das Ciências Naturais, pelas características de seus objetos de estudo, o meio ambiente já é uma temática nodal, os demais componentes curriculares também se tornam, por meio dos Temas Transversais, caminhos possíveis para a reflexão do aluno acerca de sua interação com o mundo, podendo também proporcionar mudanças comportamentais que partem de um espaço escolar e afetam toda a comunidade. Para a disciplina de Língua Portuguesa, por exemplo, os PCNs apontam que é possível contribuir “trabalhando as inúmeras ‘leituras’ possíveis de textos orais e escritos, explicitando os vínculos culturais, as intencionalidades, as posições valorativas e as possíveis ideologias sobre meio ambiente embutidas nos textos” (BRASIL, 1998, p. 194).

Dessa maneira, não apenas para efetuar o cumprimento regimental de uma série de documentos que disciplinam a educação ambiental, mas também para contribuir com as discussões e as ações em atendimento a uma das questões mais emergenciais do século XXI, é fundamental que o professor esteja envolvido e preparado para lidar e construir no espaço escolar formas de dialogar com os temas transversais. Para isso, faz-se necessário que o aluno de licenciatura conheça a legislação vigente sobre o tema, bem como as orientações de órgãos e setores tanto da educação quanto do meio ambiente. Com esse embasamento, o graduando deve refletir e propor intervenções em escolas de ensino básico, no formato de oficina, para que coloque em prática o diálogo com alunos e promova momentos de reflexão sobre os problemas ambientais causados pela humanidade.

METODOLOGIA

O Curso será desenvolvido na modalidade a distância, no Ambiente Moodle-Ifes, durante 2 semanas consecutivas, perfazendo a carga horária total de 45 horas, distribuídas em 23 e 22 horas. A execução do projeto se subdividirá em duas etapas, sendo uma teórica e outra prática. A etapa teórica será desenvolvida na plataforma *Moodle*, com leitura e discussão de textos sobre o tema e de legislação pertinente. O aluno poderá usar a plataforma para dialogar com colegas e professores. Para avaliar a compreensão do aluno com relação ao assunto, será disponibilizado um questionário no valor de 40 pontos.

O desenvolvimento de atividades práticas deverá ocorrer em ambientes como escolas de ensino básico, associação de moradores, movimentos sociais ou em outros espaços em que se favoreça a interação estudante-sociedade. A atividade terá como foco a promoção de algum tipo de intervenção que conduza um determinado grupo a reflexões, discussões e debates em torno da educação ambiental. Dessa maneira, poderão ser formados grupos de alunos para propor e executar oficinas, palestras, rodas de leitura ou qualquer outra ação agregadora em prol dos objetivos estabelecidos. Após a realização da atividade, o grupo deverá disponibilizar na plataforma *Moodle* um relatório relativo ao trabalho desenvolvido.

CONTEÚDOS

Total	45

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação será realizada mediante:

1. Análise e pontuação das postagens e interações nos fóruns;
2. Realização de questionário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)*. Brasília: MEC/SEF, 1998

7º PERÍODO

Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Trabalho de Conclusão de Curso I	Ativ. Formativa	10	20	30	02
Análise do Discurso	Ativ. Formativa	50	10	60	04

Prática de Ensino de Língua e Literatura	Ativ. Formativa	40	20	60	04
Educação de Jovens e Adultos	Ativ. Formativa	30	-	30	02
Literatura em Língua Portuguesa VI	Ativ. Formativa	60	-	60	04
Estágio Supervisionado I	Estágio			200	13
Extensão: Relações Étnico-Raciais	ATPA			45	
Carga horária de créditos			50	485	29
Carga horária total do período				485	29

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (PROJETO)	
Professor(es):	
Período Letivo: 7º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
Geral:	
<ul style="list-style-type: none"> ● Encaminhar o aluno para pesquisa, a fim de que possa trabalhar de forma investigativa, interdisciplinar, sintonizado com as mudanças e a complexidade que caracterizam a sociedade do século XXI. 	

Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> ● Aprofundar os conhecimentos sobre investigação científica, realizando estudos investigativos nas diversas linguagens. ● Conhecer como deve ser a relação entre orientador e orientando. ● Identificar os processos de pesquisas na área de linguagem e quais métodos são utilizados. ● Discutir e fundamentar a elaboração do projeto de investigação científica, visando à redação de um texto científico. ● Exercitar a apresentação de trabalhos de pesquisa. 	
EMENTA	
Programas e linhas de pesquisas nas diversas linguagens. Problemas de pesquisa linguística e literária. Projeto de trabalho teórico ou experimental na área do ensino de língua ou literatura. Integração dos conceitos apreendidos ao longo do curso.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Variável	60
12 METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas. Debates diversos. Leitura e análise de material teórico. Pesquisas orientadas. Exibição de filmes e documentários.	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; revistas; textos; CDs.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
13 Critérios Serão observadas: <ul style="list-style-type: none"> - A participação dos alunos nas discussões sobre temas gerais da educação e temas relacionados à sua pesquisa. - Qualidade do projeto redigido: justificativa, problema, hipóteses, objetivos, fundamentação teórica e viabilidade de execução da pesquisa. - Autonomia na redação da versão final do projeto e adequação às normas da ABNT. 	Instrumentos Exercícios Fichamentos Projeto de pesquisa
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referencia elaboração, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos**: documento impresso e/ou digital. 6.ed. Vitória: IFES, 2012. Disponível em: http://www.ci.ifes.edu.br/data/pdf/Caderno_WEB_Normas_TCC_140-2012.pdf

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RODRIGUES, Rosângela Hammes; CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. **Linguística aplicada**: ensino de língua materna. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, Antônio C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências. Belo Horizonte: Artmed/UFMG, 1997.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografia, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2004.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antônio Paulo F. De. **Projeto de pesquisa - o que e? como fazer?** São Paulo: Olho D'Água, 2008.

[SERRANI, Silvana M.](#) **Linguagem na pesquisa sociocultural**: um estudo da repetição na discursividade. 2.ed. Campinas: unicamp, 1997.

TACHIZAWA, T. **Como fazer monografia na prática**. 12 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: ANÁLISE DO DISCURSO	
Professor(a):	
Período Letivo: 7º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
Geral:	
<ul style="list-style-type: none"> • Aprender teorias e análises do discurso de diferentes vertentes, enfatizando, porém, a vertente francesa. 	
Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar conceitos teóricos em práticas de análise do discurso. • Relacionar língua/ discurso, texto/discurso; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a estrutura de um texto; • Compreender as construções ideológicas presentes nos textos analisados; • Analisar a linguagem em ação, os efeitos produzidos por meio do seu uso e o sentido social construído; • Refletir sobre os processos em que o sentido é abordado como efeito de linguagem, e não como propriedade literal das coisas expressas em palavras. 	
EMENTA	
<p>Teorias e análises do discurso de diferentes vertentes. Conceitos de discurso. Análise de produções discursivas orais e escritas à luz de categorias dialógicas, enunciativas e situacionais. Estudo dos meios de produção e interpretação de textos verbais e não-verbais e de suas estratégias de adesão, argumentação e persuasão. Condições de produção, ideologia, efeito de sentido e sujeito. Formação discursiva, interdiscursividade, memória discursiva e história. Polifonia e heterogeneidade discursiva. Gêneros discursivos. Teoria de Análise Crítica do Discurso. Análise de Discurso como dispositivo teórico-analítico da interpretação. Relações língua/ discurso, texto/discurso. Análise de conteúdo vs. análise de discurso. A questão do sujeito e da autoria. Prática de análise. Prática pedagógica.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	
Conceitos de língua, linguagem, fala, sujeito e discurso.	08
Do enunciado à função enunciativa.	06
Formação discursiva e efeitos de sentido.	08
Discurso como objeto de análise da escola francesa.	08
A definição discursiva de ideologia.	08
Construção da análise do discurso.	12
Exercícios práticos	10
METODOLOGIA	
Aula expositiva, seminários, exposição dialogada, pesquisas, análises comparativas e aulas práticas.	
RECURSOS	
Projetor; computador; jornais; revistas; livros; quadro branco.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos alunos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, nos exercícios práticos e na apresentação de trabalhos.</p>	<p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Exercícios práticos. ▪ Apresentações individuais. ▪ Seminários.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997.</p> <p>BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismosociodiscursivo. 2. ed. São Paulo: EDUC - Editora da PUC-SP, 2009.</p> <p>ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e leitura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>SOUZA, Pedro. Análise do Discurso. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.</p>	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRANDÃO, H. N. Introdução à análise do discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas: Mercado de letras, 2006.
- FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, c2006.
- INDURSKY, F.; LEANDRE-FERREIRA, M.C. (orgs.) **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: SagraLuzzatto, 1999.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. F. Indursky. Campinas: Pontes/Ed. da Unicamp, 1989.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.
- ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 2009.
- SIGNORINI, Inês (Org.). **[Re]discutir: texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA	
Professor(es):	
Período Letivo: 7º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer subsídios ao processo de formação do professor que atua no Ensino de Língua Portuguesa, orientando-o para a construção de uma prática pedagógica que envolve práticas sociais de expressão oral, leitura, produção de textos orais e escritos e momentos específicos de reflexão sobre a língua (análise linguística); • Apresentar uma perspectiva ampla do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, de forma a englobar todos os níveis de ensino, mais fundamentalmente a Educação Básica, oportunizando assim, a visão sistêmica do ensino da língua; • Analisar as dificuldades e possibilidades da aplicação dos princípios pedagógicos de transversalidade, contextualidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino da Língua Portuguesa- 	

sa e da Literatura.

- Promover espaço para a discussão sobre a gestão de sala de aula na prática docente, a partir do planejamento, organização, execução e avaliação das atividades de ensino.
- Construir planos de ensino e elaborar atividades de intervenção para a melhoria da prática docente.

EMENTA

Gestão de sala de aula na prática: planejamento, organização, execução e avaliação. Ética profissional: a prática docente no contexto do Projeto Pedagógico da Escola. Vivências de aulas práticas/simuladas. Proposta de ação interventora para melhoria da prática docente. Princípios pedagógicos de transversalidade, contextualidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: dificuldades e possibilidades. Diferentes abordagens para correção de textos e outras atividades. Estratégias de ensino. Análise de materiais didáticos. Instrumentação para o trabalho com textos orais e impressos. Análise linguística e ensino da gramática. A leitura literária no espaço escolar. A produção escrita na escola. Planos de aula, planos de ensino e instrumentos de avaliação da aprendizagem em língua portuguesa e literatura.

PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)

Não há.

CONTEÚDOS

1. A formação docente e a disciplina Língua Portuguesa
 - 1.1 A formação do professor de Português no Brasil.
 - 1.2 Que professor de Português queremos formar?
 - 1.3 Diretrizes oficiais para o ensino de língua e literatura no Brasil.
2. 2 – O Ensino da Língua Portuguesa e os PCN's.
 - 2.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental e Médio).
 - 2.1 O ensino da língua portuguesa e os PCN's.
3. 3 – A língua portuguesa, alguns princípios pedagógicos e a Lei 10.639/2003.
 - 3.1. Os princípios pedagógicos de transversalidade, contextualidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: dificuldades e possibilidades.
 - 3.2. O ensino de língua e literatura na perspectiva interdisciplinar.
 - 3.3. A cultura afro-brasileira na escola: a aplicabilidade da lei 10.639/2003.
4. Análise Linguística e o Ensino da Gramática
 - 4.1. Concepções e abordagens no ensino da gramática
 - 4.2. Ensino da gramática x análise linguística
 - 4.3. Por que (não) ensinar gramática na escola?

<p>5. O Ensino Reflexivo da Língua Portuguesa</p> <p>5.1. O ensino da Língua Portuguesa como prática reflexiva</p> <p>5.2. A variação linguística na sala de aula.</p> <p>O Ensino de Leitura</p> <p>7. A docência e as perspectivas do ensino de língua portuguesa e literatura</p> <p>7.1. Gestão de sala de aula na prática: planejamento, organização, execução e avaliação.</p> <p>7.2. Ética profissional: a prática docente no contexto do Projeto Pedagógico da escola.</p> <p>8. A docência e as perspectivas do ensino de língua portuguesa e literatura</p> <p>8.1. Proposta de ação interventora para melhoria da prática docente.</p> <p>8.2. Vivências de aulas práticas/simuladas.</p> <p>9. Planos de Aula, Planos de Ensino e Instrumentos de Avaliação da Aprendizagem em Língua Portuguesa e Literatura.</p> <p>9.1. Planos de aula: como e por que fazer?</p> <p>9.2. Análise de planos de aulas com perspectivas interdisciplinares.</p> <p>9.3. O plano de ensino e a prática docente.</p> <p>10. Instrumentos de avaliação da aprendizagem em língua portuguesa e literatura</p> <p>10.1. A avaliação na escola e o ensino de Português.</p> <p>10.2. Os paradigmas de avaliação: uma visão panorâmica.</p> <p>11. Preparação de Seminário Final</p> <p>11.1. O Gênero Seminário</p> <p>11.2. Tipos de seminário</p> <p>11.3. Orientações sobre o Seminário Final no contexto da disciplina “Prática de Ensino de Língua e Literatura”.</p>
<p>METODOLOGIA</p> <p>O aluno precisa acessar o ambiente diariamente.</p> <p>O aluno precisa dedicar no mínimo 4h semanais para a disciplina.</p> <p>A pesquisa proposta requer a participação e envolvimento dos componentes do grupo;</p> <p>Os fóruns são necessários para desenvolvimento da aprendizagem;</p> <p>O acompanhamento das atividades será realizado pelos tutores a distância e presencial.</p> <p>A correção das atividades será realizada pelos tutores a distância.</p>
<p>RECURSOS</p> <p>Computador, e ferramentas da plataforma <i>Moodle</i>.</p>
<p>AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM</p> <ul style="list-style-type: none"> • A avaliação será composta de atividades totalizando 100 pontos; • No ambiente constam atividades avaliadas no total de 60 pontos; • As provas presenciais totalizam o valor de 40 pontos; • Conforme a ROD, estarão aprovados os alunos que obtiverem nota maior ou igual a 60;
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Mirian Lúcia dos Santos: Literaturas africana e afro-brasileira na prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.</p> <p>. São Paulo: Summus, 2009.</p> <p>SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>VASCONCELOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 9. ed. São Paulo: Libertad, 2008.</p> <p>MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico – o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2000.</p>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AGUIAR, Luiz Antônio. **Uma literatura & seu leitor**. In: OLIVEIRA, Ieda de. (Org.) O que é qualidade em literatura infantil e juvenil? Com a palavra o escritor. São Paulo: DCL, 2005. P. 103-118.
- AGUIAR, Vera Teixeira de, BORDINI, Maria da Glória. **Literatura: a formação de leitor: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- AZEVEDO, Ricardo. **Formação de leitores e razões para a Literatura**. In: SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). Caminhos para a formação do leitor. São Paulo: DCL, 2004. P.38-47.
- BERNARDO, Gustavo. **A qualidade da invenção**. In: OLIVEIRA, Ieda (Org.). O que é qualidade em literatura infantil e juvenil? Com a palavra o escritor. São Paulo: DCL, 2005.
- BOLZAN, Dóris Pires Vargas. **Formação de professores: Compartilhando e reconstituindo Conhecimentos**. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- BRITO, E. **PCNs de Língua Portuguesa: a prática em sala de aula**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.
- CLEMENTE, E. e KIRST, M. (orgs.). **Linguísticas aplicada ao ensino de português**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Coord.). **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4).
- GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
- KLEIMAN, A. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Pontes, 2001.16/17 Total.
- LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores & leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.
- LEAY-DIOS, Cyana. **A educação literária como metáfora social**. Desvios e rumos. Niterói: EdUFF, 2000.
- LEITE, Lígia C. Moraes. **Invasão da catedral: literatura e ensino em debate**. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1983
- MIRANDA, S. de. **Professor, não deixe a peteca cair**. 7.ed. Campinas-SP: Papyrus, 2011. MURCIA, J. A. M. **Aprendizagem através do jogo**. Porto Alegre: Artmed,2005.
- PENIN, Sonia Teresinha de Sousa; MARTÍNEZ, Miguel. **Profissão docente: pontos e contrapontos**
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**, Maria Thereza Fraga - **A Importância da Leitura na Sociedade Contemporânea e o Papel da Escola Nesse Contexto** - Publicação: Série Ideias n.13. São Paulo: FDE, 1994. Páginas: 37-42
- ROJO, R. Org. **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN's**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- ZABALA, Antoni (Org.). **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- ZILBERMAN, Regina (org.). **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

Curso: LICENCIATURA LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Professor(es):	
Período Letivo: 7º	Carga Horária: 30 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <p>Refletir acerca dos diferentes momentos da trajetória da EJA, suas concepções, políticas públicas e práticas pedagógicas.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar os sentidos, princípios e concepção da EJA como modalidade, e sua configuração a partir da diversidade dos sujeitos, no exercício do direito à educação; - Destacar a educação popular como dimensão constitutiva do campo da EJA e suas relações com as diferentes matrizes da formação humana, na perspectiva da formação cidadã. - Discutir a especificidade da construção do conhecimento dos sujeitos da EJA. - Problematicar as questões recorrentes das estratégias do processo de ensino e de aprendizagem - Revisar o percurso da educação de jovens e adultos no Brasil a partir de elementos que configuram este campo de conhecimento nas perspectivas sócio, histórico e filosófica e suas implicações na construção de políticas públicas de Estado. - Analisar o papel dos programas na perspectiva do fortalecimento da modalidade EJA 	
EMENTA	
Fundamento histórico da educação de jovens e adultos; a política nacional e a fundamentação legal da educação de jovens e adultos; projetos e programas de educação profissional para jovens e adultos; Implicações metodológicas para EJA; fundamentos político-pedagógicos do currículo, do planejamento e da avaliação de EJA.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Educação de Jovens e adultos: percurso entre a interdição e a afirmação do direito à educação.	04
As políticas públicas, programas e projetos para educação de jovens e adultos	04
Fundamentos Filosóficos Sociológicos e Políticos da EJA: - As bases sociais e epistemológicas para a construção do conhecimento escolar. - o pensamento de Freire e suas matrizes referenciais.	06
Educação de Jovens e adultos, a diversidade dos sujeitos e o processo de juvenilização da EJA.	04
O movimento social dos Fóruns de EJA.	04
As alternativas práticas para o ensino-aprendizagem na educação escolar de jovens e adultos e as possibilidades de reconstrução do conhecimento.	08
Total	30
14 METODOLOGIA	
O desenvolvimento da disciplina priorizará sempre uma abordagem interdisciplinar porque os conhecimentos se entrelaçam formando um todo na diversidade. As aulas serão desenvolvidas por intermédio de: leituras críticas; debates, dinâmicas de grupo; discussões; produções de texto; seminários; pesquisas, entrevistas etc.	

RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; revistas; textos.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>15 Critérios A avaliação terá caráter diagnóstico e formativo considerando a realização das atividades propostas em sala de aula e extraclasse.</p>	<p>16 Instrumentos – Exercícios avaliativos escritos; – Provas.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional De Educação. Parecer CNE/CEB 11/2000. Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf.</p> <p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria De Educação Profissional e Tecnológica. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de EJA - Proeja. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf.</p> <p>PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Decreto 5478/2005. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm.</p> <p>PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Decreto 5840/2006. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CÂNDIDO, Antônio. Na sala de aula: caderno de análise literária. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 45.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.</p> <p>FRIGOTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J. Eustáquio. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>HADDAD, S. Novos caminhos em educação de jovens e adultos. São Paulo: Global, 2007.</p> <p>PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.</p> <p>PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Constituição federal de 1988 (versão atualizada). Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/presidencia/a-constituicao-federal.</p> <p>SOARES, L; GIOVANETTI, M. A. G. De C.; GOMES, N. L. Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA VI	
Professor(es):	
Período Letivo: 7º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral: Compreender a literatura em língua portuguesa como componente significativo da cultura contemporânea dos países lusófonos.</p> <p>Específicos: Associar as manifestações literárias em língua portuguesa aos momentos sociopolíticos contemporâneos. Identificar as tendências da literatura em língua portuguesa dos anos 1970 à atualidade. Observar as questões éticas e estéticas da literatura africana em língua portuguesa. Refletir sobre as manifestações literárias do autor capixaba no cenário da literatura de língua portuguesa.</p>	
EMENTA	
Poesia marginal e contracultura. A ficção urbana brasileira das décadas de 1970 e 1980. O testemunho na literatura de língua portuguesa. Memória e história na ficção africana em língua portuguesa: utopias literárias e descolonização. A poesia africana em língua portuguesa: tradições, rupturas, lirismo e distopias sociais. Tendências da literatura brasileira contemporânea: ficção e poesia. A narrativa e a lírica portuguesa na contemporaneidade. O teatro em língua portuguesa dos anos 1970 à atualidade. Panorama da literatura brasileira produzida no Espírito Santo.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Poesia marginal e contracultura	06
Ficção brasileira nas décadas de 1970 e 1980	06
Literatura africana de língua portuguesa	12
Poesia brasileira contemporânea	04
<i>Ficção brasileira contemporânea</i>	04
<i>Poesia portuguesa contemporânea</i>	06
<i>Ficção portuguesa contemporânea</i>	06
Teatro contemporâneo de língua portuguesa	06
Literatura do Espírito Santo	10
TOTAL	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivas e dialogadas, seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, música, apresentação de filme (DVD), produção escrita.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

<p>A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios Participação em Debate Resenha Provas</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.</p> <p>SALGUEIRO, Wilberth. Forças e formas: aspectos da poesia brasileira contemporânea. Vitória: Edufes, 2002.</p> <p>NEVES, Reinaldo Santos. Mapa da literatura brasileira feita no Espírito Santo. Estação capixaba: portal de cultura do Espírito Santo, 2012. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/literatura/mapa-da-literatura-brasileira-feita-no-espírito-santo/>. Acesso em: 04 ago. 2015.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.</p> <p>CARNEIRO, Flávio. No país do presente: ficção brasileira no início do século XXI. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.</p> <p>CHAVES, Rita & MACEDO, Tania. Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006.</p> <p>COELHO, Jacinto do Prado (Org.). Antologia da ficção portuguesa contemporânea. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.</p> <p>FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literaturas africanas de língua portuguesa: percursos da memória e outros trânsitos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2000.</p> <p>GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir. 70/80 Cultura em trânsito: da repressão à abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.</p> <p>LEÃO, Ângela Vaz (Org.). Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa. Belo Horizonte: Ed. da PUC-Minas, 2003.</p> <p>MORICONI, Italo (Org.). Destino: poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, Nelson de. Axis mundi: o jogo de forças na lírica portuguesa contemporânea. São Paulo: Ateliê, 2009.</p> <p>PONTES JR., Geraldo R. Dramaturgia brasileira contemporânea: uma retórica do impasse. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 1999.</p> <p>RIBEIRO, Francisco Aurélio. A modernidade das letras capixabas. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1993.</p> <p>RIBEIRO, Francisco Aurélio. A literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica. Vitória: Nemar, 1996.</p> <p>RYNGAERT, Jean-Pierre. Ler o teatro contemporâneo. Trad. Andréia Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2013.</p> <p>SALGUEIRO, Wilberth. Lira à brasileira: erótica, poética, política. Vitória: Edufes, 2007.</p> <p>SALGUEIRO, Wilberth; AZEVEDO FILHO, Deneval Siqueira de; NEVES, Reinaldo Santos (org.). Bravos companheiros e fantasmas 4: estudos críticos sobre o autor capixaba. Vitória: Edufes, 2011.</p> <p>SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Ficção brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: ESTÁGIO DE ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA	
Professor(es):	
Período Letivo: 7º	Carga Horária: 200h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Exercer atividades práticas da docência mediante fundamentação teórica prévia ou simultaneamente adquirida em situações reais de trabalho. • Proporcionar mais vivência prática no ambiente de trabalho; • Fazer com que se coloque em prática suportes teórico-metodológicos apreendidos ao longo do curso; • Desenvolver a reflexão teórico-metodológica de acordo com a realidade do exercício da função; • Promover o exercício da <i>práxis</i> de princípios e preceitos éticos e morais inerentes ao exercício profissional; • Possibilitar a aquisição de conhecimentos práticos para o fazer pedagógico; • Promover o desenvolvimento de uma postura compromissada com a prática pedagógica; • Proporcionar a reflexão crítica sobre a prática profissional. • Reconhecer a disciplina Estágio Supervisionado I como um momento de imersão no espaço escolar com vistas a preparação para o exercício profissional docente; • Identificar o Estágio Supervisionado como um momento de construção da identidade profissional do professor; • Reconhecer a observação como um instrumento que possibilita o conhecimento e o reconhecimento da realidade escolar, como um todo, e o micro espaço da sala de aula; • Reconhecer o sentido do diagnóstico no estágio, como um processo dinâmico de levantamento de dados e identificação de necessidades que não se limita a uma visão inicial e de dados numéricos; • Reconhecer a importância em participar da realidade da escola, campo de estágio, envolvendo-se nos projetos e ações programadas; • Levantar dados e informações sobre o cotidiano da sala de aula; • Consolidar o relatório final como forma de sistematização das atividades realizadas na etapa do Estágio Supervisionado I. 	
EMENTA	
Observação, investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula e caracterização do espaço escolar. Fundamentos para elaboração do planejamento a ser apresentado como norteador das ações do processo ensino/aprendizagem a serem executadas nas próximas etapas. Elaboração de relatório envolvendo as reflexões sobre as atividades observadas.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Há pré-requisito conforme PPC/ Fluxograma..	

CONTEÚDOS

<p>1. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES</p> <p>1.1. O que é Estágio Supervisionado?</p> <p>1.2 Princípios</p> <p>1.3 Objetivos</p> <p>1.4 Aspectos históricos e legais</p> <p>1.5. Profissão - professor</p> <p>2. O Estágio Supervisionado no Curso de Licenciatura em Letras</p> <p>2.1 Etapas</p> <p>2.3. Equipe envolvida no estágio</p> <p>2.4 Campos de Estágio</p> <p>3. Regulamento do Estágio Supervisionado</p> <p>4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: o período de observação na escola</p> <p>4.1. A Observação</p> <p>4.1.1 A observação na escola</p> <p>4.1.2 A observação na Sala de Aula - professores e alunos</p> <p>4.2. A Participação na escola</p> <p>4.3. Registrando as Observações</p> <p>4.3.1 O relatório</p> <p>5- Na escola campo do estágio</p> <p>5.1 Observação e participação das ações desenvolvidas pela escola</p> <p>5.2. Caracterização da escola</p> <p>5.3 Interação com o corpo técnico , professores e alunos</p>
<p>METODOLOGIA</p> <p>O aluno precisa acessar o ambiente diariamente. O aluno precisa dedicar no mínimo 4h semanais para a disciplina. A pesquisa proposta requer a participação e envolvimento dos componentes do grupo; Os fóruns são necessários para desenvolvimento da aprendizagem; O acompanhamento das atividades será realizado pelos tutores a distância e presencial. A correção das atividades será realizada pelos tutores a distância.</p>
<p>RECURSOS</p> <p>Computador, e ferramentas da plataforma <i>Moodle</i>.</p>
<p>AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM</p> <p>A avaliação será composta de atividades realizadas no ambiente virtual, como participação em fóruns e prática de tarefas (40 pontos); e elaboração do RELATÓRIO DE ESTÁGIO (60 pontos). OBS: A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO É CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA APROVAÇÃO NA DISCIPLINA.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BARREIRO, I. M. de F.; GEHRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 39.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2009.</p> <p>BRITO, E. V. (org.). PCNs de língua portuguesa: a prática em sala de aula. 2.ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.</p> <p>PICONEZ, S. C.B. Prática de ensino e o estágio supervisionado. 20.ed. Campinas: Papyrus, 2010.</p> <p>GOMES, Antônio Carlos. Estágio supervisionado I e II: manual de orientações gerais. Vitória: Cead-Ifes, 2013.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>

BECHARA, E. Ensino da gramática: opressão? Liberdade? 6.ed. São Paulo: Ática, 1991.

BRITTO, L. P. L. **A sombra do caos**: ensino de língua x tradição gramatical. 3.ed. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

MEC - Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**: leitura e produção. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. 7. ed. São Paulo: Scipione, 2006.

ROJO, Roxane (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula**: praticando os PCNS. São Paulo: EDUC - Editora da PUC-SP, 2000.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS
Carga Horária: 45h
OBJETIVOS
<p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitar alunos de licenciatura em Letras para lidar com a diversidade étnico-racial em sua interação com a escola e com a sociedade. <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar ciência ao graduando da legislação pertinente ao trabalho com a diversidade étnico-racial. • Proporcionar a oportunidade de o aluno compreender melhor, por meio da consciência sobre a diversidade étnico-racial, a própria realidade e nela agir. • Inserir o aluno de licenciatura em Letras na discussão sobre diversidade étnico-racial no espaço escolar, colaborando com ações em execução e propondo novas abordagens.
JUSTIFICATIVA
<p>Se a diversidade étnico-racial tem resultado em conflitos ao longo dos séculos em todos os continentes – falemos, por exemplo, do <i>apartheid</i>, do holocausto nazista, dos movimentos xenófobos europeus do século XXI –, no Brasil, apesar da ilusão da suposta <i>democracia racial</i>, a tradição colonizadora de fundo patriarcal-escravocrata tem pautado as cisões entre privilégios e exclusões em toda a sociedade:</p> <p style="padding-left: 40px;">A partir de um povo misturado desde os primórdios, foi elaborado, lenta e progressivamente, o mito de democracia racial. Somos um povo misturado, portanto, miscigenado; e, acima de tudo, é a diversidade biológica e cultural que dificulta a nossa união e o nosso projeto enquanto povo e nação. Somos uma democracia racial porque a mistura gerou um povo que está acima de tudo, acima das suspeitas raciais e étnicas, um povo sem barreiras e sem preconceitos. Trata-se de um mito, pois a mistura não produziu a declarada democracia racial, como demonstrado pelas inúmeras desigualdades sociais e raciais que o próprio mito ajuda a dissimular dificultando, aliás, até a formação da consciência e da identidade política dos membros dos grupos oprimidos (MUNANGA, 1996, p. 216).</p> <p>A abolição da escravatura no Brasil, datada no ano de 1888, não cessou a discriminação racial contra ex-escravos e afro-brasileiros. Ao contrário, a prática discriminatória, antes subsumida na escravidão, passou a ser um elemento central no destino social, econômico, político e cultural do povo recém-liberto e de seus descendentes, fato que perdura até a atualidade (HASENBALG, 1979). Sendo assim, a liberdade garantida pela Lei Áurea legou a essa parcela da população novos enfrentamentos promovidos tanto pela falta de recursos (não apenas financeiros, mas também em estruturas familiares ou sociais consolidadas) para a construção de uma nova vida quanto pela segregação resultante do racismo. A igualdade no tratamento étnico-racial ainda parecia distante, fazendo-se necessária uma “segunda abolição” (BASTIDE; FERNANDES, 1955; FERNANDES, 1978).</p> <p>Uma das válvulas que se tem buscado no intuito de superar esses novos processos de exclusão é a educação formal. Contudo, apesar de ser apontada como possível saída para a ascensão econômica e social entre as classes, para os negros, a escola frequentemente tem reforçado comportamentos segregacionistas e perpetuado as desigualdades sociais e étnico-raciais. Isso se dá, em especial, porque em seu bojo o sistema de ensino ainda tende a privilegiar uma história embranquecida e eurocentrada. Sobre isso, apesar de situada em fins da década de 1970, a fala de Abdias do Nascimento não parece tão distante dos muitos contextos atuais de ensino:</p> <p style="text-align: center;">O sistema educacional [brasileiro] é usado como aparelhamento de controle nesta</p>

estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas, como se se executasse o que havia predito a frase de Sílvio Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características, do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. Tampouco na universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros (NASCIMENTO, 1978, p. 95).

Por meio de muitas lutas de militantes e movimentos sociais, um dos marcos na batalha contra a manutenção dos métodos de ensino que obnubilam discursos não europeus foi a inclusão dos artigos 26-A e 79-B na Lei de Diretrizes e Bases, por meio da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

[...]

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003).

O texto, porém, como se pode perceber, é reticente quanto à forma de implementação desses conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira, especialmente com relação às metas, à necessidade de capacitação docente e à reformulação dos modelos de ensino dos cursos de nível superior. Quanto à formação inicial e continuada de professores, outro documento norteador foi a resolução do Conselho Nacional de Educação publicada no ano de 2004, tornando obrigatório que as Instituições de Ensino Superior (IES) incluam nos conteúdos das disciplinas e atividades curriculares ministradas a Educação das Relações Étnico-Raciais, com atenção às questões e temáticas sobre afrodescendentes. A revisão das matrizes curriculares para atendimento a esses documentos ficaria a cargo das próprias instituições.

A licenciatura em Letras, em seus múltiplos trabalhos com língua(s), literatura(s) e texto(s), se torna um campo amplo de trabalho em favor do respeito à diversidade étnico-racial e da construção de uma sociedade mais igualitária. Assim, o processo formativo do futuro licenciado deve contemplar uma aprofundada abordagem dessa temática, preparando-o para o desenvolvimento de ações que possam intervir em variados espaços de educação, sejam formais, sejam não formais.

METODOLOGIA

A execução do projeto se subdividirá em duas etapas, sendo uma teórica e outra prática. A etapa

teórica será desenvolvida na plataforma *Moodle*, com leitura e discussão de textos sobre o tema e de legislação pertinente. O aluno poderá usar a plataforma para dialogar com colegas e professores. Para avaliar a compreensão do aluno com relação ao assunto, será disponibilizado um questionário no valor de 40 pontos.

O desenvolvimento de atividades práticas deverá ocorrer em ambientes escolas de ensino básico, associação de moradores, movimentos sociais ou em outros espaços em que se favoreça a interação estudante-sociedade. A atividade focará promover algum tipo de intervenção que conduza um determinado grupo a reflexões, discussões e debates em torno da diversidade étnico-racial. Dessa maneira, poderão ser formados grupos de alunos para propor e executar oficinas, palestras, rodas de leitura ou qualquer outra ação agregadora em prol dos objetivos estabelecidos. Após a realização da atividade, o grupo deverá disponibilizar na plataforma *Moodle* um relatório relativo ao trabalho desenvolvido.

CONTEÚDOS

Total	45

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação será realizada mediante:

3. Análise e pontuação das postagens e interações nos fóruns;
4. Realização de questionário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Orgs.). *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1978.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. SCHWARCZ, Lilia K. M.; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 213-229.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*. Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

8º PERÍODO

Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Literatura Infantojuvenil	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Gestão do Trabalho Escolar	Ativ. Formativa	50	10	60	04
Trabalho e Educação	Ativ. Formativa	30	-	30	02
Educação Especial	Ativ. Formativa	30	-	30	02
Trabalho de Conclusão de Curso II (Pesquisa)	Ativ. Formativa	30	30	60	04
Estágio Supervisionado II	Estágio		-	200	13
Carga horária total do período			40	440	29

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS
Unidade Curricular: LITERATURA INFANTOJUVENIL
Professor(es):

Período Letivo: 8º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir e discutir sobre a valorização da literatura enquanto agente de formação da sociedade e contribuir para o aperfeiçoamento do ensino da literatura no Ensino Fundamental. 	
EMENTA	
<p>Discussão sobre o panorama histórico e gênero literário e suas características. Produção literária. A prática da leitura na escola e na sociedade. Pesquisa sobre literatura infanto-juvenil na escola, na biblioteca, na televisão e sites. A dimensão do imaginário na literatura e a intertextualidade.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	
<ul style="list-style-type: none"> ● Literatura infantil e os estados-nações; ● Ciência e razão no contexto da literatura infantil; ● O literário: do mundo grego às comunidades imaginadas; ● A literatura infantil e a sua função propedêutica; ● De Aristóteles ao Ludos; ● A criança como personagem na literatura infantil; ● A literatura infanto-juvenil e seu estigma; ● A formação do estado-nação brasileiro; ● A literatura infantil e os conteudísticos; ● Lobato, o Sítio e muitas histórias por contar; ● Leitura como prática social; ● Muda-se os tempos, muda-se as histórias e os versos; ● Imaginário, fantasia e maravilhas; ● Estratégias literárias: A intertextualidade na literatura infanto-juvenil; ● Livros, mídias, rede: os itinerários abertos da literatura infanto-juvenil. 	
METODOLOGIA	
<p>O aluno precisa acessar o ambiente diariamente. O aluno precisa dedicar no mínimo 4h semanais para a disciplina. A pesquisa proposta requer a participação e envolvimento dos componentes do grupo; Os fóruns são necessários para desenvolvimento da aprendizagem; O acompanhamento das atividades será realizado pelos tutores a distância e presencial. A correção das atividades será realizada pelos tutores a distância.</p>	
RECURSOS	
Computador, e ferramentas da plataforma <i>Moodle</i> .	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação será composta de atividades totalizando 100 pontos; • No ambiente constam atividades avaliadas no total de 60 pontos; • As provas presenciais totalizam o valor de 40 pontos; • Conforme a ROD, estarão aprovados os alunos que obtiverem nota maior ou igual a 60; 	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**; gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1989.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1982.(Coleção Os Pensadores).
- BUSATTO, Cléo. **Contar e encantar**: Pequenos segredos da narrativa. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.
- CHAVES, Otilia. **A arte de contar histórias**. Rio de Janeiro Confederação Evangélica do Brasil, 1952.
- COELHO, Betty. **Contar histórias, uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 1986.
- COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil e juvenil**. São Paulo: Quíron, 1985.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. 1. ed. São Paulo, Moderna, p. 27 – 28, 177 – 180. 2000.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita**: formação de professores em curso . São Paulo: Ática, 2001.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita**: leitura e livro no Brasil . São Paulo: Ática, 2009.
- RIBEIRO, Francisco Aurélio (Org.). **Leitura e literatura infanto-juvenil**: ensaios. 1. ed. Vitória: UFES, 1997.
- RIBEIRO, Francisco Aurélio. **A literatura infanto-juvenil de Clarice Lispector**. Vitória: Neimar, 1993.

Unidade Curricular: GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR	
Professor(es):	
Período Letivo: 8º	Carga Horária: 60 horas
7 OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <p>Contextualizar conhecimentos teórico-práticos relativos à organização educacional, com vistas à compreensão do trabalho escolar e do papel atual da gestão da escolar.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Analisar a trajetória histórica da gestão, buscando conhecer origens e evolução; – Construir o conceito de gestão escolar democrática; – Discutir a educação básica no que diz respeito à organização e gestão; – Elencar instrumentos de democratização da gestão escolar, destacando o Projeto Político Pedagógico como essência da organização escolar. – Compreender estratégias e mecanismos de interação com a comunidade. – Problematizar o papel da gestão no direcionamento dos planejamentos e ações escolares. 	
EMENTA	
Introdução ao estudo da administração. Evolução histórica da administração escolar. Fundamentos da gestão dos sistemas de ensino e das escolas. A organização democrática da escola pública: bases legais e os desafios. O papel do gestor escolar na organização dos espaços educativos: variáveis comportamentais e ambientais. Pressupostos do projeto político-pedagógico da escola. A organização do trabalho escolar: noções gerais de planejamento, coordenação, controle e avaliação do trabalho pedagógico. Política educacional no contexto das políticas públicas. A sociedade contemporânea e os movimentos de reforma e mudanças da escola.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Política e Organização da Educação Básica	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Contexto histórico das teorias da administração: Taylorismo, Toyotismo, Fordismo, etc.	04
Projeto Político Pedagógico: conceito, composição, sustentação legal e processo de elaboração.	06
Gestão escolar, qualidade de ensino e indicadores dos processos de ensino e de aprendizagem. <ul style="list-style-type: none"> – LDB 9394/96 no cotidiano escolar – desdobramentos na gestão educacional do PNE e das avaliações de larga escala (ENEM, prova Brasil, IDEB, SAEB, PAEB etc.). 	06
Gestão democrática da educação: <ul style="list-style-type: none"> – concepções, práticas e fundamentos legais; – princípios da organização e gestão escolar participativa; – conselho de escola; – a liderança no contexto da gestão democrática: tipos de líderes e auto avaliação; – perfil do gestor escolar: autoridade baseada na pessoa e na função. 	06
Escola e comunidade:	06

<ul style="list-style-type: none"> – o diretor, agente da ligação escola-comunidade; – participação da comunidade na escola; – alianças: professor, família e comunidade. 	
Planejamento institucional: formas, desdobramentos, elaboração e avaliação: <ul style="list-style-type: none"> – responsabilidade social da escola; – eventos escolares e sua organização. 	12
Gestão econômico-financeira e financiamentos educacionais: <ul style="list-style-type: none"> – recursos diretos e indiretos; – orçamento da escola; – descentralização de recursos financeiros, – execução e controle de recursos. 	08
Gestão acadêmica: <ul style="list-style-type: none"> – organização e apresentação do calendário escolar e implicações legais. – pautas e documentos de registros; – QMP (quadro e movimento de pessoal); – atas de resultado final; – reuniões pedagógicas, 	08
Gestão educacional e tecnologias.	04
Total	60
1 METODOLOGIA	
<p>O processo ensino aprendizagem será desenvolvido por meio de uma metodologia interativa em que o aluno, juntamente com o grupo, é responsável por sua aprendizagem, e o professor tem papel de mediar as múltiplas relações da sala de aula. Priorizará sempre uma abordagem interdisciplinar porque os conhecimentos se entrelaçam formando um todo na diversidade. As aulas serão desenvolvidas por intermédio de: leituras críticas; debates, dinâmicas de grupo; discussões; produções de texto; seminários; visitas técnicas; pesquisas, entrevistas e outros.</p>	
RECURSOS	
Kit multimídia, computador, apostila, revistas, textos, quadro branco, pincéis.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	
2 Critérios A avaliação terá caráter diagnóstico e formativo considerando a realização das atividades propostas em sala de aula e extraclasse.	3 Instrumentos <ul style="list-style-type: none"> – Seminários. – Exercícios avaliativos escritos. – Provas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LÜCK, Heloísa et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar . Rio de Janeiro: DP&A, 1998. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica . São Paulo: Cortez, 2002. PARO, Vitor Henrique. Crítica da Estrutura da Escola . São Paulo: Cortez, 2013.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6.ed. São Paulo: Heccus, 2013.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Série Cadernos de Gestão, vol. II; Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

LUCK, Heloisa. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola** Série Cadernos de Gestão. Vol. V; Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

PARO, Vitor. **Diretor Escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, Clovis Roberto dos. **O gestor educacional de uma escola em mudança**. São Paulo: Pioneira Thompsom Learning, 2002.

Professor(es):	
Período Letivo: 8º	Carga Horária: 30 horas
8 OBJETIVOS	
<p>Geral: Analisar as transformações do mundo do trabalho e suas implicações na educação básica e profissionalizante.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudar os princípios políticos, econômicos, epistemológicos que norteiam os estudos e pesquisas sobre o Trabalho e Educação; - Compreender o trabalho como princípio educativo; - Discutir as políticas de formação profissional e tecnológica no contexto atual. 	
EMENTA	
O mundo do trabalho e a formação humana. As relações históricas entre educação, economia e sociedade. Trabalho, conhecimento e os processos educativos na história brasileira. O trabalho e o emprego no contexto da globalização do capital e as dimensões ética, política e econômica da qualificação da força de trabalho. O direito do trabalhador à educação e as perspectivas históricas e ontológicas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Bases Sociológicas e História da Educação.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
1 – Fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação: <ul style="list-style-type: none"> - A dupla face do trabalho: a dimensão histórico-ontológica - O trabalho como princípio educativo - Qual educação: o horizonte pedagógico do capital 	10
2 – As transformações do mundo do trabalho e a organização social do trabalho na contemporaneidade: <ul style="list-style-type: none"> - O trabalho sob o sistema capitalista: a organização do trabalho nos séculos XX e XXI - Educação e crise do trabalho assalariado – a nova questão social - A sociedade do conhecimento e a pedagogia das competências: uma perspectiva crítica 	10
3 – As políticas educacionais atuais para o Ensino Médio e a Educação Profissional <ul style="list-style-type: none"> - Quadro atual do Ensino Médio e da oferta da educação profissional no Brasil - A organização da educação profissional desenvolvida pelo MEC e MTb - A política da integração da formação técnica e geral: Ensino Médio Integrado; PROEJA. 	10
Total	30
METODOLOGIA	
Aula expositiva e dialogada. Leitura e análise de textos e artigos. Discussões/debates. Trabalhos individuais e em grupo. Filmes.	
RECURSOS	
Quadro e pincel; projetor multimídia e computador; DVD e TV.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

<p>1 Critérios</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de análise e síntese; - Clareza, concisão e incisão na elaboração e exposição de trabalhos e avaliações; - Utilização da ABNT na construção de trabalhos. - Avaliação individual e em grupo. 	<p>2 Instrumentos</p> <p>Provas, seminários e/ou trabalhos.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta. Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores: (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.</p> <p>MACHADO, Lucília Regina de Souza. et al. Trabalho e educação. Campinas: Papyrus, 1994</p> <p>SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. v.12, n. 34, Jan/Abr. 2007.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.</p> <p>ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.</p> <p>ENGUITA, M. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.</p> <p>FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. e RAMOS, M.. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.</p> <p>KUENZER, A. (org.). Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2000.</p> <p>POCHMANN, M. O emprego na globalização. São Paulo: Boitempo, 2001.</p>	

Curso: LICENCIATURA LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Professor(es):	
Período Letivo: 8º	Carga Horária: 30 horas
9 OBJETIVOS	
<p>Geral: Conhecer os aspectos históricos e legais da educação especial e da educação inclusiva, bem como as estratégias de ensino-aprendizagem para os discentes público alvo da educação especial.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Relacionar os movimentos históricos da Educação Especial e Inclusiva com as atuais políticas voltadas para essa modalidade de ensino. – Compreender a base legal pertinente à educação especial e inclusiva. – Conhecer o público alvo da Educação Especial – Entender a necessidade de acessibilidade e aplicação das tecnologias assistivas no âmbito escolar. – Desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem para os discentes público-alvo, considerando as adaptações curriculares que podem ser necessárias, bem como a avaliação em uma perspectiva inclusiva. 	
EMENTA	
Educação especial: aspectos históricos, políticos e legais.. Público-alvo da Educação Especial. Implicações metodológicas: estratégias de ensino-aprendizagem, adaptação curricular, tecnologias assistivas, e avaliação.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Psicologia da Educação e Didática e Avaliação da Aprendizagem.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
<i>Fundamentos da Educação Especial, na perspectiva inclusiva: aspectos históricos, políticos e legais.</i>	06h
<i>Público-alvo da Educação Especial: tipos de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.</i>	06h
<i>Estratégias de ensino-aprendizagem e tecnologias assistivas relacionadas aos diversos tipos de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.</i>	12h
Adaptação curricular e avaliação na perspectiva inclusiva.	06h
Total	30
METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas. Trabalhos em grupo. Pesquisa. Estudo de casos. Oficinas metodológico-didáticas.	
RECURSOS	
Televisão, DVD; Textos pertinentes aos temas em debate; Projetor multimídia. Material dourado. Sala de recursos.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>1 Critérios A avaliação será qualitativa e quantitativa, obedecendo as diretrizes do Regulamento da Organização Didática do Ifes.</p>	<p>2 Instrumentos Seminários; Trabalhos acadêmicos; Avaliações e Oficinas.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>JESUS, Denise Meyrelles de, BAPTISTA, Claudio Roberto, BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa, VICTOR, Sonia Lopes (orgs.) Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007.</p> <p>MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm>. Acesso: 22 jun. 2016.</p> <p>SONZA, Andréa Poletto. KADE, Adrovane. FAÇANHA, Agebson. et al. Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de PNEs. Série Novos Autores da Educação Profissional e Tecnológica. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Bento Gonçalves/SETEC-MEC, 2013. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/conteudo_referencia/acessibilidade-tecnologia-assistiva.pdf>. Acesso em 23 Jun. 2016.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ACESSIBILIDADE. Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/></p> <p>BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, Art. 208, II.</p> <p>_____. Lei Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996. Art.4º, 58, 59 e 60.</p> <p>_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008.</p> <p>_____, Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, nº163, 26 de agosto de 2009. Seção 01.p.3.</p> <p>_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial.</p> <p>_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica Nº. 11, de 7 de maio de 2010. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.</p> <p>ESPÍRITO SANTO. Resolução N.º 2152, de 07 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo. Conselho Estadual de Educação.</p> <p>_____. Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica e Profissional para a Rede Estadual de Ensino. Secretaria de Estado da Educação, 2010.</p> <p>_____. LEI Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</p> <p>BRASIL/MEC/SEESP: Ensinando na diversidade: reconhecendo e respondendo as necessidades especiais. MEC/SEF/SEESP, 2003, Brasília.</p> <p>_____. Inclusão: revista da educação especial. Brasília: v. 1, n. 1, p. 19-23, out.2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf. Acesso 23 jun. 2016.</p> <p>CALDAS, Wagner Kirmse; GOMES, Vitor. Acessibilidade e informática na escola inclusiva. In:</p>	

Informática na Educação: Um Caminho de Possibilidades e Desafios. Vitória: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2011, cap. 8, p. 187-205. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxlZHV0ZWNPZmVzfGd4OjJhN2JhZThlZjJkMmNjMmY>>. Acesso em 23 Jun 2016.

COSTA, Ailton Barcelos da; PICHARILLO, Alessandra Daniele Messali; ELIAS, Nassim Chamel. Habilidades Matemáticas em Pessoas com Deficiência Intelectual: um Olhar Sobre os Estudos Experimentais1. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 22, n. 1, p. 145-160, Mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000100145&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Jun 2016.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, Marta Khol et al. **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

GONZÁLES, Eugenio (Org). **Necessidades educacionais específicas:** intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2016.

MANZINI, Eduardo José. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: SORRI_BRASIL (org) **Ensaios pedagógicos:** construindo escolas inclusivas. p.82-86. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf>>. Acesso: 23 jun. 2016.

MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Luciana Pacheco (Org.). **Da exclusão à inclusão:** (re)construindo significados à luz dos pensamentos de Vygotsky, Paulo Freire e Michel Foucault. Juiz de Fora/MG: Ed. UFJF, 2009.

MENDES, Enicéia G.; VILARONGA, Carla A. R. e ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar:** unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: Edufscar, 2014.

MOREIRA, L. C.; STOLTZ, T. (Coord.). **Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação**. Curitiba: Juruá, 2012. 251-259.

SILVA, Mariana Cesar Verçosa; MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. Estudantes com necessidades educacionais especiais nas avaliações em larga escala: prova Brasil e ENEM. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 1, p. 53-68, Mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Jun. 2016.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	
Professor(es):	
Período Letivo: 8º	Carga Horária: 30h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Investigar o contexto educativo na sua complexidade. • Promover o desenvolvimento da pesquisa científica, buscando novos conhecimentos pedagógicos mediadores de uma prática educativa de caráter interdisciplinar, considerando-se a pluralidade e a diversidade do conhecimento humano. • Aplicar os processos de pesquisas e os métodos mais adequados ao projeto em desenvolvimento. • Discutir, fundamentar e assessorar a investigação científica. • Orientar uma investigação científica para elaboração do trabalho teórico-experimental e redação da monografia final. • Acompanhar o desenvolvimento da pesquisa e os cuidados com as regras da ABNT. • Exercitar a relação entre orientador e orientando. • Orientar a revisão de trabalhos e exercitar a apresentação de trabalhos de pesquisa. 	
EMENTA	
Execução de um trabalho teórico-experimental na área do ensino de língua ou literatura, sob orientação de um professor, e, se constitui momento de integração dos conceitos apreendidos ao longo do curso. Ao final, a monografia deverá ser apresentada diante de uma banca examinadora composta por 3 professores.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Pré-Requisitos: 70% dos créditos totais dentre eles Pesquisas de Linguagens Aplicadas ao Ensino	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Os conteúdos trabalhados serão de acordo com cada projeto em desenvolvimento.	29
Apresentação do trabalho	01
Total	30
ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM	
As orientações serão feitas por meio de atendimento individualizado por trabalho, numa relação direta entre orientador e orientando.	
RECURSOS	
Atendimento personalizado a cada aluno ou grupo envolvido no projeto.	

CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
--

Instrumento: Trabalho monográfico teórico-experimental	Critério(s): Média aritmética: <ul style="list-style-type: none"> ● Relatório escrito (100 pontos) ● Apresentação (100 pontos)
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Variável	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>GIL, Antônio. Como elaborar projeto de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>TACHIZAWA, Takeshi. . Como fazer monografia na prática. Rio de Janeiro: 12 ed. FGV, 2006.</p> <p>INSTITUTO federal do Espírito Santo. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos. 6.ed. Vitória: IFES, 2013.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referencia elaboração, 2002.</p> <p>INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos: documento impresso e/ou digital. 6.ed. Vitória: IFES, 2012. Disponível em: http://www.ci.ifes.edu.br/data/pdf/Caderno_WEB_Normas_TCC_140-2012.pdf</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>GIL, Antônio C.. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências. Belo Horizonte: Artmed/UFMG, 1997.</p> <p>OLIVEIRA, Silvio Luiz. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografia, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2004.</p> <p>PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antônio Paulo F. De. Projeto de pesquisa - o que e? como fazer? São Paulo: Olho D'Água, 2008.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS

Unidade Curricular: ESTÁGIO DE ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA

Professor(es):	
Período Letivo: 8º	Carga Horária: 200h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Exercer atividades práticas da docência mediante fundamentação teórica prévia ou simultaneamente adquirida em situações reais de trabalho. • Proporcionar mais vivência prática no ambiente de trabalho; • Fazer com que se coloque em prática suportes teórico-metodológicos apreendidos ao longo do curso; • Desenvolver a reflexão teórico-metodológica de acordo com a realidade do exercício da função; • Promover o exercício da <i>práxis</i> de princípios e preceitos éticos e morais inerentes ao exercício profissional; • Possibilitar a aquisição de conhecimentos práticos para o fazer pedagógico; • Promover o desenvolvimento de uma postura compromissada com a prática pedagógica; • Proporcionar a reflexão crítica sobre a prática profissional. • Reconhecer a disciplina Estágio Supervisionado II como um momento de imersão no espaço escolar com vistas a preparação para o exercício profissional docente; • Identificar o Estágio Supervisionado como um momento de construção da identidade profissional do professor; • Reconhecer a observação como um instrumento que possibilita o conhecimento e o reconhecimento da realidade escolar, como um todo, e o micro espaço da sala de aula; • Reconhecer o sentido do diagnóstico no estágio, como um processo dinâmico de levantamento de dados e identificação de necessidades que não se limita a uma visão inicial e de dados numéricos; • Reconhecer a importância em participar da realidade da escola, campo de estágio, envolvendo-se nos projetos e ações programadas; • Levantar dados e informações sobre o cotidiano da sala de aula; • Consolidar o relatório final como forma de sistematização das atividades realizadas na etapa do Estágio Supervisionado II. 	
EMENTA	
Observação, investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula e caracterização do espaço escolar. Fundamentos para elaboração do planejamento a ser apresentado como norteador das ações do processo ensino/aprendizagem a serem executadas nas próximas etapas. Elaboração de relatório envolvendo as reflexões sobre as atividades observadas.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	
1. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES 1.1. O que é Estágio Supervisionado? 1.2 Princípios 1.3 Objetivos 1.4 Aspectos históricos e legais 1.5. Profissão - professor	

<p>2. O Estágio Supervisionado no Curso de Licenciatura em Letras</p> <p>2.1 Etapas</p> <p>2.3. Equipe envolvida no estágio</p> <p>2.4 Campos de Estágio</p> <p>3. Regulamento do Estágio Supervisionado</p> <p>4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: o período de observação na escola</p> <p>4.1. A Observação</p> <p>4.1.1 A observação na escola</p> <p>4.1.2 A observação na Sala de Aula - professores e alunos</p> <p>4.2. A Participação na escola</p> <p>4.3. Registrando as Observações</p> <p>4.3.1 O relatório</p> <p>5- Na escola campo do estágio</p> <p>5.1 Observação e participação das ações desenvolvidas pela escola</p> <p>5.2. Caracterização da escola</p> <p>5.3 Interação com o corpo técnico, professores e alunos</p>
METODOLOGIA
<p>O aluno precisa acessar o ambiente diariamente.</p> <p>O aluno precisa dedicar no mínimo 4h semanais para a disciplina.</p> <p>A pesquisa proposta requer a participação e envolvimento dos componentes do grupo;</p> <p>Os fóruns são necessários para desenvolvimento da aprendizagem;</p> <p>O acompanhamento das atividades será realizado pelos tutores a distância e presencial.</p> <p>A correção das atividades será realizada pelos tutores a distância.</p>
RECURSOS
<p>Computador, e ferramentas da plataforma Moodle.</p>
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
<p>A avaliação será composta de atividades realizadas no ambiente virtual, como participação em fóruns e prática de tarefas (40 pontos); e elaboração do RELATÓRIO DE ESTÁGIO (60 pontos).</p> <p>OBS: A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO É CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA APROVAÇÃO NA DISCIPLINA.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>BRITO, E. V. (org.). PCNs de língua portuguesa: a prática em sala de aula. 2.ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 39.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2009.</p> <p>PICONEZ, S. C.B. Prática de ensino e o estágio supervisionado. 20.ed. Campinas: Papirus, 2010.</p> <p>GOMES, Antônio Carlos. Estágio supervisionado I e II: manual de orientações gerais. Vitória: Cead-Ifes, 2013.</p>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHARA, E. **Ensino da gramática: opressão? Liberdade?** 6.ed. São Paulo: Ática, 1991.

BRITTO, L. P. L. **A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical.** 3.ed. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

MEC - Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa,** 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos.** 7. ed. São Paulo: Scipione, 2006.

ROJO, Roxane (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNS.** São Paulo: EDUC - Editora da PUC-SP, 2000.

PROPOSTA REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Artigo 1º- O Colegiado do Curso de Licenciatura em Letras Português a Distância, com sede no Campus Vitória do IFES, tem por finalidade, promover a coordenação didático-científica e pedagógica desse curso.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DO COLEGIADO

Artigo 2º- O Colegiado do Curso será constituído por:

- I. coordenador do curso;
- II. coordenador de tutoria;
- III. quatro docentes da área de Códigos e Linguagens;
- IV. dois docentes de outra área do curso;
- V. um tutor a distancia
- VI. um tutor presencial;
- VII. um discente.

§ 1º - Os representantes mencionados nos incisos de III, IV, V, VI e VII terão cada qual um suplente, eleito ou designado conforme o caso, pelo mesmo processo e na mesma ocasião da escolha dos titulares, aos quais substituem, automaticamente, nas faltas, impedimentos ou vacância.

§ 2º - As eleições para o Colegiado de Curso não poderão ser realizadas em período de recesso escolar.

CAPÍTULO III

DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES

Artigo 3º- O Coordenador do Curso é eleito pelos professores e alunos do curso e nomeado pelo Diretor Geral para mandato de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por sucessivos períodos, se não houver pedido de nova eleição.

- a) A eleição do Coordenador de Curso será direta, com votação secreta e em um único turno, observadas disposições específicas aplicáveis.
- b) O Colegiado do Curso nomeará uma comissão para elaborar o Regimento Eleitoral a ser por ele homologado e, a cada eleição, indicará uma comissão para coordenar o processo eletivo.
- c) Poderão votar:
 - I. os docentes do departamento ou órgão equivalente a que se vincula o curso;
 - II. os docentes e tutores vinculados ao curso, em efetivo exercício no semestre letivo em que ocorrer o processo eleitoral;
 - III. os discentes regularmente matriculados no curso.
- d) O peso eleitoral dos votos por categoria corresponde a setenta por cento para os docentes (professores formadores e tutores) e trinta por cento para os discentes, não sendo permitido mais de um voto por pessoa, nem o voto por procuração.
- e) Poderá candidatar-se à Coordenador qualquer professor do curso integrante do quadro efetivo do Ifes, campus Vitória.
- f) O Coordenador poderá ser destituído do mandato nos casos previstos em Lei e, especialmente, se praticar atos que atentem contra a instituição ou que firam o decoro exigido para o exercício de suas funções.
- g) No caso de vacância do cargo de Coordenador de Curso, seja por falecimento, renúncia, objeção ou destituição, a função será exercida por um coordenador interino, escolhido pelo Diretor da Unidade de Ensino, devendo o Coordenador interino, juntamente com o Colegiado do Curso, promover nova eleição no prazo máximo de sessenta dias.

Artigo 4º - O Coordenador de Curso é substituído, na sua ausência ou impedimento, respectivamente, pelo Coordenador Pedagógico e pelo Coordenador de Tutoria.

Artigo 5º- Os coordenadores de tutoria e de estágio serão convidados/indicados pelo coordenador de curso.

Artigo 6º- Os representantes docentes serão eleitos ou indicados pelos seus pares, entre os docentes que ministram aulas no Curso de Letras

Português, para um mandato de 02 (dois) anos, permitidas reconduções.

Artigo 7º- A representação discente será eleita, pelos seus pares para um mandato de 01 (um) ano, entre os alunos do Curso de Letras Português, permitida uma recondução.

Artigo 8º- Perderá o mandato aquele que, sem causa justificada, faltar a mais de três reuniões consecutivas ou seis alternadas do Colegiado, ou tenha sofrido penalidade por infração incompatível com a dignidade da vida universitária.

Artigo 9º- Caberá ao coordenador do curso encaminhar à Diretoria de Ensino do Campus Vitória solicitação de portaria para a institucionalização do Colegiado do Curso.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO

Artigo 10º - O Colegiado de Curso é o órgão responsável pela administração do Curso de Licenciatura em Letras português, sendo suas atribuições:

- a) designar a comissão responsável pela eleição do Coordenador do Curso;
- b) escolher o Coordenador de Estágios e o Coordenador Pedagógico;
- c) estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;
- d) elaborar o seu regimento interno;
- e) elaborar, analisar e avaliar o projeto do curso e suas alterações;
- f) analisar e aprovar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações, quando necessárias;
- g) fixar normas para a coordenação interdisciplinar e promover a integração horizontal e vertical do curso, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- h) fixar o turno de funcionamento do curso;
- i) estabelecer normas quanto à matrícula e integralização do curso, respeitando o estabelecido pelos órgãos do Ifes hierarquicamente superiores;
- j) deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso;

- k) deliberar, em grau de recurso, sobre decisões dos Coordenadores de Curso, de Estágios e Pedagógico;
- l) exercer as demais atribuições conferidas por dispositivos legais aplicáveis.
- m) propor às Coordenadorias que ofertam disciplinas ao Curso de Licenciatura em Letras português mudanças na sua filosofia, nos seus objetivos e na sua orientação pedagógica;
- n) definir o número de vagas a serem ofertadas para o ingresso no Curso;
- o) propor a criação e/ou a extinção de disciplinas ligadas ao Curso, bem como alteração de cargas horárias e de programas, respeitado a legislação vigente;
- p) propor medidas para o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- q) decidir sobre pedidos referentes à matrícula, trancamento de matrícula no curso, cancelamento de matrícula em disciplinas, permanência, complementação pedagógica, exercícios domiciliares, expedição e dispensa de transferência e colação de grau;
- r) examinar, decidindo em primeira instância, as questões acadêmicas suscitadas pelos corpos discente e docente, cabendo recurso da decisão à Subcâmara de Ensino Superior.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS EFETIVOS COLEGIADO

Artigo 11 - São atribuições do Coordenador de Curso:

- a) administrar e representar o curso na Unidade de Ensino;
- b) convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso na Unidade de Ensino;
- c) submeter, na época devida, à consideração dos professores e conforme instruções dos órgãos superiores, o plano de atividades a serem desenvolvidas em cada período letivo;
- d) supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas, bem como verificar o cumprimento da frequência dos docentes nas atividades relacionadas ao curso, comunicando ao Diretor da Unidade de Ensino os resultados da verificação;

- e) zelar pela ordem, nas atividades do curso, adotando medidas necessárias e fazendo representações ao Diretor da Unidade de Ensino, quando for o caso;
- f) cumprir e fazer cumprir as deliberações dos órgãos e autoridades a que estiver subordinado;
- g) propor a admissão de pessoal docente e de apoio, observadas as disposições estatutárias e regimentais pertinentes;
- h) praticar todos os demais atos de sua competência, previstos no Regimento ou por delegação dos órgãos superiores;
- i) organizar seu plano geral de trabalho e submetê-lo ao Colegiado do Curso;
- j) apreciar os programas das disciplinas do curso e emitir parecer;
- k) adotar providências para o constante aperfeiçoamento do curso;
- l) coordenar as atividades do pessoal docente, visando à unidade e à eficiência no ensino, na pesquisa e na extensão;
- m) acompanhar a execução dos planos gerais de trabalho;
- n) opinar sobre admissão, promoção e afastamento de pessoal docente;
- o) representar o Colegiado junto aos órgãos do Ifes;
- p) designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Colegiado;
- q) decidir, *ad referendum*, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Colegiado;
- r) promover a integração com as demais coordenadorias;
- s) superintender as atividades da secretaria do Colegiado do Curso;
- t) outras, a critério do Colegiado do Curso.

Artigo 12 - São atribuições do Coordenador de Tutoria:

- a) acompanhar a execução dos planos de disciplina na prática;
- b) promover a integração entre formadores, tutores e alunos;
- c) supervisionar os trabalhos dos tutores e informar ao colegiado problemas avaliações dos seus colaboradores;

- d) assegurar a operacionalização dos planos do curso informando e motivando a equipe;
- e) coordenar a escolha de representantes dos tutores e do corpo discente;
- f) assegurar junto aos tutores cumprimento das exigências legais educativas ligadas ao projeto do curso;
- g) oficializar aos tutores as deliberações do Colegiado;

Artigo 13 - São atribuições do Coordenador Pedagógico:

- a) elaborar os horários de aula, ouvidas as coordenadorias envolvidas;
- b) verificar o cumprimento do currículo do curso e demais exigências para a concessão de grau acadêmico aos alunos concludentes;
- c) analisar os pedidos de transferência e retorno;
- d) orientar os alunos quanto à matrícula e integralização do curso;
- e) examinar os programas e as cargas horárias das disciplinas do curso, analisando sua adequação, cuidando da sua constante atualização, bem como da sua obediência às disposições legais e regulamentares;
- f) apreciar os programas das disciplinas do curso e emitir parecer;
- g) adotar providências para o constante aperfeiçoamento do curso;
- h) pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos de alunos transferidos e diplomados;
- i) assegurar a implementação dos princípios pedagógicos e concepção que norteiam o projeto do Curso de Licenciatura em Letras português do Ifes, por meio de assessoria pedagógica aos professores;
- j) promover pesquisas e análise educacional que viabilizem a percepção da realidade educativa como forma de redirecionar o trabalho docente;
- k) contribuir com o desenvolvimento profissional dos professores por meio da promoção de momentos de reflexão sobre a prática educativa;
- l) contribuir com a organização da avaliação do curso;
- m) outras, a critério do Colegiado do Curso.

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES DO COLEGIADO

Artigo 14 - O Colegiado reunir-se-á ordinariamente, duas vezes a cada semestre letivo e extraordinariamente, se convocado pelo coordenador de curso ou a requerimento de 1/3 de seus membros.

§1º- Quando se tratar de Sessão Extraordinária, a pauta deverá ser distribuída com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis e conterá os fins específicos para os quais está sendo convocada a sessão. Poderá haver inclusão de ponto de pauta desde que seja emitida a todos os membros do colegiado antes da referida reunião.

§2º- No caso de reuniões extraordinárias, a convocação deverá ser expedida com o mínimo 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

Artigo 15 - O Colegiado funcionará com a presença da maioria absoluta de seus membros, entendida como qualquer número inteiro superior à metade do total dos membros.

Parágrafo Único - Na apuração do quórum serão computadas apenas as representações efetivamente preenchidas.

Artigo 16 - As reuniões do Colegiado serão públicas, porém somente os membros do Colegiado terão direito a voz e voto.

Parágrafo Único - Caso haja algum convidado para a sessão do colegiado, este terá apenas direito a voz.

Artigo 17 - As reuniões do Colegiado compreenderão uma parte de Expediente destinada à discussão e aprovação de ata e a comunicações, e outra relativa à apreciação dos assuntos presentes na "ordem do dia".

Artigo 18 - Mediante consulta ao plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de algum membro, o Presidente poderá inverter a ordem dos trabalhos ou suspender parte do Expediente.

Artigo 19 - Será facultado a qualquer membro do Colegiado o direito de vista a qualquer processo, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo Único - Para cada processo será concedido apenas um único pedido de vista.

Artigo 20 - Para cada assunto constante da pauta, haverá uma fase de discussão e outra de votação.

Parágrafo Único - O Plenário poderá definir, na fase de discussão, critérios de tempo para cada membro se manifestar.

Artigo 21 - As decisões do Colegiado serão tomadas por maioria de votos dos presentes, respeitado o quórum.

§ 1º - A votação poderá ser simbólica, nominal ou secreta, a critério do plenário.

§ 2º - Nenhum membro do Colegiado poderá votar em assunto que, direta ou indiretamente, seja de seu interesse pessoal.

Artigo 22 - De cada reunião do Colegiado será lavrada ata pelo(a) secretário(a) da mesma, a qual será discutida e aprovada na reunião seguinte e, após a aprovação, subscrita por todos os presentes.

CAPÍTULO VII

DAS DELIBERAÇÕES DO COLEGIADO

Artigo 23 - As decisões do Colegiado que se refiram aos casos de interesse individual serão comunicadas por escrito aos interessados.

Artigo 24 - As atas das reuniões do Colegiado estarão disponíveis para consulta pública, em pasta específica, no arquivo da Coordenação do curso.

Artigo 25 - Cabe ao Presidente encaminhar às instâncias competentes as deliberações do Colegiado que exijam este encaminhamento para serem implementadas ou apreciadas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 26 - Os casos omissos serão tratados pelo Colegiado ou pelo órgão superior competente.

Artigo 27 - Revogadas as disposições contrárias, este regimento entrará em vigor na data da sua aprovação.

Anexo III

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS NA MODALIDADE EAD

1 Apresentação

O Estágio Curricular constitui um momento de aquisição e aprimoramento de conhecimentos e de habilidades essenciais ao exercício profissional, que tem como função integrar teoria e prática.

Trata-se de uma experiência com dimensões formadora e sócio-política, que proporciona ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, consolida a sua profissionalização e explora as competências básicas indispensáveis para uma formação profissional ética e corresponsável pelo desenvolvimento humano e pela melhoria da qualidade de vida.

O Estágio é entendido como eixo articulador da produção do conhecimento em todo o processo de desenvolvimento do currículo do curso. Baseia-se no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica “pôr em uso” conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica, quer na vida profissional e pessoal.

Como instrumento de integração, o Estágio Curricular constitui-se numa atividade centrada no homem como ser ativo e capaz de fazer a articulação entre a teoria e a prática, entre o saber e o fazer. É também uma atividade de relacionamento humano comprometida com os aspectos afetivos, sociais, econômicos e, sobretudo, político-culturais, porque requer consciência crítica da realidade e suas articulações.

O estágio possibilita ao aluno entrar em contato com problemas reais da sua comunidade, onde estará analisando e implementando possibilidades de atuação em sua área de trabalho. Permite assim, fazer uma leitura mais ampla e crítica de

diferentes demandas sociais, com base em dados resultantes da experiência direta. Deve ser um espaço para o desenvolvimento não apenas de habilidades técnicas, mas também para formação de homens pensantes e conscientes de seu papel social, bem como para o desenvolvimento de habilidades interpessoais imprescindíveis à sua formação, já que no mundo atual são priorizadas as ações conjuntas e a integração de conhecimentos.

No âmbito do Curso de Licenciatura em Letras Português do Ifes, é chamado estágio supervisionado curricular e está previsto na matriz curricular do curso como um eixo obrigatório, a partir do 7º período, mas antes de ser uma atividade curricular da escola é um ato educativo assumido pelo Ifes com o intuito de propiciar sua integração com a comunidade.

2 Objetivos do Estágio:

- integrar o processo de ensino, pesquisa e aprendizagem;
- gerar trabalhos técnicos que produzam resultados práticos e relevantes, dentro de uma visão sistêmica a toda a comunidade acadêmica;
- aprimorar hábitos e atitudes profissionais;
- proporcionar aos alunos a oportunidade de aplicar habilidades desenvolvidas durante o curso;
- inserção do aluno no contexto para conhecimento da realidade do mercado de trabalho;
- proporcionar ao aluno a oportunidade de solucionar problemas técnicos reais, sob a orientação de um supervisor;
- proporcionar segurança ao aluno no início de suas atividades profissionais, dando-lhe oportunidade de executar tarefas relacionadas às suas áreas de interesse e de domínio adquirido;

- possibilitar ao acadêmico o confronto entre o conhecimento teórico e a prática adotada em atividades relacionadas à docência na educação básica e profissional.
- promover condições para que o acadêmico reflita, ética e criticamente, sobre
- as informações e experiências recebidas e vivenciadas;
- estimular o desenvolvimento do espírito científico, através do aperfeiçoamento profissional;
- agregar valores junto ao processo de avaliação institucional, a partir do resultado do desempenho do aluno no mercado de trabalho;
- integrar a Instituição de Ensino e a comunidade regional;

3 Organizações do estágio curricular

Para que o estágio alcance suas finalidades, associando o processo educativo à aprendizagem técnica, precisa ser planejado, executado, acompanhado e avaliado dentro de diretrizes bem definidas e estar de acordo com os pressupostos que norteiam o projeto pedagógico do curso e com todas as condições dispostas pela legislação sobre o assunto.

Nesse sentido, o estágio didático-pedagógico (Estágio Supervisionado) do curso de Licenciatura em Letras Português inicia-se a partir da 2ª metade do curso, ou seja, está no 7º ao 8º períodos, conforme preconizado na Resolução CNE/CP nº 1, de 1º de julho de 2015, que determina:

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico (CNE/CP, 2015, p.12)

O estágio poderá realizar-se no ensino fundamental, médio e educação técnica e profissional de ensino médio, necessitando o aluno passar por todos os níveis de ensino.

O programa de Estágio Supervisionado Curricular será desenvolvido por meio de atividades prático-pedagógicas, incluindo as atividades de pesquisa, planejamento, orientação, execução e avaliação de projetos, bem como a organização de relatórios.

Além das atividades de rotina na instituição de ensino, o estagiário poderá atuar em projetos pedagógicos existentes, sob a orientação e a avaliação do Tutor Presencial e a instituição parceira.

O Estágio Supervisionado terá a duração de 400 horas e será desenvolvido após o cumprimento dos componentes curriculares pedagógicos planejados do 1º ao 6º período, devendo o alunos estar aprovado nos pré-requisitos, e o aluno necessita cumprir todo o programa de estágio.

O estágio supervisionado organiza-se da seguinte forma:

Estágio Supervisionado I: Focado na segunda etapa do Ensino Fundamental, organiza-se em duas fases. Na Fase I ocorrerá observação, investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula. Caracteriza-se como preparatória para o planejamento norteador das ações do processo ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental a serem executadas na fase II. Inicia-se com a participação na escola e em sala de aula, como observador crítico, desde o planejamento até a avaliação, as reflexões dessa fase compõem o relatório final das atividades observadas.

A Fase II é o momento construtivo da experiência. Compreende ações práticas voltadas para o aprofundamento do processo de construção do conhecimento. É a fase de execução do planejamento a partir da prática a ser vivenciada na unidade escolar, Este período será de atuação em sala de aula, inicialmente como observador, depois como participante e auxiliar do docente das aulas de português e, por fim, como regente. O estágio supervisionado I se conclui com uma discussão sobre a prática vivenciada pelos alunos e elaboração de propostas de reencaminhamento da prática (ação – reflexão – ação). Cada estagiário deverá elaborar um relatório apresentando o conteúdo-planejamento com descrição das atividades, resultados obtidos e apreciação crítica. Localiza-se no quinto período com carga horária de 200 horas.

Estágio Supervisionado II – Focado no Ensino Médio, organiza-se em duas fases. Na Fase I ocorrerá investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula. Caracteriza-se como preparatória para o planejamento norteador das ações do processo ensino e aprendizagem no Ensino Médio a serem executadas na fase II. Inicia-se com a participação do estagiário na escola e em sala de aula, como observador crítico, desde o planejamento até a avaliação, as reflexões dessa fase compõem o relatório final das atividades observadas.

A Fase II: é o momento construtivo da experiência. Compreende ações práticas voltadas para o aprofundamento do processo de construção do conhecimento. É a fase de execução do planejamento a partir da prática a ser vivenciada na unidade escolar, Este período será de atuação em sala de aula, inicialmente o estagiário atua como observador, depois como participante e auxiliar do docente das aulas de Língua e Literatura e, por fim, como regente. O estágio supervisionado I se conclui com uma discussão sobre a prática vivenciada pelos alunos e elaboração de propostas de reencaminhamento da prática (ação – reflexão – ação). Cada estagiário deverá elaborar um relatório final apresentando o conteúdo-planejamento com descrição das atividades, resultados obtidos, retomada do Estágio I e apreciação crítica. Localiza-se no sexto período com carga horária de 200 horas.

Os trabalhos realizados durante o estágio supervisionado poderão culminar no Trabalho de Conclusão do Curso, e, para isso o estagiário contará também com uma orientação para organizar o relatório científico.

O Estágio Supervisionado poderá ser realizado em instituições de ensino público ou privado, reconhecidas oficialmente, mediante cadastro pela Coordenação do Polo com a aprovação do Ifes.

O aluno estagiário que trabalha poderá desenvolver as atividades de campo no seu local de trabalho, se houver compatibilidade com a área profissional do Curso e escola, mediante anuência do Polo/Ifes.

4 Profissionais envolvidos diretamente com o estágio

Coordenador de Estágio, Coordenador de Polo, professor especialista, tutor a distância, tutor presencial e professor da instituição conveniada.

Cabe ao Coordenador de Estágio:

- aprovar junto com o CIE-E do Ifes, os documentos de formalização de convênio para estágio, com as instituições dos municípios.
- oficiar às unidades educacionais por meio de ofício, sobre o interesse em receber estagiários;
- promover, junto aos professores especialistas e tutores, estudos e debates sobre o estágio curricular, para decidir sobre a organização do processo didático-pedagógico;
- apoiar a elaboração do manual de estágio que será entregue aos alunos.
- fornecer ao coordenador do curso informações acerca do desenvolvimento do estágio.

Cabe ao professor formador:

- gerenciar o processo de estágio na sua totalidade através do tutor a distância e tutor presencial;
- oferecer aos tutores todas as orientações para o estágio;
- elaborar manual de estágio que será entregue aos alunos;
- encaminhar os documentos recebidos para que possam ser arquivados no setor competente do Ifes.
- analisar junto com o coordenador de estágio as solicitações de isenção de horas por atividades equivalentes.

Coordenador de Polo:

- acompanhar todo o processo de estágio referente à documentação acadêmica dos convênios;
- articular e negociar com instituições, para garantir espaços de atuação do estagiário e, nesse sentido, facilitar a celebração de convênios e garantir o cumprimento de seus termos;
- cadastrar as instituições parceiras do estágio supervisionado no município.

Cabe ao tutor a distância:

- auxiliar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio;
- conferir e controlar os documentos recebidos do tutor presencial;
- avaliar as atividades realizadas pelos alunos em cada período junto com o tutor presencial;
- acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos alunos por meio de relatórios “*online*”;
- esclarecer as dúvidas dos alunos utilizando as ferramentas da web;

Cabe ao tutor presencial:

- divulgar o estágio supervisionado e suas diretrizes aos alunos;
- acompanhar e orientar a confecção do plano de ação a ser executado pelo aluno estagiário no campo de estágio;
- encaminhar a discussão e elaboração de documentos e formulários relativos ao estágio;
- proceder ao encaminhamento formal do estagiário para o campo de estágio, acompanhado do termo de compromisso;
- acompanhar, junto às instituições educativas, o desempenho dos estagiários de modo a assegurar o seu êxito em toda a dinâmica do estágio;

- discutir e propor alternativas didático-pedagógicas, para fortalecer o espírito de pesquisa e a busca de novas ideias para a dinâmica do estágio;
- observar, orientar e facilitar o processo de crescimento do estudante, mediante avaliação dos trabalhos “in loco”;
- promover encontros presenciais para discutir a prática vivenciada pelos alunos, e reencaminhamento da prática se necessário;
- centralizar todas as dúvidas dos alunos e entrar em contato com tutor a distância, para esclarecimento das mesmas para que possa orientá-los de forma correta e precisa;
- corrigir as atividades referentes à prática curricular inseridas no portfólio dos alunos, realizando também o lançamento de carga horária e conceito quando for necessário;
- enviar ao Ifes/ tutor a distância as atividades realizadas pelos alunos em cada período.
- receber e avaliar os relatórios ao final do período de estágio, discutindo-os junto tutor a distância;
- reportar-se ao tutor a distância ou especialista sempre que for notificado pelo aluno de situações problemas;
- manter organizado e atualizado o cadastro dos estagiários e o arquivo de dados referentes ao estágio;

Cabe ao professor da instituição conveniada:

- acolher o estagiário e informar sobre a realidade de sua turma e conteúdos;
- colaborar com o planejamento e a execução das atividades pertinentes ao estágio em sua escola;
- assistir as atividades pedagógicas;
- preencher ficha de avaliação relativa à ação desenvolvida pelo aluno estagiário.

Anexo IV

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO – ATPA

As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento do Curso de Licenciatura em Português têm por objetivo permitir o contato do estudante com atividades e situações inerentes à profissão, bem como a vivência de situações reais que contribuam para seu crescimento pessoal e profissional, permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a enriquecer sua formação técnica e humanística.

Pretende-se que as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento auxiliem principalmente no desenvolvimento de perfil do educador dos estudantes que deve ser caracterizado pela criatividade, iniciativa, perseverança, humanidade e capacidade de promover e se adequar a mudanças bem como estabelecer relacionamentos interpessoais construtivos.

As atividades complementares a serem oferecidas compreendem:

- Visitas Técnicas em estabelecimentos de ensino, museus, bibliotecas, cidades históricas, reservas florestais, empresas, entre outros, relacionados à área de atuação do profissional da educação.
- Participação em feiras, encontros, congressos, simpósios, ciclos de seminários, apresentações de produtos e serviços de empresas e outros eventos científico-culturais, que permitam ao estudante desenvolver o hábito de permanecer atualizado com relação a seus conhecimentos e habilidades.

Quando não organizadas pelo Ifes e Polos, também serão consideradas Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, desde que comprovadas e aprovadas pelo Coordenador do Curso.

- Contato com área de atuação, através de realização de estágio não-curricular em escolas. O aluno que já trabalha na área deve apresentar ao

Coordenador do Curso uma declaração, em papel timbrado da instituição, carimbada e assinada pelo responsável, especificando as atividades e a carga horária do trabalho.

- Participação em projetos de pesquisa e extensão nas áreas de educação, português ou afim.
- Trabalho voluntário no auxílio, acompanhamento, organização e execução das atividades complementares durante todo o período letivo.
- Participação em ações comunitárias, de caráter voluntário e filantrópico.
- Aprovação em cursos *online*, participação em videoconferências e outras atividades de aprendizagem à distância, desde que devidamente aprovadas pelo Coordenador do Curso.
- Frequência e aprovação em cursos considerados complementares ao Curso de Licenciatura em Letras Português.

Os critérios de atribuição e aproveitamento de carga horária relacionada às atividades complementares foram fixados no regulamento específico, aprovado pelo Colegiado do Curso.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS - EaD

Regulamento aprovado pelo Colegiado de Curso em

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º - O presente Regulamento normatiza as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) que compõem o currículo pleno do curso de Licenciatura em Letras Português.
- Art. 2º - As ATPA serão desenvolvidas ao longo do curso e são integradas por atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, conforme previsto no Projeto do Curso.
- Art. 3º - São consideradas como ATPA as experiências adquiridas pelos licenciandos, durante o curso, em espaços educacionais diversos, incluindo-se os meios de comunicação de massa, as diferentes tecnologias, o espaço de produção, o campo científico e o campo da vivência social.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art.4º - O objetivo das ATPA é proporcionar ao estudante oportunidades de vivenciar situações que contribuam para a formação do seu perfil profissional, nas esferas pessoal, social, cognitiva e psicomotora.

CAPÍTULO III DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO (ATPA)

Art. 5º - As ATPA podem ser realizadas tanto na área específica do curso como em outras áreas de conhecimento, desde que permitam a complementação da formação do estudante, de acordo com o Colegiado de Curso.

Parágrafo único - As ATPA podem ser realizadas em âmbito interno ou externo ao IFES.

Art. 6º – A fim de garantir a diversificação e a ampliação do universo cultural, bem como o enriquecimento plural da formação docente, o estudante do Curso de Licenciatura em Letras Português do IFES deverá realizar ATPA das 04 (quatro) categorias diferentes, definidas no Cap. IV deste Regulamento.

Art. 7º - São consideradas Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA):

- I. Visitas Técnicas internas e externas;
- II. Assistência e apresentações técnicas de produtos e serviços de empresas;
- III. Assistência a exposições de vídeos informativos;
- IV. Participação como voluntário no Programa de Enriquecimento Curricular do Curso de Licenciatura em Letras Português;
- V. Vivência profissional por meio de estágios extracurriculares;
- VI. Participação em projetos de treinamento com prestação de serviço à comunidade;
- VII. Participação em programa de monitoria de disciplinas pertencentes ao currículo pleno do curso ou afim, realizada de acordo com as normas institucionais;
- VIII. Participação em cursos, seminários, simpósios, congressos e outras atividades científicas;
- IX. Realização de curso a distância;
- X. Atividades de pesquisa oficiais, aprovadas pelo órgão competente do IFES;
- XI. Publicações, como autor, de todo ou de parte de texto acadêmico;
- XII. Atividades de extensão, promovidas pelo IFES ou por outras Instituições de Ensino Superior;
- XIII. Disciplinas extracurriculares dos demais cursos de graduação do Ifes ou de outra IES;
- XIV. Participação em órgãos colegiados e comissões do IFES;
- XV. Participação em comissão organizadora de evento educacional ou científico;
- XVI. Atividades culturais, esportivas e de entretenimento,
- XVII. Outras, a critério do Colegiado de Curso.

CAPÍTULO IV
DA CARGA HORÁRIA

Art.8º - A carga horária de ATPA fica assim definida:

Descrição da Atividade	Período	Nº de horas
ENSINO		
Monitoria	Por semestre (máximo de 2)	40
Estágio extracurricular	Por semestre (máximo de 4)	20
Cursos (idiomas, informática, cursos a distância, entre outros relacionados com os objetivos do curso)	Por módulo (máximo de 2)	Número de horas (máximo 20)
Visita técnica extracurricular	Por visita	Horas total da visita (máximo 04)
Presença em palestra técnico-científica relacionada com os objetivos do curso	Por palestra	02
Presença em palestra de formação humanística	Por palestra	02
Disciplinas optativas	Por disciplina	Número de horas da disciplina

Descrição da Atividade	Período	Nº de horas
PESQUISA		
Participação em projeto de pesquisa como bolsista ou voluntário	Por semestre	40
Grupo de estudos científicos (registrado na coordenação de pesquisa)	Por pesquisa	30
Monografias não curriculares	Por monografia	30
Premiação científica, técnica e artística ou outra condecoração por relevantes serviços prestados.	Por premiação	20
Publicação de artigo completo em anais de simpósios ou encontros	Por publicação	10
Comunicações/apresentações de trabalho em congressos, apresentação de trabalhos em eventos científicos ou similares.	Por apresentação	10
Publicação de resumos de trabalho em Anais, periódicos e afins.	Por publicação	04
Publicação de artigo completo em revista indexada em áreas afins	Por publicação	20
Participação, como ouvinte, em congresso, simpósio, mostra de iniciação científica ou encontro técnico-científico em áreas afins.	Por participação	04

Descrição da Atividade	Período	Nº de horas
EXTENSÃO		
Participação em evento cultural, simpósio ou evento de caráter cultural (como assistente)	Por evento	05
Congressos, seminários, simpósios, mesas-redondas, oficinas, palestras e similares (participação, como expositor ou debatedor)	Por participação	10
Participação em comissão organizadora de evento como exposição, semana acadêmica, mostra de trabalhos.	Por dia de evento	05
Ministrante de palestra relacionada com os objetivos do curso ou Coordenador de mesa redonda com a mesma característica	Por palestra	10
Participação em projetos institucionais de extensão comunitária	Por projeto	15
Participação em projetos sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sociopolíticos (ONGs, Projetos comunitários, Creches, Asilos, etc.)	Por participação (máximo 30 h)	02
Comissão organizadora de campanhas de solidariedade e cidadania	Por participação (máximo 04)	04
Instrutor de cursos abertos à comunidade	Por curso (máximo 2)	Número de horas do curso (até 30 h)
Curso de extensão universitária	Por curso (máximo 2)	Número de horas do curso (até 30 h)

Descrição da Atividade	Período	Nº de horas
ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS, ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS.		
Representação estudantil no Conselho Diretor, Colegiado de Curso, etc.	Por semestre	10
Participação em atividades socioculturais, artísticas e esportivas (coral, música, dança, banda, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos, saraus (não curriculares)), validadas a critério do colegiado.	Por apresentação	05
	Por produção	10
	Por participação	02
Participação em direção de associações estudantis, culturais e/ou esportivas (Associação Atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico)	Por mandato (até 3)	10

Art. 9º - Para fins de reconhecimento e controle da carga horária, semestralmente, o item "Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento" (ATPA) será incluído como disciplina, sem, no entanto, assim se caracterizar.

Art. 10 - Para efeito de integralização do total de horas previstas no art. 7º deste Regulamento, o estudante deverá entregar, semestralmente, à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras Português, os seguintes documentos, nos casos em que se aplicar:

I – Relatório Individual de ATPA;

- II – Solicitação de Horas de ATPA;
- III – Declaração de Vivência Profissional ou Trabalho Voluntário.

Parágrafo único – O estudante deverá entregar os formulários, previstos no *caput* deste artigo, preenchidos e acompanhados de documentos (fotocópias) que comprovem a realização de cada atividade.

- Art. 11 - Os seguintes elementos devem constar, obrigatoriamente, nos certificados, declarações ou relatórios anexados aos documentos previstos no Art. 10:
- a) A natureza da atividade realizada (curso, palestra, estágio curricular não obrigatório, disciplina, monitoria, outros);
 - b) Indicação da carga horária cumprida em cada atividade;
 - c) Entidade promotora e local da realização da atividade;
 - d) Indicação do período e forma de realização da atividade;
 - e) Assinatura do responsável.
- Art. 12 – O parecer de avaliação é expresso em horas, equivalente à carga horária de ATPA reconhecidas.
- Art. 13 – O reconhecimento das horas é divulgado aos alunos pela Coordenação do Curso, até a data prevista no calendário escolar para divulgação dos resultados finais das disciplinas cursadas no semestre.
- Art. 14 – O reconhecimento das ATPA é cumulativo a partir da data de ingresso, durante a permanência do aluno no curso, devendo o discente atingir, no mínimo, a carga horária de 200 horas, em atividades diversificadas pertencentes às quatro áreas descritas no Artigo 7º deste Regulamento.
- Art. 15 – É considerado apto a requerer a colação de grau o estudante que tenha atingido a carga horária mínima de ATPA prevista, nos termos deste Regulamento, devendo ter cumprido, ainda, as demais exigências curriculares e regimentais.
- Art. 16 – O licenciando terá cumprido o requisito curricular denominado de ATPA quando tiver validado sua participação com pelo menos 20 horas em cada grupo de atividades, conforme quadro do artigo 7º, respeitando o Artigo 6º.
- Art. 17 – Dos resultados da avaliação, por aluno, cabe pedido de reconsideração ao Colegiado do Curso, no prazo de 02 (dois) dias, contados da divulgação dos resultados pela Coordenação do Curso.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES

- Art. 18 – A administração e a supervisão global das ATPA são exercidas pelo Coordenador do Curso ou profissional por ele indicado.
- Art. 19 – Compete ao responsável pela administração e supervisão das ATPA:
- a) Apresentar este Regulamento aos alunos e orientá-los sobre a forma de integralização das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA);
 - b) Avaliar os documentos constantes no art. 10 deste Regulamento, emitindo parecer de reconhecimento, com a totalização da carga horária reconhecida;
 - c) Manter o registro da carga horária de ATPA computada aos estudantes;
 - d) Encaminhar à Coordenadoria de Registros Escolares o resultado semestral do reconhecimento de cargas horárias de ATPA.
- Art. 20 – Compete ao aluno:
- a) Participar de ATPA, requerendo e comprovando o cumprimento das mesmas;

- b) Encaminhar, semestralmente, os documentos constantes no art. 10, com os respectivos comprovantes, à Coordenação do Curso, observadas as disposições dos artigos 10 e 11 deste Regulamento.
- c) Buscar orientação prévia, com o responsável pela administração e supervisão de ATPA, sobre as atividades a serem realizadas;
- d) Inscrever-se, antecipadamente, nas atividades oferecidas.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 – Compete ao Colegiado de Curso dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as suas lacunas e expedir os atos complementares que se fizerem necessários.

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO DE SUA EXECUÇÃO

**Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
Comissão Própria de Avaliação – CPA**

INTRODUÇÃO

A avaliação institucional, processo desenvolvido pela comunidade acadêmica do Ifes, ocorre com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos.

Neste processo são considerados o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, tendências, riscos e oportunidades para a organização e o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda que serão analisadas. O resultado da avaliação na Instituição balizará a determinação dos rumos institucionais de médio prazo.

As orientações e instrumentos propostos nesta avaliação institucional se apoiam na Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 20.12.96, nas Diretrizes Curriculares de cada curso oferecido pelo Ifes, no Decreto 3.860 e na Lei 10.861, que institui o Sistema de Avaliação.

Esta avaliação retrata o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que o Ifes oferece para a sociedade. Confirma também a sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior.

Esta proposta inicia-se com um breve histórico da Instituição, em seguida, define os objetivos principais da avaliação; explicita os mecanismos de integração entre os diversos instrumentos de avaliação; apresenta os procedimentos metodológicos que serão utilizados com a definição das etapas do processo; aponta as tarefas distribuindo-as entre os setores responsáveis que participarão do trabalho; propõe uma política de utilização dos resultados da avaliação na definição dos rumos da instituição e encerra-se com a apresentação de um

cronograma de trabalho que contempla as ações definidas e os recursos necessários para a execução destas.

1. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

São objetivos da avaliação:

- promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no Ifes;
- implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- planejar e redirecionar as ações do Ifes a partir da avaliação institucional;
- garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autonomia;
- consolidar o compromisso social do Ifes,
- consolidar o compromisso científico-cultural do Ifes.

2. MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO DA AVALIAÇÃO

A proposta de avaliação do Sinaes prevê a articulação entre a avaliação do Ifes (interna e externa), a avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades-fim, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além das atividades meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão do Ifes, abrangerão toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas o que garantirá um melhor entendimento da realidade institucional.

A integração da avaliação com o projeto pedagógico dos cursos ocorrerá pela contextualização destes com as características da demanda e do ambiente externo, respeitando-se as limitações regionais para que possam ser superadas pelas ações estratégicas desenvolvidas a partir do processo avaliativo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a flexibilidade e a liberdade preconizadas pela Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes seria paradoxal estabelecer critérios e normas rígidas para a avaliação, cujo processo não se encerra em si mesmo.

O processo de autoavaliação deve contar com a participação de uma Comissão designada para planejar, organizar, refletir e cuidar do interesse de toda a comunidade pelo processo; com a participação e envolvimento de toda a comunidade acadêmica; com o apoio da alta gestão do Ifes e com a disponibilização de informações e dados confiáveis.

Como um processo democrático, que se constrói ao longo do seu desenvolvimento, está sujeito a tantas variáveis quanto o número de agentes envolvidos. Por esta razão, ficará para um segundo momento estabelecer os métodos e ações a serem adotados para identificação e saneamento das deficiências.

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do Ifes.

A avaliação institucional proposta adotará uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e se dará globalmente a cada ano.

Para tal foi designada, pelo órgão diretivo competente da Instituição, uma Comissão Própria de Avaliação, vinculada aos órgãos colegiados do Ifes e especialmente constituída para este fim. A comissão foi composta por representantes da comunidade externa, do corpo técnico-administrativo, discente e docente.

Os métodos adotados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

A metodologia proposta orienta o processo quanto às decisões, técnicas e métodos de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta.

As técnicas utilizadas poderão ser seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho, dentre outras. Para problemas complexos poderão ser adotados métodos que preservem a identidade dos participantes.

A avaliação abrirá espaço para sugestões e avaliações espontâneas em todos os instrumentos de avaliação interna.

3.1 Etapas do Processo de Autoavaliação

a) Etapa I – PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO COLETIVA

O objetivo desta etapa é planejar a autoavaliação e estimular e envolver os atores no processo.

Esta etapa prevê as seguintes ações:

- constituição de uma Comissão própria de Avaliação – CPA, com a função de coordenar e articular o processo de autoavaliação;
- planejamento da autoavaliação com a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e cronograma,
- sensibilização da comunidade acadêmica buscando o envolvimento com o processo.

- Dinâmica de Sensibilização.

A apresentação, em forma de seminário, de um tema servirá de referencial para favorecer analogias e impulsionar a reflexão.

b) Etapa II – DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PROPOSTO

O objetivo desta etapa é a concretização das atividades que foram programadas na proposta de autoavaliação.

Esta etapa prevê as seguintes ações:

- definição dos grupos de trabalho;
- realização das técnicas programadas como seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho;
- construção dos instrumentos de avaliação (questionários, entrevistas e/ou outros);
- definição dos recursos que serão envolvidos no processo avaliativo;
- aplicação dos instrumentos de avaliação;
- definição da metodologia de análise e interpretação de dados;
- elaboração dos relatórios de avaliação;

- Seminários, painéis de discussão, sessões plenárias, reuniões técnicas, outros.

Momento para análise e incorporação das ações planejadas, de forma coletiva e democrática e para a definição dos instrumentos de avaliação que serão desenvolvidos.

A comunicação e a troca de informações neste momento são fundamentais para a articulação entre os participantes das ações que serão desenvolvidas e das metodologias que serão utilizadas.

Os grupos se reúnem para análises globais e específicas e apresentam um cronograma de ações que prevê aplicação, datas, acompanhamento e responsável por cada ação proposta e encaminha à comissão de avaliação.

A programação coletiva da aplicação das ações trará a oportunidade de melhoramentos constantes no processo, contando com a diversidade de experiências e paradigmas.

- Instrumentos de avaliação.

Esses serão construídos para aplicação em toda a comunidade e atuarão como objetos intermediários e subsidiários na identificação dos problemas.

Na construção destes instrumentos serão aplicados os conteúdos teóricos práticos envolvidos em cada situação abordada.

- Análise.

Apropriação e confronto dos dados levantados, pela Comissão de Avaliação.

c) Etapa III – CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO E PROGRAMAÇÃO DE REDIRECIONAMENTO

O objetivo desta etapa é o de incorporar os resultados encontrados na avaliação e buscar, através destes a melhoria da qualidade no Ifes.

As ações previstas nesta etapa são:

- organização das discussões dos resultados pela comunidade acadêmica;
- elaboração de um relatório final que deve expressar os resultados das discussões e a análise e interpretação dos dados;
- divulgação para a comunidade dos resultados obtidos,
- planejamento da aplicação dos resultados visando saneamento das deficiências encontradas.

- Seminários, sessões plenárias.

Momento para incorporar os resultados e transformá-los em elementos ativos de transformação.

Reunião de trabalho para a busca coletiva e democrática de soluções.

A comunicação e a troca de informações abrem trânsito entre a diversidade de dimensões e áreas distintas.

- Divulgação dos Resultados

A divulgação dos resultados pode ocorrer através de um seminário, de reuniões, de documentos informativos impressos ou eletrônicos e outros e servirá para tornar públicas as oportunidades para ações de transformação vindas do processo avaliativo.

- Utilização dos Resultados

O documento final será apresentado à Comissão de Avaliação para a análise dos resultados e sugestões, estabelecimento de metas, e deve prever um planejamento para o redirecionamento do Ifes.

4. DISTRIBUIÇÃO DAS TAREFAS POR SETORES DO IFES, DE ACORDO COM AS DIMENSÕES DA LEI 10.861.

Serão avaliadas todas as dimensões com as quais a gestão institucional estabelece influência direta, sendo capaz de alterá-las pela ação dos gestores acadêmicos.

Através de instrumentos de avaliação, seminários, reuniões e discussões formais e informais, e todo tipo de contato com o corpo docente, alunos e funcionários, os setores do Ifes identificarão pontos positivos e negativos em relação à dimensão avaliada. A partir da identificação destes pontos, serão capazes de desenvolver políticas institucionais para neutralizar os pontos negativos, transformando-os em positivos e para intensificar o investimento nos pontos positivos, maximizando-se o que existe de melhor no Ifes.

4.1 Dimensões Avaliadas

1ª Dimensão avaliada: planejamento institucional

Objetivo: analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional, sua execução e aplicabilidade e definir propostas de redirecionamento, observando:

- a coerência entre missão institucional com o Plano de Desenvolvimento Institucional e a conseqüente coerência das ações realizadas pelo Ifes;
- a pertinência do PDI em relação às praticas institucionais principalmente com relação ao contexto regional e social;
- os resultados das etapas da implementação do PDI, suas dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades,
- a participação da comunidade acadêmica na elaboração e atualização de suas propostas e projetos.

Setor responsável: este aspecto será desenvolvido pelo **Diretor Geral** junto com as Diretorias de Planejamento e Administração, Ensino, das Unidades de Ensino, Relações Empresariais, Gerências e Coordenadores de Curso do Ifes.

Ações: Estão previstas as seguintes ações:

- análise e avaliação do PDI, PPI e projeto pedagógico dos cursos para identificação das evidências de sucessos e oportunidades de melhoria, com consequente plano de melhoria;
- criação de um instrumento de avaliação do PDI que será aplicado para o corpo docente, discente e técnico-administrativo (questionário);
- reuniões e seminário para discussão do PDI e do PPI, incluindo uma análise crítica destes documentos, de sua relação com a realidade institucional e com o projeto pedagógico dos cursos e da dinâmica de sua construção;
- definição de propostas de mudanças no planejamento e redirecionamento institucional;
- criação de equipe multidisciplinar para coletar e analisar dados socioeconômicos da região onde o Ifes está inserido,
- análise dos documentos relativos aos registros das produções acadêmicas e diversos documentos que normatizam a vida escolar.

Aspectos que deverão ser considerados na avaliação desta dimensão (foco da discussão):

- missão Institucional;
- objetivos institucionais e sua relação com as práticas pedagógicas e administrativas que estão sendo realizadas;
- estratégias e Metas;
- relação do PDI com o contexto social e econômico;
- ações realizadas e sua coerência com as ações propostas no PDI;
- articulação do PDI com as políticas estabelecidas para o ensino, a pesquisa e a extensão e os projetos que as envolvem;
- articulação do PDI com a gestão acadêmica e administrativa;
- articulação do PDI com a avaliação institucional;

- vocação Institucional;
- inserção regional e nacional;
- perfil pretendido dos alunos ingressantes e dos egressos;
- compromissos e finalidades da Instituição;
- articulação entre o PDI, PPI e Projetos Pedagógicos.

2ª Dimensão avaliada: produção acadêmico-científica

Objetivo: analisar e determinar os vetores da produtividade acadêmica do Ifes que compõem o ensino, a pesquisa e a extensão; redefinindo suas políticas e a aplicação destas visando possíveis mudanças, atualizações e adequações, observando:

- a existência da política de incentivo a produção institucionalizada e as práticas investigativas;
- as formas de divulgação da política e confirmar as formas de execução;
- a articulação entre pesquisa e demais atividades acadêmicas;
- as práticas profissionais que estimulem a melhoria do ensino, a existência de inovações pedagógicas e novas tecnologias;
- os currículos;
- as atividades de extensão com ensino, pesquisa e as demandas sociais;
- a existência de políticas institucionais para a criação da extensão e manutenção da pós-graduação;
- a integração da graduação e pós-graduação.

Setor responsável: este aspecto será desenvolvido pelas **Gerências de Pesquisa e Extensão**, junto com as Gerências de Ensino, do Ensino Superior, da Educação Profissional do Nível Técnico, do Ensino Médio e Coordenadoria da pós-graduação.

Ações: estão previstas as seguintes ações:

- criação de instrumentos de avaliação para verificar a pertinência dos currículos, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didáticas pedagógicas e o uso de novas tecnologias de ensino e a relevância com as demandas sociais. (questionário)
- criação de instrumentos de avaliação de acompanhamento de egressos, para a melhoria da qualidade do ensino.
- verificação da existência de revistas e outros meios de comunicação institucionalizados.
- reuniões periódicas para integração entre graduação e pós-graduação.
- reuniões entre as coordenações, entre os coordenadores e alunos para discussão da produção acadêmica que devem incluir:
- avaliação quantitativa da produção científica gerada no Ifes.
- análise comparativa entre os objetivos sociais e vocação do Ifes e o direcionamento da produção científica (análise qualitativa).
- análise qualitativa e quantitativa das atividades de extensão do Ifes.
- avaliação das disciplinas de pós-graduação pelo corpo docente
- análise da relação entre os programas de PG e a realidade social onde o Ifes está inserido.
- definição de propostas que envolvam mudança, atualização ou adequação.
- aspectos que deverão ser considerados na avaliação desta dimensão (foco da discussão):
- formas de operacionalização das Políticas de ensino (incluída a pós-graduação), pesquisa e extensão do Ifes;
- mecanismos de estímulo ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão;
- políticas de desenvolvimento da pós-graduação;
- existência e aplicação de Políticas de formação;

- mecanismos de construção e difusão do conhecimento – práticas pedagógicas;
- e organização didático-pedagógica e a pertinência com os objetivos institucionais (concepção dos cursos, currículos, metodologias utilizadas, processos do rendimento do aluno);
- mecanismos de atualização e adequação das propostas dos cursos;
- ações de apoio ao desenvolvimento do aluno (apoio pedagógico, apoio para participação em eventos, flexibilidade curricular, interdisciplinaridade, etc.);
- critérios para o desenvolvimento de pesquisa e práticas investigativas e para a formação de pesquisadores;
- produção científica e difusão desta produção;
- relação da pesquisa com o desenvolvimento local e regional;
- benefícios da pesquisa para a sociedade e o meio ambiente;
- intercâmbio com outras IES para desenvolvimento de pesquisa;
- ações de apoio à produção científica;
- projetos de extensão e sua relação com o planejamento do Cefetes;
- projetos de extensão e sua interação com os diversos setores econômicos e sociais;
- articulação da extensão com o ensino, a pesquisa e as demandas locais e regionais;
- participação discente na extensão.

3ª Dimensão avaliada: responsabilidade social

Objetivo: verificar o compromisso e a contribuição do Ifes em ações que envolvem responsabilidade social, buscando contemplar esta característica fundamental, considerando a finalidade do Ifes e suas correlações com o cenário externo.

Responsabilidade social é ato intrínseco dos núcleos sociais e mais ainda, do Ifes que por sua essência deve produzir novos conhecimentos, disseminar os já existentes, atendendo as demandas sociais.

Setor responsável: este aspecto será desenvolvido pela **Diretoria de Relações Empresariais** junto com a Gerência de Ensino.

Ações: estão previstas as seguintes ações:

- reuniões para esclarecimento, acompanhamento e definição das ações já executadas ou em andamento que envolva o tema;
- reuniões com os núcleos da Instituição e comunidade civil organizada;
- levantamento dos programas e ações desenvolvidas pelo Ifes e reflexo destas ações na sociedade por meio de técnicas e instrumentos variados (questionários, dados oficiais, entrevistas).
- entrevistas com membros da comunidade
- análise de documentos (PDI, PPI, Programas Institucionais).
- análise de convênios e parcerias
- análise do relatório de setores envolvidos
- palestras de sensibilização
- definição de propostas que inclua a responsabilidade social como princípio norteador.

Aspectos que deverão ser considerados na avaliação desta dimensão (foco da discussão):

- responsabilidade Social no Ifes;
- inclusão social – ações de inclusão a grupos sociais discriminados ou sub-representados em todos os setores do Ifes;
- defesa do meio ambiente;
- sensibilização da instituição e da comunidade quanto às questões de inclusão

- preservação da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- impacto das atividades do Ifes no desenvolvimento econômico e social;
- ações relacionadas à formação consciente do cidadão;
- relacionamento com o setor público, setor produtivo, mercado de trabalho, instituições sociais, culturais e educativas;
- política de bolsa;
- ações de socialização do conhecimento.
- assistência à comunidade carente
- parcerias e convênios com órgãos públicos e privados
- incubadoras tecnológicas
- forma de criação e disseminação dos aspectos técnico-científicos

4ª Dimensão avaliada: comunicação interna e externa promovida pelo Ifes

Objetivo: avaliar a comunicação da IES com a comunidade, sua efetividade, identificando as formas de aproximação utilizadas, bem como a sua imagem pública, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade.

Setor responsável: este aspecto será desenvolvido pela Coordenadoria de Comunicação Social.

Ações: estão previstas as seguintes ações:

- reuniões, seminários e fóruns e questionário diagnóstico para identificação das políticas e ferramentas de comunicação existentes e utilizadas e das ações de comunicação desenvolvidas;
- criação de instrumentos de avaliação que serão respondidos pela comunidade, incluindo os egressos dos cursos da IES;
- definição de propostas que desenvolvam a comunicação da IES com a comunidade.

- levantamento das estratégias e canais utilizados para comunicação
- reunião com núcleo de assessoria de comunicação, marketing e português.
- reuniões com a comunidade externa organizada
- avaliação das publicações (revistas, boletins).

Aspectos que deverão ser considerados na avaliação desta dimensão (foco da discussão):

- elementos de análise da comunicação externa e interna;
- caracterização do público-alvo;
- conteúdo (mensagem) e forma;
- processo seletivo, imagem institucional;
- ações sociais, eventos científicos e culturais ,eventos esportivos;
- recursos para o desenvolvimento da comunicação interna e externa;
- frequência em que as ações são desenvolvidas;
- ferramentas de comunicação externa utilizadas pelo Ifes;
- meios utilizados para comunicação interna e externa, como: jornal, rádio, internet, faixas, panfletos, tv, manuais, regimentos, editais, boletim informativo, murais, circulares, intranet, sistemas de registro interno de informações acadêmicas e gerenciais, núcleo de prática profissional.
- avaliação da imagem da IES na comunidade externa;
- clareza e atualidade das informações disponíveis para a comunidade interna;
- conhecimento pela comunidade externa das atividades da IES,
- inclusão no planejamento das coordenações de ações de comunicação.

5ª Dimensão avaliada: gestão de pessoas

Objetivo: avaliar, identificando as fortalezas e fragilidades, a política de RH existente na IES, buscando desenvolver e/ou aprimorar o desenvolvimento profissional e as condições de trabalho do capital humano atuante na IES, observando os seguintes aspectos:

- existência de plano de carreira;
- programa de capacitação;
- programas de melhoria da qualidade de vida;
- pesquisa de clima organizacional;
- pesquisa de cultura organizacional;
- quantificação com relação a aluno/professor/ técnico-administrativo

Setor responsável: este aspecto será desenvolvido pela **Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos** junto com as Coordenadorias Permanentes do Pessoal Docente e do Pessoal Técnico-Administrativo.

Ações: estão previstas as seguintes ações:

- análise histórica e documental;
- levantamento de indicadores;
- reuniões para identificação das políticas existentes e utilizadas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
- criação e aplicação de instrumentos de avaliação que serão respondidos pelo corpo docente, pelo corpo técnico-administrativo e pelo corpo discente do Ifes;
- aplicação de questionários por segmento;
- entrevistas por segmentos;
- análise, consolidação e divulgação dos resultados das pesquisas às comunidades interna e externa do Ifes,
- definição de propostas de desenvolvimento e/ou aprimoramento das políticas existentes.

Aspectos que deverão ser considerados na avaliação desta dimensão (foco da discussão):

- existência de um plano de carreira docente, sua atualidade, critérios e utilização;
- existência de um plano de cargos e salários do corpo técnico-administrativo, sua atualidade, critérios e utilização;
- existência de planos de capacitação docente e do corpo técnico-administrativo, sua atualidade, critérios e utilização;
- programas de qualificação profissional oferecidos;
- mecanismos de seleção utilizados;
- formação e regime de trabalho do corpo docente;
- formação e regime de trabalho do corpo técnico-administrativo;
- experiência acadêmica e profissional do corpo docente;
- experiência profissional do corpo técnico-administrativo;
- mecanismos de avaliação do corpo docente e corpo técnico-administrativo e comunidade;
- incentivos e outras formas de apoio ao desenvolvimento da função no ifes;
- critérios para premiações;
- incentivos e outras formas de apoio ao desenvolvimento da capacitação;
- incentivos e outras formas de apoio à produção acadêmica.
- integração e comunicação permanente entre os docentes, o corpo técnico-administrativo e a comunidade.

6ª Dimensão avaliada: administração acadêmica e gestão

Objetivo: verificar e avaliar o grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, as relações de poder entre as estruturas e a participação efetiva na construção das políticas da IES, buscando coerência

entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional.

Setor Responsável: este aspecto será desenvolvido pela **Diretoria de Administração** junto com a Câmara de Ensino e Pesquisa.

Ações: estão previstas as seguintes ações:

- análise regimental, de organograma e de regulamentos internos para identificação da administração acadêmica;
- análise do Plano de Gestão e/ou Plano de Metas;
- análise do PDI;
- análise dos processos de administração escolar;
- verificação dos recursos de informação instalados e disponibilizados para a comunidade acadêmica;
- desenvolvimento e aplicação de instrumentos para verificar a representatividade e a participação dos diversos segmentos da comunidade no planejamento e na tomada de decisões;
- avaliação do cumprimento dos prazos institucionais e das ações desenvolvidas em função das metas estabelecidas,
- definição de propostas de desenvolvimento e/ou aprimoramento das relações internas e participação democrática dos órgãos colegiados.

Aspectos que deverão ser considerados na avaliação desta dimensão (foco da discussão):

- atribuições dos órgãos colegiados;
- funcionamento dos órgãos colegiados;
- formas definidas de participação do corpo docente nos órgãos colegiados e órgãos de direção do Ifes;
- formas definidas de participação do corpo técnico-administrativo nos órgãos colegiados e órgãos de direção do Ifes;

- formas definidas de participação do corpo discente nos órgãos colegiados e órgãos de direção do Ifes;
- adequação do plano de gestão e o de metas;
- gestão estratégica;
- participação efetiva dos atores na gestão institucional.
- cumprimento das atribuições definidas regimentalmente pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo;
- grau de centralização existente no Ifes;
- conhecimento dos instrumentos normativos do Ifes pela comunidade acadêmica;
- organograma do Ifes, sua aplicação e funcionamento;
- incentivos e outras formas de apoio à produção acadêmica;
- fluxo de informações,
- presença de uma ouvidoria institucional.

7ª Dimensão avaliada: infraestrutura física e tecnológica

Objetivo: avaliar a infraestrutura física e tecnológica existentes no Ifes e sua adequabilidade para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; a consonância destas informações com as constantes no PDI e o grau de satisfação dos usuários dos serviços prestados, com vistas à definição de propostas de redimensionamento.

Setor responsável: este aspecto será desenvolvido pelos diretores das unidades de ensino.

Ações: estão previstas as seguintes ações:

- reuniões técnicas setoriais para análise da infraestrutura física e tecnológica existente e identificação de sua adequação à estrutura de oferta existente na IES;

- avaliações ergométricas dos ambientes (administrativa docente e discente).
- criação de instrumentos de avaliação que serão respondidos pelo corpo docente, pelo corpo técnico-administrativo e pelo corpo discente;
- aplicação de questionários de levantamento de índice de satisfação dos usuários (técnicos administrativos, docentes e discentes), tais como: caixa de coleta de sugestões junto aos setores; reuniões utilizando a metodologia de grupo focal, trabalho de avaliação realizada pelos coordenadores de curso, que consiste em um momento de ouvir acadêmicos e professores quanto aos possíveis problemas e sugestões para sua solução, estabelecendo uma periodicidade de acordo com as características de cada IES. (Questionários, entrevistas, mural on-line, entre outros).
- divulgar os resultados, propondo o aprimoramento dos pontos fortes detectados e mecanismos de ajustes às fragilidades detectadas.
- aspectos que deverão ser considerados na avaliação desta dimensão (foco da discussão):
- infraestrutura física existente (salas de aula, biblioteca, laboratórios, área de convivência, etc.);
- políticas de expansão previstas;
- políticas de conservação, atualização e segurança da infraestrutura física e tecnológica;
- adequação da quantidade e capacidade dos laboratórios à demanda pela utilização destes por parte do corpo docente e discente;
- adequação da biblioteca à demanda pela utilização desta pelo corpo docente e discente;
- adequação do espaço físico ao desenvolvimento das atividades programadas;
- estado de conservação dos laboratórios, biblioteca e instalações gerais;
- iluminação, acústica e ventilação das instalações existentes;

- limpeza, organização e conservação do espaço físico, do mobiliário e equipamentos,
- adequação da infraestrutura à utilização pela comunidade acadêmica.

8ª Dimensão avaliada: integração entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e a avaliação

Objetivo: verificar a adequação e eficácia do PDI, PPI e projetos dos cursos, bem como a efetividade dos procedimentos de avaliação, buscando a integração do processo avaliativo com o planejamento e vocação institucional e o despertar da cultura de avaliação.

Setor responsável: este aspecto será comandado pelo **Diretor Geral** e desenvolvido pelas Diretorias de Ensino e Unidade, Gerências de Ensino e do Ensino Superior, Coordenadorias de Curso junto com o Núcleo Pedagógico e CPA, responsável pela avaliação.

Ações: estão previstas as seguintes ações:

- reuniões técnicas do setor de planejamento com os outros setores da ies para análise do PDI, das propostas pedagógicas dos cursos e sua coerência com a proposta de avaliação da IES;
- criação de instrumentos de avaliação que serão respondidos pelo corpo docente, pelo corpo técnico-administrativo e pelo corpo discente;
- definição de propostas de adequação do PDI, dos projetos pedagógicos e do processo de avaliação.
- capacitação de docentes e corpo técnico-administrativo que irão alimentar os indicadores.
- discussão dos resultados com a comunidade;
- divulgação interna do processo e de seus resultados;
- promover fóruns, palestras, seminários temáticos junto à comunidade acadêmica;
- produzir relatórios de ações realizadas;

- levantar dados das avaliações anteriores que foram incorporados ao planejamento;
- verificar a execução das ações planejadas.

Aspectos que deverão ser considerados na avaliação desta dimensão (foco da discussão):

- existência de planejamento para realização das atividades da IES;
- adequação do planejamento da IES com os projetos pedagógicos dos cursos;
- existência, adequação, participação, análise, reflexão e participação da comunidade;
- mecanismos de avaliação e acompanhamento do planejamento;
- previsão de melhorias através do processo de avaliação;
- implantação do planejamento;
- práticas de releitura do PDI;
- práticas de releitura das propostas pedagógicas dos cursos;
- propostas de modificações a partir dos resultados das avaliações.

9ª Dimensão avaliada: atendimento aos discentes – Política de atendimento aos estudantes

Objetivo: avaliar as formas de atendimento ao corpo discente e integração deste a vida acadêmica, identificando os programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do estudante, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática na IES para a qualidade da vida estudantil e a integração do aluno à comunidade acadêmica.

Setor responsável: este aspecto será desenvolvido pelas **diretorias das unidades** junto com as gerências de ensino, do ensino superior, da educação profissional do nível técnico, do ensino médio, pesquisa e extensão e coordenadoria de pós-graduação.

Ações: estão previstas as seguintes ações:

- reuniões técnicas do departamento de recursos humanos com as coordenações;
- realização de reuniões técnicas de sensibilização, solicitação e/ou requisições de documentação da CPA com os setores responsáveis;
- avaliação dos atendimentos aos alunos;
- avaliação e/ou reavaliação dos instrumentos já existentes;
- criação de instrumentos de avaliação que serão respondidos pelo corpo discente, incluindo os alunos formandos e os egressos;
- definição de propostas de melhoria e adequação do atendimento aos alunos e dos mecanismos de integração destes nas atividades acadêmicas;
- avaliação da política de ingresso;
- avaliação do acompanhamento pedagógico,
- avaliação das políticas de atendimento a alunos carentes e sua relação com as políticas públicas e de inclusão.

Aspectos que deverão ser considerados na avaliação desta dimensão (foco da discussão):

- existência de mecanismos de atendimento psicopedagógico aos alunos;
- existência de mecanismos de acompanhamento didático-pedagógico aos alunos;
- existência de instrumentos de avaliação do nível de satisfação dos discentes quanto aos serviços recebidos, infraestrutura e corpo docente;
- existência de mecanismos de acompanhamento aos egressos.
- ações de integração dos alunos com a atividade acadêmica (ensino, pesquisa e extensão);
- mecanismos de nivelamento;
- políticas de acesso e seleção dos alunos;

- estudos sobre a atividade acadêmica;
- política de egressos;
- oportunidades de formação continuada;
- avaliação do corpo discente;
- revisão do processo ensino-aprendizagem;
- bolsas de estudo e de pesquisa;
- participação em atividades de extensão;
- atividades complementares;
- estágios e intercâmbio;
- participação dos alunos nos órgãos colegiados da ies e no planejamento.

10ª Dimensão avaliada: gestão financeira da IES

Objetivo: avaliar a capacidade de administração financeira da IES, buscando o cumprimento dos compromissos institucionais, a manutenção da sustentabilidade e equilíbrio financeiro;

- estabelecer políticas de manutenção de estudantes e captação de novos estudantes e de recursos,
- setor responsável: este aspecto será desenvolvido pela Diretoria de Administração e Planejamento do Ifes.

Ações: estão previstas as seguintes ações:

- estudos econômico-financeiros periódicos e anuais com previsão de receitas e despesas;
- planejamento econômico-financeiro com previsão de *payback* dos investimentos;
- planilhas de custos previstos pela legislação trabalhista, tributária e outras sobre anuidades escolares;
- estudos sobre custos advindos da política de pessoal docente;

- estudos sobre a capacidade de pagamentos dos estudantes;
- estudos de compatibilização entre receitas previstas e custos legais;
- estudos sobre novas fontes de recursos que não as mensalidades;
- estudos sobre demanda de mercado com vistas à criação de novos cursos.
- definição de propostas de melhoria e adequação do controle financeiros, das políticas e estratégias para utilização dos recursos;
- análise de relatórios contábeis;
- verificação da distribuição de recursos financeiros;
- aspectos que deverão ser considerados na avaliação desta dimensão (foco da discussão):
 - sustentabilidade financeira;
 - políticas de captação e manutenção dos alunos;
 - destinação dos recursos para aplicação no ensino, pesquisa e extensão;
 - mecanismos de controle da evasão e inadimplência;
 - previsão de investimentos;
 - adequação da estrutura de oferta;
 - coerência entre cursos oferecidos e recursos do Ifes;
 - regularidade dos pagamentos dos funcionários do Ifes;
 - regularidade fiscal;
 - provisionamento para atualização e manutenção da infraestrutura física e tecnológica do Ifes;
 - provisionamento para capacitação do corpo docente e corpo técnico-administrativo;
 - política de captação de recursos;
 - existência de demanda – estudos prévios sobre a demanda de mercado para cada curso de graduação, de modo que não venha a se esgotar após dois ou três anos de autorização do mesmo;

- estudo de compatibilização entre os níveis de salários do pessoal (professores e técnico-administrativos) e a capacidade de pagamento dos seus estudantes.
- mecanismos de controle de gastos;
- políticas de captação e manutenção de alunos,
- políticas de captação de recursos externos.

5. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO PARA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

De acordo com as Diretrizes para a Avaliação do Ifes, os processos avaliativos internos servirão como subsídios para o redirecionamento das ações e formulação de políticas tanto para a gestão do Ifes como para as políticas públicas de educação superior.

Desta forma, o Ifes deverá apresentar o documento final de avaliação à Comissão Própria de Avaliação para a análise dos resultados e sugestões, estabelecimento de metas, encaminhamento à direção e procedimentos necessários.

O Ifes estabelecerá, a partir dos dados e informações obtidos nas pesquisas, a melhor política para definição dos novos objetivos e políticas de qualidade.

Estratégias, como o estudo comparativo entre instituições congêneres, serão incorporadas às ações. O aprimoramento, o aperfeiçoamento, a troca de experiências com outras Instituições estarão permanentemente perpassando o processo de reestruturação e aperfeiçoamento do Ifes. A proposta de avaliação institucional constitui-se de modelos e instrumentos que podem, a qualquer momento, ser aplicadas em situações específicas, gerando subsídios para os permanentes reexames e reorientações exigidos pelos avanços do conhecimento e demandados pelos contextos regional, nacional e internacional. Os resultados vão fundamentar os processo de gestão e os atos de regulação. As adaptações e revisões servirão para corrigir os aspectos negativos, fortalecer e consolidar os aspectos positivos e, ainda, identificar talentos.

Os procedimentos metodológicos de aplicação dos resultados terão a seguinte dinâmica: Numa primeira etapa serão trabalhados coletivamente os problemas de baixa complexidade, identificados como sendo do grupo. Posteriormente, numa segunda etapa, serão trabalhados individualmente os problemas de qualquer nível de complexidade com ações específicas.

Serão considerados de baixa complexidade problemas os relacionados a aspectos coletivos como atendimento dos setores, atendimento a necessidades específicas e pequenos grupos.

Os problemas relacionados à atividade fim, como: os procedimentos metodológicos, didático-pedagógicos, capacitação docente terão tratamentos específicos e serão trabalhados pelos setores responsáveis competentes. As adaptações curriculares, às demandas identificadas, por exemplo, serão gerenciadas pela coordenação de curso e implantadas conjuntamente com o corpo docente.

Pretende-se que, com a busca permanente de melhoria e as renovações constantes, articuladas com o conjunto de aspectos básicos da concepção da Instituição, seja construído e consolidado o sistema de autoavaliação institucional do Ifes.